

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
Área: Estudos da Linguagem
Especialidade: Teorias do Texto e do Discurso
Linha de Pesquisa: Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas

GIOVANI FORGIARINI AIUB

CORPOREIDADE DISCURSIVA:

os modos de dizer do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira

Porto Alegre
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
Área: Estudos da Linguagem
Especialidade: Teorias do Texto e do Discurso
Linha de Pesquisa: Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas

GIOVANI FORGIARINI AIUB

CORPOREIDADE DISCURSIVA:

os modos de dizer do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Freda Indursky

Porto Alegre
2018

GIOVANI FORGIARINI AIUB

CORPOREIDADE DISCURSIVA:

os modos de dizer do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ana Boff de Godoy (UFCSPA)

Prof^a Dr^a Maria Onice Payer (UNIVÁS)

Prof^a Dr^a María Teresa Celada (USP)

Prof^a Dr^a Freda Indursky (UFRGS) - Orientadora

CIP - Catalogação na Publicação

Aiub, Giovani Forgiarini
Corporeidade Discursiva: os modos de dizer do
sujeito no entremeio das línguas materna e
estrangeira / Giovani Forgiarini Aiub. -- 2018.
227 f.
Orientadora: Freda Indursky.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Corporeidade Discursiva. 2. Sujeito . 3. Língua
Materna. 4. Língua Estrangeira. 5. Análise do
Discurso. I. Indursky, Freda, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*Ao meu pai, por ter me mostrado os caminhos
da vida; e à minha mãe por me abençoar nos
caminhos que segui.*

*Às mulheres que tornaram possível este sujeito
de entremeio.*

Agradecimentos

À Freda Indursky, minha orientadora, por todos estes anos de cuidado, carinho e cumplicidade na vida acadêmica. Por acreditar em mim, por ter me mostrado, desde a graduação, os múltiplos territórios pelos quais eu poderia transitar, por sua orientação singular, dedicada e afetuosa, pelos momentos de reflexão e de afeto que a convivência nos proporcionou. Por seus ensinamentos.

Às professoras do PPGLetras/UFRGS, em especial à Maria Cristina Leandro Ferreira, pela leitura do projeto inicial desta tese, pelo saber compartilhado e pelo carinho mútuo.

Às professoras da banca de qualificação, Maria Teresa Celada e Maria Onice Payer, pela leitura atenta e cuidadosa, e por terem acolhido o convite para virem a Porto Alegre.

À professora (e amiga) Ana Boff de Godoy, por ter aceitado compor a banca desta tese, pela companhia nos congressos, pela parceira discursiva, pelo companheirismo e pela amizade que a AD proporcionou.

Aos meus amigos Thiago e Luis Fernando, pelo incentivo, pelas conversas, pelo companheirismo e pelos churrascos, sem os quais a vida não teria a mesma intensidade e alegria. Às minhas amigas Rose e Valéria, pelo carinho, pelas risadas e pelo afeto.

Às minhas amigas-colegas Elisa Stumpf, pelas trocas de experiências acadêmicas, didáticas e de vida e pelo companheirismo acolhedor, e Laura Hahn, pela escuta carinhosa, por ser minha confidente, pela torcida.

Aos amigos que o IFRS proporcionou, em especial Rodrigo Dullius e Tarcísio Gonçalves da Silva, simplesmente por terem feito aquilo que lhes cabia e sempre muito mais, pela sinceridade e pelos conselhos em boa hora.

À Cláudia, pelo carinho, pela amorosidade, pelo afeto, pelas memórias inventadas, pelo incentivo e pela presença em minha vida.

Ao meu irmão Tiago, por compartilhar comigo seus sonhos, seus modos de pensar e de dizer, por sermos confidentes. À minha irmã Viviane, pelo estímulo, pela preocupação e pelo carinho. Por eles estarem sempre presentes, por confiarem em mim, por me apoiarem.

Aos colegas do Grupo de Estudos Pecheuxtianos, especialmente Rodrigo Oliveira Fonseca, camarada que acompanhou grande parte de minha trajetória. À Carolina Fernandes, à Andréia Daltoé, ao Alessandro Galvão, à Luciane Vinhas, ao Maurício Beck, à Paula Pavan e à Cristina Zanella, pelas enriquecedoras discussões no terreno (virtual) da AD.

À Zo, por acompanhar e incentivar a minha trajetória acadêmica, pelo carinho, pelo amor e por todo o apoio em momentos importantes da minha vida.

A todos que ajudaram a construir a minha formação, em especial aqueles que compartilharam as mesmas salas de aula no Pepita de Leão (o Éder e o Anderson), no Julinho (o Biguá, o Marcelo, a Joice e a Raquel), na FAPA (a Fabíola, a Vanessa, o Saul e o Cristiano) e na UFRGS (o Kléber, a Maitê e a Ana Flávia, e muitos outros nomes que a memória fez questão de guardar).

Às minhas (ex-)bolsistas de iniciação científica do IFRS – Campus Feliz, Rafaela, Victória, Karine e Juliana, por se interessarem pelas questões do discurso, pelas transcrições das entrevistas.

A todos os meus alunos, por intrinsecamente fazerem parte de minha trajetória acadêmica.

Ao IFRS, pelo incentivo à qualificação profissional.

Ao PPGLetras/UFRGS, pelo ensino público e de qualidade.

Fazer da língua um trabalho, operar na materialidade daquilo que, para a sociedade, é um meio de contato e de compreensão, não é fazer-se, de imediato, estrangeiro à língua?

Roland Barthes *in* "O rumor da língua"

RESUMO

Com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso pecheuxtiana, esta tese busca a construção da noção de *corporeidade discursiva* ao analisar os modos de dizer do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira. Nesta pesquisa, entende-se a língua pelo viés de sua materialidade, isto é, pressupõe-se sua organização para se tomar a ordem da língua na sua relação com a história. Ao mesmo tempo, há o pressuposto de que o sujeito é constituído pela língua(gem) e interpelado ideologicamente. Portanto, trata-se de um sujeito com um duplo processo simultâneo de identificação, sendo um da ordem do ideológico e outro pelo viés da inscrição do sujeito em uma materialidade linguística. Nesta perspectiva, esta pesquisa apresenta como o sujeito em processo de identificação com uma língua estrangeira transforma os modos de dizer, fazendo com que haja movimentação nas redes de significação estabelecidas pela língua primeira. Tal processo possibilita ainda identificar uma alternância na *postura subjetiva*, ou seja, um movimento de estranhamento do sujeito diante de aspectos socioculturais e históricos presentes na língua outra. Para fins de análise, são tomadas sequências discursivas de narrativas de sujeitos em processo de identificação com mais de uma língua (materna e estrangeira). Os resultados apontam para a presença de aspectos socioculturais e históricos nos modos de dizer das línguas, além de mostrar como se dá uma reconfiguração subjetiva pelo processo de inscrição do sujeito em outra materialidade linguística. Com isso, é possível afirmar que há uma corporeidade discursiva da língua porque cada língua se apresenta ao sujeito com modos de dizer próprios, constituídos a partir de determinadas condições de produção. Por conseguinte, ao se inscrever em uma língua para dizer, o sujeito imprime a sua singularidade, fazendo com que haja uma corporeidade discursiva do/no sujeito.

Palavras-chave: Sujeito. Língua Materna. Língua Estrangeira. Modos de Dizer. Corporeidade Discursiva.

ABSTRACT

Based on the theoretical assumptions of Michel Pechêux's Discourse Analysis, this thesis seeks the construction of the *discursive corporeity* as a notion, mainly when it analyzes the ways of saying of subjects in between the mother tongue and foreign language. In this research, the language is understood through its materiality, that is, it presupposes its organization to think the order of the language related to the history. At the same time, there is the assumption that the subject is constituted by the language and is also put under an ideological interpellation. Therefore, this is related to a subject with a double simultaneous process of identification, the one through ideology and the other one through the inscription in a linguistic materiality. In this way, this research presents how the subject in process of identification with a foreign language changes the ways of saying, causing movements in the nets of signification, established by the first language. Such process also enables to identify a changing in the *subjective posture*, which is a subject's movement caused by the estrangeness based in sociocultural and historical aspects present in the other language. For the analysis, discursive sequences of subjects' narratives in the process of identification with more than one language (maternal and foreign) are taken. The results point to the presence of socio-cultural and historical aspects in the ways of saying of the languages, as well as they show how a subjective reconfiguration occurs through the process of inscribing the subject into another linguistic materiality. Thus, it is possible to say that there is a *discursive corporeality* of the language because each language presents itself to the subject through specific ways of saying, and these ways of saying are constituted from certain production conditions. Consequently, the subject imprints his/her singularity by inscribing himself/herself in a language to say and this produces the existence of a *discursive corporeality* of the and in the subject.

Keywords: Subject. Mother tongue. Foreign language. Ways of saying. Discursive Corporeity.

SUMÁRIO

1 PALAVRAS INICIAIS	12
2 SUJEITO, LÍNGUA MATERNA, LÍNGUA ESTRANGEIRA: DELIMITANDO O TEMA	19
2.1 LINGUÍSTICA APLICADA E ANÁLISE DO DISCURSO: AFASTAMENTO E REAFIRMAÇÃO TEÓRICA.....	27
2.2 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUAS MATERNA E ESTRANGEIRA: O SUJEITO NO ENTREMEIO.....	33
2.3 O SUJEITO EM MOVIMENTO: PROCESSOS IDENTITÁRIOS.....	46
3 DAS BASES TEÓRICAS EM ANÁLISE DO DISCURSO: DEMARCANDO (E LIMPANDO) O TERRENO	55
3.1 CORPOREIDADE DISCURSIVA: UM CONJUNTO DE MODOS DE DIZER.....	61
3.1.1 Os modos de dizer entre uma língua e outra.....	77
3.2 A CORPOREIDADE DISCURSIVA E SUA RELAÇÃO COM O INTERDISCURSO.....	86
3.2.1 Formação discursiva e corporeidade discursiva: <i>o que pode e como pode ser dito</i>	101
3.2.2 As posturas subjetivas em língua estrangeira.....	120
3.3 CORPOREIDADE DISCURSIVA E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA.....	135
4 EFEITOS DA CORPOREIDADE DISCURSIVA NO SUJEITO	143
4.1 O ARQUIVO CONSTRUÍDO: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	156
4.2 O FUNCIONAMENTO DA CORPOREIDADE DISCURSIVA.....	162
4.2.1 Os modos de dizer que (não) escapam da/na língua materna.....	164
4.2.2 As res(ins)istências das línguas nos modos de dizer do sujeito.....	183
4.2.3 Aspectos culturais nos modos de dizer das línguas.....	188
5 PALAVRAS FINAIS: UM EFEITO DE FECHAMENTO	202
REFERÊNCIAS	211
APÊNDICE	226

1 PALAVRAS INICIAIS

Estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade [...]. O estrangeiro começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades (KRISTEVA, 1994, p. 9).

Começo esta tese fazendo uma revelação: tudo o que é estranho me fascina (ao mesmo tempo em que me intriga). Não se trata, contudo, de um fascínio no sentido de um deslumbramento, uma exaltação, mas sim um encanto na perspectiva de tentar compreender o porquê de certas coisas¹ soarem *estranhas* para mim. E é esse *estrangeiro-estranho*, justamente por desalojar a ilusória lógica de um único entendimento, pelo qual me sinto atraído. Talvez isso, de certa forma, explique um pouco de meu interesse particular no tema desta tese. Essa minha curiosidade pelo estranho, porém, não pendeu para as áreas da biologia, nem da química, tampouco para quaisquer outras ciências rotuladas de *exatas*. Minha intriga com o estranho sempre teve relação com o sujeito, nas questões do dizer, nas questões de se posicionar no mundo, nas questões dos comportamentos, das ideias, das palavras, das posturas diante de temas polêmicos e até mesmo os mais banais. Aliás, o que muito me chamava a atenção na época escolar era ver pessoas falando em outra língua com sons completamente alheios aos que eu poderia entender. A minha frustração em não entender era recompensada por, ao menos, identificar a língua que era falada. E isso se resumia a ver algumas personagens na televisão falando quase sempre em inglês. Era raro eu presenciar fisicamente alguma pessoa falando outra língua que não o português brasileiro. Quiçá tenha vindo daí a minha vontade de ser professor, muito talvez pelo imaginário ingênuo (embora muito presente à época) de que o professor poderia ter respostas para muitas das *coisas* que (a)parecem estranhas ou supostamente incompreensíveis. Por buscar entender o que aparecia como estranho e também numa tentativa tola de fazer com que as coisas fossem menos estranhas possíveis é que arrisquei seguir o instigador caminho do magistério.

¹ “[...] a linguagem não é um sistema arbitrário; está depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque **as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar**” (FOUCAULT, 1992, p. 51) [Grifo meu].

Mesmo podendo ter me inscrito na antropologia, na sociologia ou na própria filosofia para pensar as questões do sujeito, fui pego pela linguagem de outra maneira, justamente quando me dei de encontro com o curso de licenciatura em letras (foi de certa forma impossível que tivesse sido de outro modo)². Durante os sete anos que fui estudante desta licenciatura (em duas instituições: a primeira privada e a segunda pública), tive algumas paixões acadêmicas. A primeira delas foi a literatura, mas logo percebi que a literatura é tão prazerosa e acolhedora que eu talvez não soubesse separar este encanto de uma leitura mais crítica e teórica. Eu me via incapaz de tal feito. Resolvi ler contos, romances, crônicas, poemas sem a necessidade de teorizar sobre eles, pelo menos academicamente. Num segundo momento, passei a tentar entender como funcionavam as metodologias de ensino de línguas. A Linguística Aplicada (LA), então, apareceu no meu caminho. Não se tratava de uma LA crítica e perceptiva de distintas realidades sociais, mas de uma teoria aplicadora de conceitos e tarefas. Inicialmente pareciam consistentes as concepções, principalmente quando da observação às estratégias e aos passo-a-passos em sala de aula para fazer com que os estudantes pudessem entender uma outra língua em uma situação de comunicação. Como em todas as paixões, tive meus desentendimentos com a Linguística Aplicada (LA), pois sentia que nela faltava algo que eu ainda não tinha pistas do que poderia ser, mas suspeitava que os “estranhos” das línguas não eram muito bem quistos ou observados pela LA. Então, foi ao final do curso de licenciatura em Letras que fui capturado amavelmente pela teoria da Análise do Discurso (doravante AD). Fui afetado e me deixei afetar, pois senti a AD recheando certas lacunas que a LA havia deixado nas minhas inquietações teóricas, em especial aquelas relacionadas ao ensino de línguas materna e estrangeira³. Creio que essa minha forte ligação com a AD se dá até hoje justamente por ela ser a *estranha*

² Parafrazeando Pêcheux (2006, p. 29) quando afirma que “(O real é o impossível... que seja de outro modo). Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra.”

³ Não posso deixar de mencionar aqui a professora que me apresentou habilmente a AD, não pela teorização sobre a AD tão-somente, mas principalmente pela sua prática (discursiva) em sala de aula. Por sorte (minha, é claro), esta professora me acompanha, ou melhor, eu a acompanho até hoje sendo seu orientando nesta tese.

no campo dos Estudos da Linguagem, pois é uma teoria que não se diz ciência⁴, num campo no qual a linguística lutou bravamente para requerer este estatuto desde Ferdinand de Saussure. Foi quando o mestre genebrino dividiu a linguagem em língua e fala e passou a estudar somente a primeira, como sendo um objeto bem claro e definido. Com a exclusão da fala, exclui-se igualmente a relação do sujeito com a linguagem. Isso fez com que, por exemplo, a própria LA, por mais que mobilize uma concepção de sujeito em seus estudos, não se desvincule das bases epistemológicas saussurianas⁵. Nesta perspectiva, Coracini (2003b, p. 143) nos diz que

a partir de Saussure, a relação entre línguas permaneceu uma relação de códigos, externa ao próprio sujeito, visto como falante, mero usuário a quem caberia escolher adequadamente as formas para melhor se comunicar. Tal relação fica facilmente visível na situação em que um mesmo professor ministra, concomitantemente, aulas de língua portuguesa e de uma língua estrangeira (inglês ou francês): procede como se fossem línguas distintas com pouca ou até mesmo nenhuma relação entre elas, com objetivos didáticos bem distintos e, não raro, isolados.

Nesta minha inquieta relação com o estranho, já envolvido com a AD, busco compreender principalmente porque, dentro de certas regularidades aparentemente óbvias, sempre há algo/alguém que escapa a esse modo regular de ver as coisas do mundo, sempre há uma posição distinta a ser ocupada que interpreta diferentemente. Sempre há quem falhe. E aqui começo a me posicionar como professor de línguas (o português como língua nacional⁶ e o inglês como língua estrangeira). Eis um dos porquês de pensar essa relação entre línguas e também essa relação do sujeito com as línguas, extrapolando meramente a questão de códigos alheia ao sujeito, tal como mostrou Coracini (2003b).

Seguindo o meu posicionamento como docente, destaco que uma das coisas mais interessantes no fazer pedagógico é a avaliação de trabalhos realizados pelos

⁴ Trata-se de não ser uma ciência no sentido mais rígido, afinal a AD é uma teoria de entremeio que traz para o interior de sua discussão a linguagem e a exterioridade como aporte constitutivo para que se possa trabalhar na análise da interpretação (ORLANDI, 2004).

⁵ Em trabalho anterior, tratei das formas de ensinar línguas pelo viés da LA. Neste estudo, foi possível perceber que, por mais diferentes que fossem as abordagens, as concepções de sujeito e de língua não sofriam alterações em suas bases fundantes (AIUB, 2014, p. 23-61).

⁶ Conforme Payer (2005, p. 56), a língua nacional pode ser compreendida como a “língua historicamente cultivada pelo Estado nacional em sua própria constituição e a partir da qual ele se relaciona com a presença das demais línguas em seu território: em geral, apagando-as”.

alunos⁷. Neste trabalho inerente à atividade docente, é preciso olhar para a avaliação como algo que segue além de uma atribuição de notas ou conceitos, uma vez que há muitos posicionamentos frente a um mesmo objeto simbólico. Não se pode dizer, contudo, que a cada formulação diferente há um posicionamento diferente. Não se trata disso. E a AD trabalha muito bem com essas questões. O que está em jogo aqui é o fato de que há sujeitos que escapam a esse lugar da regularidade, a esse lugar no qual todos veem muito parecido. Portanto, é a existência dessas posições “estranhas” que interessa des-cobrir, são os motivos pelos quais um ou outro sujeito resiste a esse *lugar comum*. Em outras palavras, reside em investigar por que há rituais que falham.

E por falar em falha... uma das coisas que mais falha nas escolas públicas de Educação Básica é o ensino de línguas estrangeiras, em especial a língua inglesa. Primeiramente, há de se pensar que a língua inglesa aparece no imaginário de quem a sabe já ocupa um espaço (de destaque ou não) no mercado de trabalho. Essa (quase única) razão apresentada para estudar a língua inglesa se esvazia de sentido quando se percebe que estudantes, já no Ensino Fundamental, têm diversas pessoas de suas relações pessoais que não sabem nenhuma língua estrangeira, mas que, mesmo assim, possuem um emprego (de destaque ou não). Como instigar os estudantes a saber uma língua estrangeira justamente com um argumento que, a um olhar um pouco mais atento, é desconstruído facilmente?

Minha trajetória como professor de escolas da Educação Básica da rede pública me deu a oportunidade de notar tais fatos. Se a proposta de ensinar inglês na escola é apenas para que os alunos possam almejar novos espaços no mercado de trabalho, ela já começa cambaleando e capenga. Confesso que, no início de minha trajetória como professor, na expectativa de tentar convencer meus alunos a estudar a língua inglesa, aproveitei este imaginário de que aprender a língua inglesa lhes daria espaço de evidência. Ou melhor dizendo, era esse imaginário que se aproveitava de mim. Aprender a estrangeira língua inglesa até poderia dar algum destaque no mercado de trabalho, mas não havia garantia alguma. Meus próprios

⁷ Evito usar a expressão *corrigir* (provas ou trabalhos), pois, ao dizer que se corrige algo, sempre se parte do pressuposto de que este algo já está errado. A correção põe o aluno no lugar do incorreto e o professor no lugar do sempre-certo, ao passo que a avaliação é nada mais do que uma análise do posicionamento do estudante.

alunos sabiam disso, pois o mundo que aparecia juntamente com a língua inglesa lhes era um tanto distante, e talvez não fosse o momento de falar de algo que sequer estava em suas cogitações, isto é, um emprego que exigisse saber outra língua.

Alguns anos mais tarde, pude pesquisar sobre o que se diz da importância de se estudar a língua inglesa em escolas públicas. As reflexões nesse sentido sempre giravam em torno de um repetível genérico, cuja ideia central se dava em torno de um silogismo⁸.

Em determinado momento de minha trajetória como professor de língua inglesa, quase fui convencido de que o inglês em sala de aula não tinha serventia alguma para meus alunos, pois não fazia parte de suas realidades e que, portanto, era só mais uma aula de um componente curricular obrigatório. Cabe salientar que, neste momento, eu ainda não conhecia a AD, pois comecei a lecionar muito antes de ter concluído o curso de Licenciatura em Letras⁹. Antes, porém, de que eu pudesse ser convencido disso, passei a tentar compreender as questões de sujeito e de língua por outro viés. É neste ponto do cruzamento entre a minha prática docente e a teoria da AD que passei a entender que não *usamos* a língua, mas que somos constituídos por ela e que, por tal razão, não havia a possibilidade também de *usar* a língua inglesa para que ela “servisse” a alguma coisa ou outra.

O que foi colocado até aqui parece algo muito comum de ser dito nas primeiras palavras de uma tese, mas a simples mudança de olhar para a concepção de língua e de sujeito pode ter me salvado de uma trajetória frustrada e trágica no magistério. Faço questão de colocar tais palavras porque creio ser importante demarcar o lugar do qual falo e, em poucas palavras, tentar apresentar o porquê desta pesquisa de doutoramento. Portanto, justifico meus caminhos dizendo que não os escolhi, mas sim fui capturado por eles, justamente por me sentir identificado. Segui os rumos da docência inscrito na teoria da AD. Passei a entender que estudar uma língua outra era uma possibilidade de se perguntar sobre o lugar no qual se está

⁸ O silogismo a que me refiro se trata do seguinte: “*inglês é solicitado no mercado de trabalho. Os alunos sabem inglês. Logo, os alunos entrarão no mercado de trabalho*”. Portanto, “os genéricos dos silogismos são aqueles que tentam camuflar as marcas da enunciação, dando a impressão de que não há outros sentidos a não ser aquele aparente” (AIUB, 2008a, p. 115).

⁹ No estado do RS, justamente pela falta de docentes na rede estadual de ensino, é possível a contratação, sem concurso público, de estudantes de licenciaturas a partir do quarto semestre para ministrarem aulas em caráter emergencial (Lei Estadual nº 11.126/1998).

para, a partir dele, poder questionar(-se). E refletindo sobre o fazer pedagógico, é preciso saber onde o aluno se encontra para que, a partir desse lugar, seja possível a caminhada. Neste ponto, relembro Freire (1997, p. 31), quando diz que

é preciso que o(a) educador(a) saiba que seu “aqui” e o seu “agora” são quase sempre o “lá” do educando [...]. No fundo, ninguém chega lá, partindo de lá, mas de um certo *aqui*. Isso significa, em última análise, que não é possível ao(à) educador(a) desconhecer, subestimar ou negar os “saberes de experiências feitos” com que os educandos chegam à escola.

Descobri meu “aqui” e cheguei mais perto do “aqui” de meus alunos. Então, a busca é por um outro “lá”, um “lá” mais possível de se chegar. O que fiz foi tentar me desvincular dos modos de ensinar pautados por um conceito de língua vista como uma ferramenta e de um conceito de sujeito visto como centrado e cartesiano. Cabe salientar que essas concepções são muito fortes e enraizadas nos mais diversos espaços formais do ensino de línguas materna e estrangeira. Em vez de tentar excluir a língua materna do ensino da língua estrangeira, como via de regra acontece em modelos mais conservadores de ensino de línguas, passei a realizar ações que se pautassem justamente nesta relação entre línguas, na relação do sujeito no entremeio das línguas, uma relação na qual o sujeito busca a sua posição, a partir da heterogeneidade de sua *postura subjetiva*¹⁰, uma relação na qual o sujeito se ressignifica, uma relação na qual a língua também não sai ilesa ao contato subjetivo.

Esta guinada no meu modo de refletir sobre o ensino me trouxe até aqui (com todas as implicações que um “aqui” pode ter), pois passei a acreditar que, quando um sujeito está em um processo de identificação com uma língua estrangeira (um constante processo, por sinal), essa outra língua o reestrutura de tal forma que os modos de dizer na língua materna são afetados. Estes outros modos de dizer, portanto, tomam corpo na esfera subjetiva, constituem o sujeito em suas práticas languageiras, e, por vez ou outra, fazem com que haja transformações na postura subjetiva. A este conjunto de modos de dizer e a este conjunto de posturas subjetivas pretendo denominar *corporeidade discursiva*. E é sobre esta noção a ser forjada, entrelaçada pelos conceitos da teoria da AD, que esta tese irá versar, não deixando, porém, de tomar como base o sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira.

¹⁰ Esta noção será melhor desenvolvida mais adiante.

Para tanto, estruturou-se a escrita desta tese em três capítulos além da derradeira conclusão. O primeiro deles é uma conjectura do que pretendo aqui expor. Trata-se de um apanhado sobre as questões de sujeito, da relação com as línguas materna e estrangeira, mencionando os preceitos teóricos da AD. O que se coloca neste capítulo é uma menção à relação do sujeito com as línguas estrangeira e materna (ambas estranhas e familiares ao sujeito), além de se mobilizar os processos de identificação do sujeito. No capítulo seguinte, serão mobilizadas as bases teóricas da teoria da AD a fim de que sejam feitas relações dos conceitos com os diferentes modos de dizer nas línguas materna e estrangeira, dando indícios de como se estrutura a *corporeidade discursiva* dentro do território da AD. Para tal, alguns modos de dizer de diferentes línguas entram em cena a fim de que sejam colocados em contato, pensados na relação com o sujeito do discurso. No último capítulo antes das conclusões, serão apresentadas as análises de dizeres de sujeitos que já tenham iniciado um processo de identificação com alguma língua estrangeira, a fim de verificar como os modos de dizer e de se postar se modificam quando do contato com uma língua outra. Em outras palavras, pretende-se mostrar como a *corporeidade discursiva* funciona, e também como a corporeidade discursiva de uma determinada língua afeta o sujeito, especialmente com relação a um conjunto de modos de dizer e à postura subjetiva frente a objetos simbólicos. Por fim, nas conclusões, será realizada uma retomada da trajetória teórico-analítica a fim de dar um efeito de fechamento no que concerne à noção de corporeidade discursiva e seu funcionamento no território da AD.

2 SUJEITO, LÍNGUA MATERNA, LÍNGUA ESTRANGEIRA: DELIMITANDO O TEMA

Eu tive uma namorada que via errado. O que ela via não era uma garça na beira do rio. O que ela via era um rio na beira da garça. Ela despraticava as normas. Dizia que seu avesso era mais visível que um poste. [...]

(Manoel de Barros *in* Memórias Inventadas)

É tocante (no sentido de que nos faz sentir) quando nos deparamos com algo novo, um novo que pode nos causar surpresas agradáveis, mas, às vezes, pode também provocar algo indesejável. Este algo novo, nunca visto ou nunca experimentado, pode mobilizar ainda sentimentos de estranheza, de espanto, de admiração ou, até mesmo, pode fazer rememorar algo aconchegante, confortável, desfazendo todo tipo de estranheza. Este conjunto de experiências que compõe algo do vivido nos constitui enquanto sujeitos inscritos em um contexto sócio-histórico-ideológico. Pode-se dizer ainda que este conjunto de experiências são, excluindo-se uma ótica biológica, nossas condições de existência.

Dentre as diversas e inúmeras formas de dar de encontro com o novo, não há como se ter esta experiência senão pela linguagem. Em um primeiro momento, pode-se pensar na poesia (seja ela em prosa ou em verso), pois ela nos desacomoda, tirando-nos de um lugar supostamente estabilizado, desloca-nos de um mundo logicamente estável¹¹ e transforma o modo com o qual nos relacionamos com a linguagem e justamente por isso ela nos rearranja. É possível pensar também na arte, desde uma pintura realista, cujo encanto se dá pela semelhança com o mundo ao qual estamos acostumados, passando igualmente por uma intervenção artística contemporânea, na qual a desacomodação se dá já no olhar, na busca por entender algo, muitas vezes, da ordem de um *non-sens*. Nestas diferentes escolas de manifestações artísticas, há sempre algo de novo ao olhar, um novo que ora nos encanta e nos fascina, ora nos expurga e nos afasta. Cotidianamente, o novo também pode ser um espaço nunca antes visitado, uma viagem a um lugar antes

¹¹ Este “mundo logicamente estável” nada mais é do que uma ilusão necessária à constituição subjetiva.

desconhecido, um simples olhar diferenciado para algo que tomávamos sempre como natural(izado). Portanto, no momento em que outras interpretações passam a existir, a linguagem se faz presente. Vale pensar ainda que o enfrentamento (no sentido de se pôr na frente) com o novo também pode ocorrer pelo contato com o estranho, com o estrangeiro, com uma língua estrangeira. E, para não seguir enumerando ainda mais possibilidades deste contato com o novo, interrompo naquilo que interessa mais pontualmente a esta pesquisa: o contato do sujeito com uma língua estrangeira, isto é, o sujeito entre uma língua e outra, o sujeito no entremeio¹² das línguas materna e estrangeira. E é esta relação entre sujeito, língua materna e língua estrangeira sobre a qual se pretendem debruçar os estudos que aqui passo a expor. Vale colocar, sobretudo, que não se pode pensar em um sujeito que não seja constituído pela linguagem. Em outras palavras, o que se pretende mostrar é que um sujeito para sê-lo precisa inevitavelmente estar em constante processo de identificação com uma língua. Trata-se de um sujeito de linguagem. No caso de uma língua materna, pode-se dizer que ela instala as bases estruturais para que este sujeito possa dizer. Portanto, são estas bases estruturais que, em princípio, dão forma e sustentação ao que é dito (e não dito¹³) pelo sujeito. É por esse processo de identificação com uma língua que o sujeito se constitui como tal, estabelecendo, assim, redes de significação. Em conjunto com Payer (2013, p. 188), é possível afirmar que

as identificações do sujeito quanto à língua e suas formas materiais se produzem, portanto, em processos constituídos na historicidade desta relação. A história predispõe assim a relação dos sujeitos com as línguas que se lhe apresentam, enquanto objetos simbólicos, políticos e artísticos.

¹² A noção de entremeio, inicialmente colocada por Orlandi (2004), é desterritorializada por Celada (2002) para pensar a questão do sujeito entre línguas (português/espanhol). Toma-se de empréstimo tal noção nos moldes em que Celada (2002) e Payer e Celada (2016) colocam. Trata-se de uma relação cujo “sujeito, por estar no entre-línguas, fica à mercê do roçar entre o que é possível numa (língua) e impossível em outra(s)” (CELADA; PAYER, 2016, p. 29). Além disso, as autoras colocam que este “entremeio” também pode ocorrer no interior de uma língua, justamente pelas diferentes materialidades inscritas nas práticas languageiras (CELADA; PAYER, 2016).

¹³ Tal como mostram Gadet e Pêcheux (2004, p. 58), “o não dito é constitutivo do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma do ‘não-tudo’”. Sendo assim, o ‘não-dito’ é algo passível de interpretação. Anos depois, Orlandi (2007b, p. 14) reformula tal questão e afirma que “o silêncio é fundante”. Deste modo, estamos lidando aqui com o dito (ou o não-dito, porque ele também significa) como sendo um espaço de significação, isto é, um espaço de constituição de sujeito e de sentido.

Assim, não há relação entre sujeito e línguas que não seja atravessada por uma série de movimentos identitários. As línguas se colocam ao sujeito como fazendo parte de sua constituição subjetiva. Diria, pois, que inicialmente é a língua materna que produz um efeito de língua estruturante, a língua das primeiras redes de significações, é essa a língua marcante do/no sujeito e que produz uma memória do dizer. Contudo, no processo de aprendizagem de uma língua outra, a língua materna não é a única a estabelecer estes processos de significação. A(s) outra(s) língua(s)¹⁴ passam a fazer parte da constituição subjetiva e, com isso, justamente pela relação singular que cada língua tem com a história, outras redes de significação são estabelecidas, ou se pode dizer ainda que os processos de significação são modificados/ampliados.

Para refletir sobre a língua estrangeira, proponho retomar o trecho do poema de Manoel de Barros, na epígrafe deste capítulo, para pensarmos que esta língua outra é a tal namorada que *via errado*, uma namorada que *despratica as normas*, uma namorada que nos põe diante do conflitante. E, justamente por ela ser a namorada, nós a queremos, nós a desejamos, mas ficamos com um olhar, ao mesmo tempo que apaixonado, desconfiado e inquieto¹⁵. Somos pegos por essa namorada que, aos poucos, coloca-nos seu jeito de ser, seu jeito de se posicionar no mundo, um jeito que, até então, sequer era cogitado (*um rio na beira da garça?*). Essa língua outra desafia o sujeito, porque nele faz com que coexistam insistência e resistência de ambas as línguas, materna e estrangeira. Dito de outra forma, é no e pelo sujeito que as línguas se chocam, se tocam, se aproximam e se distanciam, colocando ao sujeito (outras) redes de significações. Não há como pensar em língua sem que nela o sujeito esteja envolto, pois, como diz Celada (2002, p. 171), trata-se de “um sujeito da língua que à língua está sujeito”.

Seguindo esta reflexão sobre o espaço do novo (ou do outro) no sujeito, cabe trazer Gadet e Pêcheux (2004, p. 63), pois, ao pensarem a irrupção do equívoco no real da língua, estes autores apontam que “a loucura (e a poesia) fazem também um

¹⁴ Pode-se dizer que entram em jogo a língua nacional (do Estado, gramaticalizada, cf. Payer, 2006) e a língua estrangeira (seja ela qual for). No caso desta pesquisa, será dada ênfase ao encontro do sujeito com uma língua estrangeira.

¹⁵ Milner (2012, p. 25) afirma que “quando se diz amar uma língua, é propriamente de um determinado amor que se trata”.

certo uso da língua, são igualmente apreendidas no real”. Em outras palavras, a língua não é um saber no qual as ficções podem ser regradadas. A língua(gem) é simbólica, mas ela não simboliza tudo. Contudo, talvez seja pela poesia a maneira mais próxima de se chegar às coisas que não se consegue dizer, mas, é claro, jamais se esgota. E aí é que entra a noção de real da língua: o irrepresentável, o equívoco. Mesmo na poesia, há sempre espaço para aquilo que não se consegue dizer. A língua tem dessas coisas: não se pode dizer tudo, nunca. E não se pode dizer tudo tampouco na língua que julgamos *nossa*. Contudo, este impossível de dizer, este real da língua, pode ser pensado como um objeto de desejo do sujeito, uma busca por uma completude. Trata-se de um sujeito que, por vezes, procura na língua do outro poder dizer o que não se consegue (e o que não se pode) dizer na língua materna. Deste modo, esta busca desenfreada pela completude do sentido acaba por esbarrar em uma estranheiridade, na perspectiva de que se almeja o novo e o exótico até o ponto em que este novo deixa de ser novo, e até o ponto em que a estranheiridade passa a ser familiar, imbricando-se, assim, com as fundações da língua primeira, aquela dita materna. Sobre esta questão, Revuz (1998, p. 224) diz que

esse estranhamento do dito na outra língua pode tanto ser vivido como uma perda (até mesmo como uma perda de identidade), como uma operação salutar de renovação e de relativização da língua materna, ou ainda como a descoberta embriagadora de um espaço de liberdade.

Neste viés, pode-se dizer que o sujeito, já nos primeiros contatos com uma língua estrangeira, inicia um processo de inscrição nesta língua outra. Contudo, a língua primeira permanece em sua estruturação, pois ela é seu alicerce (embora nem sempre sólido) na busca imaginária por uma completude de sentido, uma busca por um “espaço de liberdade” (REVUZ, 1998, p. 224) mesmo que ilusório. Esta língua outra passaria, então, a ser o lugar de se poder dizer diferentemente, mas jamais o lugar de se poder dizer tudo, pois nenhuma língua o é (embora isto possa (a)parecer ao sujeito sob a forma de um efeito). Sendo assim, na medida em que vai se consolidando na estruturação subjetiva, na medida em que essa língua estrangeira vai se emaranhando no sujeito, ela passa a ter contraditoriamente uma função semelhante a uma língua primeira, ou seja, não permitindo que se possa dizer tudo,

justamente porque a língua, seja ela qual for, possui restrições de toda ordem. Em tempo, é possível dizer que existe uma “tomada de distância” por parte do sujeito, isto é, há a necessidade inicialmente de um distanciamento com língua materna, e “essa distância, fonte de ansiedade para uns ou de prazer para outros, marca, igualmente, o encontro com a maneira pela qual a língua estrangeira produz significações” (REVUZ, 1998, p. 222). E, do mesmo modo, há inevitavelmente a necessidade de reaproximação com a língua materna por ser necessária essa busca por significações. Assim, o processo de se poder dizer na língua outra é sempre um ir e vir, por isso, muitas vezes, há dizeres que não se *encaixam* termo a termo, dizeres que produzem outros efeitos de sentido, seja por uma questão de historicidade entre línguas, seja por uma questão de regras discursivas socialmente possíveis e aceitáveis em determinadas línguas-culturas¹⁶, seja ainda por uma questão de ordem sistêmica da língua. Para Revuz (*apud* PEREIRA DE CASTRO, 1998, p. 256),

se o encontro com a língua estrangeira provoca efeitos – com os quais o sujeito é o primeiro a surpreender-se – é que ela não é pura reprodução, nem pura descoberta de um alhures, mas jogo complexo de **similitudes** e **afastamentos** no qual a relação com a língua materna acha-se precisamente resposta em jogo [Grifo meu].

Sendo assim, a relação entre o sujeito e uma língua estrangeira ancora-se num ponto em que a língua materna é, de certa forma, protagonista no processo de estabelecimento de redes de significação, pois se trata de *similitudes* e *afastamentos* em relação às redes de significação instauradas pelo laço com a língua materna. Em outras palavras, a língua estrangeira não surge ao sujeito como totalmente nova (mas pode dar a ele este efeito), tampouco é apenas um redizer da língua materna (como se fosse apenas uma substituição lexical). A língua estrangeira é o lugar do qual o sujeito diz estabelecendo *outras* redes de significação (semelhantes ou não as da língua materna), transformando *seus* modos de dizer. Assim, parte-se do pressuposto de que existe um *conjunto de modos de dizer do sujeito* que são constituídos a partir da inscrição deste sujeito em uma língua primeira. Por isso, ao se pensar no ensino de

¹⁶ Refiro-me à “língua-cultura” nos moldes como Serrani (2005, p. 16) coloca, isto é, regras discursivas sobre o que é aceitável ou tolerável ou proibido de ser dito em determinados contextos. No capítulo 4, será retomada a noção de cultura para se pensar como certos aspectos culturais adentram os modos de dizer das línguas.

línguas, não haveria razões para um afastamento da língua materna para que ocorra o aprendizado de uma língua outra¹⁷. Ao contrário, é a partir das redes de significação marcadas pela língua materna que o sujeito irá dar de encontro com este novo. Sobre os frequentes insucessos no processo de aprendizagem de uma segunda língua, Coracini (2003b, p. 157) ressalta que

os chamados fracassos se devem, pois, à dificuldade em lidar com o estranho, com o desconhecido e com as novas possibilidades de significância, enfim, com o outro que, embora sem perceber, constitui o sujeito na sua língua materna.

Deste modo, o estranho não se faz presente apenas no encontro com uma língua estrangeira, a estrangeiridade (este outro) se projeta ao sujeito também pela língua primeira (materna). Portanto, quando o sujeito passa a ter contato com uma língua estrangeira, este processo deixa marcas, nunca é incólume, mas sim híbrido, conflituoso, pois coloca o sujeito em movimentos. Assim, é possível dizer que as línguas (materna e estrangeira) se mesclam na instância subjetiva, na relação com a história, possibilitando ao sujeito outras redes de significação, dando a ele novas possibilidades de laços identitários. Daí poder afirmar que o sujeito se movimenta, ou melhor, é posto em movimento. Trata-se de movimentos nos processos de significação e nos laços identitários. Esses movimentos nos processos de significação ocorrem em virtude de a língua estrangeira ter uma historicidade própria, distinta de uma língua materna. E, junto a isso, os movimentos nos laços identitários se dão porque o sujeito é realocado por essa outra língua, pois os modos de dizer não são mais os mesmos da língua primeira e as redes de significação acabam também por se modificar. De tal modo, é inevitável que o sujeito sofra um abalo pela língua outra. Ao mesmo tempo em que os processos de significação se realocam na instância subjetiva, os laços identitários também se reconfiguram, justamente porque é uma historicidade outra que entra em jogo e é uma outra língua que também passa a fazer parte deste sujeito.

¹⁷ Quando se menciona uma língua outra, inclui-se, além de uma língua estrangeira, a língua nacional, pensada nos moldes de Payer (2007).

Nesta perspectiva, entende-se que o sujeito se estabelece no entremeio das línguas que o constituem. Celada (2002, p. 174) nos fala de um “sujeito errante que, justamente, vaga, vacila, erra – sentindo-se incerto e inconstante – pelo entremeio que perpassa, separa e entrelaça essas línguas para ele. Esse entremeio o expõe a deslizos, vacilações e tensões no processo de aprendizagem”¹⁸.

Dito isto, vale retomar a inscrição desta pesquisa na teoria da Análise do Discurso de linha francesa (AD), mais especificamente aquela pensada por Michel Pêcheux. Sabe-se, de antemão, que a preocupação inicial da AD, na França, entre os anos 1960 e 1970, era a análise de textos de cunho político. Porém, ao longo dos anos, especialmente no Brasil, em diversas instituições¹⁹, a AD deixou apenas de tratar do campo político, uma vez que seu aparato teórico é tão amplo a ponto de dar conta de toda a materialidade que venha a produzir sentido, ou melhor, de materialidades que são passíveis de interpretação. Assim, vale dizer que a AD é uma teoria de “entremeio” (ORLANDI, 2004) que é balizada em outras três vertentes teóricas, a saber: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Contudo, não é uma teoria que faz uma miscelânea entre estes três campos teóricos. Ao contrário, a AD busca questionar estas teorias, sendo que é pelo questionamento que ela se funda enquanto campo teórico-analítico.

Com efeito, as características fundantes da AD estão no fato de que a teoria abriga a história presente na língua. “A história está na língua. Esta é uma inscrição incontornável”, diz Leandro Ferreira (2000, p. 27). A AD, portanto, admite o sujeito como integrante da constituição do sentido, percebe que tanto a língua quanto o sujeito têm como característica falhas e rupturas, além disso, acolhe a ideologia como parte do processo discursivo. A língua, o sujeito e a história estão, dessa forma, ligados, não meramente por uma questão de trans ou interdisciplinaridade²⁰, mas sim por estas três categorias formarem uma disciplina de entremeio, como dito

¹⁸ Embora Celada (2002) esteja mobilizando em seu trabalho um sujeito inscrito em uma discursividade brasileira na relação entre o português e o espanhol, é possível trazer tais reflexões para o âmbito das diferentes línguas, tal como a própria autora retoma em outro trabalho (PAYER; CELADA, 2011).

¹⁹ É possível citar como exemplo os trabalhos desenvolvidos por diversos grupos de pesquisa filiados a UNICAMP, UFRGS, USP, UFF, UFPE, UNIPAMPA, UNEMAT, entre outras instituições.

²⁰ Vale dizer neste ponto que a AD não é uma teoria de instrumentalização, pois ela se faz no entremeio de três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise (ORLANDI, 2005a).

anteriormente. A AD não é uma linguística com disciplinas auxiliares, tampouco é uma psicanálise que envolve o contexto sócio-histórico-ideológico, muito menos um marxismo do sujeito psicanalítico. Trata-se de uma teoria que traz a exterioridade como parte fundante da linguagem e, a partir disso, busca compreender os processos de significação. Para colaborar com esta discussão, vale trazer Orlandi (2006a, p. 12), pois, segundo a autora,

a AD se pretende uma teoria crítica que trata da *determinação histórica dos processos de significação*. Não estaciona nos produtos como tais. Trabalha com os processos e as condições de produção da linguagem. Condiciona, por isso, a possibilidade de se encontrarem regularidades à remissão da linguagem à sua exterioridade (condições de produção).

Por isso a importância de ser considerada a exterioridade linguística: as condições de produção e o sujeito; noções estas fundamentais para mobilizar a relação (do sujeito) entre (com as) línguas. Isto posto, vale salientar que o sujeito é responsável por interpretar (produzir sentido), mas não na perspectiva de que o sentido depende apenas dele, o sentido se dá na relação entre sujeito, língua e história. Desse modo, mobiliza-se, mais uma vez, as palavras de Orlandi (2005a, p. 32), quando a autora afirma que “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras”.

Nesta perspectiva, tendo sido retomado o lugar no qual se inscreve este trabalho, é chegada a hora de avançar a fim de justificar certos afastamentos e reafirmações teóricas. Reafirma-se, então, a inscrição teórica na AD, pois “produzir conhecimento sobre a relação entre subjetivação e as línguas na interface com o discurso nos leva à ordem do significante e da alteridade, produzindo assim efeitos sobre o discurso pedagógico” (PAYER; CELADA, 2016, p. 7). Deste modo, a filiação deste trabalho à teoria da AD não se dá por questões relacionadas diretamente ao ensino de línguas, mas se está tratando de sujeitos que inevitavelmente (já) passa(ra)m por um processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, seja num

processo formal de aprendizagem ou não²¹. É, portanto, neste viés que se dará sequência ao trabalho aqui em andamento. Contudo, creio que, para seguir esta trajetória, é preciso inicialmente fazer um leve desvio. Trata-se de mencionar a Linguística Aplicada (LA) (visto que esta teoria se ocupa fortemente das questões de ensino de línguas, em especial as estrangeiras) para, em seguida, retornar às questões mais específicas desta pesquisa.

2.1 LINGUÍSTICA APLICADA E ANÁLISE DO DISCURSO: AFASTAMENTO E REAFIRMAÇÃO TEÓRICA

Entre o amor pela língua materna e o desejo da língua ideal, a linguística científica revela “estranhos parentescos com aquilo que ela vive de excluir” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 48).

Quando se mobiliza a questão do ensino de línguas estrangeiras no campo dos estudos da linguagem, é comum que se passe a observar a teoria que mais amplamente trabalha com tais questões: a Linguística Aplicada (LA). Neste prisma, é pertinente justificar minimamente o porquê de este estudo não estar filiado a esta perspectiva teórica²², muito embora nesta pesquisa não se trate justamente do ensino de línguas propriamente dito, mas da relação entre línguas materna e estrangeira que perpassa o sujeito, ou ainda, da relação do sujeito com as línguas materna e estrangeira, um sujeito no entremeio das línguas. Inicialmente, vale mencionar que a LA representa, de modo quase que hegemônico, os estudos que focam (o ensino de) línguas estrangeiras. De acordo com Sherer (2003, p. 61), “a LA se referia quase exclusivamente ao ensino de uma língua não-materna [...]. Posteriormente, a pesquisa nesta área tomou novos rumos e, nos anos 1970, passou a associar-se ao ensino da linguagem em geral”.

Diante dessas considerações, coloco em discussão duas citações de dois autores da LA para que seja possível justificar o afastamento da LA e a reafirmação

²¹ Por processo formal de aprendizagem, entende-se aqui o ensino de línguas estrangeiras em um contexto escolar, mas não necessariamente na escola. Trata-se de um processo de aprendizagem que implica a presença da relação do sujeito-professor com o sujeito-aprendiz.

²² Em trabalhos anteriores, abordei criticamente os conceitos de sujeito e de língua que subjazem a LA (AIUB, 2008b, 2011a, 2014).

da AD como teoria preponderante desta pesquisa. A primeira citação que apresento é de Almeida Filho (2009, p. 25), cujos dizeres seguem nos seguintes termos:

a persistência com que algumas dessas questões [questões-chave para a LA] voltam a ser estudadas acabam por instituir temas mais centrais para a LA. Por exemplo, como se aprende, adquire e se ensina o **uso das línguas** em diferentes situações? Quais as manifestações de **transferência de língua materna para a língua-alvo**? Como são feitas e mantidas as **relações entre pessoas através da linguagem**? [Grifos meus].

Já a segunda citação, de Martinez (2009, p. 55), conta que

a contribuição da Linguística Aplicada ao ensino de línguas se manifesta pelo interesse em uma **abordagem diferencial ou contrastiva**. Toma-se consciência de que os **erros observados entre os aprendizes podem provir de diferenças entre as línguas primeira e segunda**, logo, de **transferências erradas** tanto na codificação quanto na decodificação [Grifos meus].

A partir destas passagens, é possível perceber que as bases teóricas da LA não poderiam dar conta de um sujeito pensado a partir de uma interpelação ideológica e, ao mesmo tempo, de um sujeito constituído pela linguagem, atravessado pelo inconsciente. Do mesmo modo que não é plausível pensar, por esta teoria, o equívoco como constitutivo do processo languageiro. Afinal, não está em sua base fundante a preocupação de se refletir sobre a condição de um sujeito duplamente afetado. Quando se diz que se aprende ou se ensina o “uso” da língua, ou ainda quando se fala de “relações de pessoas através da linguagem”, pressupõem-se, pelo menos, que as noções de sujeito e de língua são distintas daquelas pensadas por um viés discursivo. Ao contrário do que propõe a AD, a LA percebe, a partir do que aqui foi colocado, um sujeito centrado, dono do dizer, origem de si, aquele que se apropria da língua para poder “usá-la”. Neste caso, não se toma a língua(gem) como constitutiva do sujeito. Ademais, ao verificar as manifestações de “transferência” de uma língua para outra, ao tomar essas transferências como “erros que podem provir da primeira língua”, e não como constitutivas do processo de identificação com a estrangeiridade, e ainda, ao não haver o envolvimento do sujeito como parte integrante deste processo, corre-se o risco de se trabalhar apenas num âmbito estrutural e sistêmico, sem mobilizar o histórico na relação com a língua, isto

é, sem levar em consideração a historicidade. A língua pelo viés da LA é distinta da língua que preconiza a AD. A língua da AD é aquela “da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência” (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 17).

Desse modo, ao tratar a história como exterior à língua(gem), a LA deixa de fora o fato de que a relação da língua com a história produz sentido. Isto é, na perspectiva da LA, há um conceito de língua fortemente marcado por aspectos estruturais e um conceito de sujeito fortemente calcado na origem de seu dizer. A historicidade, ou seja, a relação que a língua tem com a história e como esta relação faz produzir sentido, não aparece como uma possibilidade de base teórico-analítica para a LA. Sobre esta questão, Serrani-Infante (1998), ao mencionar a forma como a LA mobiliza esta questão, diz que esta teoria não aborda o sujeito como tal, mas sim como um indivíduo em interação. Em suas palavras,

a “interação” tem sido concebida com frequência nos estudos de Linguística Aplicada dedicados à “aquisição” de segundas línguas, isto é, pressupondo uma concepção de subjetividade restrita à de indivíduo autônomo que “interage” com outros indivíduos completos que decidem livremente sobre o que falam e as palavras referem um mundo já dado (SERRANI-INFANTE, 1998, p. 254).

Portanto, o que cabe para se pensar diferentemente do que já vem sendo trabalhado no campo da LA é justamente um afastamento. Afastando-se é que se consegue perceber o objeto por um outro prisma. “É o ponto de vista que cria o objeto”, já dizia Saussure (2006, p. 15). Portanto, olhar para a língua do ponto de vista discursivo faz com que a língua da AD não seja a mesma da LA. Há teorizações distintas que fazem com que o objeto, embora de designação idêntica, não seja o mesmo. Nesta perspectiva, é pela AD que julgamos haver melhores condições de perceber o imbricamento das línguas materna e estrangeira que ocorrem no e pelo sujeito.

Seguindo com as reflexões deste trabalho, cabe dizer que a estrangeiridade não se restringe ao contato com uma língua estrangeira, mas esta é tomada como um dos aportes principais, como um dos pilares para que se tenha uma tomada de

posição distinta daquela que a língua materna nos dá como evidente, diferente daquela que a língua materna nos coloca como se fosse um lugar de estabilidade. Em vista disso, para trabalhar com o sujeito constituído por línguas materna e estrangeira, é preciso aceitar que a história está presente na língua, é preciso admitir que o sujeito não é livre, é preciso se dar conta de que tanto a língua quanto o sujeito são passíveis de falhas e que estas são constitutivas. Em outras palavras, é preciso levar em conta a exterioridade linguística como parte inerente do próprio processo de significação. Sendo assim, nada mais justo do que mobilizar uma teoria que, ao se inscrever no campo dos Estudos da Linguagem, concebe também outras noções para além da própria língua, tais como a história, a ideologia e o inconsciente, estes últimos como constitutivos do sujeito. E é neste ponto que a AD se diferencia das demais vertentes do campo da linguagem. É uma teoria que requer à linguagem a sua exterioridade e, com isso, tenta compreendê-la enquanto processo significativo. Por isso, a reafirmação desta pesquisa na teoria da AD pecheuxtiana, pois não há outros modos de lidar com este sujeito inscrito no processo de identificação com uma estrangeiridade que leve em conta a história, o inconsciente e a língua nos moldes aqui apresentados.

Sendo assim, uma das propostas iniciais é a de verificar como a relação com uma língua outra pode modificar os modos de dizer na língua materna. No entanto, ainda antes de perceber o modo como isto pode ocorrer, é preciso fazer um levantamento teórico. Em minha pesquisa de mestrado (AIUB, 2011a), mobilizei sujeitos envolvidos em um primeiro contato com uma língua estrangeira e verifiquei o modo como o contato com uma língua outra afeta os processos identitários, forçando o sujeito, muitas vezes, a uma reconfiguração subjetiva em virtude do contato com este tipo de estrangeiridade. Ademais, mobilizei a noção de historicidade pensada a partir da relação entre línguas materna e estrangeira e foi refletindo sobre essa relação entre línguas e historicidades distintas que cheguei ao conceito de *reverberação*, o qual pode ser pensado, resumidamente, como

uma *interferência sobre o sujeito* de sentidos de uma língua sobre a outra cuja ocorrência mobiliza a historicidade das línguas envolvidas, mas que os diversos sentidos provenientes desta colisão não são acessíveis ao sujeito-aprendiz. É nesta perspectiva que se pode dizer que a língua materna

reverbera na produção em língua estrangeira durante o processo de aprendizagem, e que esta reverberação não pode ser pensada nos mesmos moldes de uma interferência linguística, pois, para haver uma reverberação, é preciso que o sujeito esteja inscrito em um processo de aprendizagem de uma língua estrangeira e que, ao dizer, mobilize a historicidade de uma língua em outra, causando uma interferência semântica (AIUB, 2014, p. 158).

Cabe ressaltar aqui que este sujeito-aprendiz seria um sujeito inscrito na posição de aluno em processos formais de aprendizagem de línguas estrangeiras. Trata-se de um sujeito em contato inicial com esta estrangeiridade. Portanto, o que pretendo justificar com esta breve retomada é que, de certo modo, esta tese pode ser pensada como uma outra tomada, seja pelo avanço, seja pela diferença. O avanço nesta pesquisa se dá pelo fato de que é preciso compreender como os modos de dizer se modificam na primeira língua quando do contato com uma língua outra. Já a diferença se dá principalmente por pensar em sujeitos que já tenham tido a experiência de passar por um processo de aprendizagem, isto é, trata-se de sujeitos que se autorizam dizer que falam outra língua além da considerada materna.

Assim, nunca é demais a ressalva de que o sujeito é atravessado pelo inconsciente e é interpelado pela ideologia. Ideologia essa que é responsável pelo direcionamento dos sentidos. Daí a relação muito forte destes conceitos. Esmiuçando um pouco mais, este sujeito precisa se render às condições que a língua impõe para poder dizer. Condições estas que são paradoxais, pois, “embora ela [a língua] possa se estender infinitamente, tem o limite de não poder dizer tudo” (LONGO, 2006, p. 47). Há, então, um sujeito duplamente afetado: um sujeito *sujeito à língua* para poder dizer, e um sujeito *sujeito à ideologia* para poder interpretar. Ressalto que é ao dizer que se interpreta e, portanto, se produz sentido, de tal modo que ao sujeito não existe a possibilidade de escapar desta dupla condição. Para complementar, Orlandi (2004, p. 83) diz que

a interpretação é constitutiva do sujeito e do sentido. Não estamos dizendo, com isso, que o sujeito é interpretável ou o sentido é interpretável, estamos dizendo que a interpretação os constitui, ou seja, que a interpretação *faz* sujeito, a interpretação *faz* sentido.

Por conseguinte, pensando mais especificamente na relação entre línguas perpassada no e pelo sujeito, tomando como base que a interpretação *faz* sujeito e de

que a interpretação é um processo no qual a história não fica de fora, seria possível pensar, desta forma, em um outro sujeito, no sentido de que há uma outra língua em questão? Se o que está em jogo na interpretação é a relação da língua com a história e de como esta relação produz sentidos, ou seja, se o que está em jogo é a historicidade, e como se está trabalhando na perspectiva de línguas distintas, é preciso lidar com a possibilidade de a relação da língua com a história (historicidade) não produzir sentidos idênticos, mesmo que ao dizer o sujeito ocupe uma mesma posição-sujeito²³ nas línguas em questão. Sendo assim, retomo a questão anterior e respondo que não estamos falando de um outro sujeito, mas sim de um sujeito cuja reconfiguração identitária passa por uma outra inscrição, uma inscrição em uma outra língua, em uma outra materialidade, sem desfazer as marcas de outras inscrições, daí poder afirmar que existe um rearranjo. É neste ponto que entra, a meu ver, a questão dos modos de dizer, a ser tratada ao longo desta pesquisa, pois

não há apenas uma língua, a língua do conforto, da realização. Existem outras línguas. As línguas que são chamadas estrangeiras (ou estranhas). Uma língua forasteira que excursiona pelo íntimo do sujeito e, com suas andanças, com seu andar coxo, deixa marcas indeléveis, questionando-o, desestabilizando-o, alterando-o e propondo novas formas de dizer (AIUB, 2014, p. 25).

Nestes termos, é possível afirmar que a língua estrangeira pode produzir um efeito de questionamento aos modos de dizer em língua materna, justamente porque há um estranhamento no sujeito daquilo que antes era tido como familiar, que antes lhe dava a ilusão de uma estabilidade pela/na língua materna, pois “o que se estilhaça ao contato com a língua estrangeira é a ilusão de que existe um ponto de vista único sobre as coisas, é a ilusão de uma possível tradução termo a termo, de uma adequação da palavra à coisa” (REVUZ, 1998, p. 223). É neste viés que se passa aqui a pensar em um conjunto de modos de dizer, cuja reconfiguração se dá pelo contato com esse outro lugar que é a língua estrangeira.

Então, esta ilusão estilhaçada pelo contato com uma língua estrangeira desestabiliza os modos de dizer tidos como únicos pelo sujeito. Neste viés, postula-se

²³ A noção de posição-sujeito é sempre pensada como uma posição que o sujeito ocupa dentro de determinada formação discursiva (FD), ou seja, é inscrito em dada FD que o sujeito produz certas evidências de sentido a partir de uma posição dada, de uma posição-sujeito dada (PÊCHEUX, 2009).

que estes modos de dizer são afetados pelo contato com esta outra língua. Portanto, a este conjunto de modos de dizer, que se constituem no e pelo sujeito a partir de suas práticas de linguagem, os quais tomam *corpo* na esfera subjetiva, denominamos *corporeidade discursiva*. Trata-se, pois, de um lugar no qual o sujeito é inscrito e se inscreve para poder dizer, ou seja, a *corporeidade discursiva* faz parte do sujeito e esta corporeidade se rearranja quando existe o contato com uma estrangeiridade. Assim, será realizada uma discussão teórica mais ampla ao longo desta pesquisa. Antecipo que a *corporeidade discursiva*, noção central desta tese, trata de um lugar de inscrição da discursividade do sujeito, na qual se pretende analisar as transformações nos modos de dizer e como estas alterações nos modos de dizer repercutem na (re)configuração subjetiva, na postura do sujeito.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUAS MATERNA E ESTRANGEIRA: O SUJEITO NO ENTREMEIO

O desejo de se ver, nem que seja por uma única vez, no lugar do outro significa não compreender que é justamente a diferença entre seu próprio lugar e o do outro que faz seu ser enquanto desejante (PRASSE, 1997, p. 65).

Quando se fala em uma relação entre línguas materna e estrangeira, não se pode sugerir que estas línguas se tocam simplesmente por um gesto de análise estrutural. As línguas (materna e estrangeiras) não se imbricam somente porque há, por exemplo, empréstimos linguísticos, muito menos porque se comparam a estrutura de uma com a de outra, tampouco pelas questões de ordem sintático-morfológicas apenas. A questão é mais profunda e, por vezes, pode pressupor uma comparação sistêmica entre línguas ou uma análise estrutural, mas jamais se esgota nisso. Entende-se a língua como heterogênea, instável, passível de falhas, uma língua cuja transparência (de sentidos) é sempre questionada, e não como um conjunto de regras rígidas, não uma língua vista como instrumento de comunicação pura e simplesmente. Para refletir sobre esta relação entre línguas, é possível afirmar que *não há língua sem sujeito*, pois é a partir dele que ela se efetiva enquanto materialidade simbólica, e considera-se que não há sujeito que não seja constituído pela língua, pelo simbólico da linguagem. Portanto, a relação entre línguas mencionada é

inevitavelmente uma relação perpassada pela categoria do sujeito. É também plausível pensar em uma reformulação do que foi destacado acima para afirmar que *não há sujeito sem língua*. Porém, a inversão feita anteriormente (com um propósito) denota que a existência de uma língua não se dá apenas pelas normas de toda ordem, muito menos por uma abstração. A língua existe no sujeito, pois é nele que ela se materializa enquanto lugar da produção dos sentidos. E, do mesmo modo, o sujeito só existe pela e na língua. Um não há sem o outro, sobretudo sob o prisma teórico aqui adotado.

Em outras palavras, a relação entre línguas não pode ser pensada sem que se coloque nesta interface o sujeito. Do mesmo modo em que não se pode pensar este sujeito como fonte dos sentidos, controlador do que diz, intencional. O sujeito aqui não pode ser outro senão o sujeito do discurso, um sujeito cindido, um sujeito que é interpelado pela ideologia e, ao mesmo tempo, é constituído de inconsciente. Assim, o que se pretende afirmar é que não há modos de relação entre línguas (materna e estrangeira) em que o sujeito não esteja inscrito. Em suma, mobilizar a categoria do sujeito para se pensar esta relação entre línguas é basilar, pois as práticas de linguagem estão ligadas aos processos de subjetivação, às modalidades de identificação, enfim, práticas que envolvem o sujeito e o tornam sempre assujeitado a determinadas condições.

Sobre os processos de subjetivação, cabe dizer que são as práticas que constituem o sujeito, práticas estas que são sempre de ordem languageira, pois não há prática que não passe pelo simbólico da linguagem²⁴. Já com relação às modalidades de identificação, sem fazer uma separação brusca entre elas, uma vez que se complementam, vale salientar que o sujeito se identifica (pensando a identificação como um processo e não como um fim) inicialmente a partir de uma posição distinta daquela à qual se está em processo de identificação, isto é, as práticas de identificação, que são também práticas languageiras, ocorrem a partir do

²⁴ Neste ponto relembro as duas teses de Louis Althusser retrabalhadas por Michel Pêcheux (2009). Quando Althusser (1974, p. 91) diz que “1 - Só existe prática através e sob uma ideologia” e “2- Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos”, está-se diante de práticas de ordem ideológicas. Althusser trabalha a ideologia perpassada pelas práticas sociais. Para não dizer que Althusser exclui a atividade languageira, digamos que ele a deixa sob a responsabilidade de Michel Pêcheux. O trabalho de Pêcheux mostra que a ideologia se materializa na linguagem, de tal modo que não se pode pensar sobre ideologia sem pensar a linguagem e, conseqüentemente, o sujeito.

reconhecimento da alteridade. É, portanto, a partir do reconhecimento do outro que se tem imaginariamente uma posição a se marcar/buscar. Para contribuir com esta reflexão, Moraes (2001, p. 47-8) afirma que

a alteridade comumente atribuída à Língua Estrangeira é uma alteridade radical, ou seja, está presente já na Língua Materna, o que nos permite supor que aquilo que pode apresentar a Língua Estrangeira como diferente ou semelhante não se esgota em uma descrição, uma vez que inclui o sujeito que, a partir de uma posição na Língua Materna, fará a diferença entre as línguas.

Deste modo, pensando a questão da relação do sujeito entre línguas, por mais que uma língua se coloque na posição de materna (materna-estranha) ou estrangeira (estrangeira-familiar), ela é o meio pelo qual a alteridade (o outro que é diferente) ou a estrangeiridade (o outro que é estranho) se instala na constituição subjetiva e/ou na estruturação do sujeito. Portanto, cabe uma reflexão sobre o que é materno e estrangeiro em uma língua. Será que esta diferença entre línguas caberia aqui para pensarmos a constituição subjetiva? De antemão, afirmo que a diferença é tênue, mas existe. Se falhas e furos são constitutivos do conceito de língua, não se pode fazer uma separação drástica entre o que seria língua materna e língua estrangeira simplesmente do ponto de vista linguístico-estrutural. Se pensarmos na sintaxe e na morfologia, evidenciaríamos diferenças e semelhanças, uma vez que, nestes níveis de análise, as línguas se tocam e se distanciam com suas regularidades e diferenças. Com relação ao nível semântico, pensando sob uma perspectiva discursiva, a constituição dos sentidos sempre se dá a partir da relação com a exterioridade linguística, ou seja, são mobilizadas as condições de produção e a historicidade. Por isso que podemos também trabalhar no viés de que há diferenças e semelhanças entre as línguas envolvidas.

Sendo assim, não há como escapar de trazer à tona o conceito de um sujeito constituído pela língua(gem)²⁵, uma vez que ele faz parte inevitavelmente do processo que envolve pensar esta relação. Ainda sobre esta questão, Payer (2014, p. 94) afirma que “as línguas não são por si mesmas *maternas, estrangeiras* ou *nacionais*, ou línguas *de imigrantes*, ou *inimigas*, mas elas o são relativamente a um modo de interpretação, que se dá no seio de uma conjuntura”. Portanto, não há língua *pura*, pois existem materialidades linguísticas que se imbricam, se mesclam, se chocam e deslizam na instância subjetiva.

Nesta perspectiva, levando em consideração que há diversas conjunturas para se pensar a relação (do sujeito) entre línguas, pode-se dizer que, ao envolver o sujeito nesta relação, também há de se levar em conta o fato de que há uma língua estruturante, uma língua que se pode chamar fundante, a língua dos primeiros laços de significação, língua da inscrição do sujeito, com todas as falhas e tensões dessa relação sujeito-língua(s). Um interessante exemplo disso é o trabalho de Eckert-Hoff (2010), pois a autora/professora em suas análises mobiliza aspectos da língua portuguesa (a língua da escola) e a língua alemã (a língua de casa, do lar) em cujos modos de dizer de seus alunos acabam por mesclar uma língua e outra. Isso quer dizer que, quando se fala em *uma* língua, não se está falando de uma língua fechada em si mesma, de uma língua que não se deixa imbricar com outras. Ao contrário, este deixar-se imbricar é algo que é possível de verificar quando se mobiliza uma perspectiva discursiva de análise, pois é aí que entra o sujeito e as condições de produção. Para elucidar, apresento a seguinte passagem:

uma aluna da primeira série, indignada com as brincadeiras maldosas dos meninos no horário do intervalo, dirigiu-se a mim, sua professora, em tom

²⁵ Talvez caiba aqui questionar sobre a diferença entre língua e linguagem. Saussurianos não teriam dificuldades em responder, pois “não se pode deixar de ser atingido pelo cuidado que Saussure empenhou em separar *teoricamente* língua e linguagem” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007, p. 13). Contudo, sob o ponto de vista discursivo, há de se pensar que a linguagem por vezes se confunde com a língua, justamente porque esta é tomada sob um prisma social, histórico e ideológico, e não apenas sistêmico. Se é a linguagem que constitui o sujeito, a língua que igualmente faz parte dela, também o constitui. Pode-se pensar ainda a linguagem como objeto simbólico e as línguas como materialidades deste objeto. Contudo, esta divisão pode não dar conta da complexidade teórica que envolve sujeito, língua e linguagem. Por isso, nesta tese, em algumas passagens, há de surgir a grafia da palavra língua se confundindo com a linguagem da seguinte forma: língua(gem). Ainda sobre a questão linguagem/língua, Payer e Celada (2011, p. 69) propõem que as línguas nacional e materna podem ser pensadas como “dimensões da linguagem que são da ordem da memória discursiva”.

de queixa: “*thie* meninos *mich chupam* na *trepá*”, escada é *treppe* e eu é *mich* (os meninos a empurravam escada abaixo). Estarrecida com a confusão babélica, mas compreendendo tudo, lembro-me que fiquei no conflito: ensinar o quê? Como? (ECKERT-HOFF, 2010, p. 96-7).

Numa mistura da língua materna (o alemão do interior catarinense) e a língua da escola (o português brasileiro), o episódio descrito ilustra muito bem este imbricamento entre línguas que ocorre (e se materializa) no (e através do) sujeito. Sendo assim, tomando como base os trabalhos de Payer (2005), nem sempre se pode dizer que há tão-somente uma língua com função estruturante, pois “a língua materna tem função estruturante *fundamental* no sujeito – tanto como *instrumento* quanto como *matéria* dessa estruturação –, não coincidindo, portanto, com a língua falada pela mãe. Eu diria que não coincidem *necessariamente*” (PAYER, 2005, p. 61). É o caso também dos estudos de Coracini (2003b, p. 145), quando a autora reflete sobre os casos de bilinguismo, pois “‘língua materna’ indica também a primeira língua adquirida, mas há casos – e são inúmeros –, em que a criança aprende duas [línguas] ao mesmo tempo”. No caso deste episódio relatado por Eckert-Hoff (2010), esta aluna, cujas línguas se mesclam em seu dizer, não percebe os limites entre o que é uma e o que é outra língua, não há fronteiras entre o que é a materna e o que é a estrangeira, entre o que é familiar e o que é estranho, pois tanto o alemão (a língua de casa), quanto o português brasileiro (a língua da escola) são línguas que a constituem enquanto sujeito. Aqui não há o reconhecimento de uma alteridade, de uma língua do outro, uma vez que ambas as línguas possuem essa função estruturante do/no sujeito.

Porém, ao contrário disso, distanciando-se deste relato, cabe avançar no que diz respeito ao sujeito e ao reconhecimento daquilo que lhe é estranho, uma vez que o sujeito só percebe (dá-se conta de) uma língua estrangeira a partir de um lugar²⁶. Não um lugar ideologicamente marcado apenas, no sentido em que o sujeito ocupa uma posição na esfera discursiva, não é tampouco (e apenas) o lugar de um falante de uma língua nacional, muito menos o lugar do qual este sujeito enuncia ao falar em uma língua estrangeira, mas é tudo isso e principalmente o lugar que a língua materna ocupa na constituição do sujeito, lugar da inscrição subjetiva e como esta o

²⁶ Exatamente o que não ocorreu no caso desta aluna, mencionado por Eckert-Hoff (2010).

faz perceber o espaço da alteridade, o espaço da língua outra. Para Serrani-Infante (2003, p. 284), “enunciar em línguas estrangeiras talvez seja uma das experiências mais visivelmente mobilizadoras de questões identitárias no sujeito”, pois é algo que mobiliza e desestabiliza as filiações sócio-históricas, as redes de significação enraizadas no sujeito desde a sua constituição enquanto tal. Dito de outro modo, só existe a língua estranha a partir da inscrição do sujeito em uma língua com função estruturante, uma língua primeira. E é esta língua primeira que se pode chamar materna. O reconhecimento da estrangeiridade, da alteridade, do estrangeiro da outra língua está, portanto, sob a condição de o sujeito ser estruturado por uma língua primeira, ser inscrito em uma língua materna. Seguindo neste caminho, Payer (2005) mostra que a estruturação subjetiva não se dá exclusivamente pela língua da mãe (ou materna), mas ela pode ocorrer por mais de uma língua, uma língua materna imbricada com uma língua nacional, mas não necessariamente nesta ordem. São línguas que (se) atravessam (n)o sujeito. Ainda com relação a isso, Melman (1992, p. 33) nos diz que “pode-se falar uma língua estrangeira com mais facilidade do que sua própria língua, como se tivéssemos triunfado a barreira oposta pela significância e que tudo, a partir de então, pudesse ser dito.” Neste viés, é possível inferir que um sujeito, ao dizer intrepidamente em uma língua estrangeira, tenha deixado de lado uma carga de filiações sociais, históricas e culturais da língua primeira, tendo assim a ilusão de seus modos de dizer na língua outra não tivessem também tal carga. Por outro lado, a estruturação subjetiva construída pela língua materna pode ser tão forte que, muitas vezes, fica inviável expressar o que se sente na língua do outro²⁷. Sobre isso, Coracini (2003b, p. 149) afirma

quantas vezes nos deparamos com situações - de desculpas, de agradecimento, de revolta - em que a língua estrangeira, por mais desenvoltura que tenhamos, não é capaz de dizer o que gostaríamos ou da maneira como seríamos capazes em nossa língua materna? Parece que isso ocorre justamente porque tais situações (a expressão da afetividade e da emoção) não se encontram interditas em nossa língua.

Portanto, é fundamental o envolvimento do conceito de sujeito para pensar esta relação entre línguas. Esta relação entre línguas não pode ter um contraste

²⁷ Na parte das análises, mostrarei exemplos de como isso pode se desenvolver na esfera subjetiva.

puramente estrutural, pois a diferença fundamental é da ordem da familiarização/estranhamento, uma vez que qualquer língua pode trazer ao sujeito tanto conforto e aconchego, como, e ao mesmo tempo, estranhamentos e inquietações. O estranhamento da língua estrangeira se dá primeiramente, e sobretudo, no reconhecimento do que é preliminarmente familiar.

Sobre este ponto, podemos, então, vislumbrar dois eixos (que se mesclam) para se pensar a relação do sujeito com as línguas materna e estrangeira. Coracini (2003b, p. 149) afirma que “a língua estrangeira é a língua ‘estranha’, a língua do estranho, do outro. Tal estranhamento tanto pode provocar medo como uma forte atração”. Se por um lado há algo que atrai o sujeito a uma língua estrangeira, por outro lado há igualmente o receio de uma aproximação. Sobre essas duas vertentes, pode-se dizer que a primeira delas seria uma relação do sujeito com uma língua outra que vai no sentido de uma busca. Há um desejo por completude ilusória, por poder dizer tudo (e de outro modo), um desejo por poder dizer o que não se pode dizer na língua materna (na língua primeira, a da estruturação). Neste primeiro caso, há manifestação de uma ilusão subjetiva que surge justamente na tentativa de completar esse sujeito que é interdito pela língua materna. A segunda vertente aparece pela aversão que o sujeito tem ao estranho, ao que é diferente e ao que pode desestabilizar um mundo já logicamente estável pela língua materna, que é também formada pela ilusão de que já se diz tudo na língua que supostamente se domina. Esse receio de encontrar-se com a língua outra por vezes pode causar o medo da despersonalização que esta outra língua implica (MELMAN, 1992). Para Coracini (2003b, p. 150), “tanto no caso do medo como no caso da atração, é o mesmo desejo do outro, desejo de plenitude que move o amor ou o ódio, a aprendizagem ou a resistência a uma determinada língua”. É, portanto, uma busca por uma completude ilusória que move o sujeito. No caso aqui em questão, estamos dizendo que a busca por uma outra língua ou a resistência à língua do outro são indícios deste desejo de completude por parte do sujeito. Trata-se, portanto, de um sujeito que busca um preenchimento pleno para poder dizer tudo sem que os sentidos lhe escape. Para Neves (2006, p. 46),

a descoberta freudiana do inconsciente apresenta uma lógica que funciona na tensão entre desejos recalçados e a busca incessante e sempre adiada da realização desses desejos. Somos levados então a conceber a questão da identificação como processo de subjetivação que, por estar em constante construção, nunca é completado (NEVES, 2006, p. 46).

Em outras palavras, o que há é um sujeito desejante, cuja completude nunca é preenchida, pois, ao mesmo tempo em que o sujeito busca na língua do outro ilusoriamente poder dizer tudo, há também, de certa forma, uma resistência a esta outra língua, cujos modos de dizer (a)parecem ao sujeito como algo não familiar, algo que vem como uma possibilidade de lhe tirar o sossego supostamente instituído pela língua materna. Daí poder dizer que este processo de identificação com uma língua (materna ou estrangeira) nunca é finalizado, pois há sempre algo que escapa, há sempre algo que não se pode dizer, há sempre sentidos outros a serem produzidos. Nesta perspectiva, De Nardi (2008a, p. 131) ressalta que “o estranho, em algum momento, é, portanto, idêntico ao familiar, está nele escondido, silenciado, mas latente, prestes a se fazer ouvir”. Desse modo, tanto o desejo pela língua do outro, quanto a resistência a esta língua estranha desembocam igualmente na eterna busca pela completude. E, em ambos os casos, a língua materna se faz presente, seja para dar ao sujeito um efeito de completude, seja para que a partir dela haja um jogo de tensão entre o que é familiar e o que é estranho. A língua materna é, assim, lugar de aconchego, de refúgio, ao mesmo tempo em que é um espaço de desconforto e de jogos de resistência. E é por isso que o processo de aprendizagem de uma língua outra é tão complexo e desencadeia no sujeito uma série de novas redes de significação, deslocando-o, realocando-o, movimentando também seus laços identitários. Para Celada (2008, p. 149), “o processo de aprender uma língua estrangeira deve ser entendido como de *assujeitamento*, pois se trata da submissão de um sujeito às formas de dizer e à memória de sentidos que ela produz”. E se submeter às *formas de dizer* de outra língua é se chocar com este outro, com o estranho, é dar de encontro com um conjunto de modos de dizer distinto. E este conjunto de modos de dizer se liga à memória, às redes de significação, à historicidade daquela língua, dando certos contornos (contornos estes sempre

instáveis e movediços). Seguindo nesta linha de formulações, ainda com Celada (2008, p. 149), é possível dizer que

esse processo [o de aprender uma língua estrangeira] implica que essa outra língua e os saberes que ela pode supor entrarão em relações (de captura ou identificação, de resistência, de confronto) com a malha de uma subjetividade já inscrita em determinadas filiações de sentido.

É por isso que o encontro com uma língua outra, por mais que o sujeito se sinta acolhido por ela²⁸, inevitavelmente causará movimentos nas redes de significação, nos laços identitários, rearranjando o sujeito, colocando frente a diferentes modos de dizer que extrapolam uma questão meramente sintática ou lexical, pois mexem com a historicidade, com as condições de produção de determinada língua-cultura.

Neste viés, este sujeito desejante existe justamente porque há uma busca por poder dizer o que não se pode dizer na língua materna, na *sua língua*, já a resistência à língua outra se dá pelo receio de que esta estrangeiridade lhe subtraia o efeito de aconchego que a língua materna oferece. Para o sujeito, é sempre preciso dizer tudo (e de todas as formas), mas, ao mesmo tempo, não se pode perder a ilusão de pertencer a uma língua ou melhor dizendo, não se pode perder a ilusão de que se domina uma língua, uma língua que se pode chamar de *minha/sua*.

Desta maneira, cabe destacar que a relação entre línguas materna e estrangeira é algo que ocorre no e através do sujeito. É nele que se dão os processos de choque, de embates, de colisões que deixam marcas, ranhuras, feridas, cicatrizes. É nele que se podem notar os processos de res(íns)istências da(s) língua(s). E é justamente através, e por, (d)esses arranhões e feridas (no corpo?) que o outro (esse outro que é a língua estranha) consegue penetrar, e é também por esses cortes e arranhões que o sujeito tem a possibilidade de se perceber um outro, de olhar para si diferentemente, de se ver não coincidindo consigo mesmo, pois

²⁸ Segundo De Nardi (2009a, p. 188), “para ser sujeito na língua não basta, portanto, aprendê-la; é preciso sentir-se acolhido por ela, e muitas vezes é justamente esse sentimento de não pertencimento que, para além das estratégias, torna infrutífero o encontro do sujeito com a língua do outro”.

o sujeito identifica-se com a *língua* para poder dizer, e esse é o princípio fundamental da noção de discurso: a linguagem funciona porque há uma identificação entre o sujeito e a língua sob o modo da inscrição na linguagem e, por ela, no discurso. Inscrição que se dá quando o indivíduo identifica-se em regiões do dizer que lhe oferecem as evidências dos sentidos, pelas quais torna-se sujeito (PAYER, 2014, p. 97).

Assim, é contundente afirmar que o objeto de análise aqui é o sujeito na relação com as línguas, um sujeito que é aventurado, ou se deixa aventurar, no contato com o outro da língua estrangeira. Este estudo, entretanto, não se restringe ao sujeito em contato com uma ou mais línguas estranhas, mas de como esta relação do sujeito no entremeio das línguas (materna e estrangeira) afeta *seus* modos de dizer, modifica/transforma seus laços identitários, e, ainda, como esta relação afeta o que está se denominando *corporeidade discursiva*. Antecipo que esta noção, embora carregue *corpo* em seu nome, está muito longe de se assemelhar a um corpo de ordem biológica ou física. Também não é um corpo pensado como uma imagem, tampouco é o corpo tratado como materialidade analítica, como suporte do discurso. Trata-se, pois, de uma noção que já faz parte do sujeito, um já-estar-ali que o constitui enquanto sujeito do discurso. A corporeidade discursiva é o lugar de inscrição da discursividade do sujeito, é o lugar no qual estão os modos de dizer e a postura subjetiva²⁹.

Feita esta breve menção à noção de corporeidade discursiva, creio ser válido retomar a questão da relação do sujeito entre línguas, em especial o que concerne à dificuldade de aprendizagem de uma língua estrangeira. Nesse viés, Revuz (1998, p. 230) expõe que

a aprendizagem de línguas estrangeiras esbarra na dificuldade que há para cada um de nós, não somente de aceitar a diferença, mas de explorá-la, de fazê-la sua, admitindo a possibilidade de despertar os jogos complexos de sua própria diferença interna, da não coincidência de si consigo mesmo, de si com os outros, de aquilo que se diz com aquilo que se desejaria dizer.

A partir destas palavras, é possível afirmar que a reflexão teórico-analítica sobre o sujeito inscrito na relação entre línguas em nenhum momento pode ser

²⁹ No capítulo seguinte, será dada maior ênfase tanto à noção de *corporeidade discursiva* quanto à de *postura subjetiva*.

pensada como um tema de cunho estritamente acadêmico, no qual as pesquisas por vezes não retornam para a sociedade de um modo mais amplo. Não se pode também pensar que o estudo de certas noções, muitas vezes consideradas abstratas demais por alguns, não tenha repercussões na base social. Trabalhar com um sujeito em contato com uma língua estrangeira ou, ampliando ainda mais, em contato com uma estrangeiridade é fundamental para que sejam compreendidos o insucesso no ensino e na aprendizagem de línguas, tanto materna (nacional) quanto estrangeira. Compreender o insucesso, porém, não significa dizer que ele será extinto, mas que serão mobilizados alguns pressupostos teóricos que subjazem aos processos de ensino e de aprendizagem mais hegemônicos. Para complementar tal questão, Revuz (1998, p. 213) ainda diz que

a aprendizagem de línguas 'estrangeiras' se destaca principalmente pela sua taxa de insucesso. Não são muitas as pessoas que alcançam um bom conhecimento de uma ou várias línguas estrangeiras, nesse estágio no qual se pode, sem dificuldade, ler um livro, seguir um filme, uma conversa entre 'falantes nativos' e, por sua vez, expressar-se de forma precisa.

Desse modo, tomando a conjectura de que existe dificuldade em aprender (e também de ensinar) uma nova língua, é possível chegar a algumas cogitações a partir das condições sócio-históricas, da relação professor-aluno, da relação Estado-Escola, além de outras. Porém, coloca-se em jogo apenas uma dessas cogitações, pois não caberia elencar os diversos fatores que causam dificuldades nos processos de ensino e de aprendizagem de línguas, se estes outros fatores não fazem parte do escopo deste trabalho.

Se uma língua estrangeira é ensinada na escola pública regular de Educação Básica desde o sexto ano (antiga quinta série) do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio, por que ainda existem estudantes que minimamente não conseguem ler e compreender um texto nesta outra língua? Pois bem, não sendo simplório e tendo vivência neste espaço, não ousaria dizer que este insucesso é causado apenas por um ou outro empecilho. Não há dúvida de que há diversos fatores que influenciam positiva ou negativamente na aprendizagem e todos eles atuam conjuntamente. Não cabe aqui enumerá-los, muito menos dizer que o

problema será sanado, mas vale mencionar que o ensino de línguas é pautado, quase que de modo geral, na ideia de que a língua é apenas instrumento de comunicação e, no caso da língua inglesa, por exemplo, um lugar de prestígio para se ter acesso aos “melhores empregos”. Desta forma, é importante que seja mostrado um outro lado da aprendizagem de uma língua estrangeira, um lado que geralmente é desconhecido ou negligenciado, um lado que o livro didático de línguas não mostra³⁰. Trata-se de apresentar esta relação entre línguas materna e estrangeira como aporte de posicionamento, ou seja, é pelo contato com o outro que se tem a possibilidade de perceber novos modos de dizer, inclusive na língua que denominamos materna. É por esse contato com esta estrangeiridade que se pode ter uma tomada de um outro lugar para dizer. A língua estrangeira pode ser também o lugar do conforto, mas, para isso, é preciso dar as condições ao sujeito inscrito no processo de aprendizagem desta estrangeiridade. Partindo desta perspectiva, Coracini (2007, p. 48) aponta que

toda língua é estrangeira, na medida em que provoca em nós estranhamentos, e toda língua é materna na medida em que nela nos inscrevemos, em que nela se faz ninho, lar, lugar de repouso e de aconchego; ou melhor, toda língua é materna e estrangeira ao mesmo tempo.

Desse modo, estudar e compreender processos nos quais a relação entre línguas materna e estrangeira ocorrem, não em um âmbito somente estrutural, mas sim pensando sempre em relação ao sujeito, é de extrema relevância, no sentido de que a língua deve ser pensada de modo mais amplo, e não como mero artefato comunicacional, muito menos como ferramenta (perfeita) de trabalho. A língua talvez possa “servir” para comunicar, mas não é jamais só isso. Estudar e compreender este sujeito já inscrito e já identificado com uma outra língua, percebendo as marcas, ranhuras, feridas e cicatrizes que o contato com esse outro da língua estrangeira causa, pode ampliar os conceitos de ensino e de aprendizagem em

³⁰ Sobre o livro didático, é possível dizer, juntamente com Grigoletto (1999, p. 68), que seu modo de funcionamento se dá na produção de uma verdade em três níveis. Nas palavras da autora, “no seu caráter homogeneizante, que é dado pelo efeito de uniformização provocado nos alunos [...]; na repetição de uma estrutura comum a todas as unidades, com tipos de seções e de exercícios que se mantêm constantes o livro todo [...]; e na apresentação das formas e dos conteúdos como naturais, criando-se um efeito de um discurso cuja verdade ‘já está lá’, na sua concepção” [grifos da autora].

um lugar que não seja simplesmente o acadêmico, mas também e principalmente o escolar. Portanto, esta pesquisa tem o intuito de trazer a questão do sujeito no entremeio das línguas a partir de um escopo mais amplo do que pensar uma língua voltada simplesmente para a comunicação. Complementando, trata-se de estudar como os modos de dizer do sujeito se modificam quando da inscrição em uma língua outra. Isto é, trata-se também de avaliar a postura subjetiva através de um conjunto de modos de dizer na/da língua que se diz a materna. Assim, quando se fala em aprendizagem, está se falando de um processo no qual o sujeito se deixa capturar por uma língua outra. Para Mannoni (1994 *apud* SERRANI-INFANTE, 1998, p. 253), “uma identificação é uma captura. Aquele que se identifica talvez creia que está capturando o outro, mas é ele quem é capturado”, de tal modo que há um processo de identificação com o outro, e é neste espaço que o estranho deixa de sê-lo para passar a fazer parte do que é familiar. Em suma, pode-se dizer que a complexidade do processo de aprendizagem de uma língua estrangeira possui um caráter com predominância contraditória, pois

de um lado, é uma experiência mobilizadora em direção ao novo mas, pelo mesmo movimento, ao serem solicitadas as bases mesmas da estruturação subjetiva e com isso a língua materna, a experiência mobilizadora mais determinante é a que afeta substancialmente as discursividades fundadoras, constitutivas do sujeito (SERRANI-INFANTE, 1997a, p. 17).

Neste viés, cabe então afirmar que o ensino de línguas deve ser postulado a partir de uma posição teórica que tome o sujeito como parte das práticas de linguagem, um sujeito cindido, incompleto, cuja identificação com uma língua nunca é de toda forma plena. É preciso tomar a relação entre línguas como algo que (se) atravessa (n)o (e pelo) sujeito. Sendo assim, cabe observar a relação do sujeito com as línguas, estudar a sua constituição identitária e pensar sobre como a historicidade das línguas desestabilizam os modos de dizer *do* (e *no*) sujeito, a ponto de ele movimentar os modos de dizer, inscrevendo-se em outras redes de significação. Em vista disso, considera-se relevante verificar como o processo de reconfiguração identitária causado pelo contato com uma estrangeiridade afeta (e altera) os modos de dizer, ou seja, aquilo que se está chamando de *corporeidade discursiva*. Interessa

ainda analisar a forma como estes modos de dizer se (*com*)*portam* no sujeito. Modos de dizer estes que são característicos de cada língua, que dão corpo à materialidade da língua, pois mobilizam redes de significações que envolvem uma memória da língua, uma historicidade específica.

2.3 O SUJEITO EM MOVIMENTO: PROCESSOS IDENTITÁRIOS

Ela nunca será minha, esta língua, a única que eu estou assim destinado a falar, contanto que a fala seja possível para mim na vida e na morte; você percebe, nunca esta língua será minha. E, para falar a verdade, ela nunca foi. [...] Sim, eu tenho uma única língua, ainda que ela não seja minha (DERRIDA, 1996, p. 2)³¹.

Sob os pressupostos teóricos da AD, considera-se que as palavras não produzem sentido por si só, mas que o processo de significação depende de um estabelecimento de relações a partir de condições de produção que envolvem o sujeito, a história e a língua. Estas três noções, que formam o tripé de sustentação teórica da AD (LEANDRO FERREIRA, 2003), são fundamentais para se compreender o processo de constituição dos sentidos, pois eles nunca são dados *a priori*, ou seja, o sentido não se faz pelo sujeito isoladamente, tampouco está na língua pura e simplesmente, ou na história como se nela não estivessem igualmente os sujeitos. Os sentidos, desse modo, se formam sempre a partir da *relação* entre sujeito, língua e história em determinadas condições de produção do discurso. Além do mais, quando se toma o pressuposto de que sujeito e sentido se constituem mutuamente (PÊCHEUX, 2009), estamos dizendo que há um sujeito de linguagem, um sujeito que é submisso à língua para poder dizer. Além disso, há de se notar que o sujeito é interpelado pela ideologia. E essa interpelação ideológica acaba por colocar o sujeito em movimentos de identificação, fazendo com que haja direcionamento e deriva dos sentidos. Esses movimentos identitários se dão pelo processo de identificação do sujeito a uma determinada formação discursiva (FD), sendo que as FDs “representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes”

³¹ Tradução minha de “*it will never be mine, this language, the only one I am thus destined to speak, as long as speech is possible for me in life and in death; you see, never will this language be mine. And, truth to tell, it never was. [...] Yes, I only have one language, yet it is not mine*”.

(PÊCHEUX, 2009, p. 198). Diante disso, cabe pensar o funcionamento desse processo de identificação (que nunca deixa de ser ideológico) com outra língua, uma língua estrangeira. Se é verdade que o sujeito precisa da linguagem para se constituir como tal, pode-se dizer que há uma estruturação subjetiva que se dá por uma determinada materialidade linguística, e aqui estamos chamando de língua materna, ou língua primeira. O que se coloca, então, para pensar essa relação do sujeito com mais de uma língua, é justamente o processo de *sua* inscrição em uma língua estrangeira, ou seja, trata-se de refletir sobre como se dá o processo de identificação com outros modos de dizer que são característicos de uma língua estrangeira, e vale ainda pensar como esta outra materialidade linguística funciona na relação com o sujeito no processo de sua constituição subjetiva, no processo de construção dos sentidos. Talvez fosse possível colocar aqui que também se trata de outros *lugares* de dizer. Contudo, a noção de lugar pode levar a pensar sobre a questão do posicionamento, tal como um “lugar discursivo” (GRIGOLETTO, 2007). Desta forma, evitou-se falar em um *lugar* justamente por se acreditar que há aí uma forte relação com as questões ideológicas. Assim, por mais que as formações ideológicas estejam representadas na língua através das FDs, elas não são cambiáveis entre uma materialidade linguística e outra³². Contudo, não estou afirmando aqui que o sujeito fica livre da ideologia. Ao contrário, justamente por a questão da interpelação ideológica ser tão forte não é uma língua estrangeira que será a responsável por esse movimento no posicionamento do sujeito, mas é justamente o trabalho da própria ideologia que o movimenta em *seu* posicionamento dentro de uma ou mais FDs.

Em suma, cabe mobilizar a questão dos processos de identificação do sujeito com as línguas, na sua relação entre o materno e o estranho especialmente, uma vez que é por (e através) (d)essa relação sujeito/língua(s) que os processos identitários se desenvolvem, ou seja, trata-se de pensar o sujeito na sua relação com materialidades linguísticas não-idênticas³³. Dito isto, pode-se pressupor que um dos meios pelos

³² Mais adiante, na seção 3.2.2, esta questão será retomada com mais força.

³³ Neste ponto, vale relembrar a questão de língua nacional como uma língua não-materna, a língua do Estado, que, via de regra, apresenta-se ao sujeito como uma materialidade linguística distinta. Segundo Payer (2007, p. 117), “língua nacional e língua materna funcionam em um batimento, de um modo tal que se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de sua língua materna (familiar) ao de sua língua nacional (da Escola) **sem** ter de mudar de materialidade linguística” [Grifo meu].

quais o sujeito dá de encontro com uma outra materialidade linguística é através do processo de aprendizagem de uma língua estrangeira. Portanto, destaca-se que aprender uma outra língua nunca é mero exercício de memorização de léxicos e de aplicação de estruturas sintáticas, pois este processo envolve a necessária inscrição do sujeito nesta outra materialidade, fazendo com que outras redes de significação sejam mobilizadas. Deste modo, para que o sujeito diga em uma língua estrangeira, considerando que este dizer não seja uma reprodução, é preciso que haja uma identificação com essa outra materialidade linguística, com todos os conflitos que esse processo pode trazer. Menciono a questão dos conflitos na tensão que se estabelece entre os laços de identificação do sujeito com a primeira língua, a língua estruturante, a língua das experiências mobilizadoras, no contraponto com a língua estrangeira, língua com outra historicidade, outra materialidade linguística que dá ao sujeito a possibilidade de outras filiações sócio-históricas. Daí poder dizer que o encontro com uma língua estrangeira causa certa desacomodação ao sujeito, dando a ele a possibilidade de encontrar novos modos de dizer. De acordo com Serrani-Infante (1997b, p. 80),

no caso específico da inscrição numa segunda língua, até mesmo nos contextos formais de aprendizagem, esse processo diz respeito sempre ao estrangeiro, ao estranhamento. Estranhamento que nos defronta com outros modos de estruturar as significações "do" mundo, que se apresenta "tangivelmente" como *múltiplo e construído*. Mas o estranhamento fundamental é aquele que acontece, principalmente, em relação a nós mesmos.

Portanto, lidar com esse estranho da outra língua é algo que custa ao sujeito, pois isto acaba por movimentar as redes de significação já instauradas, mas não consolidadas. Esse movimento causado pelo encontro com essa estrangeiridade, para uns, é o desejo pelo outro, desejo pelo espaço de completude, um alhures, uma busca por dizer diferentemente, é a ilusão da concretização de um desejo de sair das rédeas (im)postas pela língua materna, esse movimento é a própria manifestação do desejo de um lugar de exílio. Para outros, entretanto, esse mesmo movimento causa desconforto, instabilidade, repulsa, e é um sinal para que deste lugar o sujeito fuja, é o lugar a se escapar. Sendo assim, entre sofrer a inscrição de uma língua estrangeira

(no corpo) e o desejo de aprendê-la, apresentam-se ao sujeito desentendimentos, falhas, desconforto, mas também aconchego e acolhimento. Assim, é possível afirmar que, para além das redes de significações, há outros modos de dizer da língua estrangeira que se entrelaçam a um modo de dizer da língua materna. Defendemos que esses distintos modos de dizer (da língua materna, da estrangeira e do sujeito) tomam *corpo* na esfera subjetiva, por isso denominar *corporeidade* discursiva, pois afetam/transformam/reconfiguram a relação do sujeito com as línguas. Como dito anteriormente, por mais que se possa tentar estabelecer dois movimentos distintos de inscrição em uma língua estrangeira (um de atração e outro de repulsa), este processo nunca é regular e homogêneo, mas, ao contrário, é complexo, tenso, instável. Este processo de inscrição em outra língua obriga o sujeito a um movimento, a uma reconfiguração de seus laços identitários, justamente por esta outra materialidade linguística não vir isoladamente, possuir uma carga de historicidade distinta, outra memória, com outras redes de significação. Assim, por mais que o sujeito se sinta atraído por esta outra língua, ou por mais que haja o receio deste encontro, este nem sempre será guiado por um *ou* outro viés, uma vez que estes movimentos imbricam-se, (con)fundem-se, na instância subjetiva. Estes movimentos de atração e de repulsa andam juntos no processo de inscrição do sujeito em uma língua estrangeira, de tal modo que se pode dizer que este é um processo duplo, dobrado, com dobras, justamente pelo fato de ocorrer com idas e vindas.

Nesta perspectiva, para que a aprendizagem de uma língua estrangeira (seja em ambientes formais de aprendizagem ou não) se efetive³⁴, é preciso que haja uma identificação do sujeito com esta outra língua. Neste caso, quando se fala de uma identificação, não se pode resumi-la a um simples gostar ou não gostar da outra língua, mas é preciso pensar esta identificação como um processo no qual o sujeito inscreve a sua discursividade, colocando-se na língua e esta, por sua vez, age num processo de captura. Nesse sentido, é relevante trazer as colocações de Celada (2013, p. 49), pois, segundo a autora,

as práticas de ensino de línguas estrangeiras em contextos formais de aprendizagem podem ser pensadas como processos de inscrição na ordem

³⁴ Vale mencionar que o processo de inscrição de uma língua no sujeito é algo que não se finda.

da língua outra. Estes estariam marcados por *identificações*: o sujeito seria capturado por formas e sentidos dessa língua, e essa série de capturas vai tramando sua inscrição na ordem da outra língua, aspecto que nos leva a frisar que tudo não tem como acontecer a não ser como vinculado (“entrelaçado” ao processo – maior, mais amplo – de subjetivação, nunca encerrado) cujo protagonista é o sujeito da linguagem (CELADA, 2013, p. 49).

Desta forma, considerando o sujeito de linguagem, pode-se dizer que, quando uma língua outra intervém em sua constituição, juntamente com a língua materna, outras representações entram em cena e se mesclam. Portanto, se o imaginário de que as palavras se ligam às coisas já se rompe na própria língua materna, quando outra materialidade linguística entra em cena, isso tende a se tornar um pouco mais evidente. Nesta perspectiva, é relevante trazer as palavras de Cavallari (2016, p. 156-7), pois, ao falar do processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, a autora afirma que “o peso das palavras e expressões da língua materna é diferente do peso adquirido e sentido na língua estrangeira, o que vai provocar um deslocamento das marcas anteriores e confrontar o aprendiz com outro recorte do real”. Seguindo neste viés, pode-se dizer que este deslocamento também é um modo de o sujeito ser posto em movimento, é uma maneira de rearranjar *suas* redes de significação, pois é justamente quando ele dá de encontro com esses estranhos modos de dizer e, por conseguinte, com outras formas de se submeter à língua para poder dizer, que há uma necessidade de reconfiguração subjetiva. Dizer em língua estrangeira é sempre dizer de outra forma e, por isso, o processo de identificação com essa outra língua está longe de ser homogêneo e estável.

Dito isto, cabe mobilizar as palavras de Serrani-Infante (2003) quando a autora apresenta o que se compreende por identidade e por identificação. Noções essas essenciais para se pensar a relação sujeito/línguas materna e estrangeira. Segundo ela,

enquanto a identidade pode ser entendida como representação do ser, a identificação enfatiza a referência ao dizer. Trata-se dos elos sociais, materializados em nexos de linguagem, em que por identificação se relacionam posições subjetivas na produção-compreensão discursiva. Mediante as identificações o sujeito adquire, não sua unidade, mas sua singularidade (SERRANI-INFANTE, 2003, p. 286-7).

Assim, ao se entender a identificação como uma referência ao dizer, estamos também afirmando que este processo de aprendizado de uma língua não pode ser tido como totalmente consciente, isto é, sem brechas para falhas, como se o sujeito pudesse apre(e)nder esta outra língua por um gesto consciente³⁵. Aprender uma língua estrangeira é um processo que passa pela inscrição do sujeito em outra materialidade linguística, e como esta inscrição nunca é estável, há deslizos e rupturas. Então, se a questão da identificação possui estreita relação com o dizer, cabe mencionar que uma língua estrangeira põe o sujeito inevitavelmente diante de um conjunto de modos de dizer distintos. Este conjunto de modos de dizer característicos das línguas se choca com modos de dizer já inscritos no sujeito. E estes modos de dizer inscritos no sujeito se dão por dois vieses simultâneos: um deles trata da existência de modos de dizer característicos da própria língua materna, aquela que constitui o sujeito em sua base psíquica, e o outro ponto diz respeito ao fato de o sujeito, inscrito na língua materna, também poder imprimir a sua singularidade ao dizer. Em outras palavras, estamos afirmando que há modos de dizer da língua que se instalam no sujeito e, a partir disso, ele imprime em seu dizer a sua singularidade. Diante disso, é que se pode afirmar que o encontro com modos de dizer distintos faz com que o sujeito possa se questionar sobre o *seu* modo de dizer, dando, assim, a possibilidade de estabelecer outras redes de significação. Trata-se, portanto, de pensar as línguas materna e estrangeira como tendo estatutos distintos, ou ainda, tratando-se de “dimensões” diferentes da linguagem (PAYER; CELADA, 2011). Para Cavallari (2004, p. 172),

se pensarmos que alguém se torna falante como efeito da língua materna ou, ainda, que é a língua materna que constitui a base psíquica do ser [...], então a língua estrangeira não terá jamais o mesmo estatuto da língua materna, embora seja capaz de colocar o sujeito em outras discursividades, afetando suas representações identitárias, bem como o lugar ocupado pela língua materna.

³⁵ É feita essa ressalva porque majoritariamente nas teorias sobre o ensino de línguas estrangeiras não há lugar para reflexões sobre uma concepção de sujeito clivado, clivado, um sujeito assujeitado, tal como é o caso da Linguística Aplicada apresentado na seção 2.1. Vale mencionar ainda que há outros trabalhos que mobilizam a questão do sujeito clivado no ensino de línguas, tais como Aiub (2014; 2008b), além de livro organizado por Signorini (1998), e ainda Coracini (2003a, 2003b, 2007), entre outros.

Assim sendo, a(s) língua(s) se inscreve(m) no sujeito, justamente porque quando o sujeito imagina estar dominando os (estrangeiros) modos de dizer é justamente aí que se dá o processo de identificação. Já a identidade, por sua vez, como sendo uma representação do ser, e ao se entender o sujeito como nunca pleno, está igualmente sempre em movimento. A identidade não finda, não se fecha como tal, pois se concebe “os movimentos identificatórios como provisórios, contingentes, desprovidos de uma base perene e verdadeira e sujeitos aos desajustes entre a identidade prometida e o ‘erro’ de identidade” (GRIGOLETTO, 2006, p. 24). Daí, nesta relação do sujeito com o dizer, é possível afirmar que quando se diz a partir de uma língua estrangeira nunca é o mesmo dizer da língua materna. Justamente por se tratar as línguas (materna e estrangeira) como estatutos da linguagem, a língua materna, justamente por ser a base da fundação psíquica do sujeito, por si só já carrega toda uma história (da língua e do sujeito) e, por esse motivo, essa língua primeira traz em si um sujeito já barrado/interditado (MELMAN, 1992). Por outro lado, essa carga de história subjetiva na língua estrangeira é menor, pelo menos a um sujeito em processo inicial de aprendizagem desta língua. Se a língua materna dá ao sujeito certos contornos nos modos de dizer, a língua estrangeira justamente dá a impressão ao sujeito de que nesta estrangeiridade não há essa carga histórica e o sujeito tem a impressão de tudo poder dizer.

Neste viés, o sujeito ao se inscrever em uma língua estrangeira passa a estabelecer outras redes de significação. Portanto, como diante de todo o objeto simbólico o sujeito é conduzido à interpretação (ORLANDI, 2005a), o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira igualmente não é da ordem da memorização e da repetibilidade, mas sim da ordem de uma inscrição subjetiva na língua. Para Celada e Payer (2016, p. 29),

a inscrição do sujeito em uma ordem linguística implica no reconhecimento de que, no entremeio, mediante tomadas de posição e gestos que configuram um singular agenciamento de sua enunciação, ele se inclui (ou dá continuidade a sua inclusão) no simbólico, “se dizendo” mediante modos que podem ir na contramão de qualquer projeção de homogeneidade.

Dito isto, é possível afirmar que uma identificação, nos moldes freudianos, é “um processo de transformação efetuado no próprio seio do aparelho psíquico, fora de nosso espaço habitual e imperceptível diretamente por nossos sentidos” (NASIO, 1997, p. 100), e a identificação por um viés lacaniano pode ser pensada como “o nome que serve para designar o nascimento de uma nova instância psíquica, a produção de um novo sujeito” (NASIO, 1997, p. 101), ou seja, Lacan trabalha com um processo em que “não apenas a identificação é inconsciente, não apenas significa engendramento, mas ainda e sobretudo, o sentido do processo é invertido. Em vez de A se transformar em B, é B que produz A” (NASIO, 1997, p. 101). Em outras palavras, no que tange à identificação com uma língua outra, diríamos que não é o sujeito que passa a *dominar* a língua, mas é ela que passa a fazer parte de sua instância psíquica, fazendo com que haja, então, processos de significação outros, reconfigurando este sujeito. Para se pensar a identificação nos termos na teoria da AD, é preciso realizar um movimento que leve o sujeito também para a questão da interpelação ideológica. Pêcheux (2009) nos diz que o sujeito, interpelado ideologicamente, identifica-se com uma formação discursiva (FD)³⁶ que o domina e que dá ao sujeito uma unidade imaginária. Em suas palavras, “essa identificação, fundadora da unidade imaginária do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 150). Podemos afirmar, em conjunto com De Nardi (2008b, p. 63), que “identidade é movimento, é produção marcada pela historicidade; é trabalho de um sujeito descentrado cuja construção implica o encontro de duas dimensões: ideológica e inconsciente”. Assim, vale dizer que a inscrição do sujeito em uma língua estrangeira não apaga os vínculos estabelecidos pela língua materna, tampouco acreditamos que durante o processo de identificação com outra língua o sujeito passa a ser outro (no sentido que o anterior deixa de existir), mas se trata de um *novo* sujeito especialmente porque há outros laços identitários em jogo, outra discursividade que é colocada por esta língua estrangeira. Há aqui uma busca pelo sentido, por fazer sentido (n)aquela estrangeiridade. Esta busca ocorre a partir dos laços identitários já instaurados no sujeito. Então, se a

³⁶ A noção de FD será melhor desenvolvida no próximo capítulo.

língua estrangeira ainda está em processo inicial de uma inscrição no sujeito, ele irá buscar essa significação a partir dos laços identitários já instituídos. Dito de outro modo,

o sujeito precisa inscrever-se em processos identificatórios nessa língua [estrangeira] e, portanto, acaba por realizar movimentos que coloquem em jogo um outro imaginário, já que a produção de sentidos não ocorre no vazio. Esse imaginário [...] tem uma função de sustentação da identificação para a formação da identidade, e só por um trabalho de desarranjo/rearranjo da forma-sujeito [...] essa identidade pode estar sempre em formação/transformação, possibilitando ao sujeito o encontro com outros lugares de dizer (DE NARDI, 2005, p. 162).

Complementado o que diz De Nardi (2005), ainda é possível mencionar que, para além de outros *lugares* de dizer, é possível pensar nos *modos* de dizer. Enquanto os *lugares* de dizer estariam vinculados a outras redes de significação, em virtude também de uma outra historicidade entrar em contato com o imaginário subjetivo, os *modos* de dizer se vinculam à organização da língua no entrelaçamento com a ordem da língua, principalmente nos moldes em que Orlandi (2004) propõe.

Para dar prosseguimento a esta pesquisa, é preciso mobilizar outras noções vinculadas à AD, verificando como certas concepções podem auxiliar na análise deste conjunto de *modos* de dizer de um sujeito inscrito em diferentes materialidades linguísticas, estruturado³⁷ por uma língua materna e afetado pelo contato com uma língua estrangeira. Em outras palavras, trata-se de fazer as relações necessárias das noções do discurso a fim de que esta construção teórica dê conta de uma reflexão teórico-analítica da relação do sujeito com as línguas (materna e estrangeira) a partir de modos de dizer, além ainda de averiguar como estes modos de dizer podem produzir diferentes efeitos, mobilizando, assim, a *corporeidade discursiva*.

³⁷ Vale mencionar que não se trata de uma estruturação fechada em si mesma, pois o processo de constituição de uma identidade nunca é tomado como completo.

3 DAS BASES TEÓRICAS EM ANÁLISE DO DISCURSO: DEMARCANDO (E LIMPANDO) O TERRENO

Uma linha de demarcação – tal como ela é, se for justa – já é suficiente, em princípio, para nos livrar do idealismo; e abre um espaço para onde se deve avançar (LÊNIN *apud* ALTHUSSER, 1978, p. 70).

Mas o que é a língua? Para nós ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente (SAUSSURE, 2006, p. 17).

Se para Lênin uma linha de demarcação justa deveria livrar os sujeitos de um idealismo, a demarcação teórica proposta por Saussure levou-o justamente para este lado, ou melhor dizendo, Saussure, a partir de seu corte epistemológico, criou um ideal de língua, sobre o qual muitas teorias linguísticas até hoje se assentam³⁸. Portanto, a linha de demarcação saussuriana não teria sido, sob uma ótica materialista, “justa”. Demarcar abre espaço para avançar, mas esta demarcação pressupõe certo rigor teórico. Não se trata, porém, de um rigor no viés de uma rigidez intransponível, mas de um rigor às filiações teóricas fundantes que dê a possibilidade de uma possível resignificação conceitual quando esta se fizer necessária. Deste modo, vale dizer que a proposta nesta seção é realizar esta (de)marcação no/do terreno da teoria da Análise do Discurso (AD) da forma mais justa possível.

Para tanto, e dando a sequência necessária, coloca-se a seguinte pergunta: em que a teoria da AD se diferencia (ou se assemelha) das demais teorias do campo dos estudos da linguagem? Não se trata aqui, pois, de trazer à tona todas as discussões teóricas realizadas sobre o campo da linguagem para realizar contrastes e aproximações com a AD. O que se pretende em especial é demarcar um ponto de partida e fazer um esboço de como, a partir de uma crítica contundente a uma linguística imanente, a AD se sustenta como disciplina, justamente quando traz para

³⁸ Para Bakhtin/Volochínov, Saussure teria sido o representante mais notório do “objetivismo abstrato”, cujas críticas o autor não dispensa. Segundo Bakhtin/Volochínov (2006 p. 86-7), “a chamada escola de Genebra, com Ferdinand de Saussure, mostra-se como a mais brilhante expressão do objetivismo abstrato em nosso tempo”. E complementa, “[no objetivismo abstrato] o fato mais significativo é o fosso que *separa a história do sistema linguístico em questão da abordagem não histórica, sincrônica*. A argumentação fundamental [...] faz desse fosso dialético um fosso intransponível” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 82).

o interior de sua teorização as categorias de sujeito e de história como constitutivas do processo linguageiro.

Ao tentar responder a questão posta, nota-se que, geralmente, quando se busca delinear um lugar no campo dos estudos da linguagem, há uma marcação muito mais constante pela diferença do que pela semelhança. Nega-se o que não se é para que as diferenças se afastem e as semelhanças tenham um efeito de evidência. Assim, as semelhanças, muitas vezes, se dão no próprio interior da teorização. Pode-se dizer, então, que primeiramente se apruma o terreno para construir as bases fundantes, justamente para que não haja indícios de certas confusões teóricas. Este nivelamento de terreno ocorre em relação àquelas áreas que se avizinham, ou mais amplamente falando, em relação aos campos teóricos que se aproximam de dada teoria. No caso desta pesquisa, o que importa são as teorias que se avizinham à AD.

Deste modo, pode-se dizer que a teoria da AD está no entremeio³⁹ dos campos da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. A AD situa-se em um lugar coabitado por estas três áreas do conhecimento, mas longe de ser um *lugar nenhum*, a AD se faz notar especialmente pelos questionamentos realizados a estes três campos do saber. Com relação à linguística, a AD questiona a concepção de língua homogênea, na qual os sentidos estão dados e evidentes. A AD interroga a linguística quanto à opacidade, aos furos e às falhas, todos constitutivos da língua. Para Indursky (2013a, p. 29), “a AD instaura sua relação com a linguística, sem subsumi-la integralmente, inscrevendo-se de modo crítico e com metodologia própria nesse campo de conhecimento.” No que tange ao materialismo histórico, a AD questiona o lugar da contradição histórica, da possibilidade de uma ruptura, do equívoco. Já com relação à psicanálise, a AD busca a categoria do sujeito como aquele que não é nem totalmente repleto de intenções, controlando todo e qualquer dizer, nem é aquele plenamente assujeitado ao ponto de que não seja possível um rompimento. Na psicanálise, a AD busca a categoria do sujeito como sujeito do desejo, lugar no qual o inconsciente trabalha. Em suma, a AD

³⁹ A noção de entremeio para a Análise do Discurso é trazida por Orlandi (2004, p. 25). Nas palavras da autora, “a AD trabalha no entremeio, fazendo uma ligação, mostrando que não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva”.

interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2005a, p. 20).

Depois de uma tentativa de deixar ainda mais manifesto este território da teoria da AD, chega o momento de uma demarcação que não pode ser feita com muros de pedras intransponíveis. Longe disso. Trata-se de uma demarcação suficiente para que sejam percebidas as diferenças, mas também as semelhanças com essas três áreas vizinhas.

De acordo com Leandro Ferreira (2011a, p. 348), “as fronteiras do território da Análise do Discurso delimitam o campo teórico, mas também permitem o contato e a aproximação com os campos vizinhos; são fronteiras rarefeitas que funcionam como *limites e não como limitações*”. Portanto, dados estes limites, entra o momento de certa *limpeza de terreno*⁴⁰. E esta limpeza se realiza garimpando as definições sobre determinados conceitos que compõem o campo teórico ao qual se filia para poder dizer/teorizar/analisar.

No momento em que tento delinear esta metáfora do terreno/território da AD, passei a imaginar ser esta limpeza de terreno mais típica da própria teoria à qual este trabalho se inscreve, pois não é raro observar em diversas pesquisas inscritas na AD as seguintes formulações (ou paráfrases delas): “a língua da Análise do Discurso não é a mesma língua da Linguística” (LEANDRO FERREIRA, 2011a, p. 345)⁴¹; e ainda: *a AD não exclui o sujeito*. Este tipo de assertiva no campo teórico se faz necessário para a AD justamente pelos preceitos acima destacados, uma vez que, de fato, o conceito de língua para a AD é distinto do da linguística, e o sujeito na AD é

⁴⁰ Cabe ressaltar que o termo “limpeza de terreno”, operado na relação da linguística sistêmica com a AD, foi pensado por Leandro Ferreira (1996). Eu aqui o tomo de empréstimo.

⁴¹ Vale destacar que há formulações muito semelhantes a esta, tanto no capítulo anterior deste trabalho, como também em outro texto de Leandro Ferreira (1996, p. 40), a saber: “o conceito de língua na perspectiva do discurso não é o mesmo conceito que dela tem o linguista”.

parte integrante do processo de análise, ao contrário de uma linguística sistêmica que não envolve a noção de sujeito⁴², por exemplo.

Embora característica muito presente nas pesquisas em AD, esta limpeza de terreno, ou melhor, essa demarcação, não é sua exclusividade. Diria, pois, que foi praticada na área dos estudos da linguagem pela primeira vez já com Saussure, uma vez que limpar o campo da linguagem para transformá-lo em uma ciência linguística foi o que o mestre fez a partir do que se denomina o *corte epistemológico saussuriano*, de tal modo que há a separação da linguagem em língua e fala para se estudar somente a primeira. Para Saussure (2006, p. 23), “enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea”. O mestre genebrino, portanto, institui a linguística como uma ciência fazendo de fato uma faxina neste espaço teórico. Com isso, não se está refutando a importância fundamental de Saussure para os estudos linguísticos, mas se trata principalmente de apontar o fato de que sua dicotomia (língua/fala) trouxe igualmente diversas consequências. Para Brandão (2012, p. 7), “embora reconhecendo o valor da revolução linguística deixada por Saussure, logo se descobriram os limites dessa dicotomia pelas consequências advindas da exclusão da fala do campo dos estudos linguísticos”. Saussure, portanto, observa a linguagem e divide-a em língua e fala, toma como objeto somente a língua, por ela ser, segundo ele, “um objeto de natureza concreta” (SAUSSURE, 2006, p. 23), ou seja, o objeto de estudo da linguística saussuriana passa a ser, assim, uma língua homogênea⁴³, uma língua sem relação com a fala, tampouco com o exterior do sistema linguístico. Neste ponto, cabe trazer os apontamentos de Stübe (2016, p. 28), pois, segundo a autora,

a linguística, sustentada pelo estruturalismo, posicionou-se diante de outras ciências como ‘piloto’, cujo método de descrição poderia ser abarcado pelas

⁴² Quando sugiro que uma linguística sistêmica não envolve o conceito de sujeito, estou querendo afirmar justamente que o conceito de sujeito mobilizado por outras teorias linguísticas não refletem um conceito cuja constituição passa pela linguagem. Via de regra, há deliberadamente um conceito de sujeito que se apropria da língua para poder se comunicar. Este é o caso de uma linguística aplicada mais conservadora, de uma linguística textual e de uma pragmática. Nestas teorias, há um afastamento da perspectiva do conceito de sujeito trazido pela AD e conseqüentemente por esta pesquisa. Para mais informações, ver livro organizado por Mussalim e Bentes (2003).

⁴³ É possível dizer que os estudos saussurianos sobre a língua resumem-se a análises de princípios de classificação, segundo o que o próprio autor mostra no capítulo II da Introdução do Curso de Linguística Geral (SAUSSURE, 2006, p. 13-4).

ciências e garantiria a ‘verdade’ ao descrever as estruturas. Entretanto, para ocupar esse lugar, **produziu um apagamento da relação linguagem e exterioridade**, o que gerou uma imagem de homogeneidade no seu objeto de estudo – a língua (STÜBE, 2016, p. 28) [Grifo meu].

Portanto, com a supressão da fala dos estudos linguísticos no início do século XX, exclui-se principalmente o sujeito e tudo que o acompanha. Sendo assim, é por estes fatores que a língua da AD é outra. A exclusão da fala, e seu posterior tratamento como exterioridade linguística, foi “o custo teórico para instituir a Linguística como ciência” (INDURSKY, 2005, p. 16). Neste sentido, há na teoria linguística, desde Saussure, a prevalência de uma análise do sistema da língua pura e simplesmente, pois a língua passa a ser vista “como um sistema de signos, em que um elemento é o que o outro não é, [e] podemos verificar que os elementos constituintes da língua têm como contexto o próprio sistema, nunca podendo dele se afastar” (INDURSKY, 2006, p. 39). Neste sentido, ousa afirmar que esta limpeza de terreno operada por Saussure é bastante eficaz, pois muitos estudos relacionados à linguagem que abordam uma língua sistêmica utilizam-se desta operação saussuriana. Em outras palavras, a língua não passa de um princípio de classificação e não envolve nada além do próprio sistema. Por isso, não há necessidade teórica de se fazer essa retomada a todo instante, não há esta obrigação de se marcar o lugar do qual se fala quando se está no interior da própria linguística sistêmica. O terreno já foi apurado e muito bem limpo por Saussure, tanto que é raro surgir, em trabalhos relacionados a uma Linguística Aplicada (LA) mais conservadora, a inserção do conceito de sujeito que não seja pelo viés de fonte de seu dizer, alguém (sujeito consciente) que *usa* a língua ao se apropriar das regras e do léxico (seja em língua materna ou estrangeira). Também é raro haver incidências de sentenças como: *a língua da Linguística Aplicada não é a mesma da Análise do Discurso*⁴⁴. Ocorre justamente

⁴⁴ Vale ressaltar que há outras teorias do campo da linguagem que pensam a língua por um viés sistêmico. Cito, por exemplo, a Linguística Textual (LT), pois ela se preocupa inicialmente com uma análise transfrástica, ou seja, trabalha com “as relações que se estabelecem entre as frases e os períodos, de forma que construa uma unidade de sentido” (BENTES, 2003, p. 247). Isto é, o texto passa a ser visto como uma unidade sistêmica. Vale dizer que há uma coletânea de artigos que tratam da noção de texto sob diferentes perspectivas teóricas na revista *Organon* n. 23. Para mais informações sobre a LT, ver Koch (2004), Bentes (2003), Fávero e Koch (2008), e Koch e Travaglia (2008). Em contrapartida, há alguns autores que mobilizam a LA por um viés mais crítico, a exemplo de Pennycook (1998, 2003) e Rajagopalan (1998).

o oposto. É a AD que traz, no interior do campo dos estudos da linguagem, essa necessidade de demonstrar um conceito distinto do consagrado na linguística. E isto se dá porque a demarcação teórica (ou limpeza de terreno, ou o “custo teórico”⁴⁵) já ocorreu em Saussure. O que não ficou no terreno saussuriano a AD acaba por aproveitar. Dito de outra forma, a AD traz para dentro de seu território justamente o que Saussure fez questão de deixar de fora: o sujeito e tudo que com ele se pode presumir. É neste sentido que a AD busca na psicanálise uma melhor compreensão desse sujeito e igualmente busca no materialismo histórico trazer as condições de produção nas quais este sujeito está inscrito sócio, histórica e ideologicamente para poder dizer/interpretar. Em tempo, pode-se afirmar que a AD se estabelece em múltiplos territórios⁴⁶, visto que seu aparato teórico tem atraído pesquisadores das mais diversas áreas. Vale mencionar ainda que este território discursivo não apresenta um único caminho – e aqui já se está falando de métodos de análise⁴⁷. Há sempre mais de uma maneira de trilhá-lo. E ele “nunca é plano, nem acabado, mas, ao contrário, sempre tortuoso e deslizando [...]. O que torna ainda mais fascinante (e arriscado) esse caminho é o fato de ele se fazer no entremeio⁴⁸” (LEANDRO FERREIRA, 2011a, p. 348). Portanto, é neste espaço do entremeio que a AD trabalha na mobilização do funcionamento discursivo. Ao cabo, vale mencionar a reflexão de Pêcheux (1997a, p. 62), quando ele afirma que

o deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste precisamente em separar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo a *função* de exprimir sentido. ela torna-se o objeto do qual uma ciência pode descrever o seu ‘funcionamento’.

Desta forma, é preocupada com o modo pelo qual os sentidos se constituem na esfera discursiva que a AD vai desenvolver seus conceitos e mecanismos de análises que se dão através de dispositivos *teóricos* e *analíticos* de interpretação. De

⁴⁵ Referência à Indursky (2005).

⁴⁶ Para fazer referência/reverência a um livro organizado por Indursky e Leandro Ferreira (1999): *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*.

⁴⁷ Serão retomados os aspectos metodológicos na seção 4.1 desta tese.

⁴⁸ Aqui reproduzo a nota que acompanha esta citação: “essa é mais uma noção trazida por Orlandi para o campo da AD e que se instalou definitivamente”.

acordo com Orlandi (2006a, p. 26), o dispositivo *teórico* da interpretação é o responsável por um “deslocamento de uma leitura tradicional para uma leitura que chamamos sintomática: a que estabelece uma escuta que coloca em relação o dizer com outros dizeres e com aquilo que ele não é, mas poderia ser”. Já o dispositivo *analítico* de interpretação é aquele que se desenvolve nas análises, uma vez que ele

é o dispositivo que cada analista constrói em cada análise específica. Determinado pelo dispositivo teórico, o dispositivo analítico por sua vez vai depender da questão do analista, da natureza do material analisado, do objetivo [...] e da região teórica em que se inscreve o analista (ORLANDI, 2006a, p. 26).

Portanto, afastando-se de uma análise sistêmica de língua e de uma análise psicológica do sujeito, a AD vai trabalhar justamente na constituição dos sentidos e, conseqüentemente, na constituição do sujeito, visto que sujeito e sentido se instituem mutuamente. Sendo assim, é preocupada em como se dá a constituição de um sujeito na relação entre a língua materna e uma língua estrangeira que esta pesquisa pretende avançar. Desse modo, ao partir desta demarcação teórica, pretende-se retomar a discussão sobre *corporeidade discursiva*, levando em consideração o conceito de língua, além de dar continuidade à reflexão sobre a concepção de sujeito e outras noções que se juntam a esta. Neste capítulo, então, serão mobilizadas também outras noções da AD para se trabalhar com um sujeito inscrito em um processo de constituição/estruturação subjetiva pelas línguas materna e estrangeira, a fim de que seja possível realizar relações entre os modos de dizer da língua materna e da língua estrangeira, isto é, relações com o que se está denominando *corporeidade discursiva*.

3.1 CORPOREIDADE DISCURSIVA: UM CONJUNTO DE MODOS DE DIZER

Saber uma língua é muito diferente de conhecê-la. Saber uma língua quer dizer ser falado por ela, que o que ela fala em você se enuncia por sua boca [...] (MELMAN, 1992, p. 15).

Dizer que a língua está no sujeito e que o sujeito está na língua é afirmar que ela se movimenta, que a língua não é estanque e não o é justamente porque, além das questões históricas, há um sujeito que a ela se submete para poder dizer. Dizer que o sujeito está na língua é afirmar que o sujeito se faz na interpretação, é dizer que é

necessária a língua ao sujeito para que ele possa se fazer sujeito, produzindo, portanto, sentidos. Com o assujeitamento do sujeito à língua e à ideologia, além da inscrição na história tanto do sujeito quanto da língua, há inevitavelmente transformações na língua que podem ocorrer tanto na sua organização quanto no seu funcionamento. Aqui, contudo, o que interessa particularmente não é a análise pura e simplesmente da organização da língua, mas sim como esta organização passa a *funcionar*. Em outras palavras, o que se mobiliza é a ordem da língua, pois “o que nos interessa é a ordem da língua enquanto sistema significante material” (ORLANDI, 2004, p. 45). Portanto, ao se olhar para a organização da língua, pretende-se analisar como esta organização movimenta a interpretação dos sentidos a partir da(s) língua(s) em questão. E com relação ao conceito de sujeito, pode-se afirmar, juntamente com Orlandi (2005b, p. 102), que

quando dizemos que o sujeito, para se constituir, deve se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos pegos pela língua enquanto sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, na produção de sentidos. É o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos.

Com isso, nunca é demais reafirmar que o conceito de sujeito aqui postulado é aquele constituído pela língua(gem). E, ao se constituir por ela, por uma língua em si, o sujeito se submete às suas condições para se fazer sujeito, para poder dizer. Já a língua, por sua vez, precisa do sujeito para *ganhar vida*, para funcionar, para simbolizar e dar a possibilidade de interpretações. Como diz Melman (1992), na epígrafe desta seção, quando um sujeito sabe uma língua é também ela que fala nele, ou seja, não há como existir um sem o outro, justamente quando se consideram ambos os conceitos (sujeito e língua) pelo viés de seus funcionamentos. Para a teoria da AD, e conseqüentemente para as pretensões desta pesquisa, o que interessa é analisar a língua pela sua ordem, não pela sua organização simplesmente; interessa analisar igualmente o sujeito em seu assujeitamento (ideológico), em sua constituição subjetiva, em sua estruturação, verificando como se dá seu funcionamento ao se submeter à(s) língua(s) e às condições de produção.

Assim sendo, o que entra em jogo aqui é um sujeito constituído por uma linguagem que trabalha com uma língua primeira, uma língua estruturante do

sujeito, e uma segunda língua, aquela que surge *a posteriori*, mas que igualmente faz parte de sua constituição subjetiva. Nesta pesquisa, pretende-se lidar com um sujeito cuja constituição se dá por mais de uma língua. Mas que línguas são essas? Como dito anteriormente, não se trata de tomar a língua apenas pela sua organização, mas pela sua ordem. Enquanto a organização estaria relacionada à regra e à sistematicidade, a ordem se relaciona ao funcionamento e também às falhas da língua. A organização da língua é o que interessa primordialmente às teorias de cunho estritamente linguístico, tais como a LT e a LA mencionadas anteriormente. Em contrapartida, é com a ordem da língua que a AD trabalha, principalmente por entender que a história e o sujeito intervêm na constituição do sentido, portanto, entra em cena o extralinguístico, pois interessa ver o funcionamento da língua, e não sua classificação. Daí, então, o distanciamento da AD com aquelas teorias. Nesta direção, o que se faz relevante “é a noção de materialidade que nos leva às fronteiras da língua e nos faz chegar à consideração da ordem simbólica, incluindo nela a história e a ideologia” (ORLANDI, 2004, p. 46). Deste modo, é concernente em especial observar a relação que cada uma dessas línguas possui com a história, isto é, analisar a historicidade das línguas (materna e estrangeira) e ver como a ideologia trabalha na interpelação subjetiva.

Não se pode, portanto, pensar a língua sob uma tomada logicista e idealista, pois a AD a vê pelo viés de sua ordem, ao ponto que a língua seja sempre percebida por um viés discursivo. Ou seja, a AD reconhece a língua como materialidade que se relaciona com a história. Nas palavras de Orlandi (2004, p. 49), “ao se passar da instância da organização para a da ordem, se passa da oposição empírico/abstrato para a instância da forma material em que o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si”. Portanto, a língua não é completa, pois ela é constituída também daquilo que lhe falta. De acordo com Pêcheux (1997a), a língua não pode ser pensada como um sistema, pois análises neste viés deixam de compreender a língua como tendo a função de exprimir sentido. Portanto, “o ‘texto’, de modo algum, pode ser objeto pertinente para a ciência linguística, pois ele não funciona; o que funciona é a língua” (PÊCHEUX, 1997a, p. 62). Em outras palavras, o

texto é o modo pelo qual se pode ter acesso ao funcionamento da língua e, conseqüentemente, ao discurso.

Dito isso, cabe referir-se às línguas materna e estrangeira, no sentido de que cada uma tem uma organização e uma ordem própria. Uma organização própria porque existem regras, arranjos e combinações específicas para cada língua, e uma ordem própria porque a relação da materialidade da língua com a história é singular, isto é, cada língua a faz de maneira distinta, mesmo que por vezes haja coincidências nestas relações da língua com a história. Sobre os processos de ensino e de aprendizagem de língua estrangeira, fazendo uma relação com as questões de ordem/organização da língua, Celada (2013) nos diz que a ordem não deve se subordinar à organização. A referida autora ainda afirma que

esses termos [ordem e organização] se organizam numa certa sequência e ao redor de uma barra: ordem/organização, leia-se “ordem *barra* organização”, para aproveitar todos os sentidos que o significante destacado [...] suscita; inclusive, o de *impedir*, que permite pensar o predomínio de “ordem” sobre “organização” na relação de subordinação que, neste caso, deve ser garantida (CELADA, 2013, p. 58).

Nota-se aqui que a importância de pensar a ordem da língua em sobreposição à organização, especialmente na relação do sujeito com as línguas, mas isso não significa elidir o fato de que a organização é constitutiva da língua, enquanto pertencente a um sistema. Para a AD, não é a organização por si só que interessa, mas sim como ela faz com que se compreenda os “mecanismos de produção de sentido” (ORLANDI, 2004, p. 46). A língua traz consigo um sistema e não é disso que se vem a contrapor, mas que não se reduza a língua a apenas isso. Ademais, esta passagem da organização para a ordem da língua não se dá sem a ocorrência de processos teóricos fundamentais, tais como a reflexão sobre a dispersão do sujeito e a percepção de que os sentidos não são evidentes (ORLANDI, 2004).

Nesta perspectiva, é preciso avançar da instância da organização para a da ordem da língua, de tal modo que se possa pensar que “o sujeito se define pela sua relação com um sistema significante investido de sentidos, *sua corporeidade*, sua

espessura material, sua historicidade” (ORLANDI, 2004, p. 49)⁴⁹. Considera-se então que a ordem da língua possui relação estreita com a história. E é neste ponto que adentramos um pouco mais no conceito de historicidade, que, em poucas palavras, pode-se dizer que é a relação que a língua tem com a história e como esta relação produz sentidos. Quando se mobiliza a relação de diferentes línguas com a história, podem ser verificadas semelhanças e diferenças de uma língua para outra. No entanto, a relação que uma língua (qualquer que seja) possui com a história não é transferível tal e qual para uma outra língua. Portanto, esta relação que a língua possui com a história e a forma como esta relação faz produzir os sentidos é que se denomina historicidade, justamente porque “não se trata [...] de trabalhar a historicidade (refletida) no texto mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentido” (ORLANDI, 2004, p. 55). Assim, é possível dizer que essa relação da história com a língua é constitutiva e que surgem nos textos, sejam orais ou escritos, como fazendo parte da materialidade linguística.

Voltando à questão do sujeito e das línguas, uma vez que ambos se inscrevem na história, pode-se dizer que a relação que o sujeito estabelece com uma língua é inacessível a ele, pois quando o sujeito imagina saber uma língua não é ele que a domina, mas sim é esta língua que nele fala (MELMAN, 1992). Ao se pensar na língua materna como uma língua estruturante, aquela das bases fundantes, podemos inferir que é a partir desta língua que o sujeito estabelece as relações de sentido para poder interpretar. Em outras palavras, este sujeito pauta-se em filiações sócio-históricas que envolvem inevitavelmente a língua pela qual ele é estruturado para poder dizer. E este sujeito diz/interpreta identificando-se com os modos de dizer desta língua. É neste sentido que afirmo ser uma relação inacessível ao sujeito, uma vez que as filiações realizadas para a interpretação se dão inevitavelmente por esta língua que o estrutura.

⁴⁹ O grifo nesta citação é aqui posto para tentar colocar em evidência a palavra *corporeidade*, que, ao que parece, faz relação com o sujeito. Contudo, em Orlandi (2004), a questão da corporeidade não é desenvolvida. Nossa pretensão/ousadia é mobilizar esta noção ao longo deste estudo fazendo relação com o sujeito no entremeio das línguas.

Vale trazer, contudo, o fato de o sujeito poder se identificar com mais de uma língua, uma outra língua que igualmente o constitui depois de ele ter passado/estar passando por um processo de aprendizagem⁵⁰ e de identificação⁵¹. Neste caso, não é raro que, mesmo após um processo de identificação com uma língua estrangeira, traços da língua primeira estejam presentes no sujeito mesmo quando ele diz/escreve nesta língua que se pode chamar de segunda. Estes traços da primeira língua são geralmente mais notórios quando um sujeito fala nesta outra língua para um interlocutor nativo desta língua segunda, percebendo-se os traços fonéticos e fonológicos. Porém, estes traços da língua primeira não se fecham somente nestas “aparências/evidências”. Existe o fato de o sujeito reduplicar a estrutura da língua materna no dizer da língua estrangeira (AIUB, 2011a, 2015a), além ainda de outras questões sócio-históricas que via de regra são também percebidas especialmente na postura do sujeito frente a determinado objeto simbólico. O que pretendo afirmar aqui é que mesmo quando se diz saber uma língua segunda, ou mesmo quando esta língua outra já apresenta aparências de tomar por completo o sujeito, há sempre espaços para que o estranho de um lado ou o familiar de outro se manifestem.

Para tratar sobre este aspecto, é possível trazer aqui um trabalho de Celada (2007, p. 365) quando a autora menciona que uma professora argentina, em um congresso no Brasil, coloca-se diante de uma questão de uma “contradição ético-jurídica”. Nas palavras da autora, o episódio é narrado da seguinte forma:

no momento em que uma mesa de trabalho estava concluindo sua apresentação, nossa protagonista, imigrante argentina residente no Brasil, que estava na plateia assistindo ao debate de encerramento, foi interpelada por um monitor: – *Qual seu nome, professora?* Ele segurava, em uma mão, um conjunto de atestados a serem distribuídos e, com a outra mão, apresentava à docente uma lista para que ela assinasse, registrando o recebimento do atestado como expositora no congresso. Diante da demanda para assinar, a docente – que ainda não fizera a apresentação –, tomada por uma contradição ético-jurídica, respondeu: – *Mas eu ainda não falei...!* (CELADA, 2007, p. 365-6).

⁵⁰ Não se restringe aqui o processo de aprendizagem de uma língua apenas aos aspectos formais, mas a todo tipo possível de aprendizagem.

⁵¹ Importante constar que não se pensa o processo de identificação como algo que se finda, pois ele é da ordem da incompletude.

Com relação a este episódio, podemos tentar entendê-lo a partir de, pelo menos, duas posições. A primeira delas é que a professora argentina está inscrita em uma posição-sujeito identificada com uma certa regra que não permite tal ação antes de uma outra (embora isso apareça dentro da ordem da possibilidade), pois é possível dizer que não é adequado/correto/ético receber um certificado de apresentação de um trabalho antes mesmo de apresentá-lo. Como diz Celada (2007, p. 366), trata-se de uma inscrição “na modalidade de um ‘dever fazer’”. Já o monitor (brasileiro) inscreve-se numa posição em que é possível (há esta possibilidade) ser entregue o certificado, visto que a professora já está presente no congresso, e que, pela marca de sua presença, não deixaria de realizar a tal apresentação, ou seja, ele está “inscrito em uma modalidade do ‘poder fazer’” (CELADA, 2007, p. 366). Em resumo a este trabalho de Celada (2007), cabe dizer que a docente argentina se reconhece na posição de estrangeira no viés de que identifica um “poder fazer” como uma predominante de uma formação social dentro de uma discursividade brasileira; que é distinta de um “dever fazer” característico da discursividade na qual ela se inscreve. Sobre tal episódio, é possível afirmar que houve a irrupção de uma *postura subjetiva*⁵² estrangeira, por mais que se tenha dito no português brasileiro a tal frase de espanto/estranhamento⁵³, por mais que o sujeito esteja identificado com a língua outra (o português brasileiro), haverá sempre o lugar para que a sua estranha estrangeiridade apareça, pois

o estranho é esse enlace entre os registros simbólico e real que, num átimo, se nos apresenta, no qual tudo vem à luz. No entanto, o estranho se mostra aí despido das paramentas que dão consistência a este registro, nudez esta responsável pelo caráter terrorífico, pela presença angustiada, marcas próprias do real como impossível de suportar (SOUZA, 1998, p. 157).

Nesse viés, há que se tocar no fato de que a língua é posta em funcionamento pelo sujeito a partir de filiações sócio-históricas, cuja relação com a língua outra não se dá de maneira idêntica, mas ao sujeito pode aparecer como se fosse, pois “não há relação direta entre mundo e linguagem, entre palavra e coisa. A relação não é direta, mas funciona como se fosse por causa do imaginário” (ORLANDI, 2004, p. 32). Desse

⁵² A questão da “postura subjetiva” será retomada no item 3.2.2.

⁵³ Retomando a citação anterior que é: “- *Mas eu ainda não falei!*” (CELADA, 2007, p. 366).

modo, o sujeito, ao estabelecer estes laços imaginários (ou representações imaginárias), diz/interpreta a partir de um lugar, a partir de certas posturas possíveis (e já ocupadas) em sua língua, em sua discursividade. No que concerne ao episódio acima, podemos afirmar que são posturas distintas que colocam em xeque o que foi dito naquela cena enunciativa (*Mas eu ainda não falei*), justamente porque há questões que extrapolam a organização da língua, trata-se, pois, da sua ordem, da ordem significativa que é a abertura para o equívoco, para a falha, para o deslize, para tornar evidente que a língua não é uma (ORLANDI, 2004).

Se as filiações sócio-históricas não são idênticas de uma língua para outra, uma vez que cada língua se marca na história de uma dada maneira e a história se mostra em cada uma das línguas de um modo distinto, se retomarmos a ligação da língua com o sujeito, se para dizer é preciso se submeter à língua (seja ela materna ou não), quando o sujeito diz em uma outra língua, ele invariavelmente o faz com base nas condições já conhecidas/dadas/determinadas pela língua materna, e é a partir disso que ele passa a estabelecer as relações de sentido. Contudo, como estas relações não são idênticas, é comum que haja equívocos, mas é também possível que o sujeito se submeta a outros modos de dizer, a outras filiações sócio-históricas. Neste viés, pode-se inferir que os modos de dizer da primeira língua (materna) formam um conjunto de regularidades que acaba por constituir o sujeito identificado com esta língua. E é este conjunto de modos de dizer que faz parte da constituição do sujeito que estou denominando *corporeidade discursiva*, justamente porque estes modos de dizer tomam corpo na esfera subjetiva.

Nesse sentido, ao afirmar que estes modos de dizer tomam corpo no sujeito, não estou me referindo aqui a um corpo propriamente dito, longe também de ser um corpo como objeto analítico. Nesta perspectiva, creio ser relevante um olhar sobre *corpo* no âmbito da AD, justamente para tentar mostrar que a *corporeidade discursiva*, por mais que carregue *corpo* no nome, afasta-se de uma concepção de corpo como objeto de análise ou como uma materialidade. Penso que para isso é preciso mobilizar os trabalhos de Leandro Ferreira (2011b, 2013). Para a autora, a teorização sobre corpo (discurso do corpo) provém de uma leitura atenta de conceitos oriundos da psicanálise, como “o corpo (do) real”. Em suas palavras,

o corpo nessa ordem do real costuma ser considerado como uma metonímia da castração, já que aqui é o lugar da falta, que é estruturante. O corpo, então, além de ser afetado pelo atravessamento da linguagem, além de *falar*, ele *goza*. Ou seja, o corpo não pode ser pensado apenas como simbolizado (LEANDRO FERREIRA, 2011b, p. 97).

Portanto, como o corpo não é pensado apenas como algo no campo do simbólico, ele é material. É um lugar no qual os sentidos podem se instalar, se inscrever. Assim, se os sentidos se inscrevem neste corpo, estamos diante de um corpo como uma materialidade (simbólica), como um objeto discursivo, cujos sentidos podem ser atribuídos considerando o aparato teórico da AD. Para Leandro Ferreira (2013, p. 78), “ao pensarmos a noção de corpo, enquanto **corpo discursivo**, não empírico, não biológico, não orgânico, o estamos propondo como um objeto discursivo, como materialidade que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à falha”⁵⁴. Os trabalhos que tomam o corpo como objeto de análise no aparato teórico da AD são diversos. Contudo, creio que seja mais significativa não relatar os trabalhos que tomam o corpo como suporte do discurso⁵⁵, pois o que entra em análise aqui é a questão do corpo como uma materialidade, como um objeto que produz sentido⁵⁶. Para Orlandi (2012b, p. 13), “a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito”. Em outras palavras, estamos frente a um sujeito cuja injunção à interpretação se dá diante de qualquer objeto simbólico (ORLANDI, 2005a), sendo o corpo um desses objetos, não há como escapar à interpretação.

Tomando como lugar de partida, mas estabelecendo um ponto de diferença entre os trabalhos até aqui mencionados, o que proponho é o tratamento da noção de

⁵⁴ Grifo da autora.

⁵⁵ Para elucidar, cabe mencionar o Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo (LABEDISCO), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), coordenado pelo professor Nilton Milanez, e trabalhos da professora Aline Fernandes Azevedo, membro do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEURB) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Além desse há as teses de doutorado de Hashiguti (2008) e Ferreira (2003). Enquanto a primeira mobiliza o corpo constituído por e na linguagem, a segunda trabalha o processo de significação do corpo a partir da dança. Estas pesquisas têm mobilizado a questão do corpo no espaço da AD como uma materialidade, mas também há trabalhos que mobilizam o corpo como um suporte do dizer, pois “o corpo se faz suporte de um discurso; a inscrição (marca) do significante no corpo, implicando que o corpo é efeito de significantes – o corpo é significado” (BALDINI; SOUZA, 2012, p. 71).

⁵⁶ Talvez seja ingenuidade achar que o suporte do discurso não reflita nos modos de interpretação. Não defendo aqui tal posição, defendo justamente que para cada análise o suporte pode (ou não) produzir diferentes efeitos de sentido.

corporeidade discursiva não como uma materialidade ou como um suporte do discurso, mas sim como um espaço do/no sujeito, ou seja, um lugar no qual há uma inscrição dos *modos de dizer* do sujeito. Trata-se de um lugar no qual o sujeito é inscrito (inconsciente) e se inscreve (pré-consciente) para poder dizer, não se trata de uma materialidade em si. Aliás, a materialidade da *corporeidade discursiva* só pode ser percebida na relação do sujeito com a(s) língua(s). Melhor dizendo, a *corporeidade discursiva* faz parte do sujeito e esta *corporeidade* se transforma quando há o contato do sujeito com uma estrangeiridade, uma língua outra. Com isso, ao se pensar o corpo discursivo como materialidade, estamos diante de um lugar de produção de sentidos, ou seja, de onde se podem interpretar os sentidos que nele se instalam. Ao inscrever a *corporeidade discursiva* numa diferença, creio que haja uma espécie de matrícula do sujeito nesta *corporeidade discursiva* para que ele possa dizer, seja em língua materna ou estrangeira. Isto é, ao dizer, todo sujeito necessariamente se vale dessa *corporeidade discursiva*, sendo que esta corporeidade tenderia a modificar-se sempre que o contato com uma estrangeiridade fosse acentuado. A *corporeidade discursiva*, portanto, é este lugar das regularidades dos modos de dizer, trata-se de um conjunto de modos de dizer característico de determinada materialidade. Ela não é a materialidade em si e isso faz a *corporeidade discursiva* distanciar-se da noção de corpo discursivo na medida em que este é “o corpo da opacidade e da evidência: serve como objeto de interpretação, porque significa. Materializa os processos discursivos e é, portanto, um texto. O corpo é, portanto, sempre discurso, lugar de observação do sujeito” (VINHAS, 2014, p. 235), ao passo que a *corporeidade discursiva* é a maneira pela qual o sujeito põe em funcionamento o *seu* modo de discursivização. É a maneira pela qual o sujeito *espacializa* (formula) o *que* pode ser dito dentro das condições de produção de *seu* discurso, isto é, o que pode ser dito a partir da língua na qual ele enuncia e a partir das formações discursivas às quais ele é filiado.

Nesta direção, é relevante apontar que Milner (2012, p. 17) destaca que é possível “chamar de *a língua* esse núcleo que, em cada uma das línguas, sustenta suas unicidade e distintividade”, e, mais adiante, este mesmo autor ainda complementa que “a particularidade de uma língua se deve apenas às séries em que sua unidade se decompõe. Um modo singular de fazer equívoco: eis então o que é uma língua entre

outras” (MILNER, 2012, p. 22). Partindo desta premissa, portanto, cabe afirmar que cada língua carrega consigo modos distintos de dizer, de tal forma que a existência destes modos de dizer característicos de uma determinada materialidade linguística pode simplesmente não compor uma outra qualquer. Neste aspecto, vale mencionar os apontamentos de Payer (2007, p. 118), pois a autora mobiliza a noção de “matéria da língua” e diz que se trata de “conteúdos e formas da língua, próprios de cada língua [...], isto é, o fato de que a língua tem uma dimensão de *matéria* capaz de produzir sentidos”. Junto à noção de matéria de língua, Payer (2007) também menciona que a língua é *instrumento* da estruturação do sujeito⁵⁷, de tal modo que “por ‘instrumento’ entendemos um *disposto* (‘em abstrato’, diríamos) que funciona em qualquer língua, na medida em que proporciona mecanismos de configuração simbólica” (PAYER, 2007, p. 118). Em outras palavras, existem aspectos que são característicos de determinada língua, que se colocam em par de diferença/distanciamento com outras línguas distintas, mas, ao mesmo tempo, toda língua é capaz de simbolizar. Em vista disso, ao tomarmos de base que o sujeito necessita se submeter à língua para poder dizer, essa *matéria* de uma outra língua (estrangeira) faz com que o sujeito seja colocado em movimentos de reconfiguração subjetiva, pois a língua estrangeira impõe ao sujeito o estabelecimento de outras redes de significação. Portanto, retomando a noção de *corporeidade discursiva*, cabe dizer que ela se faz nesta relação singular que uma determinada língua possui com este sujeito, justamente pelas filiações sócio-históricas. A *corporeidade discursiva* é parte da língua e, por consequência, do sujeito identificado com essa língua. Desta forma, o sujeito que vivencia um processo de aprendizagem de língua(s) estrangeira(s) é atravessado por outros modos de dizer e, juntamente a isso, assume (ou pode assumir) uma outra *postura* frente aos objetos simbólicos.

Dito isto, é pertinente retomar a questão do corpo no campo da AD. Mesmo carregando *corpo* em sua designação primeira, a *corporeidade discursiva* não se caracteriza por ser ela mesma materialidade, ou um objeto discursivo. Ela é

⁵⁷ Cabe ressaltar aqui que Payer (2007) retoma uma passagem de Revuz (1998) e a amplia teoricamente, especialmente no que concerne à questão da matéria da língua e a língua como esse instrumento da estruturação subjetiva. Aqui reproduzo tal passagem: “essa linguagem se encontra nas bases mesmas da estruturação do sujeito, ao mesmo tempo como instrumento e como matéria dessa estruturação” (REVUZ *apud* PAYER, 2007, p. 118).

constitutiva do sujeito, é composta por um conjunto de modos de dizer regulares ou não, geralmente constituídos inicialmente por uma língua também estruturante. E é possível seguir afirmando que, geralmente, mas não sempre, a língua materna é esta que possui esta função estruturante, pois

língua materna [...] é a língua construída junto à criança pela mãe, já desde a partir de seus primeiros sons, como estruturante do sujeito desde a infância. Língua materna envolve também a dimensão das intensidades do dizer e do saber, e dos afetos que inundam a língua e o mundo, por serem postas ao sujeito pela mãe/pelos cuidadores que estão mais próximos. Daí sua dimensão não se apagar facilmente (PAYER, 2009a, p. 6).

É nesta perspectiva, portanto, que se toma a língua materna como a língua cujas relações sócio-históricas na constituição dos sentidos são percebidas como as que estruturam o sujeito. Em outras palavras, é a língua materna responsável por criar laços de significação, os quais fornecem a impressão (ao sujeito) de que o dizer só pode ocorrer de uma única maneira, isto é, da forma instaurada pela língua materna. Contudo, este mesmo sujeito, ao entrar em contato com uma estrangeiridade, sofre os abalos que o encontro com o outro sempre incita, causando, assim, alterações nestes modos de dizer, justamente pela necessidade que uma língua estrangeira exige, mesmo quando há resistência da língua materna, da língua estruturante. A corporeidade discursiva, agregadora destes modos de dizer (do sujeito), irrefutavelmente está em constante transformação justamente porque também é parte do processo de identificação decorrente da aprendizagem de uma língua estrangeira. A *corporeidade discursiva*, então, está na relação que o sujeito estabelece com a língua e com a historicidade para poder dizer. Ela é um lugar de inscrição do sujeito, um lugar no qual estão os modos de dizer. Conseqüentemente, para fortalecer o que se coloca como diferença e semelhança entre o *corpo* e a *corporeidade* discursiva, apresento mais uma passagem de Leandro Ferreira (2011b, p. 99). Para a autora,

o principal objetivo é conseguir tornar **o corpo de fato uma materialidade discursiva, a servir como ferramenta e como conceito operacional**. Para isso, o corpo discursivo requer uma descrição e uma definição que o singularize entre as demais categorias que compõem a caixa de ferramentas da Análise do Discurso [Grifo meu].

Nesta perspectiva, pretendo aqui me afastar do *corpo* como uma materialidade discursiva, mas me aproximo da proposta de uma ferramenta conceitual, cuja concepção inicial é estar a corporeidade discursiva ligada ao sujeito, aos modos de dizer, ao interdiscurso (e conseqüentemente às formações discursivas), à memória, à historicidade e aos processos identitários. Assim como para o corpo discursivo, para a *corporeidade discursiva* também há necessidade de uma descrição que a singularize. E é debruçada nesta proposta que esta tese pretende estabelecer relações teóricas e analíticas para dar conta das questões que aqui se colocam.

Seguindo na reflexão teórica que envolve o contato do sujeito com línguas materna e estrangeira, nunca é demais ressaltar que a constituição subjetiva se dá pelo simbólico da linguagem e que o sujeito é estruturado por uma familiaridade com este simbólico, ou seja, a estruturação do sujeito se dá a partir de um lugar marcado por um suposto aconchego, uma vez que esta estruturação é sempre porosa. Gadet e Pêcheux (2004, p. 45), ao fazerem uma reflexão sobre a condição da ciência linguística e pensando-a em sua relação com a psicanálise, tratam de casos em que um sujeito se torna “louco pela língua” (na ambigüidade que este termo pode produzir). Falam, sobretudo, que esta loucura por uma língua faz uma irrupção direta no corpo. Em suas palavras,

é portanto por amor que alguém se torna ‘louco pela língua’: por amor e inicialmente por apego primeiro ao corpo da mãe, quando sua insistência toma forma de um amor da língua-mãe ou da língua materna. Então o simbólico faz irrupção diretamente no corpo, as palavras tornam-se peças de órgãos, pedaços do corpo esfacelado que o ‘logófilo’ vai desmontar e transformar para tentar reconstruir ao mesmo tempo a história de seu corpo e a da língua que nele se inscreve [...] (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 45).

Fazendo um esboço de relação entre o amor (o amor pela língua, ao amor pela namorada que encanta, de Manoel de Barros⁵⁸) e o aconchego, pode-se dizer que a estruturação do sujeito é o lugar do alicerce do dizer, ou seja, é o lugar no qual o sujeito, amante de uma língua, deixa que seu corpo seja tomado por essa “língua-mãe” a fim de que o simbólico se inscreva, estruturando este sujeito. Gadet e Pêcheux (2004, p. 47), no entanto, falam de um amor tal que o sujeito passa a buscar “não mais inscrição simbólica da língua no corpo, mas tentativa de dominar ‘racionalmente’ o

⁵⁸ Trata-se do poema deste autor citado na epígrafe do capítulo anterior.

corpo do pensamento, com a ajuda de uma língua ideal toda poderosa”. Trata-se aqui da crítica à ciência linguística, a qual exclui qualquer possibilidade de uma reflexão a partir de uma exterioridade constitutiva. Em contrapartida, sem os exageros dos “loucos pela língua”, é possível dizer que um amor pela língua, um encanto que seja, é necessário para que haja uma estruturação do sujeito. Esta estruturação seria, portanto, responsável por aquilo que faz com que o sujeito diga, ou seja, é aquilo que faz com que o sujeito se sinta fazendo parte de um lugar comum aos modos de dizer. É esta familiaridade com estes modos de dizer que também estrutura o sujeito. Já o estranhamento com distintos modos de dizer, modos de dizer de uma língua estrangeira, também o constitui, e essa constituição subjetiva não está em par de oposição, pois ambas trabalham mutuamente no imaginário do sujeito. Esta identificação com os modos de dizer do outro (ou melhor dizendo, um processo de identificação) faz com que o que é familiar e o que é estranho nos modos de dizer se mesquem a ponto de ambos estarem fazendo parte desta constituição. Este é o lugar da *corporeidade discursiva*, um lugar no qual as familiaridades e os estranhamentos se encontram, se chocam, se recolhem, se aninham e se estranham, é esse o lugar no qual o sujeito sofre alterações em seus modos de dizer (mais) regulares. Por isso, cabe pensar a língua estrangeira como propulsora de transformações nos modos de dizer que fazem parte da corporeidade discursiva no/do sujeito. Em outras palavras, pelo contato com uma estrangeiridade, passa-se a ter a possibilidade do rearranjo, com um retorno a um arranjo, sempre considerando as filiações sócio-históricas.

Estas reconfigurações seriam, assim, responsáveis por aquilo que faz com que o sujeito consiga revisitar seus modos de dizer na língua materna a ponto de se sentir fazendo também parte de outros modos de se posicionar/dizer diante da língua do outro. Trata-se de ter a possibilidade de alterações no conjunto de modos de dizer, ou seja, alteração na corporeidade discursiva. Este é o ambiente da corporeidade discursiva, um espaço no qual o familiar e o estranho das línguas materna e estrangeira se encontram e fazem com que o sujeito possa dizer diferentemente. Assim, vale trazer De Nardi (2009a, p. 184), quando ela afirma que

o estranhamento que esse encontro com outra língua provoca é da ordem do duplo e, portanto, propicia o 'ver-se de fora' [...], como se fôssemos chamados a (re)encontrar a nossa própria língua, questionar a irrefletida propriedade que sobre ela exercemos.

Neste viés, é possível afirmar que a *corporeidade discursiva* é um lugar onde há a possibilidade de uma inscrição de outros modos de dizer, de uma outra historicidade, de outros modos de interpretação, pois é nela que se dá a relação com a linguagem, com a ideologia, com a história, com as filiações socioculturais inscritas no sujeito. Todo sujeito é, portanto, constituído de uma corporeidade discursiva e toda corporeidade discursiva se inscreve em um sujeito, de tal modo que nem o sujeito nem a corporeidade discursiva são estáveis. O sujeito sempre está vulnerável a uma reconfiguração, e a corporeidade discursiva, ao acompanhar o sujeito, estaria sempre e a todo o momento reconfigurando-se.

Nesta perspectiva, a língua materna (ou a língua primeira, aquela da familiaridade) estrutura o sujeito de tal modo que há uma regularidade em seus modos de dizer, estaria aí um dos pontos de sua estruturação. E as estranhezas, a estrangeiridade, a língua estrangeira (ou a língua do outro) fazem com que os modos de dizer do sujeito estejam mais propensos às irregularidades, ou às próprias estranhezas do dizer deste outro. Neste sentido, Coracini (2007, p. 131) salienta que

a subjetividade que a língua constrói não se completa nunca, pois ela sofre transformações importantes ao longo da vida do indivíduo; ela não é nunca completa, nunca acabada: ela se constitui à medida que se dão as experiências individuais que são sempre e necessariamente sociais.

Então, sendo o sujeito constituído pela linguagem, tendo a língua primeira uma função estruturante, não se pode deixar de afirmar que esta estruturação subjetiva é igualmente repleta de falhas, cortes, ranhuras e feridas que, de certo modo, autorizam o ingresso (ora à força, ora como um convite) de estrangeiridades que constroem a subjetividade. Assim, existe a resistência da língua primeira à insistência da língua outra. Neste ponto, relembro Pêcheux (1990, p. 17) quando fala de "pontos de resistência", que, segundo o autor, são:

não entender ou entender errado; não 'escutar' as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar

sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Em atenção para os últimos pontos de resistências, é possível dizer que todo sujeito, ao vivenciar o contato com o estranho, resiste, e essa resistência poderia se dar pela e na *corporeidade discursiva*. Trata-se de uma corporeidade discursiva que resiste quando os modos de dizer já instalados se chocam com outros modos de dizer. Outros modos de dizer que viriam de uma estrangeiridade, de um contato com o diferente, com o outro, uma alteridade que desestabiliza uma regularidade já incorporada no sujeito.

Desta forma, se na corporeidade discursiva há regularidades nos modos de dizer em função da estruturação da língua primeira, estas regularidades existem em virtude de um certo conforto, aconchego, repouso que a língua materna proporciona. Sendo assim, como todo sujeito é um sujeito desejanter, esta regularidade buscaria morada em um outro lugar, isto é, esta regularidade dos modos de dizer da língua primeira, instalada na *corporeidade discursiva*, resistiria a um outro conjunto de modos de dizer, no sentido em que na busca pela língua outra a regularidade da língua primeira tentaria se impor. O insucesso desta imposição (resistência) da regularidade da língua materna é o que desestabiliza a *corporeidade discursiva*. A insistência da estrangeiridade e a resistência da regularidade da língua primeira entram em conflito, mas é o sujeito que, filiado a condições sócio-históricas, a redes de significações, autoriza, sem se dar conta, que esta corporeidade se transforme. Há, assim, uma reorganização deste conjunto de modos de dizer, movimentando e, conseqüentemente, reconfigurando a corporeidade discursiva no/do sujeito.

Desta forma, se há uma reconfiguração deste conjunto de modos de dizer, isto só é possível quando do contato com uma estrangeiridade pela língua(gem), por uma língua outra. Vale dizer, contudo, que esta aproximação com uma língua estrangeira deve, de alguma forma, mexer nas bases estruturantes do sujeito, a fim

de que ele possa, percebendo ou não, sofrer alterações em seus modos de dizer e em sua postura⁵⁹ diante da língua do outro ou de sua língua materna.

A partir de agora, pretendo esboçar como estes modos de dizer se modificam de uma língua para outra, fazendo com que o sujeito inevitavelmente assuma uma outra postura para poder dizer, isto é, *as condições do dizer* passam a colocar o sujeito em um outro lugar enunciativo.

3.1.1 Os modos de dizer entre uma língua e outra

Para tratar da relação entre línguas materna e estrangeira que ocorre na instância do sujeito, é fundamental pensar um sujeito inscrito em uma ordem social, um sujeito interpelado pela ideologia e constituído de inconsciente, enfim, um sujeito que se constitui na e pela linguagem. Assim, há inevitavelmente uma inscrição do sujeito em filiações sócio-histórico-ideológicas para que suas palavras signifiquem, ou seja, o sujeito precisa se inscrever nestas filiações para poder dizer/interpretar. Refletindo sobre a questão do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira, é possível dizer que esta relação provoca no sujeito estranhamentos tais que ele é realocado nestas filiações para dizer. E creio que seja nestes espaços de realocação das filiações que a *corporeidade discursiva* regule novas formas de dizer. Sendo assim, o dizer em língua estrangeira poderia vir de uma nova ordem, isto é, poderia vir a partir de filiações transformadas⁶⁰. E é a partir destas filiações que se pode afirmar que a *corporeidade discursiva* é alterada, modificada e igualmente reconfigurada.

Nesta perspectiva, considerando que é inevitável o sujeito realizar relações de sentido entre as línguas materna e estrangeira, e considerando que as línguas por si só já estabelecem filiações sócio-históricas (cada língua a seu modo), é por esses vieses também que se pode pensar em uma reconfiguração da *corporeidade discursiva*

⁵⁹ Neste ponto do trabalho, vale inicialmente afirmar que está sendo usado o termo *postura* em detrimento de posicionamento para que não se estabeleça confusões com o conceito de posição-sujeito.

⁶⁰ Cabe ressaltar que não se trata de filiações de cunho ideológico, visto que a ideologia interpela o sujeito constituído pela linguagem, independentemente da língua com a qual o sujeito está em processo de identificação. O que pretendo mostrar é que há movimentos nas redes de significação com transformações relacionadas às filiações sociais e históricas. Portanto, referem-se à historicidade, isto é, a relação que a materialidade linguística possui com a história e como esta relação afeta o processo de estabelecimento dos sentidos a partir de modos de dizer distintos, instituídos por línguas distintas. Em suma, trata-se do processo de inscrição do sujeito na(s) língua(s).

do/no sujeito, justamente quando do contato do sujeito com uma estrangeiridade. Então, ao dizer que há uma reconfiguração, talvez se possa pensar que esta corporeidade já se encontra, de alguma forma, configurada, uma vez que nela estão alocados os modos de dizer do sujeito, um sujeito já estruturado por uma língua primeira. Assim, a corporeidade discursiva acompanharia os modos de dizer desta primeira língua estruturante, de tal forma que, como o sujeito sempre está vulnerável a uma reconfiguração, a *corporeidade discursiva*, ao acompanhar o sujeito, estaria igualmente, a todo o momento, sujeita a este processo. Em suma, pode-se dizer que os modos de dizer são uma propriedade da linguagem, característica marcante e contundente na formulação e na constituição dos sentidos. Assim, o sujeito, ao se inscrever em uma língua para dizer, ele o faz a partir de regularidades daquela língua, ou seja, a língua é posta em funcionamento pelo sujeito considerando os modos de dizer daquela língua com a qual ele está em processo de identificação. Portanto, o conjunto de modos de dizer que compõe uma determinada língua é pensado como parte da corporeidade discursiva. Em outras palavras, cabe dizer que há uma corporeidade discursiva *da* língua, justamente porque os modos de dizer são uma propriedade da linguagem, mas se atualizam nas línguas pelo viés do sujeito, pela história (e conseqüentemente pela historicidade) e pelas condições de produção dos discursos, pois as línguas podem ser pensadas como uma *dimensão da linguagem*⁶¹. Além disso, pode-se afirmar que o sujeito, ao dizer, imprime a sua singularidade, fazendo também com que a corporeidade discursiva instaurada em sua constituição seja singular pelo viés da postura subjetiva.

Para dar os primeiros passos analíticos neste caminho “tortuoso e deslizante” (LEANDRO FERREIRA, 2011a), pretendo mobilizar uma expressão idiomática do português brasileiro e que também apresenta ocorrências na língua inglesa a fim de identificar que, mesmo que esta expressão se valha das mesmas palavras e da mesma metáfora tanto numa língua quanto em outra, há nuances que podem provocar uma desestabilização nos modos de dizer e, principalmente, na perspectiva do dizer,

⁶¹ A noção de língua como uma dimensão da linguagem vem de Payer (2006, 2009a). Para a autora, a dimensão da linguagem é da ordem da memória e se relaciona ao fato de que a língua materna não coincide com a língua nacional. Daí poder pensar nesta língua como uma dimensão.

afetando, assim, a *corporeidade discursiva* no/do sujeito. As expressões que trago para análise em língua portuguesa e em língua inglesa, respectivamente, são:

Dar o braço a torcer.
To twist someone's arm.

Embora estas expressões tanto em uma língua quanto em outra pareçam ser idênticas, há uma mudança de perspectiva. Na língua portuguesa, em especial no português brasileiro, *dar o braço a torcer* significa⁶² deixar-se convencer de algo com que inicialmente não se estava de acordo, é ceder a algo. Trata-se de uma mudança de postura, pois é o sujeito reticente a uma mudança de posicionamento que se deixa convencer e *dá o braço a torcer*, ou seja, quando se diz, por exemplo, *Pedro deu o braço a torcer* significa que Pedro aceitou os argumentos de alguém, mudando de ideia. Mesmo que esta explicação possa parecer simplória, ela se faz necessária quando passamos a comparar com a expressão em inglês que, traduzindo ao pé da letra, seria: *torcer o braço de alguém*. Na perspectiva de um falante nativo do português brasileiro, ou melhor, na perspectiva de um sujeito identificado e estruturado pelo português brasileiro como língua materna, dizer que alguém teve seu braço torcido pode levar a um entendimento literal da expressão⁶³, justamente porque há um deslocamento na organização da língua. Ao pronunciar uma sentença como esta: *Peter has twisted someone's arm*⁶⁴, pode-se entender que *Peter* convenceu alguém a mudar de ideia (na perspectiva de um sujeito identificado com a língua inglesa) ou é possível (talvez) inferir sobre o sentido literal da frase, pois aqui o que se faz é uma ponderação sem qualquer contexto. Há de se deixar claro que ambas as expressões dizem respeito à mudança de opinião, pois *dar o braço a torcer* em português e *torcer o braço de alguém* em inglês estão no mesmo campo semântico e metafórico. Contudo, cabe uma reflexão com relação à comparação entre as línguas em jogo. Nota-se que

⁶² Não se trata aqui de estabilizar este sentido, mas sim apontar sua significação a partir de uma regularidade.

⁶³ Cabe ressaltar aqui que se trata de um exercício hipotético, visto que é impossível retirar as condições de produção do dizer, ou seja, a interpretação do sujeito frente a este tipo de expressão sempre vai depender de um contexto mais amplo tanto linguístico quanto extralinguístico, ou seja, vai depender das condições de produção.

⁶⁴ A tradução *ipsis literis* seria *Peter torceu o braço de alguém*.

no sujeito oracional na frase em português (*Pedro deu o braço a torcer*) é Pedro quem muda de ideia, é este sujeito que ocupa uma posição central na esfera enunciativa, pois é Pedro (sujeito oracional) quem alterna de uma ideia para outra. Já na frase em inglês (*Peter has twisted someone's arm*), o sujeito oracional é o responsável por alguém mudar de ideia, é *Peter* quem convence alguém de algo. Não há aqui somente uma mudança sintática, mas sim uma mudança de perspectiva do sujeito frente ao dizer.

Na esteira disso, percebe-se que os aspectos sintáticos são determinantes na configuração dos modos de dizer e, por consequência, na constituição dos sentidos, ou seja, trata-se de observar a organização das línguas para, na sequência, avançar na perspectiva de sua ordem. Assim, cabe averiguar como os modos de dizer destas línguas entram em funcionamento, pois, embora ambas as formulações estejam na voz ativa⁶⁵, há em efeito de sentido de voz passiva na formulação em língua portuguesa. Em outras palavras, o sujeito oracional (*Pedro*) é quem “entrega” o braço para este ser torcido, e é isso que produz tal efeito. No que tange a uma possível interpretação desta expressão, é Pedro quem se deixa convencer. Já em língua inglesa, é o sujeito oracional que “torce o braço” de alguém (*Peter has twisted Jonh's arm.*). Neste caso, em inglês, o sujeito oracional não é quem “muda de opinião”, mas é, isto sim, o responsável por fazer uma outra pessoa mudar de ideia. Portanto, nota-se que os modos de linearização do dizer nas línguas em jogo afetam a perspectiva do sujeito no ato de sua enunciação. Dito de outra forma, ao se considerar o exemplo em questão, para dizer em língua estrangeira (seja ela o inglês ou o português), é preciso que haja uma realocação da perspectiva do sujeito, pois os modos de dizer das línguas inglesa e portuguesa não são os mesmos. Com isso, pode-se afirmar que a organização da língua afeta a questão da constituição do sentido, ou seja, não se trata apenas de um efeito sintático, mas de como esta organização propõe alternâncias na perspectiva do dizer do sujeito.

No exemplo aqui colocado, ocorre que o sujeito no entremeio destas línguas precisa realizar esse movimento no modo de dizer, cuja necessidade se dá quando há uma alternância da materialidade linguística. Portanto, cabe pensar que,

⁶⁵ De acordo com Bechara (1970, p. 126), a voz ativa é “a forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere pratica a ação. A pessoa diz-se, neste caso, agente da ação verbal”.

considerando o sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira, nunca é simplesmente uma realocação do sujeito oracional, pois há aspectos que extrapolam essa organização e caminham na direção de se pensar a ordem da língua, pois afetam a relação do sujeito com este modo de dizer, constituído historicamente dentro de determinada materialidade linguística. Pode-se dizer que estes aspectos são característicos de modos de dizer de determinada(s) língua(s). Neste viés, cabe trazer as palavras de Orlandi (2004, p. 47) quando ela afirma que

ultrapassando [...] a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equivoco, interpretação), ao mesmo tempo em que não pensamos a unidade em relação à variedade (organização) mas como referida à posição do sujeito (descentramento).

Assim, é possível ainda citar outros tantos exemplos em comparação a um modo de dizer da língua inglesa que não se aplica à língua portuguesa e vice-versa. Em português, é aceitável que se diga “eu cortei o cabelo” para se afirmar que, nesta enunciação, este *eu* teve seu cabelo cortado por alguém que justamente não é este “eu”, geralmente um profissional da área, como um cabeleireiro. Já em língua inglesa, para dar um efeito de sentido semelhante, é preciso dizer *I had my hair cut*, ou seja, é preciso dizer sob uma outra perspectiva: *eu tive meu cabelo cortado* (por outra pessoa). Em língua inglesa, é preciso deixar marcado que a própria pessoa nesta enunciação não é a responsável direta pelo corte de cabelo. Já em uma discursividade da língua portuguesa, especialmente no português do Brasil, é perfeitamente compreensível que a pessoa que afirma ter cortado o (seu) cabelo não o fez com suas próprias mãos, embora essa possibilidade também não se esgote. Há ainda outros tantos exemplos de diferentes formulações entre a língua portuguesa e da língua inglesa, tais como: *Eu nasci em 1980./I was born in 1980; Contaram-me que.../I was told that...*, entre outras.

Dito isto, cabe ressaltar que é neste espaço de poder perceber outras maneiras de (se) dizer no qual a noção de corporeidade discursiva é mobilizada, ou seja, a corporeidade discursiva é um lugar no qual estes modos de dizer afetam a postura do sujeito, reestruturando-o e fazendo com que seus dizeres em língua materna possam ser questionados por esta outra língua. Por isso que, nas expressões

colocadas, não se trata apenas de observar as questões da organização da língua, mas de como esta organização afeta o funcionamento das línguas em jogo na sua relação com o sujeito do discurso e não tão-somente na relação com o sujeito oracional. Creio que esteja também aí mais uma das razões pelas quais há de trabalhar pelo viés do funcionamento da língua, pela sua ordem, e não somente observando sua organização. Em suma, pode-se afirmar aqui que há aspectos históricos que fazem com que a metáfora do *braço torcido* apareça tanto na língua portuguesa quanto na língua inglesa. Contudo, esta metáfora não se manteve estanque de uma língua para outra, pois, para dar um efeito de sentido equivalente nas línguas em questão, é preciso atentar para a formulação e, na esteira disso, a forma como o sujeito mobiliza a sua postura para poder dizer. Nestes termos, não cabe aqui também identificar a originalidade da expressão, se ela surge primeiro em inglês ou em português. Isso pouco importa. O que há de se levar em consideração é a alternância de uma *postura* do sujeito que diz, do sujeito do discurso, e essa alternância de uma língua para outra se dá pela determinação histórica dos sujeitos, pelas suas respectivas identificações com as línguas e pela relação das línguas com a história (historicidades distintas). Por outro lado, ainda é possível perceber que essa alternância de uma língua para outra na metáfora em análise pode ser pensada pelo viés da repetibilidade, ou seja, tanto na língua portuguesa quanto na língua inglesa, essa expressão idiomática se faz presente não só pelas semelhanças lexicais, como também pelas semelhanças semânticas, evocando modos de dizer muito parecidos entre as línguas. Contudo, em virtude justamente de o discurso ser da ordem da repetibilidade, há algo que se quebra e faz com que haja mudanças nesta relação entre línguas. Nesta perspectiva, Indursky (2013b, p. 93) afirma que

são os discursos em circulação que são retomados, seja em textos, seja em enunciações, e seus sentidos, à força de serem repetidos, são regularizados. Portanto, essa retomada remete a uma *memória discursiva*, e se apresenta para o sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido, de um saber anônimo.

Em outras palavras, trata-se de uma atualização do interdiscurso no fio do dizer do sujeito, no intradiscurso. Em tempo, pode-se afirmar ainda que, para além disso, há em jogo igualmente uma determinação histórica do sujeito e do sentido,

pois o sentido nunca é único, mas também não é qualquer um, assim como não o é o sujeito. No que se refere às expressões mobilizadas, considerando-as como uma materialidade linguística, pode-se dizer que “toda materialidade carrega em si um conjunto de traços discursivos que conectam a já-ditos anteriores e exteriores a ela mesma” (INDURSKY, 2013b, p. 92). Ainda, para auxiliar tal reflexão, Orlandi (2005b, p. 103) coloca que

os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise do discurso. Nesse entremeio, nesse espaço de interpretação. A determinação não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica.

Portanto, levando em consideração as questões até aqui postas, é relevante dizer que a corporeidade discursiva é pensada como um conjunto de modos de dizer relativamente estabilizados pela língua com função estruturante, ou seja, pela língua materna. Em outras palavras, a corporeidade discursiva se apresenta como um conjunto de modos de dizer (no e do sujeito) que são marcados por uma memória do discurso, por uma determinação histórica e pela repetibilidade.

Pode-se entender, então, que estes modos de dizer são um conjunto de regularidades não fixas nas formulações e posturas de um sujeito frente ao seu dizer, isto é, os modos de dizer são construídos a partir de uma estruturação subjetiva, eles vêm inicialmente de uma língua materna, aquela com função estruturante. Não se trata, pois, de um conjunto de estruturas linguísticas simplesmente, mas de estruturas linguísticas ligadas a aspectos sócio-histórico-ideológicos que, por vezes, modificam aspectos semânticos e de *postura* do sujeito frente ao que para ele, na primeira língua, é da ordem de uma possibilidade e, na outra língua, surge como uma impossibilidade de dizer. Dizer em português que *Pedro torceu o braço de alguém* é diferente de dizer tal expressão em inglês. Na perspectiva da língua portuguesa, por mais que exista a metáfora do *dar o braço a torcer*, é distinto de dizer que *o braço foi torcido por alguém* ou que *alguém torceu o braço de outro*. Há, portanto, a impossibilidade de dizer tal e qual na língua estrangeira (seja ela o português ou o inglês), e este outro modo de dizer é que faz com que o sujeito, em contato com essa estrangeiridade, perceba-se diferentemente. Em outras palavras, esse contato com

uma língua estrangeira dá a possibilidade de o sujeito “se inscrever no funcionamento de uma outra matéria linguístico-discursiva, esse sujeito poderá passar a enunciar e *significar* numa nova deriva no desfiladeiro de significantes, podendo assim [...] *se (re)significar*” (CELADA, 2013, p. 50).

Desta forma, entende-se que o contato com outras línguas afeta, de alguma maneira, um mundo já estabilizado pela estruturação da língua materna. Vale dizer aqui que Serrani (2005), em estudos realizados sobre a enunciação em espanhol da América do Sul e o português brasileiro, constata preponderâncias diferentes em cada língua-sociedade, em especial, ao estudar a celeridade em cortar a palavra do interlocutor, em responder negativamente ou em apresentar modos do discurso. A título de exemplo, é possível trazer o que a própria autora diz de suas pesquisas. Segundo ela,

não é raro em que interações entre um falante nativo de português brasileiro e outro espanhol de Buenos Aires, aquele espere que seu interlocutor pare de falar para fazer uso da palavra (ao que o hispano-falante pode dar interpretações diversas, muitas vezes inadequadas, tais como que o interlocutor brasileiro não tem argumentos contrários) (SERRANI, 2005, p. 16).

Sem partir para uma generalização de toda ordem, Serrani (2005, p. 16) menciona que “se trata apenas de tendências discursivas”. A meu ver, estas “tendências discursivas” podem também configurar a maneira como um sujeito identificado com determinada língua diz (modos de dizer) e como ele se coloca frente ao estranhamento com a língua do outro (postura subjetiva). Em outras palavras, o contato com outra língua abala os modos de dizer tão bem enraizados no sujeito pela língua materna que o aloca diante de um desafio de olhar para si e para estes modos de dizer ilusoriamente estabilizados. O sujeito, ao dar de encontro com este outro (isto é, se chocar, ter um embate) não tem outra saída a não ser realocar seus modos de dizer, não no intuito de se desfazer deles, mas de rearranjá-los para que o seu dizer (as suas formulações e posturas) signifique(m) naquela língua estranha⁶⁶. Neste viés, De Nardi (2009a, p. 184) diz que “encontrar-se com o seu duplo é ver-se de fora,

⁶⁶ Cabe mencionar, contudo, que este processo de rearranjo dos modos de dizer não se dá de forma plenamente consciente, mas sim por um processo de identificação que faz estreita relação com o simbólico da linguagem.

é *dar de encontro* com a nossa falta de unidade, a divisão do eu que é a sua verdade”. Estes modos de dizer, portanto, não devem restringir-se a aspectos de cunho linguístico-estrutural, mas isso não significa que eles não possam também fazer parte. Dito de outra forma, estes modos de dizer que compõem a corporeidade discursiva levam em conta necessariamente uma *postura* subjetiva frente à língua outra, sendo que a corporeidade se rearranja quando do contato com uma estrangeiridade.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que há uma inscrição do sujeito em uma *corporeidade discursiva* para que ele possa dizer, não *dizer* simplesmente, mas dizer filiado a uma postura e a certas regularidades constituídas pela língua, seja em língua materna ou já estrangeira. Assim, ao dizer todo sujeito se inscreve em uma *corporeidade discursiva*, e esta corporeidade se modificaria sempre que o contato com uma estrangeiridade é acentuado. Isto é, o sujeito, estruturado por uma língua primeira, se vale de uma corporeidade discursiva para poder dizer, para poder produzir sentido. Portanto, ao se confrontar com uma estrangeiridade, esta corporeidade tanto sofre as resistências da língua primeira como também cede às insistências desta língua outra. Esta corporeidade discursiva seria um lugar de resistências e insistências da(s) língua(s). A corporeidade discursiva, por sua vez, não está livre das falhas da língua, das marcas ideológicas, das filiações sócio-históricas e ideológicas, pois ela leva as marcas do sujeito. Neste viés, a corporeidade discursiva não pode ser pensada como um lugar de estabilidade. Justamente o contrário, pois ela estaria em constante transformação, especialmente quando há o contato com o estranho. Ampliando, postula-se que um *conjunto de modos de dizer* de determinada língua é colocado em funcionamento justamente porque os modos de dizer são propriedades da linguagem e se efetivam a partir de uma língua que carrega consigo uma carga histórica intensa. Daí poder afirmar que cada língua constrói, na relação com a história (historicidade) e com o sujeito, um conjunto de modos de dizer característico daquela materialidade, ou seja, o que estamos tentando mostrar é que para cada língua há um conjunto distinto de modos de dizer, o que faz com que se possa afirmar ainda que existe uma corporeidade discursiva *da* língua, ao mesmo tempo em que há uma corporeidade discursiva *do* sujeito, pois, é a partir de uma

regularidade no conjunto de modos de dizer de uma língua que o sujeito vai imprimir nela a sua singularidade.

Portanto, a corporeidade discursiva é o lugar no qual os modos de dizer e a postura subjetiva se instalam para constituir os dizeres de determinado sujeito. Em outras palavras, podemos dizer que o sujeito, ao se inscrever em uma corporeidade discursiva para poder dizer, não sofre necessariamente alterações em sua posição-sujeito pelo trabalho desta corporeidade discursiva em si, mas ele não está livre disso justamente porque o funcionamento da ideologia é incessante. Dito isto, pode-se dizer que se está lidando com a relação da formação discursiva com a corporeidade discursiva. No entanto, essa reflexão não pode ocorrer sem antes mobilizar o conceito de interdiscurso.

3.2 A CORPOREIDADE DISCURSIVA E SUA RELAÇÃO COM O INTERDISCURSO

Apesar das aparências, a estrangeiridade não pode ser tomada como uma posição subjetiva, assim como tampouco o seria hoje a escravidão (GOLDENBERG, 1998, p. 80).

A partir das palavras de Goldenberg (1998), podemos começar com a reflexão do que seria esta “posição subjetiva”. Pois bem, se há uma posição é porque ela está inscrita em algum lugar. E mesmo que este lugar seja de difícil delimitação, há de existir indícios de uma referência a esta posição, como uma marca da diferença (ou da semelhança) em relação a outras posições. No caso contrário, isto é, de não haver nem mesmo indícios de algum tipo de contraponto, estaríamos tratando de uma posição a se marcar sem nenhuma menção a um ponto de distanciamento/aproximação sequer, de tal modo que esta suposta posição não teria nenhum tipo de questionamento com relação ao outro. Neste viés, não haveria a possibilidade da existência de uma “posição”. Seria, isto sim, um lugar nenhum. Deste modo, esta posição (do sujeito), por si só, já não poderia ser mais nomeada assim, pois não há posição que se possa buscar/marcar sem a presença da alteridade. Para Chnaiderman (1998, p. 51), “o processo de identificação só pode se dar no reconhecimento da alteridade”. E é esta alteridade o ponto da referencialidade que se estabelece seja pela diferença, seja pela semelhança, seja pela estrangeiridade, seja

pela familiaridade. Portanto, quando Goldenberg (1998) afirma não poder ser a estrangeiridade tomada como uma posição subjetiva, não se está afirmando que não há sujeitos inscritos nesta posição de estrangeiro, mas esta posição só pode existir a partir da relação que se estabelece com o outro. Deste modo, “a construção pelo sujeito de uma posição é um movimento que se dá mediante o seu assujeitamento a um discurso, que passa a assumir como seu” (DE NARDI, 2007, p. 76), de tal modo que é possível afirmar que este sujeito, sendo constituído pela linguagem e também pelo outro, é *inscrito* nesta posição, e não que ele se inscreva como se isto fosse possível a partir de um movimento plenamente consciente.

Além disso, o sujeito, ao dizer⁶⁷, precisa acessar um lugar no qual há um agrupamento de sentidos, de já-ditos, do que ainda está para ser dito, dos dizeres (e saberes) que já foram ditos e esquecidos, ou seja, um complexo com dominante das formações discursivas, o interdiscurso. E, ao fazê-lo, o sujeito atualiza o sentido através de uma inscrição a uma posição-sujeito, filiada a uma ou mais formações discursivas (FD)⁶⁸, isso faz com que pareça ao sujeito que os sentidos são controláveis e que ele é a origem do dizer. Trata-se de uma ilusão necessária para se fazer sujeito (do discurso). Portanto, o interdiscurso é algo que fala antes em outro lugar de maneira independente (PÊCHEUX, 2009). Sendo assim, este olhar ao interdiscurso se faz imprescindível para se estabelecer relação com o fato de que a inscrição do sujeito em uma posição nunca é de toda forma consciente. Esta inscrição em uma posição ocorre justamente pela remissão ao interdiscurso, pela atualização do sentido através do processo de identificação (a uma determinada FD). Segundo Indursky (2007a, p. 79), “é através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso”, de tal modo que é esta identificação a

⁶⁷ Se sujeito e sentido se constituem mutuamente (PÊCHEUX, 2009), é justamente na discursividade que se instauram (se efetivam) tais conceitos. É no dizer que se faz sujeito e é pelo dizer que se instituem os sentidos. Sendo assim, tanto sentido e sujeito, justamente porque este se faz na identificação, se constituem sempre *em relação a*.

⁶⁸ Cabe salientar que não se pode omitir o fato de que o sujeito é interpelado ideologicamente, sendo que esta inscrição em uma determinada FD se dá justamente pela ideologia. É, portanto, a ideologia que leva os sujeitos a agir de tal modo que cada um “seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas)” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 165-6).

responsável por essa ilusão de que o sujeito é fonte e controlador do que diz. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 150),

[...] observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento”⁶⁹ daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade imaginária do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

Nesta perspectiva, considerando que a identificação é a causadora desta unidade imaginária do sujeito e que é a partir desta identificação que o sujeito passa a ter a ilusão de que seus dizeres produzem (um único) sentido, é possível afirmar que junto a esta atualização de sentido que se dá no fio do discurso (no intradiscurso) estão também os modos de dizer, a corporeidade discursiva (do/no sujeito). Ouso realizar tal afirmação porque o intradiscurso, o fio do dizer, é um dos elementos que faz com que se possa ter acesso ao funcionamento discursivo, no qual as palavras, proposições, expressões passam a significar (em relação à FD que as domina). O intradiscurso é a sequência discursiva, é o “lugar onde se realiza a ‘sequencialização dos elementos de saber’, onde o desnivelamento do interdiscurso dos Enunciados está linearizado, colocando em uma superfície única de formulações articuladas” (COURTINE, 2009, p. 101). Assim, é possível dizer que o interdiscurso é da ordem da verticalidade e o intradiscurso, da ordem da horizontalidade, da linearização (COURTINE, 2009). É este fio discursivo, portanto, que interessa em especial para pensar a corporeidade discursiva, ou seja, a maneira pela qual os modos de dizer se engendram diferentemente de uma língua para outra, pelo viés da organização, como um suporte para a ordem da língua⁷⁰.

Deste modo, na esteira desta reflexão sobre o conceito de interdiscurso está o processo de identificação do sujeito a uma região do interdiscurso (COURTINE,

⁶⁹ Reproduzo aqui a nota que acompanha esta citação: “o termo ‘esquecimento’ não está aqui designando a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de “perda de memória”, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

⁷⁰ Cabe ressaltar aqui que não se trata simplesmente da questão sintática de uma frase, mas, como dito anteriormente, do funcionamento da(s) língua(s).

2009), a uma FD, e está presente também o fato de haver uma atualização do dizer para que haja um efeito de evidência do sentido. Dito de outra forma, é no intradiscorso que se dá esta atualização dos sentidos. O intradiscorso é, então, a relação do que é dito agora com o que foi dito anteriormente e o que virá a ser dito. Trata-se do fio discursivo do sujeito, do funcionamento discursivo com relação a ele mesmo. Para Pêcheux (2009, p. 154), “o intradiscorso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscorso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’”, justamente por haver um processo de identificação do sujeito a uma determinada região do interdiscorso. Complementando, Courtine (2009, p. 74) salienta que

é, então, na relação entre o interdiscorso de uma FD e o intradiscorso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciador a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD que se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito de seu discurso.

Desta forma, é este processo de identificação que faz com que, no fio do dizer, no intradiscorso, sejam *absorvidos-esquecidos* (para usar os termos de Pêcheux) todos os sentidos possíveis (e os que ainda estão por vir) arrolados no interdiscorso. Consequentemente, se os sentidos são atualizados no fio do dizer, no intradiscorso, se pensarmos em um sujeito cuja constituição se dê por mais de uma língua⁷¹, a forma pela qual este sujeito atualiza (põe em funcionamento) *seus* dizeres inevitavelmente passa por modos de dizer característicos de uma ou de outra língua. Aqui, contudo, cabe um adendo. Não se trata de sujeitos em processo de aprendizagem de uma língua outra⁷², visto que, neste caso, os modos de dizer da língua materna acabam por fazer parte da língua outra justamente no fio do dizer do

⁷¹ Para fins desta pesquisa, as análises se darão a partir de sequências discursivas de sujeitos que afirmam falar mais de uma língua.

⁷² Cabe mencionar que, em trabalhos anteriores (AIUB, 2011b, 2015a), relatei a questão de o sujeito-aprendiz (em processo de aprendizagem de uma língua estrangeira) dizer em língua estrangeira a partir de filiações sócio-históricas fortemente identificadas com a língua materna. Notou-se que um sujeito identificado com a primeira língua *apaga* as condições do dizer da outra língua, causando um efeito de evidência do sentido ao sujeito que enuncia, em virtude de este dizer na língua estrangeira ser da ordem do imbricamento entre línguas.

sujeito, dando a este sujeito a impressão de que há apenas uma maneira de fazer com que as palavras signifiquem.

Feita esta ressalva, vale mencionar que distintas características nos modos de dizer de uma língua e diferentes características na postura do sujeito frente ao outro são indícios de que há algo que se transforma quando há o contato com uma estrangeiridade. E esta *coisa* que muda diz respeito aos modos de dizer e à postura subjetiva. Neste viés, tomando como pressuposto o fato de que o sujeito é constituído pela linguagem e que dentro da linguagem possam coexistir mais de uma língua, é possível afirmar que, ao ser tomado por uma outra língua, o sujeito passa, não a ser um outro sujeito, mas sim a ter algo nele que se transforma, se reconfigura. Por conseguinte, pressupondo, em conjunto com Revuz (1998, p. 227), que “aprender uma língua é sempre, um pouco, tornar-se outro”, este *um pouco* talvez seja o que se denomina aqui *corporeidade discursiva*, visto que a corporeidade discursiva é algo que ocorre na instância subjetiva, algo que faz parte da estruturação do sujeito juntamente com a(s) língua(s) com a(s) qual/quais há processo de identificação. Desta forma, a corporeidade discursiva é um conjunto de modos de dizer possível dentro de uma determinada língua, é o que regula *como* pode e *como* deve ser dito. Contudo, não se está afirmando que não haja modos de dizer entre uma língua e outra que não sejam da ordem da semelhança. Ao contrário, eles existem, mas há sempre algo que (a)parece como uma (im)possibilidade que escapa ao sujeito, surgindo como uma falha constitutiva. Para Serrani-Infante (1997a, p. 16), “o processo de inscrição em segundas línguas sempre comportará formulações, nas quais haverá representações intradiscursivas da diversidade”. Nesta direção, vale dizer que a corporeidade discursiva é um conjunto de modos de dizer e um conjunto de posturas subjetivas altamente instáveis, passíveis de transformação. E isso faz com que a corporeidade discursiva esteja em constante rearranjo dos modos de dizer e em evidente transformação quando o contato com uma estrangeiridade é acentuado. Nesta perspectiva, as palavras de Celada (2013, p. 65) dão suporte a esta reflexão quando a autora diz que

no caso da língua estrangeira, as formas de dizer às quais o sujeito deve se submeter para, em sua ordem, se inscrever já contém em si mesmas a

*capacidade de estranhamento*⁷³. Assim, novas séries de significantes e de sentidos deverão alinhar-se aos desfiladeiros pelos quais transita este sujeito: os significantes e as formas familiares e conhecidas, os sentidos que se apresentam como dados óbvios e – em alguns casos – até como únicos deverão ser deslocados e/ou entrar em novas relações tecendo novos fios na trama da subjetividade, nunca fechada⁷⁴ (CELADA, 2013, p. 65).

Neste viés, reforça-se o fato de que é pelo contato com o estranho da língua estrangeira (esse estranho que vai se tornando familiar) que os modos de dizer tidos como já-dados ou como únicos se desacomodam na instância subjetiva e é neste sentido que se pode pensar em uma alternância de postura do sujeito frente aos *seus* modos de dizer. Assim, esta questão de uma aparente possibilidade (ao sujeito), isto é, *como* pode e *como* deve ser dito, concerne (também) à forma pela qual a língua tem relação com a história, ou seja, diz respeito à historicidade, cuja definição é relação que a língua produz com a história, consistindo em verificar como esta relação produz os efeitos de sentido. Portanto, “como os significantes não estão soltos, eles se realizam na historicidade e se espacializam na medida em que se coloca o discurso em texto” (ORLANDI, 2005b, p. 94), ou melhor dizendo, na medida em que se coloca o discurso em funcionamento. Logo, são estas falhas constitutivas na relação do sujeito com a língua(gem) (e conseqüentemente nos modos de dizer e na postura subjetiva) o que interessa aqui analisar pelo viés da corporeidade discursiva. Noção esta que se liga à língua como materialidade linguística e ao sujeito.

Para tentar elucidar tal questão, creio ser relevante um retorno às expressões apresentadas anteriormente com relação à metáfora do *braço torcido*. Rapidamente, podemos supor que na expressão, em português, *Pedro torceu o braço de João*, aparentemente não se poderia dizer que Pedro convenceu João de algo, mas haveria uma tendência a se pensar no sentido mais evidente, o de que João está com uma torção no braço causada por Pedro. Contudo, ao se pensar nesta mesma expressão, mas agora traduzida tal e qual para a língua inglesa, *Peter has twisted John's arm*, como dito anteriormente, ela caminha para um outro campo semântico. Está presente

⁷³ Aqui reproduzo a nota de rodapé contida no texto original, qual seja: “a modo de exemplo, pense-se no estranhamento que a forma ‘chega’ produz num estrangeiro (um hispano-falante, por exemplo) quando usada pelo brasileiro para dar, justamente, um ‘basta’ para o outro” (CELADA, 2013, p. 65).

⁷⁴ Do mesmo modo, reproduzo a nota de rodapé do texto de Celada (2013, p. 65): “isto se entrelaçará ao processo de subjetivação, cujo primeiro ponto na malha teria a ver com aquilo que o fez passar a ter o estatuto de ser ‘sujeito da linguagem’.

aqui o sentido de que *Peter* convenceu *John* de algo. Ao passo que, em língua portuguesa, para se ter o efeito semelhante à sentença em inglês, é preciso necessariamente fazer uma alteração no modo de dizer e, por consequência, na postura do sujeito enunciativo, pois não mais é Pedro quem convence João, mas é João que se deixa ser convencido, pois teríamos: *João deu o braço a torcer (a Pedro)*. Desta forma, faz-se necessário avançar e pensar discursivamente esta questão da formulação.

Nas formulações tanto em uma língua quanto em outra, há obrigatoriamente a necessidade de uma alteração no *como* dizer, para que se diga “a mesma coisa” (ou melhor, para que se diga parecido) em ambas as línguas. Estaríamos aqui diante da impossibilidade da tradução, como afirma Derrida (2002)? Creio que neste caso não se trata diretamente de uma impossibilidade de traduzir⁷⁵, mas sim da impossibilidade de dar um mesmo efeito no que diz respeito à postura do sujeito na instância enunciativa. Assim sendo, não está em debate pensar se a tradução foi bem sucedida ou não. Com efeito, as expressões *dar o braço a torcer* e *to twist someone's arm* são equivalências de uma língua para outra, mas o que entra em jogo é pensar o sujeito com relação ao dizer seja numa língua seja em outra. De acordo com Prasse (1997, p. 71), “sabe-se muito bem que o ofício do tradutor se sustenta de uma impossibilidade inerente. Jamais se pode traduzir todo o sentido, mas tenta-se, frase por frase...”. Deste modo, além de uma transformação na postura do sujeito que enuncia, há de se perceber também que é justamente por esta alteração que este modo de dizer se transforma quando outra língua entra em cena. Essas diferenças na organização mostram efeitos de sentido distintos produzidos, sendo que estes efeitos são relativos à ordem da língua. No que diz respeito ao sujeito no entremeio das línguas, no caso desta expressão idiomática, é preciso dizer diferentemente, mesmo que este dizer, ainda assim, apresente semelhanças. Portanto, nestes jogos linguísticos, o sujeito em processo de inscrição nestas línguas precisa realizar um

⁷⁵ Derrida (2002, p. 21), quando fala da impossibilidade da tradução, menciona, entre outros exemplos, o nome próprio, pois, segundo ele, “um nome próprio, enquanto tal, permanece sempre intraduzível, fato a partir do qual pode-se considerar que ele não pertence, rigorosamente, da mesma maneira que as outras palavras, à língua, ao sistema da língua, que ela seja traduzida ou traduzante [*traduisante*].” Portanto, na perspectiva de Derrida, tampouco poderíamos traduzir Pedro para *Peter*, ou João para *John*, mas aqui se está considerando estes nomes como equivalentes, não iguais.

movimento que é da ordem da reconfiguração da corporeidade discursiva, pois outros modos de dizer, oriundos de uma outra materialidade linguística, passam a fazer parte da constituição subjetiva.

Dito isto, faz-se necessário mobilizar os elementos do interdiscurso, quais sejam: o pré-construído e a articulação. Vale lembrar, no entanto, que Pêcheux (2009) pensou estes elementos no interior de uma mesma língua, mas tendo no fundo de sua reflexão essencialmente questões relativas à interpelação ideológica, à forma-sujeito de uma determinada FD, ou seja, à atualização do interdiscurso pelo sujeito inscrito em uma posição-sujeito. Aqui, pretende-se fazer um breve deslocamento para se pensar estes elementos do interdiscurso na relação entre línguas distintas. Deste modo, entende-se ser possível tal movimento justamente porque, na alternância de uma língua a outra, na movimentação do sujeito para dizer em outra língua, não se considera que há uma transformação desta inscrição do sujeito em uma determinada FD, pois esta posição depende muito mais da ideologia no que concerne ao direcionamento dos sentidos, do que da materialidade linguística pura e simplesmente. Neste ponto, vale mencionar que não se está apagando o fato de que sujeito, língua e história trabalham mutuamente na constituição do sentido, mas não se está igualmente afirmando que a língua por si só, seja ela qual for, é responsável pelos efeitos de sentido.

Sobre esta questão, podemos trazer juntamente com Payer (2013) duas acepções no que se refere à questão do funcionamento do processo de identificação, os quais levam a pensar sobre a constituição dos sentidos e, na sequência, sobre a questão da identificação do sujeito com a(s) língua(s). A primeira delas faz referência justamente à questão da evidência da identidade oculta (PÊCHEUX, 2009), aquela em que, ao se constituírem mutuamente sujeito e sentido, o sujeito não é fonte/origem desse(s) sentido(s). Em outras palavras, a questão da identidade do sujeito se dá pela rede de significantes, ou seja, é o “sujeito como processo (de representação)” (PÊCHEUX, 2009, p. 143) neste emaranhado de significantes sendo constituído como tal. Nos termos de Pêcheux (2009, p. 143),

o sujeito resulta dessa rede como “causa de si” [...]. E é, de fato, a existência dessa contradição (produzir como *resultado* uma *causa de si*), e seu papel

motor em relação ao processo do significante na interpelação-identificação, que nos autorizam a dizer que se trata realmente de um processo, na medida em que os “objetos” que nele se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si⁷⁶ (PÊCHEUX, 2009, p. 143).

Ainda sobre esta questão (a questão de que todo indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e que isto é resultante de um processo), Pêcheux (2009) vai mostrar que o não reconhecimento de se tomar o sujeito como (resultado de) um processo (e aqui podemos considerar igualmente a identidade) leva a imaginar que seria possível o sujeito erguer-se com suas próprias mãos, puxando-se pelos cabelos, mencionando o conhecido exemplo do barão de Münchhausen, ou seja, uma ilusão de controle pleno sobre as próprias condições de existência.

A segunda acepção no que se refere aos processos de identificação mencionados por Payer (2013) tem relação com a forma material da língua, ou seja, se antes se pensou na relação sujeito/sentido, agora se passa a refletir sobre a relação do sujeito com a(s) língua(s). Entra em jogo aqui a base linguística e tudo que a acompanha, ou seja, a relação da língua com a história e a forma como esta relação produz sentido (historicidade), as formações imaginárias (em especial sobre a própria língua), além ainda dos modos de dizer (corporeidade discursiva) na relação com o sujeito identificado com uma língua. De acordo com Payer (2013, p. 185),

o que está em questão quando se fala em identificação na relação sujeito/língua(s) pode ser indicado ao se pensar [...] que também em torno do “código” (língua) há imaginários funcionando, de modo que a imagem que os sujeitos fazem da(s) língua(s) e das variadas formas em que o objeto do discurso é dito, participa igualmente da produção dos efeitos de sentido, da construção discursiva do referente, assim como do efeito-sujeito em seu perfil linguístico.

Portanto, se o imaginário de língua *participa* na produção dos efeitos de sentido nesta relação do sujeito com as línguas, pode-se dizer que a noção de corporeidade discursiva pensada como um conjunto de modos de dizer igualmente faz parte deste processo. Dito de outra forma, os modos de dizer característicos de determinadas línguas se instalam na constituição subjetiva quando há um processo

⁷⁶ Aqui reproduzo a nota que acompanha esta passagem: “a propósito do desdobramento e da divisão na contradição, e sob a forma de piada, temos: que vergonha que não construam as cidades no campo, o ar é tão puro lá!” (PÊCHEUX, 2009, p. 143).

de identificação do sujeito com essa língua, pois, é através desta base linguística que o sujeito (se) diz e faz as relações de significância, mas sempre interpelado ideologicamente. É por dizer de um modo e não de outro e é por dizer a partir de uma materialidade linguística e não de outra que essa ligação dos modos de dizer (corporeidade discursiva) com o próprio sujeito cria um imaginário de língua. Ainda mobilizando as palavras de Payer (2013, p. 185) como suporte desta reflexão, cabe dizer que

a identificação do sujeito em relação às línguas e às suas diferentes formas, como parte do processo de significação, volta-se de modo peculiar sobre a base linguística, assinalando pontos nessa materialidade em que a relação do sujeito com o sentido – a significância – encontra-se em dependência direta de uma impressão de coincidência (ou não) com a forma material.

Pode-se dizer ainda que o sujeito cria para ele a evidência de que é possível dizer certas coisas apenas de determinada maneira e este modo de dizer imaginariamente tido como único baseia-se na língua com a qual há identificação por parte do sujeito. Isso faz com que, no encontro com uma língua estrangeira, este sujeito se choque com outros modos de dizer que igualmente mobilizam um movimento subjetivo. O imaginário de que os modos de dizer são únicos se dão pelo fato de que “custa ao sujeito, às suas forças subjetivas, substituir uma língua por outra, ou formas de uma língua por formas de outra” (PAYER, 2005, p. 64). Contudo, há uma possibilidade de que esse imaginário se desfaça quando outra língua passa a fazer parte do processo de subjetivação, isto é, no encontro do sujeito com outra base linguística que passa também a lhe constituir.

Ainda sobre esse imaginário de língua, ou melhor dizendo, o imaginário de que há um modo de dizer, fez com que fosse mobilizada a noção de “imaginário linguístico (corpo verbal)” proposta por Pêcheux (2009, p. 165). Sobre esta noção, podemos afirmar juntamente com o autor que

a esse imaginário linguístico deveriam, sem dúvida, ser relacionadas também as “evidências” lexicais inscritas na estrutura da língua, levando-se em conta que as equivalências lexicalizadas entre substituíveis resultam, de fato, do esquecimento (de tipo 1) do discurso-transverso que as une, de modo que essas equivalências apareçam, no que chamamos o imaginário linguístico, *como o simples efeito das propriedades lexicais*, evidentes em sua eternidade. Isso marca – parece-nos – a ascendência dos processos

ideológicos-discursivos sobre o sistema da língua e o limite da autonomia, historicamente variável, desse sistema (PÊCHEUX, 2009, p. 165).

Interessante destacar desta passagem de Pêcheux (2009) a menção a um limite do sistema da língua e uma sobreposição dos processos ideológicos-discursivos na constituição da identidade (imaginário do sujeito). A partir disso, pode-se dizer que não é a língua (ela tão-somente) a responsável pela constituição do sentido, pela posição do sujeito em relação a uma determinada FD, mas que o trabalho da ideologia, da historicidade e das condições de produção é fundante do processo de constituição do sujeito/sentido. Em suma, cabe destacar que há o processo de identificação do sujeito com a língua (materialidade linguística) e mutuamente o processo de identificação pelo viés ideológico. Assim, o sujeito, para dizer, precisa se submeter às condições da língua, seja materna ou estrangeira, e ele o faz interpelado ideologicamente. Portanto, defendemos aqui o fato de que, ao enunciar, seja em língua materna seja em língua estrangeira, o sujeito o faz inscrito na história, submetendo-se às condições de dada materialidade linguística e interpelado ideologicamente.

Dito isto, cabe voltar aos elementos do interdiscurso e dizer que o pré-construído é o sempre-já-aí, é o que impõe a evidência ideológica (todo mundo sabe que...), ao passo que a articulação “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 151). Neste caso, o que interessa aqui é pensar em especial na “articulação”, muito embora não seja possível conceber esta sem fazer uma alusão àquele. Ao considerar que uma concepção de efeitos de sentido, no interior de dada FD, ocorre com relação à substituição entre elementos (palavras, proposições, expressões), Pêcheux (2009, p. 151) acrescenta que esta substituição pode ocorrer por duas formas fundamentais: a da “equivalência” e a da “implicação”. A primeira seria a possibilidade de uma “substituição simétrica”, de tal modo que dois elementos substituíveis possuam o mesmo sentido dentro de determinada FD. Já a implicação é uma possibilidade de substituição orientada, de tal modo que “a substituição $A \rightarrow B$ não seja a mesma relação de substituição $B \rightarrow A$ ”. Portanto, “a relação entre os substituíveis é uma relação de identidade ‘não

orientada', uma vez que os substituíveis só podem ser sintagmatizados por uma meta-relação de identidade" (PÊCHEUX, 2009, p. 151).

Feita esta menção a estes elementos, cabe considerar a relação do sujeito com as línguas materna e estrangeira e pensar em modos de dizer distintos (a metáfora do braço torcido) para que se possa dizer equivalentemente. Primeiramente, há de se considerar que não se supõe falar em uma FD distinta pelo fato de haver uma alteração na materialidade linguística (a língua é outra). Desta forma, considera-se que, para dizer de modo equivalente, nos moldes de Pêcheux, seria preciso uma substituição simétrica entre as palavras. No caso da expressão em questão, pensando a relação entre línguas na instância do sujeito, não há como ter simetria. Trata-se de uma relação de *implicação*. Estamos supondo, então, que dizer *to twist someone's arm* implica em dizer diferentemente em outra materialidade, *implica* em dizer *dar o braço a torcer*. Neste ponto, portanto, há de se perceber a movimentação do sujeito entre seus modos de dizer, isto é, há de se notar uma alteração na regularidade (im)posta pela língua primeira quando a língua estrangeira entra em jogo. Com isso, podemos afirmar que estamos lidando com uma transformação na corporeidade discursiva pelo contato com uma estrangeiridade. Há de se ter uma modificação nos modos de dizer para que os sentidos não deslizem na relação (do sujeito) entre uma língua e outra. Esta variação, conseqüentemente, acaba por abalar a postura subjetiva diante das línguas nas quais o sujeito se inscreve, seja materna ou estrangeira. Trata-se de perceber que existem traços de distinção no modo *como* pode e *como* deve ser dito em uma língua ou em outra.

Nesta perspectiva, considerando as expressões nas línguas em análise (o português e o inglês), para que seja possível um efeito de sentido que não deslize para um outro campo semântico (seja numa ou noutra língua), há inevitavelmente a necessidade de uma transformação neste modo de dizer e também na postura subjetiva⁷⁷. Em outros termos, o que está em jogo é da ordem da formulação, da atualização dos sentidos no dizer, é a maneira pela qual as palavras são postas em

⁷⁷ Vale salientar aqui que não se pretende, de maneira alguma, tentar evitar os deslizamentos de sentido na relação que se estabelece do sujeito entre uma língua e outra. O que se pretende é investigar *como* o sujeito entre línguas passa a assumir outros modos de dizer e outras posturas quando uma língua estrangeira o captura e ele a põe em funcionamento.

funcionamento para que sentido e sujeito se constituam como tais. Além disso, há de se notar também que há uma alteração na postura subjetiva, pois, neste caso que tomo de exemplo, é preciso que o sujeito assuma um outro lugar. Na língua inglesa, é *John* quem torce o braço de *Peter* (ele o convence), já na língua portuguesa é João quem dá o braço a torcer (ele se deixa ser convencido). Embora haja sutileza nesta alteração no lugar do sujeito quando se trata destas línguas, ela é importante para refletir sobre o movimento subjetivo na relação entre línguas materna e estrangeira. Aqui, o sujeito precisa se colocar em um outro lugar enunciativo para que *suas* palavras signifiquem semelhantemente na relação entre línguas.

Dito isto, pode-se afirmar que há duas vertentes pelas quais se pode mobilizar o processo de construção teórico-analítica da noção de *corporeidade discursiva*: uma pelo viés da língua, e outra pelo viés do sujeito. Embora a constituição da noção de corporeidade discursiva não ocorra com a ausência de alguma destas duas concepções – isto é, elas se inscrevem simultaneamente na noção de corporeidade discursiva –, no processo teórico-analítico deste capítulo, há uma ênfase na relação da língua com a corporeidade discursiva, especialmente quando da mobilização das expressões idiomáticas⁷⁸. Contudo, não se deixa de mencionar o sujeito nesta construção, pois, sendo ele constituído pela língua(gem), isso invariavelmente se entrecruza no constructo teórico.

Deste modo, para complementar, é pertinente trazer outra expressão idiomática da língua inglesa, cuja correlação com a língua portuguesa, em princípio, não encontra equivalência. Trata-se da seguinte expressão:

To hit the sack.

A tradução desta expressão ao pé da letra seria *bater no saco*. Contudo, como a literalidade da língua numa expressão sem qualquer tipo de contexto, nem mesmo o linguístico, pode vir a significar justamente o que ela designa, creio ser relevante

⁷⁸ No capítulo 4, a concepção de sujeito aparecerá com mais força na relação com a noção de corporeidade discursiva, estabelecendo, assim, as amarras das noções de língua e de sujeito com a de *corporeidade discursiva*. Em outras palavras, almeja-se que essa construção teórico-analítica da noção de corporeidade discursiva se apresente com maior sustentação quando da mobilização das sequências discursivas a serem analisadas na seção 4.2.1 e subsequentes.

colocar tal formulação dentro de um contexto (nem que seja o) linguístico para, a partir daí, ser possível uma reflexão discursiva.

It's late and I'm tired. It's time for me to hit the sack.

Ao ampliar linguisticamente o contexto da expressão *to hit the sack*, já é possível uma tradução para a língua portuguesa, tal como segue: *É tarde e eu estou cansado. Para mim é hora de dormir*⁷⁹. Considerando a relação da língua inglesa com a língua portuguesa, e considerando não haver correspondência semântica entre os termos da expressão em inglês para o português (*to hit the sack*/bater no saco), é viável afirmar que este modo de dizer na língua inglesa é característico desta língua e que não há, inicialmente, equivalência na língua portuguesa. Portanto, na relação entre estas línguas em jogo, há modos de dizer que são inviáveis de serem colocados em funcionamento tal e qual, pois dizer *bater no saco* (*to hit the sack*) para *ir dormir* ou para *ir para a cama* é algo característico da língua inglesa. Neste viés, não estou insinuando que a relação que se estabelece entre línguas deve ser idêntica, no sentido de que para cada expressão ou palavra, deva-se ter outra equivalente em outra língua. É justamente o contrário. Este exemplo reforça o fato de que para “saber” uma língua é preciso ser tomado por ela, é preciso que o sujeito se sinta envolto por modos de dizer característicos daquela língua. Celada (2013, p. 73) reforça tal questão ao afirmar que “a inscrição por parte de um sujeito numa outra ordem do dizer implicará num *saber a língua* e num agenciamento de todos os saberes que esta, como um dispositivo, carrega no funcionamento de sua memória”. Portanto, é pelo fato de não haver equivalências idênticas entre línguas que o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira é tão complexo, causando no sujeito estranhamentos, embates, ranhuras, feridas, marcas. Neste viés, Revuz (1998, p. 224) nos diz que

aprender a falar uma língua estrangeira é, efetivamente, utilizar uma língua estranha na qual as palavras são apenas muito parcialmente “contaminadas”

⁷⁹ Dentro das questões tradutórias, há de se mencionar que também haveria outras possibilidades, tais como: *É tarde e eu estou cansado. É a hora de eu ir para a cama*. Contudo, vale dizer que não se esgota aqui.

pelos valores da língua materna na medida, precisamente, em que não há correspondência termo a termo (REVUZ, 1998, p. 224).

No entanto, quanto mais a língua outra insiste em fazer parte do sujeito, mais estas marcas da presença da estrangeiridade vão deixando de ser um *corpo estranho* dentro da constituição subjetiva para se tornar algo que já faz parte do sujeito. Embora ainda *estrangeira-estranha*, esta outra língua reconfigura os modos de dizer do sujeito, rearranja a sua postura subjetiva. As marcas, as feridas e as ranhuras causadas pela língua outra já não mais são vistas como o estranho, mas como já fazendo parte da constituição subjetiva. Estas marcas, feridas, ranhuras são parte estruturante do sujeito no entremeio das línguas, mas estão ali com o registro daquilo que vem de um alhures. Como diz Chnaiderman (1998, p. 55), “a regulação da estruturação imaginária efetua-se através do registro simbólico. É no espaço do Outro que se situa o ponto onde o sujeito se olha”. Assim, o ponto no qual o sujeito “se olha” ocorre precisamente por uma “tomada de distância” (REVUZ, 1998). É nesta tomada de distância que se tem o registro de como a língua estrangeira significa através de uma rede de filiações sócio-históricas.

Nesta perspectiva, é preciso atentar para o fato de que a língua estrangeira produz significações *à sua maneira*⁸⁰, isto é, há formas históricas que são características de uma determinada língua, não podendo dela se afastar. Em outras palavras, como toda e qualquer língua é sempre estrangeira para alguém, como “não existe uma língua natural que seja verdadeiramente outra” (PRASSE, 1997, p. 72), podemos afirmar que toda língua possui, justamente pela relação que se estabelece com o sujeito, modos de dizer próprios.

Ponderando o que foi dito até aqui com relação aos modos de dizer, o interdiscurso e o intradiscurso, é possível trazer para o interior desta discussão o fato de que estão no interdiscurso os saberes, os já-ditos, os não-ditos, os a-serem-ditos, todos desnivelados e dessintagmatizados. Deste modo, cabe mencionar que, no momento da atualização destes saberes no intradiscurso, isto é, no momento em que

⁸⁰ Não se está dizendo aqui que a língua estrangeira para determinado sujeito produz sentido por si só, sem que nela haja a necessidade de um sujeito inscrito em condições de produção determinadas. O que se pretende aqui afirmar é que o processo de constituição dos sentidos (e conseqüentemente do dizer e do sujeito) em uma língua estrangeira por vezes pode ser diferente (mas nem sempre) da língua considerada materna.

são nivelados, sintagmatizados, no instante em que são colocados no fio discursivo pelo sujeito, eles assumem, assim, uma forma linguística, sempre determinada pela historicidade de uma dada língua. É neste instante que a corporeidade discursiva entra em cena, pois faz com que o sujeito mobilize modos de dizer próprios de cada materialidade linguística. Portanto, é na articulação entre o sujeito, a historicidade da língua e o intradiscurso (o fio discursivo) que a corporeidade discursiva se manifesta na discursivização do sujeito. Além disso, a corporeidade discursiva é o lugar da regulação de *como* pode e *como* deve ser dito em determinada língua. Com isso, considerando que a FD regula *o que* pode e *o que* deve ser dito, está já colocada aqui a necessidade de se pensar sobre a relação da noção de corporeidade discursiva com a noção de Formação Discursiva.

3.2.1 Formação discursiva e corporeidade discursiva: *o que* pode e *como* pode ser dito

Ao se falar da noção de interdiscurso, inevitavelmente outros conceitos foram trazidos e (re)tomados. Isso ocorre porque em AD não se trabalham as noções de modo a pensar uma independente da outra. Há uma relação entre noções e conceitos que, tomando ainda a metáfora do terreno, faz com que, para se chegar a um ponto, é preciso trilhar diversos caminhos sempre tortuosos e nunca retilíneos, é preciso, sobretudo, considerar a relação que há entre um caminho e outro para se ter acesso a uma noção que, diga-se de passagem, nunca é dada como pronta, saturada. Nesta reflexão sobre pensar o interdiscurso na sua relação com a corporeidade discursiva, logo se notou a necessidade da entrada da concepção de FD, cuja definição passaremos a expor com maior abrangência nesta seção.

É possível começar dizendo que, embora a FD seja uma das noções essenciais para se proceder à análise discursiva, esta noção é formulada inicialmente por Foucault (2007), em *Arqueologia do Saber*. Pêcheux (2009) a ressignifica, dando a esta

noção um caráter de heterogeneidade⁸¹, relacionando-a às formações ideológicas. A FD é também o lugar no qual as palavras, expressões, proposições passam a significar, é o lugar no qual o sujeito se identifica para que as *suas* palavras produzam sentido. Neste viés, com relação ao caráter heterogêneo de uma FD, é possível afirmar, juntamente com Pêcheux (1997b, p. 314), que

a noção de ‘formação discursiva’, tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de maquinaria estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repelem nela.

Com efeito, considerando que a FD não é fechada em si mesma e considerando que há saberes do interdiscurso que a invadem, pode-se concluir que uma FD nunca é estática, isto é, seus saberes são sempre reorganizados, realocados. Assim, pode-se assegurar ainda que o sujeito, ao identificar-se com dada FD, não o é da mesma forma *uno*, ou seja, o sujeito é cindido, é interpelado pela ideologia e precisa, obrigatoriamente, se submeter às condições da língua para poder dizer. Essa submissão à língua, contudo, sempre se dá também pela interpelação ideológica e, conseqüentemente, a uma filiação à determinada FD.

Voltando à noção de FD nos moldes em que Foucault a propõe, é possível pensá-la nos seguintes termos:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolas temáticas, se puder definir uma **regularidade** (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (FOUCAULT, 2007, p. 43) [Grifo meu].

⁸¹ Vale destacar que inicialmente a concepção de FD em Pêcheux era igualmente fechada e homogênea tal como em Foucault. Entretanto, Pêcheux havia proposto um princípio organizador deste fechamento e desta homogeneidade distinto do de Foucault. Enquanto que para este a FD era organizada pela regularidade dos Enunciados com suas respectivas formulações, para Pêcheux o princípio regulador de uma FD se dava pela inscrição desta em uma formação ideológica de classes.

A partir do exposto, pode-se afirmar que há elementos que dão ao conceito foucaultiano de FD uma certa regularidade, caracterizando, assim, a constância de um saber/princípio regulador, sem que nele possa haver a transformação. É neste viés ser possível afirmar que a FD em Foucault é da ordem da regularidade. De acordo com Indursky (2007a, p. 77), “a FD, para Foucault, é regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento. É claro que Foucault pensou em transformação, mas esta tem de estar submetida à regra principal, a da regularidade”. Afastando-se de caracterizar a FD principalmente pela regularidade, Pêcheux a ressignifica, mas sustenta um aspecto importante para se pensar a relação com o sujeito, ou seja, ele mantém como característica um princípio regulador dos saberes de dada FD, sem deixar ainda de pensar na heterogeneidade constitutiva⁸². Na esteira desta discussão, torna-se possível afirmar que, para haver uma identificação do sujeito, é preciso que exista inevitavelmente um saber regulador (o que pode e o que não pode ser dito dentro de determinada FD). É, pois, a partir de certas regularidades que o processo de identificação do sujeito se sustenta como tal. Desta forma, considerando que a FD possui um princípio regulador, e considerando ainda que sua característica principal é a heterogeneidade, Pêcheux (2009) diz que a FD é a materialização no discurso das formações ideológicas. Portanto, sendo que “a ideologia ainda vai apontar para uma interpretação de sentido em certa direção, determinada pela relação da língua com a história” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 192), é possível afirmar que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, mas sim é determinado pela FD na qual se inscreve. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 147),

chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]. E isto equivale afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

⁸² Neste ponto, vale mencionar Mazière (2007, p. 61) quando afirma que “a noção de FD soube [...] evoluir a partir do legado de Foucault, conservando as materialidades linguísticas das quais Foucault se desinteressara já em 1971. É o trabalho marxista sobre os discursos de classe revisitado, que tinham sido muito rapidamente tipificados, e a estabilidade dos pontos discursivos, herdada da noção de forma de língua, que levam a notar que as fronteiras discursivas não são assinaláveis, que o saber anterior se inscreve na construção de um conhecimento e é determinado por meio de formas linguísticas.”

Dito isto, vale ressaltar que todo indivíduo sofre interpelação ideológica, tornando-se, assim, sujeito e assumindo uma posição dentro de uma FD. E é pela filiação a uma FD que o sujeito interpreta. Desse modo, as palavras de Pêcheux (2009, p. 140) são fundamentais quando o autor afirma que “a questão da constituição do sentido se junta à da constituição do sujeito, e não de um modo marginal [...], mas no interior da própria ‘tese central’ na figura da interpelação”, de tal modo que se pode afirmar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo.

Feita esta referência à ideologia, caberia, então, pensar sobre a maneira pela qual Pêcheux dá início às suas reflexões, e o que entra em jogo aqui são as condições de produção do discurso, cuja ligação se faz às formações sociais e às formações imaginárias. Nesta perspectiva, as condições de produção fazem referência às posições ocupadas por determinados sujeitos na estrutura social e histórica. Trata-se das relações de força, do “lugar social do qual falamos [que] marca o discurso com a força da locução que este lugar representa” (ORLANDI, 2006a, p. 16). Deste modo, as condições de produção são da ordem da exterioridade linguística, remetendo a um contexto sócio-histórico mais amplo. Orlandi (2006a, p. 15) afirma que

as condições de produção incluem, pois, o sujeito e a situação. A situação, por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido estrito, ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico-ideológico mais amplo (ORLANDI, 2006a, p. 15).

Sendo assim, esta noção não pode ser confundida com o contexto linguístico, pois ela engloba mais do que isso. Trata-se de unir a situação sócio-histórica com o contexto imediato a fim de que sejam pensados em conjunto, analisando esta ligação com o discurso e o modo como os sentidos se constituem. É, portanto, a partir da noção de condições de produção, que se pode pensar o discurso como o lugar no qual a ideologia se materializa, pois, sendo a ideologia a responsável pelo direcionamento dos sentidos, o discurso é o espaço onde estes sentidos podem derivar, uma vez que se pode pensar o discurso como sendo “efeito de sentidos entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82), de tal modo que o texto é o lugar de materialização do discurso, não podendo estes conceitos (texto e discurso) serem jamais pensados como iguais. O texto é a manifestação concreta do discurso, é a sua

forma material, por isso que “o texto não pode ser visto como uma unidade fechada, pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção [...], com o interdiscurso” (ORLANDI, 2005b, p. 87). Portanto, ao levar em consideração que “o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito” (ORLANDI, 2005a, p. 70), há de se ter acesso ao sujeito justamente pelo dizer. Portanto, o texto (e conseqüentemente o sujeito), por se relacionar com o interdiscurso, é sempre atravessado por várias FDs, seja para confirmá-las e/ou para rechaçá-las. É deste modo, portanto, que a heterogeneidade está presente no texto, pois, juntamente com as diversas FDs que o atravessam, estão também posições-sujeito, além de sua relação contraditória com a ideologia. Deste modo, quando o sujeito diz em uma língua estrangeira, ele também diz se inscrevendo em uma posição-sujeito, filiando-se a uma FD. Assim, se a FD é o lugar do *que* pode e deve ser dito, do *que* não pode e não deve ser dito dentro de determinadas condições, a corporeidade discursiva é uma espécie de dispositivo que regula *como* pode e *como* deve ser dito a partir de uma outra materialidade simbólica, mas também dentro de determinadas condições de produção. A corporeidade discursiva transita entre as FDs, e é justamente por isso que ela também não escapa à ideologia.

Portanto, falar de ideologia é também trazer para a discussão a noção de formação ideológica (FI), cuja definição pode ser pensada como um conjunto de práticas que não podem ser pensadas nem como globais, nem como particulares, mas num conjunto complexo no qual estas práticas e representações mais ou menos se relacionam. De acordo com Althusser (1999, p. 199), “a ideologia ‘leva a agir sozinhos’ os indivíduos, sem que haja a necessidade de colocar um policial no pé de cada um.” O modo de funcionamento da ideologia pensado por Althusser remete à existência de uma força coercitiva agindo sobre o sujeito, sem que esta força seja, sobremaneira, física. A ideologia faz com que o sujeito aja sempre da mesma maneira, como se fosse coagido por este policial que o cerceia.

Indo na direção da linguagem, sem que se faça um distanciamento das reflexões althusserianas, podemos fazer uma intervenção e questionar: o sujeito, interpelado pela ideologia, não tem vontade própria, ou seja, ele não reflete sobre

seus atos? Cabem aqui duas propostas para tentar responder esta pergunta. Não que cada uma destas respostas seja colocada como par opositor. Justamente o contrário. Elas se complementam. A primeira possibilidade de resposta vem ainda pensando o trabalho da ideologia no sujeito, pois, se houvesse de fato a necessidade de se colocar um policial no pé de cada um, este estaria ali para exercer uma coerção, a fim de que não autorizasse o sujeito a agir conforme sua vontade, como se este fosse livre, ou ainda, como se ele fosse obrigado a fazer/dizer tais e tais coisas. Há aqui uma contradição constitutiva, mas também um espaço para a falha no ritual, uma vez que a ideologia leva os sujeitos a agir de tal modo que cada um acredite estar exercendo sua livre vontade (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). Em outras palavras, o sujeito não é livre, mas, ao mesmo tempo, ele não é forçado, no sentido de uma força coerciva, a agir como age (nos moldes de Althusser), ou a dizer o que diz (nos moldes de Pêcheux). Porém, a interpelação ideológica não é da ordem da completude. Ela falha. E é justamente por ela falhar que entram as reflexões por parte do sujeito, isto é, trata-se do lugar no qual o sujeito pode questionar⁸³.

Outra possibilidade para tentar responder a pergunta acima surge pela possibilidade de pensar na questão do sujeito desejante. Para tanto, cabe iniciar com um esboço da noção de real, uma vez que o real não trata de uma realidade empírica. A noção de real vem na ordem do irrepresentável. O real é aquilo que não pode ser de outro modo, ou seja, o real é da ordem do impossível, é aquilo que não se transmite, aquilo que não se ensina, aquilo que não se aprende, mas que existe produzindo efeitos. O real é aquilo que não pode não ser de outro modo (PÊCHEUX, 2006). Por outro lado, dando uma guinada para o lado da psicanálise, a noção de real está fortemente ligada a outros dois conceitos: o simbólico e o imaginário⁸⁴. O real

⁸³ E aqui estamos falando do “mau sujeito” de Pêcheux (2009), ou seja, a segunda modalidade dos desdobramentos da forma-sujeito, cuja mobilização será feita mais adiante.

⁸⁴ Celada (2013) apresenta uma interessante analogia para se pensar a relação destes três conceitos: real, simbólico e imaginário. Ela explora “uma analogia entre o funcionamento dos três registros para a psicanálise (I-R-S) e o popular jogo conhecido como “pedra, papel e tesoura”. Nele, a mão estendida representa o papel (na analogia, o *imaginário*); a mão em punho, a pedra (*real*); e os dedos indicador e anular estendidos, a tesoura (que, pensada como instrumento, nos remete ao *simbólico*). Quando os participantes do jogo esgrimem um dos três gestos, se não der empate, temos as seguintes alternativas: a pedra (*real*) ganha da tesoura (*simbólico*), pois é capaz de quebrá-la ou amassá-la; a tesoura (*simbólico*) ganha do papel (*imaginário*), pois pode cortá-lo; o papel (*imaginário*) ganha da pedra (*real*) sendo capaz de embrulhá-la – tal é a força, frisamos, do imaginário” (CELADA, 2013, p. 72).

seria, portanto, um *resto* que não se simboliza e que não está no imaginário. O real é da ordem do impossível de transmitir, trata-se de “uma realidade desejante, inacessível a qualquer pensamento subjetivo” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 645). O real é aquilo que nos escapa. Dito de outro modo,

o real é apresentado como um corte na estrutura do sujeito, a falta originária da estrutura. É precisamente em torno dessa falta que o inconsciente se estrutura. O real é, portanto, o núcleo do inconsciente. Tudo começa a partir dele. Lacan tematiza o real de dois modos: (i) o real é o impossível de ser simbolizado e (ii) o real é o que retorna sempre ao mesmo lugar (LEANDRO FERREIRA, 2007a, p. 106).

Portanto, é aqui que começamos a responder a tão intrigante pergunta, pois, sendo impossível que seja de outro modo, pensando o real como aquilo que é da ordem do inatingível, não há como o sujeito escapar da incessante busca pela completude, pela incessante e eterna vontade de preenchimento. Somos sujeitos do desejo. Como diz Longo (2006, p. 16), “nunca paramos de desejar”. Contudo, é preciso deixar claro que não se trata de um desejo biológico ou de uma busca por uma satisfação de uma necessidade. Trata-se de um desejo de ordem simbólica. No que tange à questão do sujeito na relação que se estabelece entre ele e mais de uma língua, é relevante trazer aqui os comentários de Prasse (1997, p. 72) com relação ao desejo de aprender outra língua, pois, segundo a autora,

o desejo de aprender uma língua estrangeira [...] pode ser um desejo de ter escolha, de poder escolher a lei, as regras e muitas vezes o mestre do nosso gozo. É o desejo de ser livre para escolher uma ordem na qual “se exprime”, de impor-se uma ordem por um ato voluntário, aprender, enfim, como se deve falar corretamente e gozar com isso.

Deste modo, se na *corporeidade discursiva* há regularidades nos modos de dizer do sujeito em função da estruturação da língua primeira, estas regularidades, então, existem visto que há um certo conforto, aconchego, repouso. Sendo assim, como todo sujeito é um sujeito do desejo, esta regularidade buscaria morada em um outro lugar, isto é, esta regularidade da língua primeira, instalada na corporeidade discursiva do sujeito, resistiria a um outro modo de dizer, no sentido em que na busca pela outra língua a regularidade da língua primeira tentaria se impor. O insucesso desta imposição da regularidade da língua materna é o que faz com que a

corporeidade discursiva se modifique. Portanto, o desejo pela estrangeiridade e a resistência da regularidade da língua primeira entram em conflito, mas é o desejo sobrepujante que mantém acesa a vontade do sujeito em deixar modificar(-se) *seus* modos de dizer, a *sua* corporeidade discursiva. Em outras palavras, trata-se de (uma ilusão de) ter escolha, tal como afirmou Prasse (1997). Nas palavras de Garcia-Roza (1985, p. 139), “esse desejo só pode ser pensado na relação com o desejo do outro e aquilo para o qual ele aponta não é o objeto empiricamente considerado, mas uma falta”. Portanto, há essa falta estruturante do sujeito. Aí chegamos ao ponto em que se pode dizer que o sujeito é constituído pela linguagem e que há nele intrinsecamente uma falta constitutiva. Falta essa que leva o sujeito a uma busca. O desejo é uma satisfação sempre adiada e nunca atingida. Em suma, a própria ideologia, em sua forma material que é a língua(gem), faz com que o sujeito questione o lugar que ocupa, além ainda de este mesmo sujeito ser constituído por um desejo incessante. Com isso, pode-se dizer que, no ritual da interpelação ideológica, há falhas que são constitutivas da própria ideologia e, ao mesmo tempo, a linguagem se mantém como algo que não preenche o todo. Essa falta constitutiva é o que faz com que o sujeito, sempre interpelado ideologicamente, questione e também deseje⁸⁵.

Feita esta breve visita ao campo da psicanálise, cabe voltar às reflexões sobre ideologia e dizer que Althusser pensou a ideologia no campo da reprodução das condições de produção. Já Pêcheux, sem se afastar muito, trouxe esta reflexão para o âmbito da linguagem e avançou. Portanto, Pêcheux, ao teorizar o discurso, não deixou de contemplar as falhas inerentes ao processo de interpelação ideológica, pois, se não houvesse falhas, se a interpelação fosse da ordem da completude, não haveria condições de interpretações distintas, as interpretações seriam formuladas sob uma única posição. Como diz Orlandi (2005b, p. 107), “sem ideologia, seríamos felizes para sempre”. Portanto, esta relação indissociável entre sujeito, linguagem e ideologia se dá por uma articulação com falhas. E é por haver falhas neste processo que o sujeito não fica livre ao questionar. Ao contrário, é justamente aí que se dá a interpelação ideológica. Ao cabo, todo sujeito é *livre* para se sujeitar às condições que

⁸⁵ Uma reflexão sobre esta questão foi publicada em trabalho anterior (AIUB, 2015b).

a língua impõe e vale lembrar que não há língua que não traga, em sua constituição, as condições sócio-históricas. Portanto, é a partir de uma formação ideológica que se compõem uma ou mais FDs. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166), “as formações ideológicas comportam necessariamente uma ou várias FDs interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Então, ressalta-se que em uma FD há um princípio regulador do *que* pode e do *que* deve ser dito⁸⁶. Para colaborar com esta reflexão, Courtine (2009, p. 72) menciona que

as formações ideológicas têm um caráter “regional” ou específico e comportam posições de classe. O que explica que se possa dizer, a partir de formações ideológicas antagônicas, falar dos mesmos “objetos” (a democracia, a liberdade, o pluralismo, etc.) e falar deles “diferentemente”.

Neste viés, quando Courtine (2009) remete a falar de mesmos objetos diferentemente, pressupõe-se aqui que se trata de uma remissão à outra FD, ou seja, é falar de um mesmo objeto a partir de posições distintas, cujas significações vão produzir diferentes efeitos de sentido, pois “as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam [...]. As palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva* a outra” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007, p. 26). Trata-se de afirmar justamente que o sentido se dá com relação à FD que o domina. Trago esta questão justamente para mobilizar a corporeidade discursiva, visto que *dizer diferentemente* sob a perspectiva desta noção é dizer de outro modo, sem necessariamente que o sujeito seja realocado para uma outra FD. Em outras palavras, pelo viés da corporeidade discursiva, é preciso que o sujeito se invista/ seja investido de modos de dizer próprios de determinada materialidade para que as *suas* palavras passem a funcionar em determinada discursividade. Isto é, a corporeidade discursiva engloba um conjunto de modos de dizer característicos de determinada língua, efetivando-se no dizer do sujeito, não exatamente no *que*, mas sim em *como* ele diz. Vale mencionar aqui que este *como* dizer pode fazer com que haja alterações no *que* dizer, especialmente quando se mobiliza a relação do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira. Trata-se, por exemplo, de dizer algo

⁸⁶ Para a corporeidade discursiva, caberia pensar na relação entre línguas no *como* pode e *como* deve ser dito.

ideologicamente possível em língua materna, mas que na língua estrangeira esta “mesma” expressão, palavra se desvia para um outro campo semântico. Isto mostra que as historicidades das línguas não são idênticas, e é esse encontro com o outro da língua estrangeira que dá também a possibilidade de o sujeito se perceber diferentemente, de poder dizer de outro modo, alheio ao já tão enraizado em sua constituição subjetiva pela língua materna, é o que dá ao sujeito a possibilidade de uma tomada da palavra, pois, “quando se toma a palavra [...], toma-se um lugar que dirá respeito às relações de poder, mas, simultaneamente, ‘toma-se’⁸⁷ a língua, que tem um real específico, uma ordem própria” (SERRANI-INFANTE, 1998, p. 247). É esta ordem própria de cada língua que se dá por este conjunto de modos de dizer que foram se efetivando a partir de historicidades específicas. A corporeidade discursiva é, então, este conjunto de modos de dizer específico de cada língua, cuja materialização se dá na discursividade do sujeito. Assim, é justamente por mobilizar este conjunto de modos de dizer que a corporeidade discursiva atravessa diferentes FDs e se submete às condições do dizer de dada língua para se fazer presente no (e através do) sujeito.

Esmiuçando um pouco mais, cabe dizer que a corporeidade discursiva é um conjunto de modos de dizer característico de uma língua e que, ao tomar corpo na esfera subjetiva (isto é, quando o sujeito põe em funcionamento *seu* dizer), se materializa no intradiscurso, fazendo com que o sujeito se submeta a estes modos de dizer para que suas palavras funcionem em determinada discursividade. Assim, é possível afirmar que há uma corporeidade discursiva da língua que se materializa no funcionamento discursivo através de um sujeito já ideologicamente marcado, por este motivo pode-se assegurar que a corporeidade discursiva já é atravessada pela ideologia, por diferentes FDs conseqüentemente. Contudo, esse atravessamento ideológico não ocorre pela corporeidade discursiva em si mesma, mas sim porque estes modos de dizer se efetivam por um sujeito já filiado a uma ou mais FDs. É o sujeito, portanto, que faz com que a corporeidade discursiva se materialize. É daí que surge a concepção de uma corporeidade discursiva *do/no* sujeito. É *no* sujeito porque

⁸⁷ Aqui reproduzo a nota colocada por Serrani-Infante (1998, p. 247): “de fato, ao tomar a palavra, somos tomados pela língua”.

ele precisa da língua para dizer e, conseqüentemente, para se fazer sujeito, e é no fio do dizer que os modos de dizer são materializados; e é *do* sujeito porque, ao dizer, ele o faz a partir de sua singularidade (nunca una e individida), a partir de sua inscrição na história, de sua interpelação ideológica e a partir de condições de produção específicas. Em suma, está se propondo que a corporeidade discursiva esteja: a) na constituição do sujeito pelo viés da língua(gem), um sujeito inscrito em determinadas condições de produção do discurso e em constante processo de identificação com a(s) língua(s); b) no interior das línguas, sendo um conjunto de modos de dizer característicos inscrito nestas línguas pelo viés das respectivas historicidades; c) sujeita à ideologia através do processo de interpelação subjetiva, não ficando alheia ao processo de direcionamento dos sentidos; e d) articulada ao intradiscurso, em especial no que se refere à atualização do interdiscurso pelo fio do dizer. É nos meandros destas noções que a corporeidade discursiva se instaura no âmbito da teoria da AD.

Com efeito, feita esta articulação da noção de corporeidade discursiva ao aparato teórico da AD, vale retomar a discussão sobre as FDs e afirmar que as evidências de sentido são dadas dentro de uma determinada FD, pois estas evidências mascaram o sentido ao se valerem do efeito da transparência da linguagem. Assim, mesmo sendo a FD regida por um saber dominante (o que pode e deve ser dito, e o que não pode e não deve ser dito), não é possível pensá-la como homogênea, fechada, como se fosse um mecanismo de aplicação de um conceito a discursos variados. Para contribuir, Courtine e Marandin (2016, p. 39) afirmam que é preciso considerar

uma FD como heterogênea em relação a si mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado de uma vez por todas que separa um interior e um exterior, mas se inscreve entre diversas FD como um *fronteira que se desloca* em função das questões da luta ideológica.

É neste ponto, portanto, que se faz presente a noção de posição-sujeito, isto é, um lugar no qual o sujeito se posiciona, dentro de dada FD, para dizer, para produzir sentido. Dito de outra forma, trata-se aqui da movimentação das “fronteiras” das

FDs que ocorrem em virtude das questões ideológicas, da inevitável movimentação dos saberes. É o sujeito que, inscrito em uma FD, faz com que outros saberes invadam a FD na qual ele está inscrito e, a partir deste movimento no posicionamento, é possível pensarmos em um fechamento sempre instável das FDs (COURTINE; MARANDIN, 2016). Foi pensando neste processo da luta ideológica no interior de determinada FD que Pêcheux (2009) mobilizou três modalidades de desdobramento da forma-sujeito⁸⁸. Vale a ressalva de que estas três modalidades não são três posições-sujeito, mas é pelo questionamento da segunda modalidade, isto é, o mau-sujeito, que é instaurada a heterogeneidade dentro da FD, é possível, a partir dela, haver diferentes posições-sujeito dentro de uma mesma FD.

A primeira modalidade de desdobramento é aquela em que o sujeito, revestido da forma-sujeito, reproduz fielmente a evidência ideológica da FD à qual ele está filiado. Nesta etapa do desenvolvimento teórico, pensando apenas em uma reduplicação da forma-sujeito na FD, “ainda não há espaço para a alteridade e a diferença nem para a contradição. E a identificação do sujeito se dá diretamente com a forma-sujeito, responsável pela organização dos saberes que se inscrevem na FD” (INDURSKY, 2007a, p. 80). Nesta modalidade, o sujeito está mais centrado e mais fortemente afetado pela ideologia dominante da FD pela qual ele é dominado. Orlandi (2005b, p. 104) confirma tal prerrogativa ao afirmar que “quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso à sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Quanto mais certezas, menos possibilidades de falhas.” Dito de outra forma, quanto mais no centro de uma FD o sujeito se encontra, mais longe de fronteiras e menos propício a considerar outros saberes ele está.

Entretanto, a segunda modalidade de desdobramento inaugura o espaço para a heterogeneidade, pois ela se relaciona a uma tomada de posição do sujeito que “se volta contra” a evidência ideológica. O sujeito “se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta” (PÊCHEUX, 2009, p. 199). Em outras palavras, mesmo questionando a ideologia vigente, ele ainda ocupa um lugar dentro desta mesma FD, porém não mais reduplica por inteiro o saber vigente, mas sim

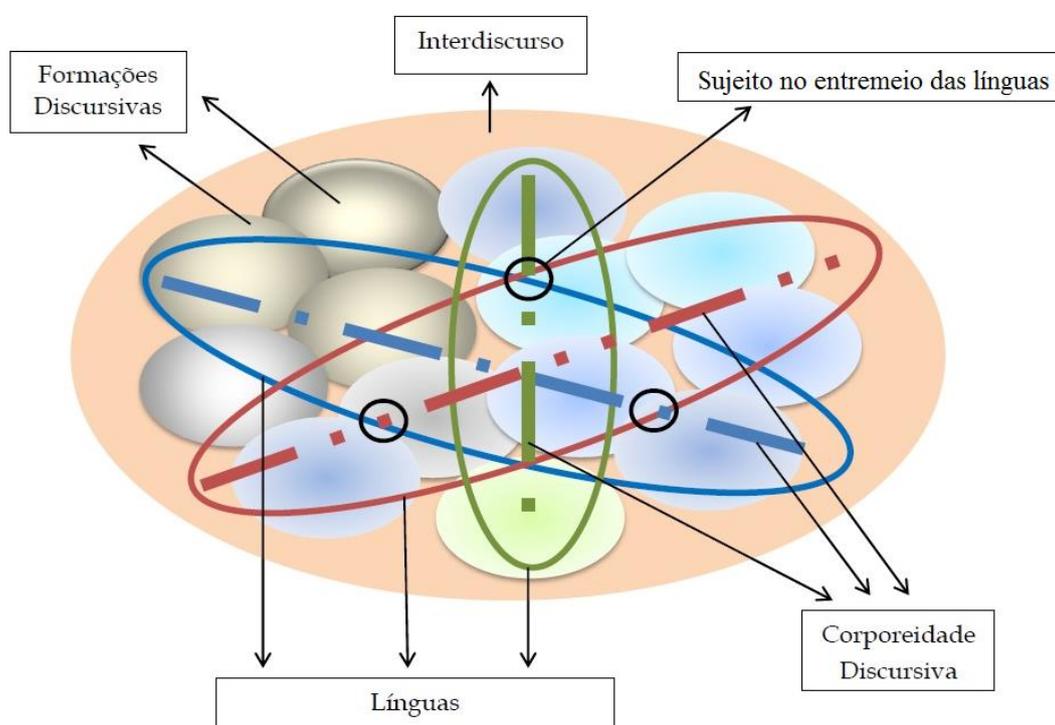
⁸⁸ A forma-sujeito é a maneira pela qual “o sujeito do discurso se identifica com a FD que o constitui” (PÊCHEUX, 2009, p. 154).

produz questionamentos. E estes questionamentos são feitos porque existem outros saberes fora desta FD que ultrapassam suas fronteiras instáveis e porosas. Saberes que vêm de outro lugar, do interdiscurso, pois o interdiscurso é um complexo com todas as formações discursivas, todos os ditos e tudo o que ainda está para se dizer. Daí é que se pode pensar neste ritual da interpelação ideológica como um ritual com falhas. Esta contra-identificação é responsável, assim, por dar espaço a uma FD heterogênea, uma vez que há a entrada de outros saberes. E esta entrada se dá pelo questionamento da evidência ideológica a partir de distintas posições, ou seja, trazendo saberes de outras FDs, do interdiscurso. Nas palavras de Indursky (2007a, p. 81), “esta segunda modalidade traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade, e isto resulta em uma FD heterogênea”, justamente pela possibilidade do questionamento.

Por fim, a última modalidade de desdobramento diz respeito ao processo de desidentificação com os saberes de dada FD. Neste caso, a contra-identificação é tão forte que não há mais espaço para que o sujeito ainda ocupe lugar na mesma FD. Porém, ao sair da FD que antes o dominava, este sujeito não fica livre, mas passa justamente a ser filiado à outra FD. Este processo de desidentificação/identificação não se dá de uma maneira consciente, pois, quando o sujeito se dá conta, é porque ele já estava sendo tomado por outra FD. Para Indursky (2007a, p. 82), “antes mesmo de migrar para outra FD, o sujeito, sem o saber, já não mais se identificava com o domínio em que pensava estar inscrito”.

Como foi possível perceber, o processo de identificação a uma FD se dá pela interpelação ideológica que todo sujeito sofre. Embora haja diferentes formulações, isto é, distintos modos para se dizer o *que* pode e o *que* deve ser dito dentro de uma FD, quando o sujeito diz, ele o faz permeado pelas condições impostas pela FD que o domina e também pela(s) língua(s) com a(s) qual(is) ele é identificado. A FD regula o que pode e deve ser dito, enquanto que a corporeidade discursiva regula *como* pode e *como* deve ser dito. A FD tem uma relação mais estreita com a ideologia, já a corporeidade discursiva, embora também seja tomada pela ideologia, possui uma relação mais íntima com as diferentes materialidades simbólicas, isto é, com as diferentes línguas. Há modos de dizer específicos de cada língua e são estes modos

de dizer aliados a uma postura subjetiva, isto é, aliados à maneira singular que o sujeito se identifica com uma determinada língua, que se está chamando de corporeidade discursiva. Assim, há o pressuposto de que a corporeidade discursiva atravessa a língua, cruza as FDs e se instaura na constituição subjetiva. E, ao cruzar estas FDs, uma corporeidade discursiva inevitavelmente (re)corta o interdiscurso. Para ilustrar o que acaba de ser posto, apresento uma tentativa de reproduzir a relação destes conceitos a partir do esquema abaixo.



FONTE: elaborado pelo autor.

No esquema apresentado, buscou-se entrelaçar os conceitos ali mencionados, mas gostaria de salientar que a corporeidade discursiva está dentro da língua pelo viés de sua organização, mas ela funciona como base para se pensar a ordem da língua. Cabe mencionar ainda que o sujeito é submetido à língua(gem), filiado a uma ou mais FDs e se ampara em modos de dizer característicos de uma determinada materialidade simbólica para poder dizer. Assim, este sujeito se vale da corporeidade discursiva de uma determinada língua e, no momento em que ele o faz, passa a imprimir igualmente a sua singularidade, sua inscrição na história (a partir de

condições de produção determinadas) nestes modos de dizer, daí também poder afirmar que há uma corporeidade discursiva *do* sujeito. Estamos aqui diante do fato de que os modos de dizer são *da* língua (e ocorrem na língua) justamente porque a língua só funciona em conjunto com o sujeito, sendo que ambos estão inscritos na história.

Dito isto, cabe retomar a noção de interdiscurso para se fazer uma relação com o intradiscurso. Sendo assim, a partir do pressuposto teórico de que “o interdiscurso é o que determina uma FD, ou seja, o interdiscurso contém os dizeres que não podem ser ditos no âmbito de uma dada FD” (INDURSKY, 2007a, p. 81), ratifica-se o que estava sendo anteriormente abordado com relação ao que é possível de ser dito dentro de uma determinada FD, ou seja, a FD é um lugar onde determinados saberes podem/não podem ali se abrigar. Assim, os saberes que extrapolam o âmbito de dada FD são alocados no interdiscurso e, no momento em que são mobilizados pelo sujeito, através do fio do discurso, isto é, através do intradiscurso, este sujeito o faz identificado com uma língua, e é esta língua, pelo viés de sua historicidade, que vai determinar quais são os modos de dizer possíveis. Em outras palavras, é a corporeidade discursiva da língua que entra em jogo.

Considerando que os modos de dizer são da ordem da formulação e que o interdiscurso é da ordem dos sentidos não-atualizados (de todos os sentidos possíveis, dessintagmatizados e deslinearizados), existe aqui uma relação do *como* dizer com *o que*, isto é, há uma relação da corporeidade discursiva com a FD. Deste modo, conjectura-se que os modos de dizer acabam por dar outros contornos aos processos de significação, isto é, dizer diferentemente é abrir a possibilidade para um deslizamento de sentido. Para Orlandi (2005a, p. 32), “se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso, ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação.” Pensando assim, é possível mencionar que o sujeito, ao entrar em contato com uma outra língua, passa a ter a possibilidade de dizer diferentemente. Trata-se da ilusão de um poder de escolha, de tal forma que se postula que o sujeito, ao dizer em outra língua, não sofreria alterações em suas filiações ideológicas, isto é, não seria afetado pelas modalidades de desdobramento de determinada FD. Dito de

outra forma, o sujeito não muda a posição-sujeito da qual ele enuncia por haver uma alteração na materialidade linguística. Contudo,

a segunda língua não é independente das redes de memória ou das filiações sócio-históricas de identificação. Instanciada em ressonâncias discursivas, a produção em segunda língua, por esse processo ressonador, marca a possibilidade de uma desestruturação/re-estruturação dessas redes e filiações (SERRANI-INFANTE, 1997b, p. 80).

Em outras palavras, se o sujeito não sofre readequações na posição-sujeito, diria, pois, que ele estaria mais propenso a observar o outro, justamente por esse contato com a outra língua. É pelas redes de filiações da língua outra que o sujeito tende a sofrer um rearranjo, principalmente porque, além de dar de encontro com outros modos de dizer, além de a postura subjetiva poder ser de outra ordem, as línguas possuem historicidades que não são idênticas entre si.

Na tentativa de fazer aproximações da FD com a corporeidade discursiva, há de colocar em análise mais uma expressão cujas ocorrências em língua portuguesa e língua inglesa são possíveis. No entanto, a mudança da materialidade linguística, neste caso, afeta inevitavelmente as condições de produção do sentido⁸⁹. As expressões postas em análise em língua portuguesa e em língua inglesa, respectivamente, são:

Chutar o balde!

To kick the bucket!

Como as palavras nem sempre significam aquilo que elas designam, há de se tratar os fragmentos acima como expressões idiomáticas relativamente comuns dentro das línguas em jogo. No português brasileiro, é possível dizer que *chutar o balde* pode ter uma vasta gama de significações além de seu sentido “mais literal”. Pode-se dizer que *chutar o balde* faz relação com *perder o controle*, *desistir de algo*, *perder a calma*, além de outros efeitos de sentido que só poderiam ser possíveis de se cogitar a partir de um contexto mais amplo. Contudo, ao se verter esta expressão para o

⁸⁹ Neste ponto, vale salientar que a “simples troca” de uma língua para outra não é tão simples assim. Nesta alternância, há processos mais complexos colocados em jogo, não se trata apenas de uma substituição do léxico, justamente porque quando se diz em uma outra língua, se diz diferentemente.

inglês, mantendo-se os mesmos vocábulos, nos quais *to kick* é *chutar* e *the bucket* é o *balde*, não mais temos a mesma relação que se faz no português brasileiro. Afinal de contas, *to kick the bucket* é um eufemismo para afirmar que alguém morreu. Cabe aqui tentar descobrir (revelar) o que está “por trás” desta mudança brusca de significado? Não é o objetivo, mas sim pensar na relação que o sujeito estabelece com estes modos de dizer “idênticos”⁹⁰ que remetem a questões tão diversas.

A partir disso, pode-se dizer que a materialidade linguística, por sua relação singular e distinta com as condições de produção, afeta os processos de significação. É instigante pensar que determinado sujeito, ao dizer *chutar o balde*, em português, para se referir a uma situação de perda de controle, por exemplo, não pode realizar uma tradução termo a termo e dizer, em inglês, *to kick the bucket*, para se referir a esta mesma situação. Há de se notar aqui que não se trata de uma impossibilidade sintática ou lexical. É justamente o oposto, pois tanto as palavras quanto o sintagma verbal destas línguas são da ordem do substituível, isto é, no lugar sintático do verbo *chutar* é possível usar seu correlato em inglês, *to kick*, e assim por diante com os outros termos da expressão. Trata-se, isto sim, da impossibilidade de se produzir os mesmos efeitos de sentido ao se colocar em funcionamento os mesmos modos de dizer. É a impossibilidade de uma “substituição simétrica”, tal como postula Pêcheux (2009, p. 151) quando relaciona esta substituição de elementos de uma mesma materialidade linguística no interior de uma mesma FD. Neste ponto, o que estamos trazendo para o interior da discussão é a necessidade de pensar essa relação do sujeito entre línguas. Portanto, quando se mobiliza outra materialidade, ainda que o dizer ocorra no interior de uma mesma FD, custa ao sujeito ter de se movimentar (devido à impossibilidade de dizer de determinado modo) para que *suas* palavras, através da articulação, produzam uma certa “equivalência” que, nos termos de Pêcheux (2009, p. 151), é o fato de “dois elementos substituíveis A e B ‘possuam o mesmo sentido’ na formação discursiva considerada”.

Com efeito, esta substituição termo a termo na relação (do sujeito) entre línguas joga para interpretações distintas, uma vez que cada língua possui uma

⁹⁰ Está se colocando a palavra idêntico em destaque justamente pelo efeito tradutório do termo a termo, como se fosse possível dizer tal e qual de uma língua para outra.

relação singular com a história. A história, por sua vez, atravessa cada uma das línguas de maneira singular, sendo que o sujeito, para dizer, inevitavelmente precisa estar inscrito nestas filiações para que as palavras produzam sentido, pois

essa estranha materialidade que a língua estrangeira representa produz [...] um jogo de identificações para esse sujeito que vive a experiência de dela se aproximar, podendo representar para esse sujeito [...] a possibilidade de tornar-se outro (DE NARDI, 2009a, p. 186).

Deste modo, nossa hipótese é que essa “possibilidade de tornar-se outro”⁹¹ não se refere exatamente a um outro sujeito, no sentido que o antigo deixa de existir, mas diz respeito, isto sim, a uma possibilidade de se deparar com outros modos de dizer e, conseqüentemente, com outras posturas. E é este conjunto de modos de dizer que já faz parte do sujeito que se transforma, que se altera, que se reconfigura para que o sujeito possa ser sujeito a partir de relação com uma outra materialidade, essa outra língua. Portanto, é a corporeidade discursiva, cujo conjunto de modos de dizer se inscreve no sujeito, que se transforma quando há o contato com uma estrangeiridade. Assim, para acrescentar a esta reflexão, vale trazer as palavras de Orlandi (1998, p. 207), quando a autora afirma que

se a identidade é um movimento na história, é justamente porque todo processo de significação é uma mexida (deslize) em redes de filiação (na relação entre formações discursivas, no conjunto da memória) de tal modo que o sujeito se produz ao mesmo tempo como repetição e como deslocamento.

Ao retomar as expressões idiomáticas destacadas mais acima, vale dizer que a ocorrência de uma tradução termo a termo faz com que haja um deslizamento de sentido, isto é, este tipo de tradução não leva em consideração questões que são características de cada uma das línguas, as redes de filiações específicas. Na língua inglesa, que pode ser tomada aqui como estrangeira, há um eufemismo, uma tentativa de suavizar o dizer. Diz-se *John kicked the bucket* para não dizer expressamente *John died*⁹². Neste ponto, podemos afirmar que há modos de dizer

⁹¹ Também mencionada por Revuz (1998).

⁹² Traduzindo literalmente, *John chutou o balde* para dizer que *John morreu*.

específicos de cada língua, sendo que estes modos de dizer fazem parte da corporeidade discursiva. E a corporeidade discursiva, por sua vez, se inscreve no sujeito, fazendo parte dele, regulando-o (no viés de que direciona a certas regularidades) no que diz respeito a *como* pode e *como* deve ser dito. Em outras palavras, nem sempre há como dizer em uma língua do mesmo modo que se diz em outra, pois há circunstâncias sócio-históricas que fazem com que determinados modos de dizer não possam fazer parte de dadas condições de produção do discurso em virtude de sua materialidade específica⁹³. Payer (2013, p. 188) nos auxilia nesta reflexão ao afirmar que “as identificações do sujeito quanto à língua e suas formas materiais se produzem, portanto, em processos constituídos na historicidade dessa relação”.

Portanto, é a partir destes diferentes modos de dizer que se pode fazer com o que o sujeito se pergunte, se questione, e passe a olhar para si como fazendo parte da alteridade que lhe é constitutiva (*por que eu digo assim?*), em vez de apenas direcionar a observação para o outro (*por que eles dizem desse jeito?*), pois, de acordo com Revuz (1998, p. 220),

abrindo um novo espaço potencial para a expressão do sujeito, a língua estrangeira vem questionar a relação que está instaurada entre o sujeito e sua língua. Essa relação é complexa e estruturante da relação que o sujeito mantém com ele mesmo, com os outros, com o saber.

Desta forma, ao trazer o questionamento para a instância subjetiva, a língua estrangeira, justamente por carregar consigo modos de dizer constitutivos e, muitas vezes, peculiares, faz com que esteja instaurada uma desacomodação no sujeito com relação à língua que ele julga a *sua*. Ao fim desta seção, vale mencionar que os modos

⁹³ Neste ponto, vale destacar que estamos negligenciando absolutamente as questões que são de ordem fonética e fonológica, para tratar justamente de outros elementos que compõem a discursividade. Esta negligência, contudo, não se faz por desconsiderar tais questões, uma vez que elas são fundamentais na relação do sujeito entre línguas. Ao contrário, para falar uma língua estrangeira, uma das primeiras questões que entram em jogo é justamente o modo como são produzidos outros sons. Para Revuz (1998, p. 221), “esse trabalho de apropriação pela boca não é ‘natural’ a julgar pelos risos explosivos e bloqueios que suscita. Alguns se negam energicamente a isso. É tão difícil para eles sair dos automatismos fonatórios de sua língua materna que não conseguem repetir mesmo sequências mais simples. Esse ‘banho de sons’ articulados de modo brando ao sentido aparece como uma ameaça de ‘afogamento’, fazem inspirações-expirações realmente desproporcionadas em face das necessidades”.

de dizer são acompanhados de um jogo de posturas subjetivas que, frente ao dizer do outro, tendem a se transformar. A corporeidade discursiva, então, é parte do sujeito e é nela que ele se inscreve para poder dizer de um determinado modo e não de outro. É na corporeidade discursiva que residem as res(ins)istências das línguas em jogo, e o sujeito invariavelmente deve conviver com tais embates.

3.2.2 As posturas subjetivas em língua estrangeira

Um modo singular de fazer equívoco: eis, então, o que é uma língua entre outras (MILNER, 2012, p. 22).

Ponderando de imediato sobre a epígrafe desta subseção, pode-se dizer que este “modo singular de fazer equívocos” (MILNER, 2012, p. 22) que uma língua possui é o que a aproxima substancialmente da noção de sujeito do discurso e, ao mesmo tempo, é o que cria um distanciamento de uma percepção de língua como um sistema fechado de signos. Em outras palavras, a língua é vista como passível de falhas, deslizamentos, equívocos, “a língua é o lugar material de realização dos processos discursivos, onde se manifestam os sentidos” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 197), de tal modo que existem processos singulares de inscrição de uma determinada língua na história, sendo que essa inscrição da língua na história é uma condição para que ocorram os processos de significação, é condição para que tanto sujeito, quanto sentido se constituam. Dessa forma, pensando a relação do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira, seria possível afirmar que tanto o modo como uma dada língua se relaciona com a história, assim como a maneira pela qual ela faz produzir equívocos, são singulares, visto que, seja em um processo seja em outro, o sujeito surge como uma necessidade inerente.

Por conseguinte, considerando que o processo de identificação do sujeito com uma determinada língua nunca é idêntico em si mesmo, tampouco é algo que se fecha por completo, pode-se dizer que essa *produção de equívocos* também não o é. Segundo Grigoletto (2006, p. 21),

uma identidade sempre ‘erra’, no sentido de que fica sempre aquém da projeção que se faz dela, não sendo portanto, idêntica a ninguém ou a nada.

Esse 'erro', perfeitamente normal [...], deve-se ao nosso inconsciente e ao fato de sermos sujeitos de desejo, sempre incompletos e estruturados por uma fissura que se interpõe entre o 'eu' (imagem que apresentamos ao mundo) e o sujeito do inconsciente (desconhecido também do eu). Essa fissura mostra que não há identidade nunca, nem consigo mesmo, nem com os outros (GRIGOLETTO, 2006, p. 21).

Em outras palavras, a identidade nunca se completa ou se preenche, pois o que existe é sempre um processo de identificação que não cessa, que não se esgota, que não satura. Pois bem, o que se busca afirmar com isso é que o equívoco é da ordem do real, aquilo que não pode ser simbolizado. O real são pontos de impossível e determina aquilo que não pode não ser de outra maneira. Para Pêcheux (2006, p. 29), "o real é o impossível que seja de outro modo." É pelo real, portanto, que se tem a possibilidade de produzir efeitos. Por sua vez, o sujeito nada mais é do que um efeito, pois ele sofre, além da determinação histórica, uma ilusão necessária, uma vez que imagina ser a fonte do sentido e ter o controle daquilo que diz⁹⁴. A fim de completar a tríade, para além da *língua* e do *sujeito*, com a mesma força entra a *história*, pois, pode-se afirmar, juntamente com Gadet e Pêcheux (2004, p. 64), que "o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história". Assim, considerando que uma língua, na relação com outras, se efetiva pelo modo singular de produzir equívocos (MILNER, 2012), considerando ainda que o sujeito é parte deste processo, percebe-se o equívoco como motor do processo de reconfiguração da corporeidade discursiva no sujeito pelo viés da postura subjetiva, ou seja, é no instante da produção do equívoco que se torna possível um *dar-se conta* por parte do sujeito, e é isto que pode produzir transformações nos modos de dizer. De acordo com Milner (2012, p. 99), "a relação languageira se instaura pelo fato de um sujeito falante conjecturar que o ser que lhe faz face não é apenas um semelhante, mas um mesmo – isto é, assim como ele, um sujeito falante". Portanto, ao considerar o sujeito

⁹⁴ Neste ponto busco a reflexão trazida por Pêcheux (2009, p. 140) sobre o *teatro da consciência*, pois o sujeito se constitui pela língua(gem), mas também em uma relação do inconsciente com a ideologia. Em suas palavras, "o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo, etc.) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: 'eu falo'". É também, a partir disso que se pode dizer que a AD é uma "teoria não-subjetivista da subjetividade", pois mobiliza processos de imposição e de dissimulação ao sujeito. Trata-se de situar o sujeito dentro de dada formação ideológica e concomitantemente dissimular a ele tal assujeitamento (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 171 e PÊCHEUX, 2009, p. 123).

no entremeio das línguas, quando este (se) diz em língua estrangeira, ele também o faz pela força do imaginário de que as relações de sentido se dão dentro de uma mesma ordem, tanto numa língua quanto em outra. Contudo, como a relação das línguas com a história não é idêntica (historicidade), como as línguas tem um caráter de unicidade uma em relação às outras, há o equívoco como o real da língua (o impossível de simbolizar). E é neste ponto, no instante da instauração do equívoco, que se dá início ao processo de reconfiguração do sujeito através de uma alternância em sua *postura*, a qual vai levar a uma reconfiguração dos modos de dizer. E essa reconfiguração, por sua vez, se dá porque o sujeito precisa da ilusão de que *suas* palavras significam aquilo que ele tem a ilusão de dominar, pois sem esta ilusão necessária para dizer não haveria por *que*, nem *como* dizer. Estaria aí, portanto, como se dá o processo de reconfiguração da corporeidade discursiva. Como todo sujeito é um sujeito desejante, cabe dizer que, com relação às línguas, haverá sempre uma tentativa vã de estabilizar os sentidos, por isso que, na instauração do equívoco, e na possibilidade de o sujeito *dar-se conta* de tal, haverá uma reconfiguração dos modos de dizer.

Dando sequência, ao examinar o título desta subseção (*As posturas subjetivas em língua estrangeira*), há o implícito teórico de que existe uma ou mais posturas subjetivas em uma língua primeira, aquela com função estruturante. Contudo, não se pode tomar tal assertiva como já dada, mas, ao mesmo tempo, torna-se, de certa forma, inconcluso falar de uma postura subjetiva (do sujeito) apenas na perspectiva da língua materna, pois é preciso mobilizar no interior da discussão uma estrangeiridade, uma língua outra, justamente para que se possa, a partir do outro, delimitar as nuances desta *postura subjetiva*. Assim, se “as identidades são formadas na relação inescapável e necessária com a alteridade” (GRIGOLETTO, 2006, p. 15), talvez seja possível fazer uma alusão ao fato de que, sendo esta postura subjetiva parte integrante do sujeito, também seja necessária a presença do outro para um melhor tracejo desta noção.

Com efeito, antes ainda de trazer para a reflexão a relação do sujeito com uma língua não estruturante para se pensar esta *postura subjetiva*, é preciso registrar que este alvitre de se pensar como *o sujeito se posta para dizer* (esta postura) não possui

necessariamente uma afinidade direta com a noção de posição-sujeito inscrita em uma determinada FD, mas, ao mesmo tempo, esta postura não é incólume à ideologia, pois ela é parte integrante da corporeidade discursiva⁹⁵. Com isso, vale retomar a noção de posição-sujeito e afirmar que ela é uma fragmentação da forma-sujeito de determinada FD. Em outras palavras, as modalidades de desdobramento da forma-sujeito, apresentadas anteriormente (subseção 3.2.1), em especial a do “mau sujeito” (PÊCHEUX, 2009), instauram o lugar da heterogeneidade da FD e conseqüentemente um espaço no qual o sujeito se posiciona (ideologicamente) para dizer o que pode e deve ser dito dentro de determinada FD, ou seja, o dizer é sempre colocado em circulação a partir de uma posição-sujeito inscrita em uma FD. De acordo com Indursky (2007b, p. 171), “é necessário levar em conta que é do encontro entre sujeito, história e linguagem que vai ser possível estabelecer as diferentes posições-sujeito e inscrevê-las no interior de uma ou mais FD”. A posição-sujeito é, portanto, um espaço no qual o sujeito, interpelado ideologicamente, ocupa dentro da FD, podendo, a partir dela, dizer/interpretar. Trata-se, pois, de um conceito que possui íntima relação com a ideologia, sendo esta a responsável, então, pelo direcionamento dos sentidos.

Em contrapartida, o que se postula aqui como uma *postura subjetiva* faz relação com um conjunto de modos de dizer de uma determinada língua. No entanto, esta relação mais próxima com os modos de dizer não faz com que essa postura deixe de ser atravessada pela ideologia. No caso de se considerar que a corporeidade discursiva é composta por um conjunto de modos de dizer e por um conjunto de posturas subjetivas possíveis assumidas (ou não) pelo sujeito, é inevitável, em virtude da presença do sujeito, que a interpelação ideológica não esteja presente neste processo. Junto a isso, é possível dizer que esta postura subjetiva é o modo pelo qual o sujeito se posta, a partir de um processo de identificação a uma língua, diante do outro para poder dizer, não que essa postura subjetiva acabe por conduzir o sujeito a uma posição-sujeito específica (esse é o trabalho da ideologia), mas esta postura subjetiva mobiliza os modos de dizer característicos de uma

⁹⁵ Não creio que seja possível dar a esta noção de corporeidade discursiva o estatuto de pronta, tampouco ousaria dizer que será fechada nesta pesquisa, embora a ilusão de tal seja absolutamente necessária. Neste ponto em questão, há apenas uma remissão ao que já foi colocado até aqui sobre ela.

determinada língua, além ainda de uma história singular do sujeito em sua constituição enquanto tal. Neste viés, Payer (2014, p. 95) afirma que

sujeitos têm sua relação com a(s) língua(s) constituída no seio de acontecimentos que experimentam na (sua) história, sendo que sua enunciação aparece materialmente modulada por marcas e efeitos de natureza diversa, que envolvem o aparecimento ou não de uma ou de outra (forma de) língua.

Deste modo, é na relação do sujeito e (sua) história com uma outra língua que esta *postura subjetiva* se torna mais evidente, pois este sujeito precisa invariavelmente se submeter a uma outra materialidade simbólica para que *suas* palavras signifiquem. Dizer em outra língua é sempre dizer diferentemente, sendo que esta diferença nos modos de dizer afetam o sujeito de tal maneira que se torna para ele impossível sair ileso deste contato. Trata-se de uma relação contraditória, na qual uma mesma língua estrangeira tanto pode dar um sentimento de acolhimento quanto de rejeição. É neste sentido que De Nardi (2009a, p. 186) coloca que “o espaço entre sentir-se rejeitado e/ou acolhido por essa língua passa pela possibilidade de esse sujeito encontrar nos processos discursivos que ela suporta lugares em que possa ancorar o seu dizer; implica a possibilidade de *ser* nessa língua”. E “*ser*” em uma língua estrangeira é ter de se sujeitar a modos de dizer específicos, distintos, muitas vezes desconhecidos em face à estruturação (im)posta pela língua primeira ser de uma intensidade tal que um movimento de rearranjo nestes modos de dizer só ocorre precisamente por haver esse contato/confronto/choque/embate com esse outro da língua estranha.

Assim, este *dar de encontro* com a língua estrangeira proporciona que as línguas (materna e estrangeira) sejam imbricadas na constituição subjetiva. Daí o sujeito no entremeio das línguas. Contudo, há de se dizer que existe uma primeira língua, aquela da estruturação subjetiva, aquela cujas redes de significação serão a base fundante para o sujeito. Com isso, não se está afirmando que estas bases fundantes das redes de significação são estanques e imóveis. O que se pretende mostrar é que, pelo menos em um contato inicial com uma outra materialidade linguística, o alicerce para estabelecer os sentidos ocorrerá predominantemente pelo

viés desta língua estruturante, juntamente com toda a sua carga sócio-histórico-ideológica. Assim, conforme o contato com uma língua estrangeira vai se intensificando, estas bases fundantes vão sofrendo uma desacomodação, pois “sujeitar-se às formas de dizer de outra ordem simbólica, em potência, implicará movimentos-sujeito, implicará uma subjetividade sendo solicitada e tomada em redes de memória – o que dá lugar a filiações identificadoras” (CELADA, 2007, p. 360).

Nesta perspectiva, cabe aqui pensar nestes “movimentos-sujeito” que os modos de dizer de outra ordem simbólica (de outra língua) se (im)põem ao sujeito. Assim, faz-se a defesa aqui de que não é por ter ocorrido uma alternância na materialidade simbólica, não é pelo fato de enunciar em outra língua, que o sujeito passa a assumir outra posição-sujeito na esfera discursiva. Em outras palavras, não é pela alteração de uma materialidade simbólica que o sujeito é jogado em uma outra FD. Em nosso prisma, o que existe é justamente uma necessidade de um movimento subjetivo que abarque uma outra matriz de filiações sócio-históricas, que é quando se diz/interpreta em uma língua estrangeira. Se uma palavra não é colada a uma coisa, tampouco uma língua é colada em outra para designar/nominar estas coisas. Portanto, a relação do sujeito com a(s) língua(s) e suas respectivas filiações sócio-históricas são mobilizadas quando uma outra materialidade simbólica entra em cena. Não é a mudança da materialidade simbólica que fará com que o sujeito alterne sua posição na esfera discursiva, mas o que se pretende mostrar é justamente uma mudança de uma outra ordem, razão pela qual (para se afastar de certo modo da posição-sujeito de uma FD) está-se nomeando aqui uma *postura subjetiva*, cuja relação se dá mais diretamente aos modos de dizer característicos de cada língua. Dito isto, gostaria de trazer para o debate algumas palavras de Coracini (2003b, p. 153), quando a autora afirma que

é preciso [...] compreender que a língua estrangeira não é um sistema vazio de sentido; ela traz consigo, à revelia do aprendiz, uma carga ideológica que o coloca em conflito permanente com a **ideologia da língua materna**, o que é explicado pela maneira diferente de configurar as cores, os objetos, os fatos, o sistema dos tempo verbais... [Grifo meu].

A partir desta passagem de Coracini (2003b), será preciso estabelecer alguns pontos de aproximação e outros de breves distanciamentos. Iniciaremos pelos pontos de aproximação. No que diz respeito à língua estrangeira não ser um sistema vazio, é justamente porque nenhuma língua o é, uma vez que ela é repleta de redes de filiações sociais e históricas, cujas relações não são tomadas como idênticas entre uma língua e outra. Além do mais, é inevitável a presença do sujeito dentro de uma ordem histórica para que este processo de fazer a língua *funcionar* entre em jogo. Dito de outra forma, ao iniciar o processo de identificação com uma outra língua, o sujeito precisa desprender-se de um mundo logicamente estabilizado pela língua estruturante (a língua das bases fundantes), mas isso não ocorre jamais de modo sistemático, muito menos imediato, pois, de acordo com Payer (2007, p. 122), “como a língua constitui intrinsecamente o sujeito, é ilusório pensar que ele possa trocar a materialidade da língua como ele pode trocar a roupa em função das diferentes situações sociais”⁹⁶.

Feita esta menção ao que nos aproxima da reflexão de Coracini (2003b), serão mobilizados, então, alguns pontos de distanciamento para que possamos avançar com relação à ideia (ainda um pouco vaga) de uma *postura subjetiva*. De início, cabe mencionar que, no movimento de a ideologia manifestar-se na língua, não se pode apagar o processo da inscrição do sujeito nesta língua e a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Assim, defende-se aqui que não seria a língua (ela própria) a carregar a ideologia (“carga ideológica”), mas sim que a ideologia pode se manifestar na língua através de um sujeito filiado a uma ou mais FDs. Isso se faz notadamente importante para que se possa pensar, a partir de uma série de exemplos apontados por Coracini (2003b)⁹⁷, os modos de dizer característicos de determinada língua. A meu ver, estas questões não são resultantes diretos de um processo

⁹⁶ Seguindo nesta metáfora da língua como roupa, é possível imaginar que nem sempre os roupeiros guardam as vestimentas que se pode julgar mais adequadas para as mais diversas situações sociais existentes. Assim, ou veste-se o que se tem para vestir, ou... já se está vestido.

⁹⁷ Estes exemplos serão mostrados a seguir.

ideológico⁹⁸, muito embora ele esteja presente, mas se trata de um conjunto de modos de dizer e de posturas possíveis dentro de determinada materialidade simbólica. Não se está dizendo aqui que há um apagamento da ideologia, mas que este trabalho dos modos de dizer na língua é de outra ordem. Reforça-se este argumento ao afirmar que “a Ideologia não se reproduz sob a forma geral de um *Zeigeist* (isto é, o espírito do tempo, a ‘mentalidade’ de uma época, os ‘costumes de pensamento, etc.)” (PÊCHEUX, 2009, p. 130), sendo que se acrescenta que a Ideologia não se (re)produz na língua pela língua, como se abarcasse igualmente todos os sujeitos identificados com aquela materialidade, como se a língua X tivesse uma ideologia e a língua Y, uma outra. Sob estas circunstâncias, ousa dizer que não há ideologia *da* língua, embora ela apareça *na* língua sob o efeito do sujeito. Em outras palavras, a ideologia se apresenta na língua, mas isso só pode acontecer através da interpelação ideológica, de um posicionamento (e não postura) do sujeito ao dizer/interpretar seja em língua materna, seja em estrangeira. Com isso, é importante não deixar escapar o fato de que o sujeito é parte essencial neste processo.

Portanto, é nesta perspectiva que se mobiliza a noção de corporeidade discursiva para apontar justamente não o *que*, mas *como* dizer em virtude de uma alternância da materialidade simbólica. O *que* pode ser dito faz relação estreita com a FD, pois há um princípio regulador (ideológico) o qual, de certa forma, autoriza (ou não) o *que* pode ou o *que* não pode ser dito. O dizer aqui é uma atualização do interdiscurso sempre realizada pelo sujeito inscrito em uma ou mais FDs. Por sua vez, o *como* pode ser dito pressupõe o processo anterior (sem ser plenamente independente dele) e relaciona-se à corporeidade discursiva pelo viés de modos de dizer possíveis dentro da língua, visto que este *como* dizer é da ordem de uma formulação que igualmente não escapa à ideologia. Esta, porém, neste processo de *como* dizer, não mais funciona regulando este *como* é possível dizer, o que regula *como* pode ser dito é a corporeidade discursiva de uma determinada língua (modos de dizer possíveis a partir de uma determinada materialidade). Por conseguinte, não se

⁹⁸ Neste ponto, identificou-se a necessidade de se remeter às palavras de Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166) no que concerne à questão da formação ideológica. Segundo os autores, “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras”.

está dizendo que a ideologia é alheia a este processo. Ao contrário, ela não pode deixar de se fazer presente, assim como não há a possibilidade de o sujeito escapar do *que* diz e de *como* diz simultaneamente. Por fim, vale salientar que não há corporeidade discursiva *da* língua sem sujeito, assim como não há corporeidade discursiva *do* sujeito sem a(s) língua(s).

Desta forma, cabe trazer aqui a questão, mencionada anteriormente, sobre modos de dizer característicos de cada língua a partir de apontamentos feitos por Coracini (2003b). Estes exemplos servirão de suporte para se pensar na distinta relação dos modos de dizer das línguas que se efetivam na instância do sujeito. Nas palavras da autora,

o fato de se perceber que cientistas franceses podem usar a primeira pessoa e o tempo presente para narrar uma experiência científica na área de biologia [...], que os ingleses dizem 'eu sou frio', quando os franceses dizem 'tenho frio' e os brasileiros 'estou com frio, sinto frio ou tenho frio', que os franceses dizem 'você me faz falta', para significar 'sinto saudades de você', causa estranheza ou espanto e, por vezes, resistência: alguns continuarão a ser fiéis à falta de artigo, ao gênero da palavra correspondente em sua língua materna, à melodia, à musicalidade, à maneira de pensar e se expressar em sua língua, criando, frequentemente, uma fala híbrida, com base em sua língua materna [...], até aceitarem mudar sua maneira de ver a vida e o mundo (CORACINI, 2013b, p. 153-4)⁹⁹.

Partindo desta sequência de exemplos, é possível afirmar que as línguas possuem modos de dizer específicos, mas não são todos tão distintos a ponto de não haver semelhança alguma. Diria, pois, que há mais semelhanças que diferenças, razão pela qual perdura a ilusão de que aprender uma língua estrangeira é memorizar léxicos e aplicá-los em uma estrutura sintática pré-definida. São, portanto, essas diferenças nos modos de dizer em especial que tornam as línguas singulares umas em relação às outras. Assim, é essa singularidade de uma determinada língua que vai fazer com que haja um movimento do sujeito para que ele possa dizer de acordo com as suas filiações sociais, históricas e ideológicas, pois, como diz Orlandi

⁹⁹ Seria possível complementar esta lista de exemplos pondo em evidência o fato de que para agradecer os falantes de inglês dizem *agradeço-te (thank you)*, enquanto que os que falam a língua portuguesa dizem *obrigado(a)*. Embora a forma em inglês não se apague por completo em português, a via inversa (português-inglês) não se faz possível. São modos de não coincidência que se fazem presentes nas línguas pelo viés de suas historicidades. Em tempo, sabe-se ainda que existem outros modos distintos de dizer na relação entre línguas que poderiam ser colocados aqui, mas creio serem estes exemplos suficientes para esta reflexão.

(2007a), “quando nascemos não inventamos uma língua, entramos no processo discursivo que já está instalado na sociedade e desse modo nos submetemos à língua subjetivando-nos”.

Assim sendo, postula-se que, nesse processo de movimento do sujeito, entram em jogo algumas questões fundamentais: a) a primeira delas faz relação com as redes de significação da língua primeira do sujeito, cujo funcionamento se instala desde a sua constituição psíquica; b) em segundo lugar (mas não representando uma hierarquia ou uma sequência) está a relação singular que uma dada língua possui com a história (historicidade), e isso faz com que existam modos de dizer específicos sobre uma determinada coisa/questão, sendo que modos de dizer de outra língua se apresentam ao sujeito como estranhos, por isso desacomoda-o fazendo movimentar-se; c) e, por fim, um terceiro ponto é o fato de que a interpelação ideológica e a consequente inscrição do sujeito a uma FD não se alteram em virtude de uma outra materialidade. Assim, o movimento que existe se dá nos modos de dizer, naquilo que se está nomeando *postura subjetiva*, ou seja, é um rearranjo dos modos de dizer para que o sujeito diga, na outra língua, sobre determinada coisa/questão a partir de sua já filiação ideológica.

Esta postura subjetiva, portanto, não é uma outra inscrição em um outro princípio regulador de ordem ideológica, visto que a inscrição do sujeito na ideologia se dá no instante em que ele é constituído pela língua(gem). Esta postura é um conjunto de movimentos subjetivos possíveis com relação a modos de dizer. Trata-se de uma necessidade que as línguas impõem ao sujeito. Com relação a uma língua estrangeira, esses movimentos se tornam mais evidentes, visto que, em virtude da estruturação pela língua primeira, esses movimentos nem sempre ocorrem de forma a não deixar marcas, pois já há uma postura primeira, isto é, modos de dizer já muito bem instalados pela língua materna no sujeito. Ao se deparar com a necessidade de dizer através de uma outra materialidade simbólica, é esta *postura subjetiva* que precisa invariavelmente movimentar-se para que outros modos de dizer entrem em cena.

Ao retomar as palavras de Milner (2012) sobre a língua ter um modo singular de produzir equívocos, nunca é demais lembrar que, para que eles irrompam, é

fundamental se pensar esta língua na relação com o sujeito e com a história, além de todo um jogo de filiações que esta tríade carrega consigo. A fim de elucidar tal questão, tomaremos como ponto de partida uma narrativa presente em um texto de Celada (1999), cuja protagonista é a própria pesquisadora. Vinda da Argentina¹⁰⁰, portanto falante de espanhol, ela narra um episódio de um equívoco nestes termos:

cheguei ao Brasil sem ter estudado português e, para ser entendida, falava espanhol devagarinho e o ‘mais claro’ possível, até que, aos poucos, surpreendi-me ensaiando alguns fragmentos da nova língua [...]. Certo dia, eu estava no balcão [de atendimento da secretaria do Departamento de Linguística da UNICAMP] e, mesmo havendo no local vários funcionários, todos pareciam ocupados e ninguém disposto a me atender, fato que me levou a tomar a iniciativa de perguntar, em *meu melhor português*: “escuta, não tem nenhum **empregado** que possa me atender?” (CELADA, 1999, p. 303) [Grifo meu].

De imediato é possível perceber que o vocábulo “empregado” dito por Celada (1999) não soou muito bem aos ouvidos dos servidores da tal secretaria. Na tentativa de uma aproximação com a palavra em espanhol *empleado*, Celada comete o que ela mesma chamou de “um equívoco histórico”. Tomaremos como aporte este episódio, e suas posteriores reflexões, para continuarmos a discorrer sobre este movimento que se dá na *postura subjetiva*, quando uma língua estrangeira entra em cena¹⁰¹.

Antes, porém, se faz necessário mobilizar os conceitos de esquecimento nº 1 e nº 2 pensados por Pêcheux e Fuchs (1997), pois eles anteriormente foram mencionados *en passant*. Para os autores, o esquecimento nº 1 é uma zona inacessível ao sujeito e, por isso, este esquecimento é visto como constitutivo da subjetividade na língua. É um recalque de natureza inconsciente, ao passo que a ideologia não é

¹⁰⁰ Vale mencionar um texto outro de Celada (2011) no qual ela conta, entre reflexões teóricas, um pouco de sua trajetória como professora-pesquisadora, ao iniciar seus estudos com Orlandi em meados dos anos 1980.

¹⁰¹ Em trabalho posterior ao citado (CELADA, 1999), Zoppi-Fontana e Celada (2009) mobilizam este mesmo episódio e ampliam a discussão pelo viés do equívoco e pelo viés de uma “*confrontación discursiva*” (p. 178). Na perspectiva do equívoco, pode-se afirmar que há uma “*irrupción de la discursividad de origen del sujeto inmigrante*” (p. 170). Segundo as autoras, “*el significante, que resonó como insoportable a los oídos brasilenõs, implicaba la transposición violenta de una reacción de sumisión – y no meramente de subordinación*” (p. 169). Assim, o significante *empregado* surge como equívoco, algo que é da ordem da língua e não tão-somente da organização. As autoras ainda mencionam que, com relação aos imigrantes argentinos no Brasil, há uma inscrição em uma posição discursiva determinada por um “*derecho de regulamentación*” (p. 178), ou seja, são sujeitos identificados com elementos pré-construídos e por efeitos de sustentação característicos desta posição e desta discursividade.

acessível ao sujeito, de tal modo que o sujeito tem a ilusão de estar na fonte do sentido, acredita ser o criador do que diz e ignora sentidos que remetem a outras FDs. Este esquecimento refere-se às condições de existência da relação subjetiva, isto é, refere-se ao “não-formulável” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 177), ao não-afirmado e é ele que regula a relação entre o dito e o não-dito.

Já pelo viés do esquecimento nº 2, o sujeito tem a ilusão, ao retomar o que disse, de que sabe e controla o dizer e de que o dito tem apenas uma interpretação, um significado que é apreendido pelo seu interlocutor. No campo do esquecimento nº 2, está a fonte da impressão de realidade do pensamento, uma ilusão também necessária para a inscrição do sujeito na discursividade. É o lugar para explicar a si próprio o que disse, para aprofundar o que pensa e reformular (mais) adequadamente (*não era bem isso o que eu quis dizer*). Para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 177), “o sujeito *pode penetrar conscientemente* na zona do esquecimento nº 2 e ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito”. Em outras palavras, há uma antecipação ao/do efeito do discurso do sujeito. É neste espaço que está o campo das estratégias discursivas, tais como a interrogação retórica, a reformulação tendenciosa e o uso manipulatório da ambiguidade. De tal modo, o esquecimento nº 2 é assinalado por um funcionamento de ordem pré-consciente/consciente, no qual estão os processos de enunciação, sendo que é neste processo que há um espaço para que o sujeito tenha a ilusão do acesso ao sentido, como se ele fosse único.

Feita esta menção a estes conceitos que nos parecem relevantes para esta discussão, cabe voltar ao episódio descrito por Celada (1999). A partir de uma *intenção*¹⁰² de ter algum servidor para lhe atender no balcão, a protagonista comete, como ela mesma designou uma “mancada” (CELADA, 1999, p. 304). Deste modo, considerando que as línguas não têm a mesma relação com a história, elas também não passam a ter representações idênticas. Há aqui um jogo no qual é preciso se render às condições que a outra língua impõe para poder dizer, mas isso não ocorre de maneira mecânica, uma vez que há o efeito do imaginário da primeira língua no dizer em uma outra língua. De acordo com Celada (1999, p. 307), “entrava em jogo

¹⁰² Vale dizer que, em nossa perspectiva teórica, não há como controlar intenções.

um gesto habitual do aprendiz de língua estrangeira: aquele pelo qual ele traduz palavra por palavra da frase, por efeito do imaginário que o leva a acreditar que ter acesso a uma língua é ter acesso às palavras”. Pode-se dizer, portanto, que as línguas funcionam diferentemente por sua relação singular com a história. É esta singularidade nos modos de dizer que causam, por vezes, desentendimentos e estranhezas ao sujeito. “Não há ritual sem falhas”, já dizia Pêcheux (2009, p. 277) e, no caso em análise, haveria de ter sido dita outra palavra no lugar daquela pronunciada para que fosse dado o efeito desejado. Pode-se dizer que isso não ocorreu em virtude do funcionamento dos esquecimentos no sujeito, em especial o esquecimento nº 1, cuja ocorrência se dá pelo apagamento de outros sentidos possíveis. Há ainda a questão de o funcionamento do imaginário no sujeito agir como se as historicidades das línguas fossem idênticas, como se fosse possível aplicar uma mesma rede de filiações que já estão estruturadas pela língua materna. Assim, considerando que dizer e interpretar são de uma mesma ordem, é possível afirmar, juntamente com Gasparini (2003, p. 223), que “a interpretação de textos numa língua outra se inscreve necessariamente na história, não podendo ser pensada independentemente da historicidade discursiva que lhe constitui”.

Nesta perspectiva, ainda considerando este episódio, é possível constatar que este sujeito *não quis dizer, mas disse*; não tinha a intenção de ser deselegante, mas foi; Ao dizer naqueles termos, o que houve foi um “equivoco histórico”¹⁰³, pois o imaginário de que as línguas tem um mesmo funcionamento se fez presente. A partir disso, vale trazer os apontamentos de Kristeva (1994, p. 38), quando a autora afirma que

privado das rédeas da língua materna, o estrangeiro que aprende uma nova língua é capaz de cometer as mais imprevisíveis audácias: tanto no terreno do intelecto quanto do obsceno. Essa pessoa que, na língua materna, mal ousava falar em público e expressava conceitos de modo tão confuso, no outro idioma sente-se como um interlocutor intrépido.

Com efeito, poderíamos dizer que é este interlocutor intrépido que estaria mais propenso a se deparar com a produção de equívocos. No caso em análise, pode-se dizer que se trata de uma falha no ritual dos modos de dizer, ou seja, o sujeito, ao

¹⁰³ Referindo-se aqui ao próprio trabalho de Celada (1999).

dizer na língua do outro, emprega as redes de significação que funcionam na sua língua pelo efeito do imaginário. Portanto, esta falha no ritual dos modos de dizer que é ordem do equívoco, visto que o funcionamento do imaginário acaba por fazer com que o sujeito diga a partir de sua língua materna, a partir da língua de sua estruturação primeira, como se o processo de constituição dos modos de dizer das línguas fosse o mesmo. Cabe mencionar aqui que alternâncias nos modos de dizer podem dar efeitos de sentidos diversos, o que resulta na ordem da língua, ou seja, o seu funcionamento e a sua falha (ORLANDI, 2004, p. 47). Além disso, ainda se faz importante tocar na questão da falha no ritual ideológico, pois este é um processo relacionado à identificação (ou contra-identificação) do sujeito a uma ou mais FDs¹⁰⁴, independentemente da língua à qual ele se inscreve (ou é inscrito) para dizer. Enquanto a falha no ritual ideológico é da ordem da interpelação ideológica e a consequente inscrição do sujeito em uma posição dentro de determinada FD, a falha no ritual dos modos de dizer se relaciona ao equívoco. Cabe dizer ainda que um processo não exclui o outro, visto que ambos podem simultaneamente estar em funcionamento na instância subjetiva.

Isso nos mostra que a ideologia não está à parte deste processo. Sem controlar suas intenções e os sentidos (mas com a ilusão de), o sujeito segue dizendo intrepidamente em uma outra língua, até que, ao se deparar com o estranho, com esse outro que lhe aponta o lugar, o sujeito tenderá a movimentar seus modos de dizer a partir de uma outra postura subjetiva. Portanto, há uma ruptura no modo de se movimentar do sujeito, na postura subjetiva que se dá: a) por uma quebra desse imaginário de que as línguas materna e estrangeira funcionam igualmente; b) pelo esfacelar de que ambas têm a mesma historicidade; e c) pela desmistificação de que os modos de dizer entre línguas são exatamente os mesmos.

Trata-se, assim, de uma alteração nesta postura subjetiva para dizer em outra língua, de tal modo que “a ilusão de transferência pensamento-linguagem-mundo é imediatamente afetada, visto que, por efeito de funcionamento dessa materialidade [a da língua estrangeira] [...], o livre trânsito dessa tríade é interrompido” (CELADA,

¹⁰⁴ Tomando aqui as FDs como representações, na linguagem, das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009).

1999, p. 309). Desta forma, ainda tomando a narrativa de Celada (1999), vale mencionar que a ideologia se fez presente pelo equívoco, pela irrupção de outros sentidos, pela dupla afetação do sujeito. Com isso, reforça-se a ideia de que a ideologia não se descola do processo de alternância de uma postura subjetiva, pois esta postura diz respeito justamente a modos de dizer característicos de uma determinada língua¹⁰⁵, que, atrelados à constituição do sujeito pela língua(gem) e a sua inscrição na história, formam a corporeidade discursiva. É pela irrupção do equívoco, por esse encontro com o outro que se tem a possibilidade de (se) questionar seus próprios modos de dizer da primeira língua, dando ao sujeito a possibilidade de ver-se de fora. Com efeito, podemos dizer, juntamente com De Nardi (2009a, p. 187), que

a complexidade do estar na língua do outro é a do trabalho de um sujeito que terá de se enfrentar com suas próprias memórias – discursivas memórias – sobre a sua língua, dita materna, e a língua do outro, dita estranha. Trata-se de um trabalho com as *resistências* do sujeito, mas que também pode levar à encantadora descoberta que pode estar nessa estranha língua, um espaço de outras/novas memórias (DE NARDI, 2009a, p. 187).

Em suma, o encontro com uma língua estrangeira proporciona ao sujeito um outro lugar de dizer (o *que* dizer e *como* dizer), causando embates, colisões, feridas, arranhões, cicatrizes, marcas profundas que são mobilizadores de movimentos outros, de questionamentos (*por que eu digo desse modo?*), de desacomodação. O contato/embate/confronto que o encontro com uma língua estrangeira causa coloca os sentidos (e conseqüentemente o sujeito) em desencontros com as redes de filiações primeiras. É desta irrupção de um outro modo de se estabelecer as redes de significação que faz com que o sujeito possa questionar seus modos de dizer, rearranjando, assim, a corporeidade discursiva que o acompanha. Por fim, como mencionou De Nardi (2009a), estar na língua do outro envolve um enfrentamento com as “discursivas memórias”, sendo que é a respeito dessas memórias pensadas na sua relação com a corporeidade discursiva que se passará a expor na próxima seção deste capítulo.

¹⁰⁵ Vide os exemplos propostos por Coracini (2003b).

3.3 CORPOREIDADE DISCURSIVA E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA

A linguagem nunca é inocente: as palavras têm uma memória segunda que se prolonga misteriosamente no meio das significações novas (BARTHES, 2004a, p. 15).

Tomando como aporte as palavras de Barthes (2004a) na epígrafe logo acima em conjunto com o aporte teórico da AD, seguimos afirmando que as palavras não significam em si mesmas, mas há sempre uma carga social, histórica, ideológica que faz com que elas assumam certas significações em relação a determinadas condições de produção do discurso. Dito de outro modo, se existe algo que se mantém no processo de significação das palavras, é porque há um passado, uma memória da/na própria palavra na sua relação com a língua, e essa memória se faz pelo processo de repetição dos discursos. Assim, mesmo com a possibilidade da deriva dos sentidos com a instauração de “novas significações” (BARTHES, 2004a) a partir da repetibilidade, a existência de uma memória pela qual as significações se mantêm se dá justamente pela função de uma memória no interior da(s) língua(s), cujo (re)aparecimento/manutenção/esquecimento se dá pelo funcionamento do sujeito, uma vez que é no processo discursivo que sentido e sujeito se constituem mutuamente (PÊCHEUX, 2009). Desta forma, “frente a não importa que objeto simbólico, o sujeito não pode não significar/fazer significar: ele é levado a dizer o que ‘isto’ quer dizer. Há assim uma injunção à interpretação” (ORLANDI, 2005b, p. 22). Contudo, vale mencionar que na possibilidade de um (re)aparecimento de um sentido supostamente esquecido (ou não evidente) atrelado a um objeto simbólico, não se evidenciam os possíveis sentidos por si só, mas sim pelo funcionamento da língua através do sujeito, isto é, a partir do lugar no qual o sujeito diz, considerando o que ele diz e como diz. E este lugar tem relação com o posicionamento ideológico e também com a materialidade linguística na qual o sujeito se inscreve para poder dizer, sendo que o primeiro faz referência a uma ou mais FDs, já o segundo possui relação com a corporeidade discursiva de determinada língua. No que tange à memória, Payer (2006, p. 38) a relaciona às regularidades que se dão pelo reconhecimento do *mesmo*. Segundo a autora,

a noção de memória encontra lugar se pensarmos em sua estreita ligação com a repetição. [...] O mecanismo da repetição, na língua, vincula-se à mais elementar possibilidade de reconhecimento do *mesmo*, isto é, de que a forma de um objeto físico do mundo ou de uma emissão sonora, repetidos, se transformem/inscrevam enquanto matéria reconhecida, imagem significada, na língua (PAYER, 2006, p. 38).

Portanto, a noção de memória no enfoque discursivo não é pensada de um modo psicologista ou individualizado¹⁰⁶, mas se trata de uma memória coletiva, na perspectiva de uma memória social, discursiva, presente na língua, fazendo com que determinados sentidos sejam acionados. Assim, seguindo nesta linha, considerando que os sentidos são dados a partir de determinadas condições de produção e considerando que a memória social é responsável por acionar tais sentidos, pode-se afirmar que existem sentidos outros que são esquecidos, apagados, distanciados. Esse apagamento de determinadas formas de interpretação ocorre justamente pela disputa de sentidos, a qual torna ainda mais visível posicionamentos ideológicos distintos. Neste aspecto, pode-se dizer que há a predominância de determinado sentido sobre os demais (sentidos hegemônicos), mas que jamais este apagamento se dá por completo. E é aqui que nos deparamos com a ideia de uma memória lacunar, capaz de deixar emergir sentidos outros, diferentes destes hegemônicos ou consagrados. Sobre esta questão, em especial pensando a noção de memória social, Mariani (1998, p. 34) afirma que

entendemos por memória social [...] um processo resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido “comum” à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa.

Deste modo, para que haja um efeito de coerência narrativa com relação à própria história de determinada formação social, é preciso que, no jogo da disputa pela interpretação, haja uma memória oficial, institucionalizada, aquela que, via de regra, institui (e institucionaliza) os sentidos hegemônicos. É neste ponto que os

¹⁰⁶ Pêcheux (2007, p. 50) fala que a memória deve ser pensada pelo viés de “sentidos entrecruzados de uma memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador.”

Aparelhos Ideológicos de Estado (cf. ALTHUSSER, 1978) tomam força, pois, na medida em que certos sentidos se tornam *mais evidentes* que outros, há o funcionamento destes aparelhos pelo viés da regulação de determinada interpretação em detrimento de outras. Aquilo que não faz parte de uma memória social não quer dizer que não possa vir à tona, e é justamente o trabalho da memória (e do esquecimento) que faz com que sentidos outros sempre possam (re)aparecer. Sobre este aspecto, Courtine (2009, p. 105-6) afirma que “a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado*¹⁰⁷ no interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos”. Seguindo nesta mesma direção, Indursky (2015, p. 12) diz que a memória social é

um conjunto de saberes regulados por Aparelhos Ideológicos de Estado, filtrados e discursivizados por práticas inscritas em formações discursivas. Tais saberes apontam para o que o *corpo social* imaginariamente retém tanto de um passado remoto quanto de um passado mais recente. No entanto, o sujeito do discurso, em suas práticas discursivas, não a domina plenamente e a mobiliza pelo viés de uma *memória fluida*, que é atravessada pelo inconsciente e marcada pela vagueza e mesmo pelo equívoco e pelo desconhecimento (INDURSKY, 2015, p. 12).

Portanto, é na relação do sujeito com a língua que a memória social se constitui como tal. A língua, como parte do processo de constituição destes sentidos, é afetada pelos acontecimentos históricos e sociais, e sendo posta em funcionamento pelo sujeito do discurso, ou seja, um sujeito interpelado ideologicamente, constituído de inconsciente, repleto de falhas e furos. Daí poder dizer que se trata de uma “memória fluida” (INDURSKY, 2015).

De acordo com Orlandi (2007c, p. 8), “não há possibilidade de se ter língua que não seja afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica”. Portanto, no que diz respeito à memória social, responsável pela manutenção de certos sentidos (hegemônicos), pode-se dizer que “muitas vezes os sentidos ‘esquecidos’ funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico”

¹⁰⁷ Vale mencionar que os enunciados aqui são pensados como verticalizados, ou seja, não são da ordem da formulação. De acordo com o próprio Courtine (2009, p. 106), “os objetos que chamamos de ‘enunciados’, na formação dos quais se constitui o saber próprio de uma FD, existem no *tempo longo de uma memória*, ao passo que as ‘formulações’ são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*”.

(MARIANI, 1998, p. 35). Deste modo, pode-se pensar na memória como lacunar, abrindo brechas para movimentar outras interpretações, supostamente apagadas, esquecidas ou até mesmo silenciadas. Desta maneira, é possível afirmar que a memória possui estreita relação com a língua, visto que a língua é atravessada por essa memória lacunar, social. Então, ao considerarmos a língua como parte integrante da constituição subjetiva, a memória se faz presente igualmente no sujeito principalmente quando dos processos de significação. Assim, se é o sujeito que, a partir da filiação a uma ou mais FDs, mobiliza os sentidos, fazendo com que a língua entre em funcionamento, há de se notar também o trabalho da memória como fundamental no processo de constituição desses sentidos e, por consequência, do sujeito. Em outras palavras, o sujeito ao mesmo tempo em que é agente do trabalho da memória, ele também sofre as consequências deste trabalho.

No que se refere à questão da memória na constituição do sujeito a partir de uma língua primeira, Serrani (2003, p. 285) diz que “essas memórias são *constitutivas* porque já antes de falar, todo sujeito está imerso em um mundo de dizeres, no qual há sempre interpretações (implícitas ou denegadas)”, ou seja, a memória é sempre posta em atualização, podendo ser ressignificada no momento de sua retomada. A memória sempre *funciona* no dizer, fazendo com que sentidos sejam (re)ativados e/ou esquecidos. Segundo De Nardi (2003, p. 66), “há sempre uma memória trabalhando em nosso dizer, descortinando esquecidos dizeres, fazendo furo na língua, memória com a qual os sentidos insistem em brincar de esconde-esconde, ora ocultando-a, ora fazendo com que reapareça”. Dito de outra forma, a memória se apresenta na língua como algo que vem da relação de força, como responsável por fazer com que um sentido seja *mais evidente* sobre outro. É nisto que se baseia a afirmação de que a memória funciona como uma estruturação da materialidade discursiva complexa, pelo viés da repetição e da regularização (PÊCHEUX, 2007), fazendo com que os sentidos não sejam esquecidos justamente por este processo. Porém, ao mesmo tempo, se há memória, é porque em algum ponto há de existir o esquecimento, e como a memória é lacunar, os sentidos supostamente esquecidos sempre são (re)acionados em um ou em outro momento histórico. Nesta perspectiva, segundo os apontamentos de Pêcheux (2007, p. 52), pode-se dizer que

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “**implícitos**” (quer dizer, mais tecnicamente, os **pré-construídos**, elementos citados e relatados, **discursos-transversos**, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2007, p. 52) [Grifos meus].

Pêcheux (2007), portanto, ao teorizar sobre a noção de memória discursiva, também mobiliza a concepção de implícito e a liga a dois elementos importantes no processo de constituição dos sentidos: o pré-construído e o discurso-transverso. O pré-construído entra em jogo por ter uma função relevante no processo de significação, uma vez que é responsável pela evidência, é o responsável por ser possível observar o “sempre-já-aí da interpelação ideológica” (PÊCHEUX, 2009, p. 151), aquilo que é da ordem da evidência (*todo mundo sabe que...*). Por sua vez o discurso-transverso funciona como uma espécie de metonímia, ou seja, ao dizer X também se diz Y¹⁰⁸.

Dito isto, a memória discursiva seria então aquilo que aciona o que é/está/poderia estar implícito, pois, ao mesmo tempo em que é da ordem da evidência, ela igualmente possui a propriedade de deixar de fora do escopo da interpretação certos sentidos para certos sujeitos em condições de produção específicas. Há aqui um entrelaçamento da memória social com o esquecimento. Neste viés, se faz notadamente relevante pensar sobre a noção de implícito no interior das línguas, de tal modo que, de acordo com Achard (2007, p. 13), o implícito seria aquilo que

trabalha então sob a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo

Assim, se os implícitos trabalham sob a base de um imaginário e se esse imaginário se dá na relação com uma materialidade linguística, com uma língua, e se efetiva também a partir da história (da historicidade), seria possível pressupor que

¹⁰⁸ Sobre a noção de discurso-transverso, Pêcheux (2009, p. 152) dá o exemplo de uma “deflexão no galvanômetro” que igualmente “indica a passagem de uma corrente elétrica”, sendo que ao dizer uma expressão a outra simultaneamente a atravessa.

nem todo implícito se restabelece igualmente quando há línguas distintas em jogo. É por isso que ao dizer em uma língua estrangeira sempre se diz diferentemente, pois outras redes de significação entram em cena justamente por que se trata de outra materialidade linguística, com uma historicidade distinta e, conseqüentemente, uma outra memória em funcionamento.

Portanto, para que as palavras¹⁰⁹ signifiquem seja na língua que for, é preciso que elas já tenham passado por um processo de significação anterior e a memória discursiva é integrante deste processo de constituição dos sentidos. Em outras palavras, “quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta que a provê de realidade significativa” (ORLANDI, 1995, p. 111). Desta forma, sobre os implícitos mencionados por Pêcheux (2007) pode-se dizer que eles trabalham como sendo algo que aciona a memória discursiva, fazendo com que algo se torne legível justamente por já possuir uma significação anterior, tal como menciona Orlandi (1995).

Considerando, então, que existe uma memória presente na língua e que esta se faz justamente a partir de uma formação social, sendo esta inscrita em condições históricas determinadas, é possível afirmar que, no processo de constituição do sujeito por uma língua estrangeira, há outras redes de memória que são postas em funcionamento, uma vez que o processo de constituição dos sentidos a partir de materialidades linguísticas distintas não é da ordem do idêntico. Com efeito, o processo de inscrição do sujeito em uma outra língua suscita movimentos identitários, justamente porque há de se ter um movimento na esfera subjetiva. Neste viés, Serrani-Infante (1997b, p. 80) ressalta que

a segunda língua não é independente das redes de memória ou das filiações sócio-históricas de identificação. Instanciada em ressonâncias discursivas, a produção em segunda língua, por esse processo ressonador, marca a possibilidade de uma desestruturação/re-estruturação dessas redes e filiações.

¹⁰⁹ Pode-se pensar aqui também em qualquer objeto simbólico, não necessariamente a *palavra*. Contudo, está posta aqui como um elemento de designação que por si só já é simbólico, ou seja, é característico da linguagem simbolizar.

Assim, o sujeito já não pode mais estabelecer as mesmas redes de significação da língua materna para dizer na língua do outro. Este sujeito tampouco pode se valer dos mesmos modos de dizer de sua língua para dizer em uma língua até então estranha. Há a necessidade de movimentos por parte do sujeito que vão colocá-lo em contato com os modos de produzir significação, isto é, trata-se de uma transformação na *postura subjetiva*, pois faz com que haja deslocamentos e transformações da ordem dos modos de dizer deste sujeito. Contudo, esta transformação na postura subjetiva, cuja manifestação ocorre por movimentos e por realocações das redes de significação, só é possível através de processo de inscrição em uma língua estrangeira. Podemos dizer, portanto, que se trata de uma inscrição da ordem de um *processo de subjetivação* (CELADA, 2008), isto é, da constituição mesma do sujeito. Para Celada (2008, p. 149), é já no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras que ocorre tal processo. Segundo a autora, o processo de aprender uma língua é o de assujeitamento e este implica estabelecer relações com a “malha da subjetividade já inscrita em determinadas filiações de sentido”. Portanto, reconhecer tais aspectos nos leva, juntamente com Celada (2008, p. 149), à conclusão de que

o conceito de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras como um processo de subjetivação, no sentido de que produz efeitos na relação constitutiva com o simbólico, pois suscitará “mexidas” nas filiações históricas de sentidos nas quais ele está inscrito e poderá afetar aspectos de uma *identidade*, pensada em sua provisionalidade, como um feixe instável de traços, que decanta de processos de identificação.

Neste viés, a noção de corporeidade discursiva, pensada como um conjunto de modos de dizer de determinada língua e como um conjunto de *posturas subjetivas* possíveis a partir da inscrição do sujeito em uma língua, estabelece uma estreita relação com a memória da língua, pois “o processo de significação incide sobre e advém especificamente da materialidade linguística historicamente instalada, de seus sentidos socialmente aceitos como memória e de seus efeitos no sujeito, no seio dos processos de significação” (PAYER, 2013, p. 185). Em outras palavras, assim como o sujeito não escapa às condições sociais e históricas, tampouco fica livre de uma memória outra que estabelece outras redes de significação diferentes daquela às quais ele foi submetido desde sua inscrição na linguagem através de uma língua

primeira: língua com função estruturante, a língua de suas bases psíquicas. Como a memória é da ordem da repetição, a memória na constituição subjetiva se dá por uma língua primeira do sujeito, esta se faz extremamente resistente no processo de constituição das redes de significação, pois “antes de falar, todo sujeito está imerso em um mundo de dizeres, no qual há sempre interpretações (implícitas ou denegadas) sobre a criança e seu sentir, sobre o mundo a sua volta, sobre expectativas em relação a ele e assim por diante” (SERRANI, 2003, p. 285). É por isso que o encontro com outra materialidade linguística é uma experiência mobilizadora que faz com que o sujeito se movimente, ora na instauração de novas possibilidades de estabelecimento de redes de significação e de memórias outras, ora no movimento de resistência com relação a novos modos de dizer e de se postar frente ao dizer do outro.

Dito isto, no próximo capítulo, há de se apresentar o modo de funcionamento da corporeidade discursiva na língua e no sujeito em processo de identificação com mais de uma língua. Trata-se de mobilizar as análises a partir de sequências discursivas enunciadas por sujeitos que narram suas experiências com as línguas que o constituem.

4 EFEITOS DA CORPOREIDADE DISCURSIVA NO SUJEITO

[...] atribuído à máquina, o rumor não é mais que o ruído de uma ausência de ruído, referido à língua, ele seria esse sentido que faz ouvir, uma isenção de sentido, ou – é a mesma coisa – esse não-sentido que faria ouvir ao longe um sentido agora liberto de todas as agressões de que o signo, formado na “triste e selvagem história dos homens”, é a caixa de Pandora. É sem dúvida uma utopia (BARTHES, 2004b, p. 96).

O problema está em saber se os sujeitos que se fazem contar na interlocução “são” ou “não são”, se falam ou se produzem ruído. Está em saber se cabe ver o objeto que eles designam como objeto visível do conflito. Está em saber se a linguagem comum na qual expõem o dano é, realmente, uma linguagem comum (RANCIÈRE, 1996, p. 61).

Entre o “rumor da língua”, de Barthes (2004b), e a dúvida em saber se há uma “linguagem comum entre sujeitos”, de Rancière (1996), está presente o ruído como espaço do desconhecido, como um lugar em que a língua não cumpre o papel mais comumente a ela atribuído: o de comunicar¹¹⁰. E ela não o cumpre justamente porque a língua não é isso, ou nunca é apenas isso. A língua é um jogo no qual a presença do sujeito é imprescindível para que ela possa ser tomada para além de um sistema de signos. E mesmo que a língua seja também um sistema de signos, estes signos nunca estão “libertos de todas as agressões” do sujeito e da história. É porque a constituição do sujeito se dá pela linguagem e é porque a história intervém como efeito significante na língua que não se pode imaginá-la como um sistema fechado em si mesmo, alheio a estas condições. É justamente neste ponto que Barthes (2004b) fala de uma utopia; algo que é da ordem do imaginário, como se o sentido (ou o signo em sua perspectiva) pudesse vir desprovido de história e de uma inscrição no sujeito. A relação que pode se estabelecer entre Barthes (2004b) e Rancière (1996) vem da aproximação que ambos os autores fazem ao teorizar sobre a noção de ruído presente na língua.

Se para Barthes (2004b) o ruído é o meio pelo qual ele reflete sobre o rumor da língua, ou seja, a língua como um impossível, aquilo que uma língua jamais pode vir a ser, uma língua sem história e sem sujeito, para Rancière (1996) o ruído é o que

¹¹⁰ Acrescenta-se ainda que “não se pode conceber a língua como um simples ‘instrumento de comunicação’. É justamente porque a língua não é em princípio, e nunca, só um ‘instrumento’, que o encontro com uma outra língua é tão problemático, e que ela suscita reações tão vivas, diversificadas e enigmáticas” (REVUZ, 1998, p. 217).

deriva do desentendimento pensado no âmbito da política e da polícia¹¹¹. O ruído aqui está em oposição ao sujeito que fala, ao sujeito que, por não falar em uma linguagem comum a outros sujeitos, produz esse ruído cuja origem, pode-se dizer, é o desentendimento. Nas palavras de Rancière (1996, p. 11), “o desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa”. Por esta passagem, é possível relembrar Pêcheux (2009, p. 146-7), quando ele diz que “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Assim, teorizando a partir dos pressupostos da AD, é possível vislumbrar que o desentendimento e a consequente concepção de ruído provêm de questões ideológicas, pois uma mesma palavra não assume sua significação a partir apenas da interlocução entre sujeitos, mas principalmente a partir da relação entre sujeitos interpelados ideologicamente, filiados a uma determinada FD¹¹². Por isso dizer que as palavras recebem o sentido em referência à FD na qual são produzidas (PÊCHEUX, 2009).

Assim, no que diz respeito ao tema desta pesquisa, cabe dizer que, em Rancière (1996), o desentendimento não passa pela *interlocução* de sujeitos identificados com línguas diferentes (tampouco era a sua preocupação). O autor está interessado na sobreposição de um efeito de sentido sobre outros pelo viés do conceito de polícia. A polícia é, então, aquilo que regula/organiza os modos de fazer, de ser e de dizer. É esta polícia a responsável pela legitimação de *um* sentido e pela transformação de outros em ruídos; é a polícia a divisora entre o que pode ser entendido como discurso e o que é tomado como ruído. A palavra do outro, quando visa à deslegitimação daquele sentido instituído, não passa a ser um dizer estranho, vai além disso, deixa de ser palavra para a ser um ruído. Algo que não se pode sequer tentar interpretar, pois o ruído é aquilo que não possui código linguístico, é a

¹¹¹ Neste ponto, vale trazer as palavras de Rancière (1996, p. 41) quando o autor afirma que “chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de *polícia*”.

¹¹² A título de esclarecimento, é importante dizer que Rancière (1996) não trabalha com os pressupostos da AD, mas se está aqui propondo realizar certas relações.

ausência da palavra, é o que faz com que o outro deixe de ser sujeito. É este o papel da polícia de acordo com Rancière (1996, p. 42), pois

a polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os **modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer**, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído [Grifo meu].

Portanto, a reflexão de Rancière (1996) se baseia nas relações de força entre sujeitos em posições antagônicas (patrões/empregados)¹¹³, pois trabalha com a ideia da disputa entre sentidos instituídos e outros sentidos que apenas produzem ruídos. Trata-se, porém, de uma disputa cuja sobreposição de um sentido sobre outro já está dada por sujeitos inscritos em classes dominantes. Para o autor, os *sem nome* não produzem discurso, produzem ruídos, pois “entre a linguagem daqueles que têm nome e o mugido dos seres sem nome, não há situação de troca linguística que possa ser construída, não há regras ou código para a discussão” (RANCIÈRE, 1996, p. 37). Assim, ao considerar que os “sem nome” produzem um “mugido”, qualquer tentativa de interpretação fica fadada ao fracasso, pois não há código nem mesmo regras. É o que faz com que o discurso dos *com nome* seja tomado como discurso, como algo inteligível, e é o que o faz com que haja uma transformação do discurso do outro (dos sem nome) em um ruído, excluindo, desta forma, a possibilidade de outros sentidos que venham a deslegitimar aquele estabelecido.

Dito isto, é relevante pensar a noção de ruído atrelada à corporeidade discursiva, isto é, trata-se de relacionar, mesmo que ligeiramente, o ruído aos modos de dizer da língua (e do sujeito). Entende-se, portanto, o ruído como algo que é da ordem do incompreensível, aquilo que, justamente pela sua presença, faz com que o sujeito possa ser tocado por uma ausência de sentido. O ruído compreendido como tal mobiliza o sujeito a uma busca por entendimento; é uma busca pelo sentido pleno, uma tentativa de (se) marcar (para) o outro, dar-lhe um lugar no qual (e do qual) este sujeito diz. O ruído é a efetiva presença da incompletude da língua, é o rastro da incompletude presente na discursividade, é a materialização da

¹¹³ Suas análises iniciam com recortes de manifestações de grevistas endereçadas aos seus chefes, no início do século XIX.

impossibilidade de atribuição de sentido a tudo e a todos. Em outras palavras, é possível afirmar que o ruído numa interlocução pode se concretizar por dois vieses, que não necessariamente ocorrem ao mesmo tempo. Cabe notar, antes disso, que está se pensando o ruído aqui como algo que se dá na instância histórica e subjetiva, na obrigatória presença da história e do sujeito na língua. Assim, partindo das reflexões de Barthes (2004b) e de Rancière (1996), a concepção de ruído é pensada a partir do desentendimento entre sujeitos identificados com uma mesma língua¹¹⁴. Nesta direção, é possível propor que o ruído se manifesta das seguintes maneiras:

a) na interlocução entre sujeitos em posições ideológicas de extremo antagonismo, criando um efeito de desentendimento tamanho que o sentido resvala para outro lugar, causando algo que vai além do próprio desentendimento, ocasionando, assim, o ruído. Trata-se de algo da ordem do incompreensível para o outro; e

b) na interlocução entre sujeitos cujos modos de dizer sejam tão distintos a ponto de não haver sentidos possíveis ao outro, mas sim ruídos, algo que é também do estatuto do *non-sense*. Trata-se, neste segundo ponto, não de uma questão individual (fonética) do sujeito, mas, especialmente, da forma como a historicidade da língua afeta o sujeito em sua constituição, e afeta igualmente a língua. Assim, dizer ao outro inscrito em uma língua comum a ambos nunca é garantia de compreensão, precisamente porque existe a presença da historicidade, de sujeitos ideologicamente marcados e marcados diferentemente, além ainda de modos de dizer próprios. Estamos falando aqui de um conjunto de modos de dizer distintos no interior de uma língua, sendo que estes modos são possíveis motores de desentendimentos. Pode-se afirmar, portanto, que esses desentendimentos extrapolam a organização da língua, trata-se de algo que é do âmbito de sua ordem. Em outras palavras, vale observar a organização da língua pelo viés da formulação (modos de dizer), entendendo que esta organização funciona como um suporte para se mobilizar a ordem da língua.

¹¹⁴ Isto não quer dizer que o desentendimento ou o ruído não se manifestem para o sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira. Diria, pois, que as possibilidades aumentam.

Proponho aqui uma tentativa de elucidar a questão de modos de dizer distintos dentro de uma mesma língua. Para tanto, apresento exemplo da própria língua portuguesa, no Brasil e em Portugal. Trata-se de uma organização linguística (quase) idêntica, mas com ordens absolutamente distintas. Assim, deixando de lado as questões fonéticas (os modos de pronunciar), há nuances que ultrapassam a organização da língua portuguesa. Mas quais coisas são essas que mudam e que fazem um brasileiro sentir-se falante de uma língua estrangeira em Portugal ou vice-versa? A organização da língua pode dar a um sujeito identificado com o português do Brasil a ilusão de um domínio sobre o português europeu. Porém, ao mesmo tempo, essa sensação de que o português de Portugal é uma outra língua ocorre em virtude de a ordem da língua ser outra, é porque o português europeu funciona diferentemente do português brasileiro, assim como o do Brasil em relação ao de Portugal. A relação da língua com a história na produção dos sentidos (historicidade) ocorre de modo singular pelo viés da determinação social e da inscrição desta língua na história. De fato, se a organização linguística de uma “mesma” língua não garante que a ordem seja também a mesma, pode-se pressupor que na constituição do sujeito no entremeio de línguas, essas diferentes materialidades, com suas diferentes ordens, fazem com que o sujeito sofra abalos¹¹⁵ em suas redes de significação.

Pensando ainda na relação entre o português do Brasil (afastando-se da regionalização do português brasileiro) e o de Portugal, vale dizer que em cada um destes países, por determinações históricas distintas, por haver sujeitos marcados diferentemente pela história, há ordens diferentes dentro de uma mesma organização linguística. No intuito de refletir sobre esta forma distinta de marcar o sujeito, vale trazer os apontamentos de Orlandi (2008) quando a autora fala de os sujeitos ocuparem lugares diferentes em virtude de formações sociais distintas. Em suas palavras,

a relação do europeu e a do brasileiro com a história é diferente. É justamente deste lugar, do qual as relações podem ser diferentes, que as reimpressões intervêm para produzir o “mesmo”. Por outro lado, é justamente aí que é preciso trabalhar a nossa relação crítica com a linguagem para apreender os “outros” sentidos. **Trata-se assim de uma questão de**

¹¹⁵ Por abalos, entende-se uma desestabilização subjetiva pelo viés de outros modos de dizer, outras filiações sócio-históricas, outras redes de significações que uma língua estrangeira causa no sujeito.

história e de identidades [...]. Faz parte da relação do brasileiro que o discurso europeu lhe explique a sua origem (ORLANDI, 2008, p. 135) [Grifo meu].

Portanto, quando as marcas históricas agem distintamente no sujeito, a sua relação com a língua igualmente é afetada. E isso pode ser explicado principalmente pelo efeito da historicidade na língua, pois, “a história da constituição de uma língua, embora não visível para os seus falantes, atravessa assim mesmo as suas práticas (significativas) languageiras. Desse modo, a relação do brasileiro com a sua língua traz a sua história no seu bojo. E significa” (ORLANDI, 2008, p. 176). A historicidade é, por conseguinte, a relação que a língua tem com a história e como essa relação faz com que os sentidos sejam produzidos por sujeitos determinados pela história e marcados ideologicamente. Por conseguinte, não há uma ideologia *da* língua, conforme se buscou mostrar na seção 3.2.2, mas há uma ideologia que se manifesta na materialidade linguística pelo sujeito. A filiação ideológica do sujeito não se transforma por ele dizer em outra língua, o que se transforma são os modos de dizer¹¹⁶, a formulação. Sobre este aspecto, Orlandi (2004, p. 50) afirma que

a instância da formulação – em que entram as intenções – já está determinada pelo jogo das diferentes posições do sujeito em relação às formações discursivas, jogo ao qual ele não tem acesso direto. Ou seja, as filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não afeta as posições dos sujeitos.

Assim, se a instância da formulação não afeta a filiação ideológica do sujeito, considerando ainda que línguas distintas apresentam diferentes modos de dizer e por consequência diferentes maneiras de formular, não caberia afirmar que há uma ideologia *da* língua. Há ideologia *na* língua que se materializa justamente pela inscrição subjetiva na linguagem.

Dito isto, é possível afirmar que cada língua possui um conjunto de modos de dizer mais ou menos regular e que, no contraponto com outra língua, é aceitável que se notem semelhanças e (principalmente) diferenças. Haveria, então, um amplo e

¹¹⁶ A meu ver, é pelos diferentes modos de dizer entre as línguas que o sujeito pode dar de encontro com esse outro da língua estrangeira, pois, com o propósito de dizer X (já que X significa X em *sua* língua), o sujeito ao dizer na língua estrangeira esse “mesmo” X produz um outro efeito, um X+A ou um Y, e é isso que faz com que ele (se) perceba diferentemente. Retomaremos este ponto mais adiante.

complexo conjunto de modos de dizer funcionando como uma propriedade da linguagem e quando recortado por uma língua, considerando esta língua como uma “dimensão da linguagem” (PAYER, 2006), este *recorte* faz com que se tenha a corporeidade discursiva desta língua¹¹⁷. Assim sendo, este conjunto de modos de dizer de uma língua (corporeidade discursiva) se inscreve no sujeito para que este possa dizer, e ele o faz imprimindo a sua singularidade. Por isso também assegurar que há corporeidade discursiva *no* e *do* sujeito, de tal maneira que a corporeidade discursiva de uma língua estrangeira possa fazer com que haja movimentos nas redes de significação em que se inscreve o sujeito, pode desacomodá-lo, dando a ele outras possibilidades de inscrição no simbólico. Pode-se dizer que isso ocorre pela necessidade de mobilizar modos de dizer distintos daqueles instalados no sujeito pela língua materna. Em outras palavras, a inscrição em outra corporeidade discursiva suscita uma reconfiguração subjetiva que vai movimentar o processo de estabelecimento de redes de significação, pois

a sensação de acolhimento, de pertencimento que sentimos em relação à língua materna, de certo modo, rompe-se nesse encontro com a língua estrangeira, que nos faz experimentar o real enquanto impossibilidade de dizer, de simbolizar (DE NARDI, 2009a, p. 184).

Voltando à questão do português brasileiro e o europeu, e apenas como exemplo, é possível trazer uma expressão idiomática dita no português de Portugal que encontra equivalência no português brasileiro. Cada uma dessas expressões é constituída a partir de modos de dizer distintos, mas evidenciam, além de uma aparente equivalência semântica, que uma mesma organização não garante ordens iguais, pois o conjunto de modos de dizer, a corporeidade discursiva de uma língua, avança em relação ao nível sintático, pois a historicidade nunca deixa de entrar em cena. A expressão idiomática do português europeu¹¹⁸ que se traz como exemplo é:

¹¹⁷ Como mencionei nos capítulos anteriores, cabe ressaltar que a corporeidade discursiva, pensada como um conjunto de modos de dizer de uma língua, não é fechada. É justamente por o sujeito ser constituído pela linguagem e por ele assumir os modos de dizer desta língua que esta estaria em constante transformação, uma vez que o sujeito e a língua, conseqüentemente, não estão alheios às determinações socioculturais e históricas.

¹¹⁸ Em Duarte (2006), é possível encontrar uma série de outras expressões idiomáticas características do português de Portugal.

Arrotar postas de pescada.

Já no português brasileiro pode-se inferir que uma possibilidade de expressão de equivalência seria:

Comer mortadela e arrotar caviar.

Vale dizer que não será realizada uma exaustiva análise destas expressões, mas, para dar um efeito de fechamento no que se está propondo elucidar, pode-se afirmar que *para falar de falsas aparências* ou *para gabar-se de algo inexistente* no português brasileiro e no europeu são mobilizados – pelo menos neste pequeno exemplo – modos de dizer distintos (embora um mesmo verbo se mantenha). Com isso, não se está dizendo que há aqui um desentendimento ou um ruído, mas também não se está dizendo que não há. O que se coloca, a partir destas expressões idiomáticas do português (de Portugal e do Brasil), é que, para pensar na possibilidade do desentendimento ou do ruído, é preciso ampliar as condições de produção deste discurso e mobilizá-lo a partir de uma discursividade, analisando-o a partir de um sujeito inscrito nas condições de produção deste discurso. Portanto, pode-se inferir que são questões relacionadas à historicidade, mas também à cultura que acabam por determinar certos modos de dizer e não outros. Em outras palavras, as expressões idiomáticas em questão funcionam a partir da seleção de certos tipos específicos de alimento (pescada, mortadela, caviar)¹¹⁹ e isso nos remete a aspectos relacionados à cultura destas sociedades (brasileira e portuguesa). No caso da sociedade brasileira, há dois alimentos que entram neste jogo metafórico: um deles, o caviar, inacessível à maioria dos brasileiros, principalmente pelo seu elevado custo financeiro; e a mortadela, por ser um dos embutidos de menor valor e de pouco prestígio. Já em Portugal, ocorre que a pescada consistia em um dos peixes mais

¹¹⁹ No português brasileiro, pode-se dizer que há variações que substituem a *mortadela* por *arroz e feijão*, por exemplo.

valiosos. Desta forma, estes alimentos acabam por configurar diferentes modos de dizer na ordem da *seleção* lexical¹²⁰. Assim, estes aspectos culturais de uma sociedade adentram a língua e se manifestam (se materializam) através dos modos de dizer, através da corporeidade discursiva. Cabe ressaltar que não se está tomando aqui a noção de cultura como algo dado. É justamente o contrário, pois, ainda que não de modo aprofundado, passa-se a ter a necessidade de mobilizar esta noção para avançar. Neste viés, de acordo com Simon (1996 *apud* FROTA, 2000, p. 196),

o que frequentemente falta nos estudos de tradução é uma definição clara do que “cultura” significa. Embora “cultura” seja reconhecidamente um dos conceitos mais difíceis e sobredeterminados das ciências humanas e sociais contemporâneas, ele frequentemente aparece nos estudos da tradução como se tivesse um significado óbvio e simples.

Com efeito, não se pretende aqui ter uma “definição clara” da noção de cultura, mas igualmente não se quer tomá-la como algo que não precise de uma mínima teorização. Simon (1996) relaciona o conceito de cultura aos estudos sobre tradução e manifesta a dificuldade em “definir” este conceito no trabalho tradutório. A proposta aqui é abrir um parêntesis para realizar um breve deslocamento para se pensar a noção de cultura com relação ao sujeito no entremeio das línguas¹²¹. Embora, sob o nosso ponto de vista, o português europeu não se configure como uma língua estrangeira para o sujeito falante do português brasileiro, há de se considerar que se trata de corporeidades discursivas distintas. Essa constituição de

¹²⁰ Neste ponto, creio que seja relevante trazer os apontamentos de Jakobson (2007, p. 37) quando o linguista se refere ao “duplo caráter da linguagem”, pois, segundo ele, “falar implica a seleção de certas entidades linguísticas e sua combinação em unidades linguísticas de mais alto grau de complexidade. Isto se evidencia imediatamente ao nível lexical: quem fala seleciona palavras e as combina em frases”. O autor complementa ainda dizendo que “uma seleção entre termos alternativos implica a possibilidade de substituir um pelo outro, equivalente ao primeiro num aspecto e diferente em outro. De fato, seleção e substituição são as duas faces de uma mesma operação” (JAKOBSON, 2007, p. 40). Portanto, no que se refere à *seleção* de termos equivalentes, cabe acrescentar que não se trata simplesmente de uma seleção aleatória, tampouco na possibilidade de substituição de um termo por outro como se esta mudança não tivesse nenhuma ou pouca implicação. Aqui defendemos que o emprego de uma palavra em detrimento de outra se dá por aspectos históricos (historicidade), ideológicos (interpelação ideológica) e também culturais (a inserção do sujeito em determinada sociedade).

¹²¹ O processo tradutório mobiliza em sua própria constituição o sujeito neste entremeio das línguas. E vale ainda dizer, em conjunto com Mittmann (2003, p. 103), que “consideramos o processo tradutório como um processo de relação de sentidos e de produção de discursos, que surge a partir de condições sócio-históricas de produção”.

diferentes corporeidades discursivas dentro de uma mesma língua se dá porque toda língua é afetada pela determinação social, pela historicidade e também por aspectos culturais¹²². E sabemos que o processo de constituição da língua portuguesa em Portugal e no Brasil se deu de modo muito distinto¹²³. Neste viés, cabe pensar a cultura a partir dos pressupostos teóricos da AD, pois,

quando não se trabalha apenas com o conceito de “cultura”, mas se faz intervir o de “história”, pode-se apreciar o processo de constituição daquilo que, enquanto *produto*, se apresenta como “cultura”, atestando assim o seu caráter ideológico. Desse ponto de vista, podemos dizer que o uso indiferenciado da palavra “cultura” resulta o apagamento da história (ORLANDI, 2008, p. 89).

E complementando o que diz Orlandi (2008), esta falta de teorização sobre a noção de cultura também faz com que seja elidida a interpelação ideológica, pois haveria uma grande chance de se pensar que todo o posicionamento do sujeito passasse a ser de ordem cultural, no sentido de que se homogeneizariam as posições subjetivas para se afirmar que estas se dariam em virtude *da cultura* na qual um dado sujeito se inscreve, como se fosse possível uma livre escolha deste sujeito. Ainda sobre esta questão, Esteves (2013, p. 64) ressalta que

há, a partir da difusão da ideologia neoliberal, uma inquietude por parte dos pensadores materialistas em trabalhar com a noção de cultura, uma vez que se concentrar nela pode acabar por apagar a luta de classes, a sobreposição de ideologias, a divisão social do trabalho em nome de uma bem-intencionada mas cruel [...] *tolerância* à cultura do outro.

Então, ao se afastar da ideia de cultura como algo alheio à história e à ideologia, passa-se a pensar sobre o papel que ela pode desempenhar no território da AD. Nossa proposta aqui não é encontrar um lugar para a cultura no âmbito do dispositivo teórico da AD, mas sim mostrar que, para além dos aspectos sociais, ideológicos e de historicidade, a cultura afeta sobremaneira os modos de dizer das línguas. E é sobre este ponto em especial que pretendo me debruçar. Para tanto, cabe

¹²² Se há diferenças culturais dentro de uma mesma língua – e esta é a nossa hipótese –, é notadamente possível que estas diferenças apareçam com mais força se se considerar o sujeito no entremeio de línguas materna e estrangeira.

¹²³ Sobre a formação do português brasileiro e europeu, cabe destacar os trabalhos de Orlandi (2002; 2008).

mencionar o que diz Leandro Ferreira (2011c) sobre os diferentes efeitos de sentidos dados à noção de cultura, pois, de acordo com a autora:

que a noção de cultura é um todo complexo, que envolve um feixe heterogêneo de elementos e relações, todos já sabemos [...]. A cultura remete à relação do homem com a natureza, que é por ele trabalhada [cultivada]. Por aí se chega ao homem culto, no sentido de cultivado, no qual viceja o saber, aquele que em “plantando tudo dá”. Mas cultura remete também ao culto, trazendo consigo um sentido de sacralidade. E por aí poderíamos seguir falando de outras derivas do sentido de cultura na nossa sociedade (LEANDRO FERREIRA, 2011c, p. 59).

Dito isto, como afirma a própria Leandro Ferreira (2011c), os sentidos de cultura por aí não cessam. Contudo, neste trabalho, a pretensão é atribuir um efeito de sentido que possa dar sustentação à ideia de que há modos de dizer nas línguas que são relacionados também a aspectos culturais. Desta forma, para se pensar sobre como os *efeitos da cultura* afetam a corporeidade discursiva (os modos de dizer), será preciso pensar esta noção pelo viés do simbólico que se materializa na língua. Portanto, cabe pensar a cultura a partir da noção do sujeito, sendo este determinado socialmente. Assim, vale dizer que

o homem é um animal inserido em tramas de significação que ele mesmo tece, considero que a cultura é essa urdidura e que a análise da cultura há de ser, portanto, não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significações (GEERTZ, 2003, p. 20)¹²⁴.

A aproximação da noção de cultura com a AD se dá, portanto, pelo viés de uma teoria da interpretação. De outra forma, a cultura não exprime regras (ou leis) de regularidade, pois ela é dinâmica na medida em que se pode percebê-la por diversos vieses e também na medida em ela mesma não se manifesta de uma só forma. Pode-se dizer que a cultura são “símbolos significativos” que se manifestam através de gestos, desenhos, músicas, comportamentos, etc., mas principalmente através das palavras (GEERTZ, 2003, p. 52). Ampliando um pouco, cabe dizer que a cultura se manifesta pelo simbólico na linguagem e, na língua (materialidade linguística), uma das formas de a cultura se fazer presente é pelos modos de dizer, tal

¹²⁴ Tradução minha do exemplar em espanhol mencionado nas referências.

como tentamos elucidar com as expressões idiomáticas do português europeu e brasileiro¹²⁵.

Já em vias de fechar os parênteses com relação à noção de cultura, cabe retomar a discussão sobre a interlocução entre sujeitos identificados com diferentes modos de dizer de uma mesma língua e afirmar que existe a possibilidade de haver tantos ruídos ou desentendimentos quanto numa interlocução entre sujeitos identificados com diferentes línguas. Isso pode ser pensado porque a língua sempre extrapola a instância da organização. É a ordem da língua que faz com que as palavras funcionem. Trata-se, assim, de uma heterogeneidade no interior da própria língua portuguesa, cujos modos de dizer se transformam quando as determinações sociais e os aspectos culturais são distintos (um sujeito inscrito em uma discursividade do *português europeu* e outro na do *português brasileiro*), pois

a heterogeneidade linguística no sentido de que joga em “nossa” língua um fundo falso, em que o “mesmo” abriga no entanto um “outro”, um “diferente” histórico que o constitui ainda que na aparência do “mesmo”: o **português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto não são**. Produzem discursos distintos. Significam diferentemente. [...] Nós, brasileiros, ao falarmos o português estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada. A nossa língua [português do Brasil] significa em uma filiação de memória heterogênea. Essas línguas se filiam a interdiscursividades distintas como se fossem uma só. Esse efeito de homogeneidade é o efeito da história da colonização (ORLANDI, 2002, p. 23)¹²⁶ [Grifo meu].

A partir do exposto, com relação à questão dos aspectos culturais no que se refere à construção do português brasileiro e do português europeu, cabe dizer que a cultura, como efeito simbólico materializado na língua (e por consequência no sujeito), é o que permite o reconhecimento de um pertencimento ou não a uma

¹²⁵ A noção de cultura será retomada nas análises das sequências discursivas.

¹²⁶ Cabe o destaque de que entre o português de Portugal e o português do Brasil há modos de dizer distintos. Portanto, são corporeidades discursivas diferentes dentro de um mesmo sistema linguístico. Em outras palavras, a corporeidade discursiva de uma dada língua também se molda de acordo com as determinações sociais, e a constituição do português brasileiro se deu diferentemente do português europeu. Assim, sob o ponto de vista aqui adotado, trata-se de uma mesma língua com corporeidades discursivas distintas, pois os modos de dizer do português brasileiro e do europeu não coincidem (sempre).

comunidade¹²⁷. Dito isto, faz-se referência à nota de rodapé nº 116, a qual fala de um encontro com diferentes modos de dizer, pois a questão que se coloca é que a corporeidade discursiva da língua estrangeira pode causar desentendimentos e/ou ruídos (tal como consta na narrativa de Celada (1999) apresentada anteriormente, na seção 3.2.2). Contudo, o que se propõe a pensar aqui não é um ruído ou um desentendimento na interlocução, mas refletir sobre desentendimento como um deslocamento do sujeito, um abalo em sua postura subjetiva pelos modos de dizer da língua do outro. Trata-se de um encontro com aquilo que não se pode jamais encontrar na língua estruturante, é quando o sujeito diz algo que não pretendia dizer, mas diz, equivoca-se. É quando este sujeito, no resvalar do dizer, acaba por ser colocado (coloca-se sem se dar conta) em outro lugar justamente pelo efeito do equívoco. Essa possibilidade de se perceber dizendo diferentemente que a língua estrangeira é capaz de causar no sujeito. E dizer diferentemente envolve outras filiações sócio-históricas, outras redes de significação. É aí que a corporeidade discursiva passa a funcionar no sujeito, pois envolve a *postura subjetiva* num rearranjo dos modos de dizer.

Nesta perspectiva, a fim de mobilizar sujeitos identificados com mais de uma língua (materna e estrangeira) para se pensar as questões da corporeidade discursiva, serão feitas análises de sequências discursivas recortadas de narrativas produzidas por estes sujeitos, pois “o sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto. Há pontos de subjetivação ao longo de toda a textualidade” (ORLANDI, 2005a, p. 70). Sendo assim, será apresentada a maneira pela qual se deu a produção do *corpus* discursivo a ser analisado. O que entra em jogo, então, é a exposição da forma como se construiu o arquivo, cujos discursos são de sujeitos constituídos por mais de uma língua. Este “arquivo construído” trata-se de um *corpus* discursivo nos moldes propostos por Courtine (2009, p. 114), qual seja a “forma de corpus”, isto é, “uma montagem material num campo experimental/empírico”, para que dele sejam analisadas as sequências discursivas.

¹²⁷ Ampliando-se, poderia ainda se falar em pertencimento ou não a uma sociedade, a uma nação, a um povo, a um país, a um território. Embora não seja tratada esta questão aqui, cabe menção, pois reflète a amplitude da noção de cultura.

4.1 O ARQUIVO CONSTRUÍDO: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de “terapêutica da linguagem” que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados (PÊCHEUX, 2010, p. 55).

Livrar-se da ilusão de que as palavras possuem um “sentido legítimo”, tal como menciona Pêcheux (2010), é uma das premissas fundamentais para que se possa trabalhar com o aparato teórico-metodológico da AD. Assim, ao mobilizar um determinado texto para análise, não se busca jamais descobrir o “verdadeiro sentido”, até porque é o posicionamento ideológico do sujeito que faz com que o processo de significação penda para um lado ou para o outro. Não há como se pensar em um *sentido autêntico*, pois a exterioridade linguística afeta substancialmente a língua, fazendo com que ela seja repleta de falhas, furos, brechas. Como diz Leandro Ferreira (2004, p. 40), “se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva”. Deste modo, essa manobra das “boas almas” para desambiguar o discurso não se concretiza jamais, precisamente porque, não sendo possível retirar a ideologia (que se faz presente na língua pelo sujeito) e a história, não se consegue igualmente evitar os diferentes efeitos de sentidos. Assim, ao pôr em funcionamento o processo de análise pelo viés da teoria da AD, busca-se verificar como os sentidos são constituídos, como se dá a constituição subjetiva, como a língua funciona na sua relação com a história, como se dá o processo discursivo e não tão-somente observar o produto deste processo. Busca-se compreender por que tais palavras (expressões, proposições) significam de tal maneira dentro de certas condições de produção. Portanto, não se trata de uma aplicação de conceitos aos processos languageiros, pois este aparato teórico-metodológico não é algo que vem pronto, acabado, fechado, visto que as noções sob a perspectiva da AD jamais são estanques. Elas se entrelaçam e são sempre (re)pensadas a partir do processo de análise. Nesta perspectiva, é possível afirmar, juntamente com Indursky (2008, p. 9), que

esta teoria [a AD] não é um corpo doutrinário cristalizado e estanque. Ao contrário. Trata-se de quadro teórico que gera reflexão, que se interroga constantemente e para o qual a análise não implica a aplicação mecânica de conceitos, noções e modelos já formulados anteriormente. Esta é uma das características mais marcantes deste quadro teórico: questionar as diferentes teorias e questionar-se a si própria, sem acomodação (INDURSKY, 2008, p. 9).

Assim sendo, é por desacomodar-se, é por questionar(-se) que a AD permite que o processo de análise aconteça através de “uma inquieta relação que vai, em um constante movimento, da teoria para análise e, desta, de volta para a teoria” (INDURSKY, 2008, p. 10). Desta forma, o trabalho de analisar refere-se a uma leitura desnaturalizada, ou ainda, uma leitura que objetiva verificar por que certos sentidos ficam evidentes e outros não. Trata-se igualmente de mobilizar o sujeito em sua constituição pela linguagem, percebendo os modos de subjetivação dentro de condições de produção de determinado discurso. Analisar é também relacionar a língua com a história, uma exterioridade que é também interior. E é o texto o meio pelo qual se pode ter acesso ao discurso. O texto é a unidade analítica primordial da AD. Para Mittmann (2007, p. 155),

percorremos o olhar de analistas sobre o texto em busca de sua historicidade (o externo que é interno, pois que é constitutivo), investigando o ponto de encontro entre o ideológico e o linguístico. Um ponto de encontro que não é transparente, pois, do contrário, efetuaríamos um trabalho de descrição e não de análise.

Neste viés, para se fazer essa leitura desnaturalizada é preciso observar o texto, pois “a análise de discurso tem como unidade o texto [...]. O texto constitui discurso, sua materialidade. Assim se procura ver o texto em sua discursividade” (ORLANDI, 2006b, p. 16), e ver o texto em sua discursividade implica buscar compreender a língua, o sujeito e a relação que ambos possuem com a história. É compreender que a exterioridade é parte da língua, e que o sujeito, ao ser constituído pela língua(gem), também entra obrigatoriamente no processo analítico. A partir do texto, portanto, é possível observar o sujeito, sua constituição, sua posição, a interpelação ideológica, é possível ainda observar os movimentos históricos da organização da língua e como esta mobiliza a sua ordem, fazendo com que se possa observar o funcionamento da materialidade linguística dentro da esfera discursiva.

Deste modo, sendo o texto a unidade analítica que dá acesso ao discurso, é preciso nele operar recortes que dão forma às sequências discursivas. Para Orlandi (1984, p. 14), “o *recorte* é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, o recorte é um fragmento da situação discursiva”. Contudo, antes de se chegar às sequências discursivas, é necessária a construção de um arquivo. Sobre esta noção, é possível afirmar que se refere a um lugar no qual se organizam determinados documentos. Trata-se, pois, de uma das interpretações possíveis para este conceito. Para Pêcheux (2010, p. 51), o arquivo é “entendido, no sentido amplo, de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Logo, se a noção de arquivo é, entre outras coisas, um grupo de documentos que está relacionado a determinado tema, sendo este grupo de documentos pertinente e estando disponível, é porque, de alguma maneira, este arquivo já sofre certa organização. O arquivo é, portanto, organizado por uma leitura. Não se trata, porém, de uma leitura analítica de arquivo propriamente dita, mas de uma leitura que revela se determinados documentos são referentes a um tema ou outro.

Sendo a AD fundamentalmente uma disciplina de interpretação, é pelo gesto de leitura do analista que são feitas as análises, cujas sequências discursivas são recortadas de um *corpus*, que, por sua vez, é oriundo de um arquivo. No caso desta pesquisa, trata-se de um arquivo construído que dará origem a um *corpus* discursivo, sendo que este é tomado como “um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise” (COURTINE, 2009, p. 115), isto é, trata-se de realizar as análises deste *corpus* através de interrogações, estabelecendo relações com o interdiscurso.

Dito isto, cabe retomar a questão do sujeito no entremeio das línguas, pois o que interessa aqui é apresentar a forma como o arquivo foi construído, ou seja, como foram elencados os dizeres destes sujeitos que falam mais de uma língua. Portanto, já se antecipa que o arquivo aqui é construído a partir do que Courtine (2009) chama de “*corpus experimental*”. Para Courtine (2009), então, a constituição dos *corpora* pode ser pensando por duas vertentes: os *corpora* de arquivos e os *corpora* experimentais. Os *corpora* de arquivos são “constituídos a partir de materiais preexistentes, como

aqueles com os quais, por exemplo, os historiadores são confrontados” (COURTINE, 2009, p. 77). Estes *corpora* vêm de um arquivo documental, timbrado, e geralmente são encontrados nas instituições de toda ordem. Já os *corpora* experimentais são constituídos pelo que se pode chamar de uma “coleta de dados”. Segundo Courtine (2009, p. 77), “os *corpora* experimentais são constituídos de sequências discursivas produzidas em situação experimental como respostas a uma questão, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto...”. No que se refere a esta pesquisa, o arquivo no qual se pautam as análises foi construído a partir de entrevistas realizadas com sujeitos em processos de constituição por mais de uma língua. Portanto, refere-se a uma produção/construção de material para análise, ou seja, um *corpus* experimental.

Diferentemente de um arquivo institucional, o *corpus* experimental não pode fornecer práticas discursivas de outros momentos senão daquele no qual estão sendo materializados os dizeres. Nesta perspectiva, “o arquivo também se constrói como um desejo de manutenção de memória, de uma memória passada que segue as regras de seu arquivamento, para que se tente sobre ela ter controle” (ANDRADE, 2011, p. 78). Assim, se o arquivo nunca é acessível em sua completude, se para que se tenha arquivo é preciso que se tenha um exterior, se não se pode interpretá-lo como um todo, se o arquivo é o registro de práticas discursivas de dado momento histórico, se ele pode ser entendido como um sistema organizacional, se ele tem um princípio, então também há a possibilidade de se pensar neste material produzido como um *arquivo construído*¹²⁸. Pode-se realizar tal afirmação justamente porque este material produzido partilha também dessas características. É o registro de práticas discursivas e, como tais, não são plenamente interpretáveis.

No caso deste trabalho, partindo de um arquivo *experimental*, o que entra em jogo são dizeres de sujeitos que se encontram em processo de constituição por mais de uma língua, materna e estrangeira. Nesta direção, o que se buscou foi o discurso de sujeitos que, ao falar, narrassem suas experiências/histórias com as línguas (e a partir das línguas) que os constituem.

¹²⁸ Em trabalho anterior (AIUB, 2012), ao tecer sobre a trajetória teórico-metodológica do analista de discurso, a questão do *arquivo construído* teve uma discussão mais ampla.

Considerando que “das palavras ditas irrompem sentidos fluídos, escorregadios, imprevisíveis, incontroláveis” (ECKERT-HOFF, 2008, p. 41), buscou-se mobilizar sujeitos que falassem de si, da sua relação com as línguas, através de uma entrevista gravada e posteriormente transcrita¹²⁹. Não se tratava estritamente de uma entrevista formal, mas de uma conversa cuja proposta era deixar o sujeito falar com perguntas também relacionadas ao que estava sendo dito. Portanto, a proposta aqui foi a de mobilizar narrativas, relatos falados de sujeitos que vivenciaram de modo intenso a estrangeiridade por uma língua outra, percebendo os modos de subjetivação, a forma como se dá a relação com as línguas que os constituem. Vale salientar que todas as entrevistas foram realizadas em língua portuguesa, embora haja, com certa frequência, diversos trechos em outras línguas. Para tanto, algumas perguntas foram norteadoras e orientaram o início destas entrevistas/conversas¹³⁰. São elas:

- a) *Que línguas você fala? Qual é a sua língua materna?*
- b) *Como foi o processo de aprendizagem da língua estrangeira?*
- c) *O que mais lhe encantou (ou lhe desagradou) quando iniciou o processo de aprendizagem dessa(s) língua(s)?*
- d) *Recorda de algum episódio em que você queria dizer alguma coisa em uma língua, mas as palavras só vinham na outra?*

Como dito anteriormente, os sujeitos entrevistados têm como característica comum falar mais de uma língua. Não se fez aqui categorização por faixa-etária, por classe social ou alguma outra deste tipo, pois, considerando que a história intervém na língua e no sujeito, entende-se conseqüentemente que a língua constitui a todos (é condição para a existência do sujeito), assim como a ideologia interpela a todos, sem fazer qualquer distinção. Embora, inicialmente, não tenha se buscado estabelecer nenhum tipo de categoria, pois o critério era apenas entrevistar/conversar com

¹²⁹ A autorização da gravação da entrevista foi dada pelos entrevistados através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Informado (Apêndice 1).

¹³⁰ Vale dizer que outras perguntas foram surgindo, assim como algumas destas foram suprimidas, durante cada uma das entrevistas. Tratava-se de perguntas não relacionadas às línguas necessariamente, mas que faziam referência ao que vinha sendo dito pelos entrevistados.

sujeitos identificados com mais de uma língua, ela acabou ocorrendo por outro viés. A categorização se deu, então, pela relação do sujeito entrevistado com as línguas, constituindo, assim, três grupos de sequências discursivas que são descritos da seguinte maneira:

- a) o primeiro grupo de SDs é composto por dizeres de sujeitos que assumem o português brasileiro como língua materna e o inglês como língua estrangeira. O que há em comum entre os entrevistados, neste caso, é que a aprendizagem da língua inglesa ocorreu em situação de imersão, isto é, a estrangeira língua inglesa passou a constituir-los quando estes sujeitos tiveram a experiência de viver, todos eles, nos Estados Unidos da América (EUA) por, pelo menos, um ano;
- b) o segundo grupo de SDs é composto por dizeres de uma brasileira que vive na Alemanha há mais de dez anos, sendo, portanto, a língua portuguesa considerada por ela a materna e a alemã, a estrangeira;
- c) o terceiro grupo, diferentemente dos demais, é relacionado a dizeres de um sujeito que nunca teve a experiência de viver em outro país além do Brasil, mas não assume o português como língua materna, embora o fale fluentemente. Trata-se de uma descendente de imigrantes alemães, cuja língua materna por ela assumida foi justamente a alemã (o dialeto alemão).

Após a realização destas entrevistas/conversas e a sua posterior transcrição, passa-se a ter acesso ao arquivo, constituindo, assim, o *corpus* experimental desta pesquisa¹³¹. Trata-se, então, de textos (narrativas) que mobilizam a relação que os sujeitos estabelecem com as línguas que os constituem e falam sobre esta relação com

¹³¹ Durante o processo de construção do arquivo, foram realizadas entrevistas com sete pessoas que se autorizavam dizer falar mais de uma língua. Contudo, as entrevistas de duas delas não compuseram o *corpus* para análise. Assim, entraram na constituição do *corpus* três entrevistas relativas ao primeiro grupo, uma ao segundo, e uma ao terceiro.

as línguas, sobre episódios que vivenciaram tanto durante o processo de aprendizagem como também após sentirem-se identificados com esta outra língua. A partir disso, para analisar estes textos, recortando-os em sequências discursivas, há como objetivo as seguintes questões: a) verificar como se constitui os modos de dizer do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira; b) analisar como as historicidades das línguas materna e estrangeira e as determinações sociais e históricas afetam o sujeito em seus modos de dizer; c) verificar como as organizações da língua materna e da língua estrangeira afetam a ordem da língua, observando o seu funcionamento e a constituição/estruturação do sujeito; e d) estabelecer minimamente uma relação entre aspectos culturais e a postura subjetiva no que se refere à corporeidade discursiva.

4.2 O FUNCIONAMENTO DA CORPOREIDADE DISCURSIVA

Falar é sempre um processo cuja complexidade estrutural supera o mero exercício de habilidades visando à “comunicação” de mensagens ou à resolução de “problemas” operacionais (SERRANI-INFANTE, 1997b, p. 65).

Se falar é muito mais do que apenas comunicar-se, é porque ao falar o sujeito precisa se render às condições que a língua impõe. Falar é também se fazer sujeito, inscrevendo-se em uma posição ideologicamente marcada e identificando-se com uma materialidade linguística. Em sua constituição pela língua(gem), todo sujeito inevitavelmente carrega em si as condições de produção determinadas pela história na língua e este sujeito também se vincula a redes de significação socialmente determinadas. Isso nos leva a crer que cada língua estabelece, a partir de aspectos sociais, históricos e culturais¹³², modos de dizer específicos. Isto é, cada língua possui um conjunto de modos de dizer, cada língua carrega consigo uma corporeidade discursiva que está sempre em processo de constituição, justamente porque é o sujeito o responsável por colocá-la em funcionamento. Sendo assim, cabe esclarecer que os modos de dizer de cada língua afetam o sujeito devido a sua inscrição nesta

¹³² Na seção anterior buscou-se mostrar como aspectos culturais afetam os modos de dizer de uma determinada língua. Contudo, cabe o destaque de que a teorização sobre esta questão merece mais atenção. A questão dos aspectos culturais relacionada à corporeidade discursiva será retomada nas análises, mas não se pretende esgotar a discussão nesta tese.

língua, fazendo com que haja uma corporeidade discursiva *do* sujeito. É quando o sujeito, inscrito em uma materialidade linguística, imprime a sua singularidade para dizer.

Portanto, há uma corporeidade discursiva *da* língua porque existem modos de dizer próprios de cada língua que são efetivados na materialidade linguística pelo viés da organização. Contudo, não se trata de uma organização percebida apenas dentro do sistema linguístico, mas sim de uma organização pensada na sua relação inescapável com a história, uma organização que é o meio pelo qual a ordem da língua a faz funcionar. Com isso, o conjunto de modos de dizer de cada língua faz parte das redes de significação desta língua, justamente porque a história intervém na língua, e nestas redes de significação encontram-se o sujeito determinado socialmente, constituído de inconsciente e, sobretudo, afetado por aspectos culturais¹³³. Os modos de dizer, portanto, se constituem a partir da organização da língua, mas não se encerram aí. Trata-se de uma organização como suporte para o funcionamento da língua, como mecanismo da constituição de sua ordem. De acordo com Orlandi (2004, p. 46),

não é a relação entre, por exemplo, sujeito e predicado (SN e SV) que é relevante, mas o que essa organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos (linguístico-históricos) que aí estão funcionando em termos da ordem significante.

É por essas questões que há uma corporeidade discursiva *da* língua. São modos de dizer que se relacionam à historicidade e, por fazerem parte da língua, afetam sobremaneira o sujeito. Desta forma, como os modos de dizer da língua se concretizam a partir das práticas discursivas do sujeito e este não escapa às condições de produção do discurso, há igualmente uma corporeidade discursiva *do* sujeito, pois, para além das questões já postas com relação à língua, o sujeito se efetiva singularmente no fio do dizer. É porque o sujeito se submete à língua (e conseqüentemente aos modos de dizer dessa língua), é porque ele está inscrito na

¹³³ Geertz (2003, p. 26) afirma que “a cultura é pública porque a significação também o é”. Por isso que se pode dizer que o sujeito é, também, afetado por estes aspectos culturais. Porém, o que nos interessa aqui é observar como estes aspectos acabam por se fazer presentes na(s) língua(s), em especial, nos modos de dizer.

história, é porque há uma filiação ideológica, é porque o sujeito assume uma *postura subjetiva* relacionada aos modos de dizer que existe uma corporeidade discursiva *do* sujeito, especialmente quando este sujeito é identificado com mais de uma língua, fazendo com que os modos de dizer das diferentes línguas irrompam pelo viés de sua singularidade. Além disso, ainda se apresenta na língua algo (mas não um todo) dos aspectos culturais. Pode-se dizer, juntamente com Geertz (2003, p. 24), que a “cultura é, pois, pública. A cultura não existe na cabeça de alguém; embora não seja física, não é uma entidade oculta”. Portanto, não sendo uma entidade oculta e se afastando de uma noção de cultura individualizada, de modo que cada um teria a *sua*, pode-se dizer que a cultura se faz presente na sociedade através do sujeito. Daí poder afirmar que os sujeitos são afetados por estes aspectos culturais. E sendo o sujeito afetado por estes aspectos, cabe dizer que inevitavelmente eles estarão de algum modo presentes na língua. O que vai nos interessar aqui é ver como alguns aspectos culturais se materializam na língua pelo viés da corporeidade discursiva.

Nesta perspectiva, se anteriormente a questão da construção teórico-analítica da noção de corporeidade discursiva se deu numa relação mais intensa com a língua – especialmente quando se tratou das expressões idiomáticas –, nas próximas seções, pretende-se apresentar como se dá a relação do sujeito com a noção de corporeidade discursiva. Para tanto, passa-se a analisar as sequências discursivas produzidas por sujeitos em processo de identificação com mais de uma língua.

4.2.1 Os modos de dizer que (não) escapam da/na língua materna

*Não era, porém, a fala que era pouca. A vida, para ela,
tornara-se um idioma estrangeiro.*
(Mia Couto *in* Confissões da Leoa)

Considerando que o dizer em língua estrangeira é um processo que desencadeia no sujeito diversos movimentos, serão mobilizadas sequências discursivas (SDs) que, de alguma forma, possibilitem observar o processo de constituição dos modos de dizer do sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira. Deste modo, o objetivo aqui é mostrar o funcionamento da corporeidade discursiva *da* língua e o funcionamento da corporeidade discursiva *no* e *do* sujeito, em

especial averiguar como um conjunto de modos de dizer alheios à constituição subjetiva afeta o sujeito no processo de estabelecimento de (novas) redes de significação. Para isso, as sequências discursivas aqui mobilizadas são aquelas oriundas do primeiro grupo descrito na seção 4.1, isto é, trata-se de sujeitos cuja língua materna é o português brasileiro e assumem a língua inglesa como língua estrangeira¹³⁴.

Para iniciar, a SD abaixo foi retirada de uma entrevista realizada com uma administradora de empresas, Lorena¹³⁵, que viveu por dois anos nos EUA, sendo um ano quando era adolescente e o outro, durante o período de seu doutorado sanduíche, quando estava com vinte e oito anos de idade.

SD1 – [...] no começo era tudo muito difícil, né?! Mas aí eu comecei a entender as pessoas. Depois de pouco tempo, eu estava entendendo o que as pessoas falavam comigo, mas eu não conseguia reproduzir, eu não conseguia falar, então eu demorei mais tempo para começar a falar e expressar as minhas ideias [...]. Então isso me deixava angustiada porque eu sabia o que eles queriam, mas eu não conseguia me expressar. Então, a comunicação era muito complicada. [...] E eu tinha muita dificuldade de comunicação, mas foi durante esse ano morando lá que eu realmente adquiri a língua.

Ao dar seu depoimento de como vivenciou a estrangeira língua inglesa, Lorena apresenta inicialmente uma dificuldade de se expressar (SD1), pois sabia *o que* dizer, mas não *o como* de dizer. Ela entendia, mas não tinha condições de responder ou de se fazer entender. Pode-se pressupor deste fato que, mesmo sem que Lorena percebesse, a resistência aos modos de dizer da outra língua se impunha a ponto de ela não enunciar. A comunicação (preocupação básica de Lorena) não se efetivava, o que a deixava aflita. Com efeito, uma das funções da língua é comunicar, pois o sujeito precisa da ilusão de que suas palavras produzem sentido para poder dizer. Ao se dar conta de que *suas* palavras não representariam o que ela gostaria de

¹³⁴ Algumas SDs aqui em análise foram objeto de trabalho anterior apresentado no VII Seminário de Estudos em Análise do Discurso, realizado na UFPE (AIUB, 2016). De todo modo, busca-se ampliar o processo analítico.

¹³⁵ Ressalta-se que todos os nomes atribuídos às entrevistadas são fictícios.

expressar, Lorena não dizia [*eu não conseguia falar, então eu demorei mais tempo para começar a falar e expressar as minhas ideias*]. A preocupação de Lorena era se fazer entender, e isso lhe traria um suposto conforto nesta relação com a outra língua. Trata-se da ilusão de que a língua pode fielmente representar o pensamento. Como tal feito inicialmente não ocorreu, ela se sentia *angustada*. Seu objetivo era ser entendida e, com isso, comunicar-se. Contudo, cabe pensar que, justamente por conhecer os modos de dizer da língua estrangeira [*eu sabia o que eles queriam*], e também por não conseguir falar daquela forma, ela não dizia. Estamos diante do início de um processo que ela mesma chamou de *aquisição da língua*. Portanto, é possível presumir que, mesmo tendo estudado a língua inglesa¹³⁶, faltava ainda à Lorena um movimento de inscrição em processos de significação dessa língua outra para que ela pudesse dizer. Faltava à Lorena uma inscrição não só de ordem lexical, mas principalmente no que diz respeito aos modos de dizer, à corporeidade discursiva desta língua estrangeira. Trata-se de um processo de identificação com a língua estrangeira, de tal modo que ela pudesse se subjetivar através da outra língua, tomando-a como *sua*. Todavia, os modos de dizer inscritos em Lorena estavam tão bem estruturados pela língua materna que, ao dar de encontro com a outra língua, eles não sofreram transformações inicialmente. É um momento em que a corporeidade discursiva de Lorena está indissolúvelmente colada à língua materna, por isso este silêncio (que é da ordem da resistência) em vez de arriscar algum enunciado.

Sobre este ponto, ressalta-se que, como cada uma das línguas possui uma organização própria e uma ordem própria, não basta simplesmente tomar a língua como um instrumento de comunicação, pois, é preciso que as palavras façam sentido primeiro para quem enuncia, trata-se de uma ilusão necessária para que o sujeito possa dizer, é o efeito do esquecimento nº 2 (PÊCHEUX, 2009) que ficou de fora deste processo. Sem ele, não há razões para falar. Em se tratando da corporeidade discursiva como uma noção relacionada aos modos de dizer, verifica-se que Lorena sabia o *que* responder aos seus interlocutores estadunidenses [*eu estava entendendo o*

¹³⁶ Durante a entrevista, Lorena menciona que havia estudado inglês previamente no Brasil antes de morar nos EUA.

que as pessoas falavam comigo], mas não tinha acesso a *como dizer* [*mas eu não conseguia reproduzir, eu não conseguia falar... Então isso me deixava angustiada porque eu sabia o que eles queriam, mas eu não conseguia me expressar*]. Este saber o *que* dizer se dá pelo processo de interpretação daquilo que falam na outra língua, já este não saber *como* dizer é resultante de um processo de inscrição na língua estrangeira que está em fase inicial¹³⁷. Portanto, o processo de identificação do sujeito com as línguas está ligado também a uma identificação com as diferentes formas da língua e como estas diferentes formas mobilizam o processo de significação. É neste viés que Payer (2013, p. 185) mostra que os processos de significação se relacionam com a base linguística, podendo encontrar uma “dependência direta de uma impressão de coincidência (ou não) com a forma material”.

Deste modo, esta procura (por parte do sujeito) por uma base linguística que dê conta de significar é necessária para que o sujeito possa dizer. Inscrito em uma língua estrangeira, o sujeito precisa se encontrar com os processos de significação dessa outra materialidade linguística, pois é esta língua estrangeira que vai lhe impor a necessidade de uma mudança nos modos de dizer, uma transformação da/na corporeidade discursiva. E essa alternância dos modos de dizer nunca é mecânica, tampouco automática. Há uma reconfiguração da corporeidade discursiva que se realiza através de um processo que não deixa de considerar a constituição subjetiva pela língua materna (com função estruturante). Contudo, ao mesmo tempo, existe a necessidade de que a língua outra passe a intervir nas redes de significação. Do contrário, é possível que o sujeito deixe de dizer na língua estrangeira. Foi o que ocorreu com Lorena. Ela entendia, mas não *conseguia se expressar*. Foi algo tão forte que fez com que Lorena não falasse. Então, para que o sujeito diga, não basta compreender o outro, é necessário que as palavras assumam sentido a partir de uma organização da língua, uma organização que remete à ordem da língua, à sua estrutura material. Essa inscrição subjetiva na organização da língua produz um efeito discursivo, e a captura deste efeito se dá na ordem da língua, enquanto sistema significante. Além disso, a ilusão de que os sentidos das palavras venham a ser

¹³⁷ Destaco que interessa aqui é verificar como o sujeito se percebe quando se dá o processo de identificação com uma língua estrangeira. A narrativa sobre (e d)este processo faz parte justamente desta inscrição na língua estrangeira, pois o sujeito também se constitui no fio do dizer, ao narrar(-se).

compreendidos pelo interlocutor também é necessária. Dito de outra forma, é preciso que haja redes de significação para quem diz. Portanto, trata-se de uma ilusão necessária, e é fundamental que o sujeito se identifique com os modos de dizer da língua na qual enuncia. Em outras palavras, é essencial que os modos de dizer da língua estrangeira se corporifiquem no sujeito a ponto de haver um rearranjo dos processos de estabelecimento das redes de significação para que estas redes possam produzir efeitos a partir de outra materialidade linguística. Vale considerar ainda que esta outra materialidade vem carregada de aspectos socioculturais e históricos, e isto intervém na constituição do sujeito, no processo de estabelecimento de *suas* redes de significação.

A partir da SD1, pode-se afirmar que a corporeidade discursiva deste sujeito não se desestabilizou/transformou suficientemente para que se permitisse dizer em língua estrangeira. Trata-se de uma questão de identificação com a língua e principalmente com seus diferentes modos de dizer. Neste aspecto, os apontamentos de Payer (2014, p. 95) são valiosos, em especial quando a autora afirma que a enunciação do sujeito aparece “materialmente modulada por marcas e efeitos de natureza diversa, que envolvem o aparecimento ou não de uma ou de outra (forma de) língua”. Trata-se de

modulações com efeito de naturalidade e evidência da linguagem, por um lado, e com efeitos de rupturas, cortes e truncamentos, por outro, com quebras sintáticas, intervalos intermitentes de silêncio e/ou a retomada de palavras indiciárias (PAYER, 2014, p. 95).

Nesta perspectiva, o que faltou à Lorena para que ela pudesse dizer foi uma impressão de uma coincidência com a forma material. Em outras palavras, não bastaria a aplicação de léxicos da língua estrangeira a uma estrutura na língua materna, o processo de dizer é mais complexo que isso, e (talvez) por não estabelecer ainda a relação do *que* dizer ao *como* dizer na língua outra, Lorena não falava em língua estrangeira. Trata-se de um processo de resistência, pelo viés da identificação com a língua materna, aos modos de dizer da língua estrangeira. Daí o silêncio no lugar de tentar falar na outra língua.

Portanto, ao se considerar que “falar é sempre um processo cuja complexidade estrutural supera o mero exercício de habilidades visando à ‘comunicação’” (SERRANI-INFANTE, 1997b, p. 65), dizemos com isso que, para se constituir sujeito, é preciso que entrem em jogo os processos de significação, processos de inscrição nos modos de dizer. É fundamental que haja uma desestabilização/transformação da corporeidade discursiva do sujeito a ponto de um rearranjo dos modos de dizer instaurados pela língua primeira.

Assim, considerando que o processo de inscrição do sujeito na língua estrangeira não desfaz o processo de constituição subjetiva iniciado na e pela língua materna, cabe afirmar que a corporeidade discursiva *do* sujeito (os *seus* modos de dizer) deve sofrer igualmente certos abalos, desassossegos e precisa reestruturar-se para que o sujeito possa dizer na língua do outro. No caso de Lorena, a falta inicial de uma reestruturação nos *seus* modos de dizer ganha a força de fazer com que ela não fale por acreditar que falar na língua materna não produziria sentido para quem a escuta, ou seja, os modos de dizer não escapam *da* sua língua materna e isso faz com que ela deixe de dizer, tal como se pode perceber na SD abaixo, dita por Lorena.

SD2 - *Eu evitava, eu às vezes não falava, eu não falava português, eu realmente não falava português, eu podia não falar, mas eu não falava português...*

Como dito anteriormente, Lorena necessita da ilusão de que as palavras devam assumir sentido para os seus interlocutores. Havia uma resistência em falar na língua materna por ela entender que dizer na *sua* língua não teria o efeito desejado, ou seja, ela preferia se calar ao dizer em língua portuguesa [*eu podia não falar, mas eu não falava português*]. Inicialmente, Lorena ressalta a opção de não falar [*eu podia não falar*], referindo à língua inglesa e, na ausência de dizer em língua estrangeira, opta pelo silêncio. Na sequência disso, surge um ‘mas’ [*mas eu não falava português*], que dá uma outra direção, ou seja, do silêncio ela passa à possibilidade de falar na materna língua portuguesa. Porém, não o faz e permanece em silêncio como uma forma de resistência aos modos de dizer da língua estrangeira.

Portanto, se considerarmos que o processo de subjetivação se dá pelo dizer e não pelo silêncio – embora o silêncio também venha a produzir sentido (ORLANDI, 2007b) –, quanto mais esta resistência (silêncio) se consolidava em Lorena, maiores eram as chances de a língua estrangeira provocar um desassossego necessário para que houvesse o processo de inscrição nesta língua estrangeira, justamente porque não se pode ser sujeito sem o dizer, ainda que este dizer ocorra através da língua estrangeira. Além disso, é pelo silêncio que se inicia o processo de transformação da corporeidade discursiva de Lorena. Portanto, se “o silêncio é a própria condição da produção de sentido” (ORLANDI, 2007b, p .68), pode-se afirmar também que é pelo silêncio que os modos de dizer da outra língua se inscrevem no sujeito, como se fosse o começo de um processo de assentamento da corporeidade discursiva da estrangeira língua inglesa, pois, conforme o tempo de (con)vivência de Lorena nos EUA vai avançando, ela passa a atravessar por um processo de inscrição nos modos de dizer da língua estrangeira. Trata-se de um processo que também é da ordem de uma desestabilização/transformação da corporeidade discursiva, o que faz com que haja um rearranjo, um desassossego do/no sujeito. Segundo a própria administradora diz, *foi durante esse ano morando lá que ela realmente adquiriu*¹³⁸ *a língua.*

Dito isto, vale mobilizar outra SD também dita por Lorena, pois, trata-se já de um processo de imbricamento entre as línguas que a constituem.

¹³⁸ Foi mantido o verbo empregado por Lorena, mesmo que o termo *adquirir* (a língua) remeta a uma concepção de língua como instrumento de comunicação. A teoria das hipóteses de Krashen (1981; 1982) propõe que *adquirir* (*acquire*) uma língua está ligado a uma aquisição significativa, e o faz em contraposição ao *aprender* (*learn*) uma língua, sendo que este último seria de cunho consciente através de estudo e de atenção às formas e aos erros. Neste caso, propomos pensar essa “aquisição” como uma transformação da corporeidade discursiva de Lorena, que passa a abarcar dentro dela os modos de dizer da estrangeira língua inglesa, justamente porque este sujeito passa por um processo de familiarização com esta língua.

SD3 – *Eu me lembro que uma ou outra vez eu estava falando e daí daqui a pouco eu olho para as pessoas esperando uma resposta e as pessoas diziam assim – Lorena, tu está falando em português comigo, tu está esperando que eu responda? – Eram sempre momentos específicos, mas eu sei que algumas vezes aconteceu assim de eu começar em inglês e daqui a pouco estava em português e esperando, sem perceber, esperando que as pessoas me dessem retorno. Isso geralmente acontecia quando eu tinha há pouco falado português com alguém ou tinha lido alguma coisa em português. Assim, quando eu tinha algum contato com a língua parecia que eu voltava... assim, eu misturava.*

Como se pode notar na SD3, Lorena já não mais afirma que não consegue se expressar na estrangeira língua inglesa, mas, ao contrário, ela diz que, por vezes, misturava a língua materna (português) com a estrangeira (inglês), dando-se conta disso apenas quando um outro a questiona [*Lorena, tu está falando em português comigo, tu está esperando que eu responda?*]. Não sendo o português uma língua comum aos interlocutores estadunidenses de Lorena, quando ela falava em sua língua materna, imaginando ou estar falando em inglês ou imaginando estar falando uma língua comum aos seus interlocutores, ela passa por um processo de “con-fusão (fusão entre línguas)” (CORACINI, 2007, p. 45). Processo este que mostra que já há uma identificação aos modos de dizer da língua outra. A partir disso, pode-se conjecturar que é justamente por Lorena acreditar que está falando uma língua e não outra que se pode dizer que ambas as línguas a constituem. Há um processo de identificação já com a língua estrangeira, uma vez que, diferentemente das angústias anteriores de não conseguir dizer, agora Lorena já o faz como se falasse a língua materna. Em outras palavras, pode-se afirmar que este processo de falar ocorre tão inconscientemente que para ela o que vale é que o *seu* dizer significa (primeiramente a ela mesma). É por imaginar que *seu* dizer é da ordem de um entendimento para todos que ela diz seja na língua que for. Por outro lado, é também possível dizer que por acreditar estar falando inglês, mas estar de fato enunciando em português, é que há algo que falta no processo de identificação com essa outra língua. Com efeito, um processo de identificação nunca é finalizado, identificar-se com uma língua é sempre um movimento que não finda, pois se trata de uma construção de ordem subjetiva

que não se completa por inteiro. Desta forma, sendo o sujeito constituído pela linguagem e tomando as línguas materna e estrangeira como parte deste processo de constituição subjetiva, cabe destacar que a língua materna assume a função de ser a primeira a estabelecer os laços de significação, sendo assim, ela sempre retorna. Mesmo inscrita em um ambiente cuja língua predominante era a inglesa (estrangeira para ela), Lorena, sempre que tinha contato com a língua materna, esta se fazia presente em seu dizer e *voltava* num imbricamento entre as línguas [*quando eu tinha algum contato com a língua parecia que eu voltava... assim, eu misturava*]. É neste viés que Cavallari (2011, p. 129) afirma que “a LE não terá jamais o mesmo estatuto da LM, embora seja capaz de colocar o sujeito em contato com outras discursividades, afetando suas representações identitárias, bem como o lugar ocupado pela LM”¹³⁹. No caso de Lorena, trata-se de um retorno ao aconchego que a língua materna proporciona.

Dito isto, a partir das SDs apresentadas, pode-se afirmar que, nos primeiros momentos em contato com a estrangeira língua inglesa (SD1), Lorena não havia sofrido os abalos necessários para que ela pudesse dizer na língua do outro, pois não parecia ter passado por um processo de rearranjo essencial para que os modos de dizer da língua estrangeira pudessem desestabilizar algo tão bem estruturado pela língua materna. Portanto, conforme o contato com a outra língua se acentua, Lorena sofre, sem se dar conta, os movimentos de identificação com os modos de dizer e passa se inscrever em outras redes de significação impostas pela materialidade da língua estrangeira. Trata-se de um movimento identitário da ordem de um desassossego, ou seja, um movimento que possui um efeito desestabilizador. Nesta perspectiva, segundo De Nardi (2002, p. 109-10),

esse efeito desestabilizador que o contato com a segunda língua provoca resulta de uma necessidade de reconhecermos o novo a partir de construções já há muito sedimentadas, o que é o resultado do fato de sermos sujeitos pela nossa inscrição em um universo discursivo específico, sustentado pela materialidade que a língua representa, no caso, a língua materna. Isso significa que não chegamos à língua estrangeira como páginas em branco, mas como sujeitos marcados pelo interdiscurso, pela historicidade que nos constitui.

¹³⁹ Mantive a abreviação da autora, onde LE é língua estrangeira e LM, língua materna.

Dito isto, será colocada sob análise uma outra SD ainda referente ao primeiro grupo descrito na seção 4.1. Trata-se do depoimento de Joana, uma professora de língua portuguesa e de inglesa que morou durante um ano nos EUA e lá deu aulas de português como língua estrangeira. Quando Joana foi questionada se recordava de algum momento de irritação ou desconforto durante sua estadia por aquele país, ela diz:

SD4 – *Ah, claro, por exemplo, tu está andando na rua e alguém se vira... alguém que não deveria, tu xinga em português. Tu sabe que a criatura não vai entender, mas tu xinga em português porque é a língua que tu sente. Não adianta nada xingar o cara em inglês, porque tu não vai extravasar coisa nenhuma, né!?*

De imediato, sugiro que voltemos à SD1 e SD2, de Lorena, para fazer uma breve comparação. Lorena não dizia aos seus interlocutores em língua estrangeira porque, ao não ter a ilusão do domínio desta língua, tinha a convicção de que não seria entendida. Já Joana, em certas ocasiões, justamente falava em uma língua na qual não seria entendida por quem a ouvia. Ela *xingava* em português, porque é a língua que ela *sente*, a língua com a qual se identifica e é nela que ela expõe seus sentimentos de afeto ou de repulsa. De nada adiantaria xingar na língua do outro, pois xingar é um ato que faz com que o sujeito extravase, um ato que o libera de determinadas emoções. Emoções essas que só seriam sentidas na língua materna, aquela com a função estruturante do sujeito. Com isso, é possível afirmar que este modo de dizer (xingar na língua do outro) não possui, para Joana, o mesmo funcionamento quando se dá uma mudança da materialidade linguística, pois para que o dizer assuma laços de significação, é preciso falar na língua de sua constituição primeira, a língua dos primeiros laços identitários. Este modo de dizer (xingar) se apoia também em laços emocionais que não se desprende facilmente da língua materna, a corporeidade discursiva, tão singular para cada sujeito, não se deixou, no caso destes xingamentos, abalar por modos de dizer do outro, estando ainda fortemente ligada aos laços familiares da língua materna. Entre a SD1 e a SD4, pode-se perceber que a língua funciona aos sujeitos diferentemente. Enquanto na SD1 o

(des)conforto que a língua proporciona está ligado ao fato de (não) poder se comunicar, na SD4 este aconchego se dá ao poder expressar *o que e como* se sente através da língua materna.

Com efeito, cabe afirmar que as palavras, proposições, expressões precisam produzir sentido, principalmente para quem as enuncia. Se Lorena não dizia em língua materna por saber que não seria entendida, Joana falava na *sua* língua sem a preocupação de que suas palavras fossem compreendidas pelo outro. Embora o ato de xingar alguém ocorra também através da expressão facial e da intensidade da voz, há grande probabilidade de o interlocutor entender que está sendo xingado, mesmo que o xingamento venha em uma outra língua. Contudo, por mais que a entonação de um xingamento possa dar certas pistas a quem é xingado em outra língua, a Joana pouco importava que as palavras deste ato de xingar fossem compreendidas pelo outro [*Tu sabe que a criatura não vai entender, mas tu xinga em português porque é a língua que tu sente*], pois para ela o que interessava era o fato de ela poder *sentir* em sua língua. Neste caso, vale dizer que os modos de dizer escapam na língua materna justamente porque é a língua que se *sente*. Em resumo, podemos voltar ao esquecimento nº 2 de Pêcheux (2009) e reafirmar que para dizer todo sujeito necessita da ilusão de que *suas* palavras significam, seja para ele mesmo seja para o outro.

Na esteira disto, será mobilizada ainda outra SD do depoimento de Joana. Trata-se do seguinte trecho:

SD5 - [...] *um dos confortos da língua estrangeira é, por exemplo, tu poder falar palavrão e tu não se sentir mal por isso. Eu jamais falo palavrões em português... dificilmente. Agora em inglês eu falo palavrão e fico me sentindo muito bem por isso, não tem problema nenhum.*

Nesta SD, Joana refere-se ao fato de que *se sente muito bem* quando fala algum palavrão em língua estrangeira, justamente emprega o mesmo verbo *sentir* ao mencionar que precisa dizer em língua materna para xingar pois é a língua que ela *sente*. Assim, na medida em que prefere xingar em língua materna (a língua que ela *sente*), não se *sente* mal ao usar palavrões em língua estrangeira. Isso nos sugere que a questão do emprego de palavras obscenas é, para Joana, algo que acompanha a sua

constituição subjetiva. Neste ponto, há o trabalho da língua materna funcionando com toda a carga de ser a língua da mãe, do pai, da educação familiar, da interdição. Sabe-se *o que* se pode e *como* se pode dizer certas palavras em determinadas ocasiões. Sobre este ponto em especial, Revuz (1998, p. 224) diz “se considerarmos as palavras grosseiras ou obscenas: *sabe-se*, mas não *se sente* que uma palavra estrangeira é grosseira ou obscena”¹⁴⁰. Liberar-se dessa interdição estabelecida pelos modos de dizer da primeira língua em um momento de desabafo é da ordem de um refúgio. Joana sente que pode dizer na outra língua o que ela dificilmente diria na língua materna. Neste viés, Cavallari (2004, p. 178) afirma que “a preferência por enunciar na LM ou na LE está relacionada ao conforto de se imaginar em um lugar reconhecido como seu, como familiar e não na língua propriamente dita.”

Avançando um pouco mais, e partindo das SDs até aqui apresentadas, cabe mencionar que este lugar reconhecido como familiar depende essencialmente do *que* dizer e de *como* dizer. Xinga-se na língua primeira, porque é a língua que se sente, mas também se fala palavrões na língua do outro justamente porque é nesta língua que se sente menos, ou ainda é porque se trata de uma língua sem a carga sociocultural e histórica na constituição primeira do sujeito. Essa língua estrangeira é uma língua sem a castração familiar (do pai e da mãe), e é a língua com a aparência de uma ausência de aspectos socioculturais e históricos. Aspectos esses que a língua materna não se esquivava de deixar rigorosamente marcados no sujeito. Nesta perspectiva, vale trazer o que afirma Godoy (2016, p. 215), pois, para a autora, “servir-se da língua do outro é como servir-se de um empréstimo. Há aí um distanciamento¹⁴¹ afetivo que permite dizer sem dizer, assim como pagar por algo [...] com dinheiro alheio”. Em complemento, as palavras de Geertz (2003, p. 79-80) são relevantes, pois “como o homem é o animal mais emotivo assim como é o mais racional, necessita de um controle cultural muito cuidadoso dos estímulos que podem assustá-lo, irritá-lo, angustiá-lo, etc. [...] para evitar uma contínua instabilidade afetiva”. Deste modo, atrelada à questão da castração da língua familiar

¹⁴⁰ Grifos da autora.

¹⁴¹ Aqui reproduzo parcialmente a nota que acompanha esta passagem de Godoy (2016, p. 215): “ainda que esse distanciamento possa ser diminuído à medida em que o sujeito se apropria histórica e culturalmente dessa língua outra, haverá sempre um *estranhamento*, algo que não cola nos afetos que aprendemos a simbolizar pela língua materna.”

estão presentes também os aspectos culturais, os quais fazem com que haja determinações com relação aos modos de dizer (e neste caso aos modos de esbravejar). Em outras palavras, não há como escapar da presença acentuada de aspectos culturais nas línguas, fazendo com que determinadas sociedades, mesmo que tenham uma língua em comum, empreguem diferentes modos de dizer naquela língua. No que se refere à singularidade do sujeito, pode-se dizer que há um novo recorte do real, pois este contato com uma língua estrangeira inevitavelmente provoca um “deslocamento de marcas anteriores” (REVUZ, 1998, p. 222).

Além disso, ressalta-se que esta preferência por enunciar numa língua ou em outra afeta o sujeito singular e inconscientemente, ou seja, o que para um pode ter um efeito de castração, para outro pode justamente ser o ponto no qual há uma inscrição. Por isso poder afirmar que “toda língua é, ao mesmo tempo, o lugar do repouso e o lugar do estranhamento, o lugar da interdição e o lugar do gozo” (CORACINI, 2007, p. 131). Neste viés, cabe trazer apontamentos de Lacan (1987, p. 118), pois, segundo ele,

o inconsciente é o discurso do outro. O discurso do outro não é o discurso do outro abstrato, do outro da díade, do meu correspondente, [...] é o discurso do circuito no qual estou integrado. Sou um dos seus elos. É o discurso do meu pai, por exemplo [...]. Estou condenado a reproduzir [as faltas cometidas por meu pai] porque é preciso que eu retome o discurso que me legou, não só porque sou filho dele, mas porque não se para a cadeia do discurso, [...], de forma que esse discurso efetua um pequeno circuito no qual se acham presos uma família inteira, um bando inteiro, uma facção inteira, uma nação inteira ou a metade do globo. [...] Eis o que é preciso repetir.

Portanto, quando o sujeito diz (ou deixa de dizer) em *sua* língua é porque ele está “condenado a reproduzir”, ou seja, a sua inscrição nos laços de significação da língua materna se fazem tão fortes que os seus modos de dizer na língua primeira não se desestabilizam. Não se trata de não dizer simplesmente, como se fosse algo de ordem ideológica, mas se trata de não dizer na língua cujos laços identitários formam traços de inscrição da estrutura psíquica. Desta forma, não é uma questão de interpelação ideológica que faz com que Joana não fale palavras, até porque ela os fala, mas não em língua materna. É uma questão de inscrição em uma outra corporeidade discursiva que a faz movimentar-se, desvinculando-a de determinações

socioculturais (im)postas pela língua materna. Além disso, há de se levar em consideração que podem existir tensões resultantes de diferenças culturais entre as sociedades, sendo que estes aspectos culturais acabam, muitos deles, materializando-se nos modos de dizer das (diferentes) línguas. É devido a isso também que às vezes há um sentimento de acolhimento na língua do outro e, em outras vezes, um desconforto. O acolhimento se dá quando o sujeito se desvencilha das amarras socioculturais que a língua primeira lhe impõe. Já o desconforto na língua do outro ocorre porque, “entendida como forma material por meio da qual o sujeito fala de si mesmo e de sua relação com os saberes que o constituem, é a língua que suporta nossa identidade; por isso, é perturbador o estar na língua do outro” (DE NARDI, 2009a, p. 184).

Nesta perspectiva, ao se dar conta de que há modos de dizer da língua estrangeira com os quais há um processo de identificação, justamente por estes estarem inscritos em outra materialidade linguística e conseqüentemente sem a carga sociocultural e histórica da constituição subjetiva, este sujeito os incorpora apenas para dizer em língua estrangeira. E isso ocorre porque custa ao sujeito se desvencilhar destes aspectos social e historicamente determinados no qual a língua o força a carregar. Nesta perspectiva, Payer (2014, p. 96) diz que “certas relações historicamente constituídas dos sujeitos para com as línguas aparecem, desse modo, indicadas na materialidade discursiva”.

Em nosso exemplo, Joana se dá conta desta possibilidade de assumir diferentes modos de dizer a partir da constituição subjetiva por mais de uma língua e afirma:

SD6 – [...] *mas uma das coisas que é muito interessante quando tu fala em duas línguas é que tu não é a mesma pessoa. [...] porque eu falando inglês não era eu, era uma outra pessoa e era uma pessoa muito estranha...*

Caberia aqui conjecturar que tal efeito de não se sentir *a mesma pessoa* se dá justamente pela inscrição em modos de dizer que não são característicos da corporeidade discursiva deste sujeito. Trata-se do sujeito no entremeio das línguas.

Isto é, quando do processo de inscrição em uma outra língua, outros modos de dizer se fazem presentes e, mais do que isso, são incorporados por este sujeito, fazendo parte de *sua* corporeidade discursiva quando ele diz em língua estrangeira. Vale ressaltar que dizer em língua estrangeira o que não se diz em língua materna revela um espaço de suposta liberdade, como se a língua estrangeira fosse um escape das rédeas socioculturais e historicamente construídas ao longo do processo de constituição do sujeito. É como se a língua estrangeira não sofresse igualmente essas determinações. O fato é que nenhuma língua fica incólume a isso, mas ao sujeito essa língua estrangeira pode aparecer com um efeito de descolamento das determinações sociais, culturais e histórias, e, mais forte ainda, com desprovimento da castração, sem o “discurso do pai”, para retomar Lacan (1987). É neste ponto que se instaura o efeito de ser um outro. Relembrando Revuz (1998, p. 227) quando ela afirma que “aprender uma língua estrangeira é sempre um pouco tornar-se outro”, cabe uma breve reflexão sobre ser um outro em língua estrangeira, pois, mais uma vez, vale retomar que este outro não se refere a uma outra posição ideológica na esfera discursiva, pois o processo de inscrição do sujeito em uma formação ideológica se dá pelo viés da interpelação (cf. PÊCHEUX, 2009 e PÊCHEUX; FUCHUS, 1997). Este outro aqui faz relação com o processo de inscrição do sujeito na língua, ou seja, é a instituição primeira do processo de subjetivação, do tornar-se sujeito. É o espaço no qual as filiações psíquicas se instalam.

Desta forma, mesmo que esta língua estrangeira não esteja alheia a todos os processos de cunho social, cultural e histórico, ao sujeito que passa a se identificar com essa nova língua, para ele esta relação se dá de modo singular e ocorre sob o efeito de um desprendimento desta carga sociocultural e histórica¹⁴². No caso de Joana, ela assume modos de dizer da língua estrangeira ao dizer *na* língua do outro, mas não os mobiliza quando fala em *sua* língua. Daí o efeito de não se sentir *a mesma pessoa* [*eu falando inglês não era eu*]. É possível afirmar aqui que este sujeito agrega modos de dizer da língua estrangeira em sua corporeidade discursiva, mas não os emprega quando diz na língua primeira com função estruturante. E isso ocorre

¹⁴² Pondera-se que quanto maior é o contato com esta outra língua e quanto maior é a necessidade de se expressar nesta língua, aumentam as chances de as determinações socioculturais e históricas produzirem efeitos nos modos de dizer do sujeito.

porque não há aparentemente uma vinculação desta carga sociocultural, histórica e de castração da primeira língua com os modos de dizer da língua estrangeira. Sobre a questão da castração, Moraes (2001, p. 53) afirma que

ela [a língua] só é materna a partir do objeto que ela interdita, isto é, por nela faltar justamente o que é “materno” e, por isso mesmo, o sujeito poder ser “falado por ela”. Nessa língua, o sujeito não fala como mestre, portanto não pode dizer tudo. A objetividade impossível dessa língua coloca o sujeito em uma posição de desconhecimento de si próprio.

Já com relação aos aspectos culturais, cabe dizer esse sentimento de estranheza quando se fala uma outra língua, mencionado na SD6, vem ao reboque de um processo de identificação com os modos de dizer da outra língua. Estes outros modos de dizer já estão submersos em aspectos culturais dessa língua estrangeira e, ao mesmo tempo, estão inicialmente alheios à trajetória da constituição do sujeito até o momento deste processo de inscrição na língua outra. Portanto, é aí que os aspectos culturais da outra língua passam a fazer parte da constituição subjetiva, através de estranhamentos, desassossegos. Assim, além da ausência da castração que a língua da constituição psíquica impõe, os aspectos culturais da outra língua aparecem com a força suficiente para que o sujeito sintá-se um outro [*porque eu falando inglês não era eu, era uma outra pessoa e era uma pessoa muito estranha...*]. Assim, trata-se de uma ilusão de que a língua do outro não é igualmente carregada de aspectos socioculturais e históricos. Ao contrário, ela também o é, mas necessariamente não coincidem. Porém, ao sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira, esse contato com essa estrangeiridade surge como se a língua outra fosse isenta de determinações sociais, históricas e culturais. E isso ocorre porque é a língua materna (a da estruturação psíquica) que carrega o fardo da subjetivação, com todas as nuances indispensáveis a este processo. Neste viés, a língua estrangeira surge ao sujeito como se pudesse ser desprovida da carga sociocultural e histórica. Daí a ilusão de se sentir um outro.

Dito isto, será mobilizado outro recorte da entrevista dada por Lorena. Trata-se da SD abaixo.

SD7 – [...] ao escrever elas são muito formais e muito delicadas, eles nunca vão dizer “me manda isso aí!” Não. É “por favor”, “por gentileza”, “você teria”. Eu achei isso muito diferente. Eu até inclusive hoje quando eu escrevo alguma coisa eu ando mais... cuidando as palavras porque lá eles são assim, parece que a pessoa nunca te viu na vida, porque ela vai cheia de dedos pra escrever um e-mail e aqui não, as pessoas são mais diretas. No geral, eu acho que as pessoas são mais educadas no falar lá do que aqui.

A partir da SD7, pode-se perceber um certo estranhamento inicial aos modos de dizer do outro, pois há certo formalismo e certa polidez característicos de modos de dizer da estrangeira língua inglesa aos quais Lorena estava em contato. Acrescenta-se que esta formalidade nos modos de dizer é, em nossa hipótese, reflexo de aspectos culturais característicos de uma sociedade anglo-saxônica notadamente constituída por pessoas mais reservadas. Em outras palavras, estes os modos de ser acabam por se materializar nos modos de dizer, colocando, assim, em evidência esta diferença percebida por Lorena. Diferença esta que ela atribui à uma questão de educação [*No geral, eu acho que as pessoas são mais educadas no falar lá do que aqui*]. Aqui, atribui-se esta diferença a uma questão cultural, no que tange a um tipo específico de comportamento social, pois “as formas da sociedade são a substância da cultura” (GEERTZ, 2003, p. 38).

A partir do exposto, não se pode dizer, porém, que todos os estadunidenses escrevem (ou falam) desta forma, mas é possível inferir que, para Lorena, esta postura diferente na escrita, diferente daquela que ela estava tão acostumada no português brasileiro, fez com que ela incorporasse tal modo de dizer da língua estrangeira na *sua* língua. Neste caso, a corporeidade discursiva do sujeito sofreu transformações em virtude deste contato com outros modos de dizer [*eu até inclusive hoje quando eu escrevo alguma coisa eu ando mais... cuidando as palavras*]. E esta mudança não ocorre somente quando ela diz em língua estrangeira, mas se dá também em língua materna. Lorena percebe que há modos de dizer distintos na relação que ela estabelece entre as línguas em jogo e toma o modo de dizer do outro como *seu*. Há uma tentativa de distanciar-se um modo de dizer *mais direto* característico da sua língua materna, pois ela menciona um certo cuidado com as palavras ao

dizer/escrever em sua língua [*eu ando mais... cuidando as palavras*]. Portanto, temos aqui a presença de uma reconfiguração da corporeidade discursiva do sujeito acontecendo pelo contato com essa língua outra, esses outros modos de dizer mais polidos e mais formais. Sobre esta questão, De Nardi (2009a, p. 184) afirma que

o estranho nos coloca diante do real e, portanto, do espaço de interdições que esse real representa, experiência que produz desestabilizações, deslocamentos. E há também um estranho que habita a língua do outro e que mobilizamos numa situação de aprendizagem de uma língua estrangeira, movimento que [...] é capaz de provocar um (re)encontro do sujeito com a sua própria língua.

Em outras palavras, trata-se de uma possibilidade de o sujeito se questionar (*Por que eu digo assim?*). Este questionamento faz com que o sujeito traga para o interior de sua corporeidade discursiva outras possibilidades e, conseqüentemente, transformações e rearranjos. Na SD7, Lorena diz ter mais cuidado no momento de sua escrita. Porém, ao dizer que tem *cuidado as palavras*, ela também se coloca deste outro lado. O lado da língua que tem função estruturante. Ao dizer que cuida as palavras, ela também diz que nem sempre escreveu da forma que ela julgou *mais educada*. Estamos diante de transformações na corporeidade discursiva do sujeito justamente quando há este contato com uma estrangeiridade. Nesta perspectiva, Coracini (2010, p. 24), ao teorizar sobre a escrit(ur)a, afirma que

a escritura implica na inscrição daquele que (ex)põe suas ideias, seus sentimentos, seus afetos e desafetos, ao mesmo tempo em que o sujeito se vê envolvido (marcado) pelo que escreve. Dessa perspectiva, a inscrição de si na textualidade, no tecido, na tessitura, que constitui todo e qualquer gesto de interpretação, é sempre produção de sentido e, portanto, produção de texto.

Nesta perspectiva, sendo o texto parte integrante do sujeito, uma vez que sentido e sujeito se constituem mutuamente (PÊCHEUX, 2009), é viável afirmar que Lorena tinha a impressão de poder ser mais *polida* quando empregava em suas escritas modos de dizer mais parecidos àqueles da língua do outro, mais parecidos àqueles que ela tomou como *mais educados*. Como diz Coracini (2010), o sujeito se põe no texto e se expõe em sua escritura. Sem se afastar muito, pode-se afirmar que o dizer, em sua amplitude, também *incorpora* o que é escrito. Portanto, quando o

sujeito diz, ele o faz expondo os sentimentos (uma ilusão de pertencer a uma língua que lhe dá a impressão de ter mais educação, no caso de Lorena¹⁴³), seus afetos e desafetos (poder dizer palavrões na língua estrangeira e poder xingar na língua materna, no caso de Joana). Assim, se na SD5 a corporeidade discursiva da língua estrangeira só é mobilizada pelo sujeito para enunciar naquela língua, na SD7 há a incorporação daqueles modos de dizer na corporeidade discursiva do sujeito e ele passa a empregá-los quando diz em língua materna também. Ainda com relação à SD7, pode-se dizer que, nesta altura do processo de inscrição do sujeito na língua, os modos de dizer da língua materna e da estrangeira já se encontram imbricados na constituição subjetiva.

É por esta razão que afirmamos existir uma corporeidade discursiva *do* sujeito, pois é aí que ele imprime a sua singularidade. Se na SD5 os modos de dizer do outro não afetam a corporeidade discursiva do sujeito na *sua* língua (justamente por aquilo que tentamos demonstrar – carga sociocultural e histórica), na SD7 estes outros modos de dizer passam a (re)configurar o sujeito e, conseqüentemente, tornam-se parte da corporeidade discursiva deste sujeito, seja para ele dizer em língua estrangeira, seja para dizer em língua materna.

A partir das SDs até aqui mobilizadas, é possível afirmar que a língua estrangeira faz com que o sujeito se movimente no processo de inscrição de *sua* discursividade, pois ele precisa, para isso, da ilusão de que suas palavras produzem sentido (seja para ele próprio, seja para o outro, mas não necessariamente ao mesmo tempo). Portanto, ao se submeter à língua, o sujeito não pode jamais dizer tudo e de todos os modos possíveis. Atrelado ao *que* dizer está intrinsecamente o *como* dizer. Assim, o contato que uma língua outra proporciona ao sujeito é da ordem de um questionar-se, de um olhar para si, ao ponto de que a *sua* corporeidade discursiva sofra alterações. Como foi possível notar, estas transformações na corporeidade discursiva reconfiguram o sujeito pelo viés de *seus* modos de dizer, dando a este sujeito a possibilidade de se perguntar sobre o porquê dizer de um modo e não de outro. Contudo, e ao mesmo tempo, este contato com uma língua estrangeira, pode

¹⁴³ É por não pertencer à estrangeira língua inglesa que Lorena é envolvida por modos de dizer desta língua. Ela os toma como “mais educados” e passa a empregá-los em sua língua estruturante.

fazer com que o sujeito não deixe que os modos de dizer da língua primeira sejam abalados, uma vez que a subjetividade sofre, com intensidade, as determinações sociais, culturais e históricas que são inerentes à constituição do sujeito pela língua materna. É, então, a corporeidade discursiva que abriga os modos de dizer das línguas materna e estrangeira, dando possibilidade de o sujeito se inscrever em uma materialidade linguística para dizer.

4.2.2 As res(ins)istências das línguas nos modos de dizer do sujeito

Do que eu não sei o nome eu guardo as semelhanças.

(Manoel de Barros *in* O livro das ignoranças)

Nesta etapa do trabalho, serão mobilizadas SDs referentes ao primeiro e ao segundo grupo descritos na seção 4.1. Trata-se de dizeres nos quais a língua estrangeira se imbrica no dizer da língua materna. São momentos em que a língua materna falta (embora se saiba que às vezes ela também se excede¹⁴⁴), não (re)aparece ao sujeito e o dizer escapa pela língua estrangeira. Em outras palavras, há uma materialização deste imbricamento das línguas no sujeito através deste dizer, ou através desta *ausência de presença* da língua materna, que surge como um equívoco. Portanto, é a língua estrangeira que insiste e persiste no sujeito através de uma falta, pois este imbricamento das línguas no sujeito aparece materializado nestes modos de dizer, nesta ausência, nesta falha na inscrição em língua materna. Por outro lado, não se está dizendo que a língua materna se torna ausente por completo. Isto não ocorre, pois o que se busca mostrar é que o processo de inscrição em uma língua sempre está suscetível a falhas, mesmo que esta língua seja a da estruturação psíquica, a língua primeira. Aliás, como dizem Zoppi-Fontana e Celada (2009, p. 163), “a identidade tem um caráter provisório”¹⁴⁵, e é devido a esta característica que o sujeito se reconfigura também pela inscrição nas línguas materna e estrangeira(s). Deste modo, pressupõe-se que é na corporeidade discursiva do sujeito que residem as res(ins)istências das línguas. E é neste jogo de resistências e de insistências que se

¹⁴⁴ Cabe dizer que ao mesmo tempo em que a língua materna falta, ela também é excesso. E este “excesso” de língua materna foi percebido na SD3, que nesta subseção será retomada.

¹⁴⁵ Texto originalmente publicado em língua espanhola.

pode perceber o imbricamento das línguas no sujeito. Trata-se de embates com os quais o sujeito passa a ter de conviver justamente por a identidade nunca ser completada.

Inicialmente, para elucidar a questão posta, serão apresentadas duas SDs. Uma oriunda ainda do primeiro grupo, sendo de Teresa, estudante de direito que morou nos EUA durante a sua adolescência, período no qual ela realizou o ensino médio naquele país. Portanto, ela fala a partir de memórias de um tempo marcado¹⁴⁶. Já a outra SD é referente ao segundo grupo. Trata-se de um recorte da entrevista realizada com Carmem, uma fisioterapeuta, brasileira, que vive na Alemanha há mais de dez anos¹⁴⁷. Assim, a SD8 é relativa aos dizeres de Teresa, e a SD9 refere-se à entrevista realizada com Carmem. Abaixo a transcrição da SD8.

SD8 – *Eu tinha muita dificuldade pra continuar frases em português logo que eu voltei. Então, se uma frase era muito longa eu começava falando ela... falando em português e terminava toda ela em inglês. Geralmente isto acontecia em casa. Daí meus pais me olhavam com uma cara meio de quem não estava entendendo nada. Foi difícil para o cérebro desligar do inglês e voltar a falar o português. [...] Então, era muito automático. Eu estava falando e de repente quando eu via estava terminado toda frase em inglês.*

Nesta SD8, pode-se dizer que ocorre um processo semelhante ao descrito na SD3¹⁴⁸. Se na SD3 Lorena, estando nos EUA, iniciava um enunciado em inglês e o terminava em português, Teresa realizava um processo inverso, ou seja, começava falando português e concluía em inglês. O que cabe notar em ambos os casos é que este imbricamento das línguas materna e estrangeira no fio do dizer do sujeito ocorre

¹⁴⁶ Afastando-se de uma memória individual, cabe dizer, juntamente com Payer (2012, p. 92) que “operar com a noção de memória supõe reconhecer que o funcionamento do que se chama modo amplo de *memória* (histórica, social, cultural) tem como suas bases materiais de funcionamento o discurso”.

¹⁴⁷ A entrevista com Carmem foi realizada via *internet* pelo aplicativo *Skype*.

¹⁴⁸ Reproduzo aqui, com alguns grifos, a SD3: *Eu me lembro que uma ou outra vez eu estava falando e daí daqui a pouco eu olho para as pessoas esperando uma resposta e as pessoas diziam assim – Lorena, tu está falando em português comigo, tu está esperando que eu responda? – Eram sempre momentos específicos, mas eu sei que algumas vezes aconteceu assim de eu começar em inglês e daqui a pouco estava em português e esperando, sem perceber, esperando que as pessoas me dessem retorno. Isso geralmente acontecia quando eu tinha há pouco falado português com alguém ou tinha lido alguma coisa em português. Assim, quando eu tinha algum contato com a língua parecia que eu voltava... assim, eu misturava.*

quando havia um recente contato com a outra língua [SD8 – *Eu tinha muita dificuldade pra continuar frases em português logo que eu voltei* e SD3 – *...quando eu tinha há pouco falado português com alguém ou tinha lido alguma coisa em português*]. Desta forma, estamos diante da materialização do jogo de resistências e insistências das línguas na constituição subjetiva. Se a inscrição do sujeito em uma língua é indispensável para que ele possa dizer (e aqui *dizer* é também se fazer sujeito), quando esta inscrição se dá em mais de uma língua, pode haver a possibilidade destes embates. Ainda vale a ressalva que não se trata de empregar uma ou duas palavras da outra língua, mas sim de se estabelecer uma relação de sentido no fio do dizer, no intradiscurso, fazendo com que diferentes materialidades linguísticas se embrenhem proporcionando ao sujeito que enuncia a ilusão de um funcionamento discursivo. Contudo, este funcionamento não acontece para os interlocutores, e isso gera a necessidade de um reestabelecimento de relações de sentido para aqueles sujeitos naquelas condições de produção [SD8 – *Daí meus pais me olhavam com uma cara meio de quem não estava entendendo nada* e SD3 – *Lorena, tu está falando em português comigo, tu está esperando que eu responda?*]. Então, em sendo o processo de constituição do sujeito um processo que nunca se completa, ele se reveste de falhas, e é por estas falhas que as línguas entram em conflitos, choques, embates. Trata-se de res(ins)istências que constroem a subjetividade, ou seja, em processos iniciais de aprendizagem, a corporeidade discursiva da língua materna resiste às insistências dos modos de dizer da língua estrangeira, mas como o processo se dá pelas brechas na constituição subjetiva, esta resistência sempre falha. Nas SD3 e SD8, podemos ver exemplos disso: na SD3 pela força da língua materna na constituição subjetiva, e na SD8 pela incorporação da língua estrangeira nos modos de dizer do sujeito. Daí a afirmação de que a língua materna se excede num caso (SD3) e falta em outro (SD8).

Nesta direção, cabe mobilizar a SD9, recortada de entrevista realizada com Carmem, brasileira, fisioterapeuta, que reside na Alemanha.

SD9 – *É que as palavras rotineiras do meu trabalho, elas estão sumindo na verdade, no português. Então, isso que fica difícil para mim, se eu for falar com alguém, alguma coisa de saúde, ali eu vejo que é bem pior, porque eu uso muito mais as palavras em alemão agora, para ensinar alguma coisa ou pra... para... é ensinar o paciente ou mostrar o que ele tem, pra fazer “Diagnose” e tal... Diagnosen... diagnóstico! [Risos] [...] Então, eu começo a misturar a palavra em alemão, que a gente fala “Diagnosen”, com português, também agora... [Risos] Tá bem ruim.*

Se o processo de imbricamento entre as línguas em SD8 se deu pela lembrança de um momento no qual houve uma mistura de línguas no fio do dizer, em SD9 a incorporação da língua estrangeira no dizer da língua materna se fez presente no momento de sua enunciação. Ao mencionar que as palavras rotineiras de seu trabalho da área da saúde *somem no português*, Carmem comete um equívoco e a palavra ‘diagnóstico’ aparece antes em alemão [*Diagnose, Diagnosen*]. Aqui a presença da língua materna se dá pela falta. Este imbricamento das línguas no sujeito surge aí como um processo de resistência da língua estrangeira, que assume o papel da língua materna no ato de denominar [*as palavras rotineiras do meu trabalho, elas estão sumindo*]. Sobre este ponto, cabe dizer que este processo de denominação (*Diagnose* em vez de diagnóstico) ocorre no estabelecimento das redes de significação para o sujeito. Neste viés, cabe trazer as palavras de Orlandi (2014, p. 101), pois, segundo a autora,

o processo de denominação constitui-se a partir da *construção discursiva do referente* que resulta, pensando-se a materialidade do discurso, no que vai funcionar, na ordem da língua, como um *nome*. Com isso, estamos dizendo que ele não preexiste à formulação, isto é, ao processo discursivo pelo qual a formulação cruza o eixo da memória (constituição) estabelecendo um dizer, um nome. O gesto de nomear dá existência simbólica ao “referente” no processo de significação, processo determinado historicamente (linguagem/exterioridade) pela memória estruturada pelo esquecimento.

Desta forma, se o processo de denominação discursiva do referente ocorre através de uma construção discursiva, por si só ele já não é um simples ato de designar (dar nomes), pois passa pela construção do simbólico, aquilo que a designação representa na ordem da língua. Assim, considerando que sujeito e sentido se constituem mutuamente, os sentidos das palavras relacionadas ao campo

da saúde para este sujeito se dão pela materialidade da língua alemã, e não através da portuguesa, justamente pela relação singular deste sujeito com a história de sua constituição pela estrangeira língua alemã.

No processo de discursivização, a língua materna falha porque já não é mais esta que estabelece as redes de significação e os processos de constituição subjetiva para este espaço semântico determinado. Em outras palavras, a língua portuguesa neste lugar no qual o sujeito se constitui enquanto fisioterapeuta não está funcionando, e é neste momento que os modos de dizer da língua alemã saltam e se tornam evidentes nesta *mistura* de línguas. [*É que as palavras rotineiras do meu trabalho, elas estão sumindo na verdade. [...] Então, eu começo a misturar a palavra em alemão [...] com português [...]. Tá bem ruim.*]. Pode-se dizer que pela ausência da língua materna no processo constituição dos sentidos de certas denominações, a língua estrangeira surge com mais força e insiste/persiste, de tal modo que a língua estrangeira se incorpora no sujeito a ponto de ele não dizer a palavra na língua primeira, até que esta é, neste caso, lembrada¹⁴⁹. Nesta perspectiva, vale mobilizar o que diz Revuz (1998, p. 222), pois, segundo a autora,

a operação de nominação em língua estrangeira, mais do que nunca, vai provocar *um deslocamento das marcas anteriores*. A língua estrangeira vai confrontar o aprendiz com um outro recorte do real mas sobretudo com um recorte em unidades de significação desprovidas de sua carga afetiva (REVUZ, 1998, p. 222).

Portanto, se o processo de denominação em língua estrangeira provoca “um deslocamento de marcas anteriores”, pode-se considerar que o sujeito da SD9 passou já por esse processo intensamente e a carga afetiva de determinadas palavras – isto é, as redes de constituição do sentido – efetiva-se a partir de fortes laços estabelecidos já com a língua estrangeira. Por isso esta mescla, este imbricamento de línguas no fio dizer, pois, no caso da SD9, certos movimentos no fio do dizer acionam palavras da língua estrangeira e estas acabam realizando uma função estruturante, uma vez que recortam o real tal como o faz a língua dita materna. Daí também se poder afirmar que “toda língua é materna e estrangeira ao mesmo tempo. Por isso, não é possível,

¹⁴⁹ Neste ponto trago as palavras de Coracini (2007, p. 16), pois “não se pode lembrar se o que aconteceu não tiver sido esquecido, porque recordar é sempre interpretar”.

em língua, sentir-se em casa: somos sempre exilados em nossa própria morada” (CORACINI, 2007, p. 48). Entretanto, cabe aqui a ressalva de que há uma língua primeira, estruturante, a língua das redes de significação, a língua materna, mas ao mesmo tempo essa língua materna pode deixar de exercer tal função justamente porque o processo de subjetivação por uma língua materna nunca se dá por completo. E é justamente pela inscrição do sujeito em outra materialidade linguística, que esta língua outra pode assumir tal função, assim como ocorreu na SD9. Em outras palavras, “o sujeito de linguagem fica sujeito à dispersão, à contradição, à (des)continuidade – algo que afeta diretamente a imagem de língua una” (CELADA; PAYER, 2016, p. 28). Não há, portanto, língua una no sentido de que esta língua preenche o sujeito e que é nela que ele vai se encontrar plenamente. Ao contrário, pode-se dizer que embora o processo de subjetivação se dê inicialmente pela língua primeira (materna), este processo é sempre tomado por falhas, brechas, ranhuras. São estes espaços lacunares que possibilitam a inscrição do sujeito em outra materialidade linguística, em outros modos de dizer, uma inscrição em outras formas de recortar o real e simbolizar pela tomada da palavra em uma língua estrangeira, o que vai acabar dando a possibilidade de o sujeito estabelecer novas redes de significação, e é ao estabelecer novas redes de significação que os modos de dizer da língua outra se incorporam no sujeito, rearranjando a *sua* corporeidade discursiva.

4.2.3 Aspectos culturais nos modos de dizer das línguas

A gente brincava de palavras descomparadas.
(Manoel de Barros *in* Memórias Inventadas)

Falar sobre cultura no campo da AD provoca uma série de efeitos de sentidos. E um deles, como foi mencionado anteriormente, é o receio de mobilizar esta noção sem que ela se sobreponha ao caráter específico da historicidade e da ideologia no campo teórico da AD. Deste modo, se não for realizado um trabalho de demarcação, a noção de cultura pode excluir o propósito de uma teoria materialista da linguagem, deixando de fora uma carga teórica fundamental aos processos

analíticos de constituição dos sentidos (e do sujeito). Portanto, a tarefa de fazer a inscrição da noção de cultura no campo da AD é árdua e, de certa forma, arriscada. A proposta aqui não é a de se arriscar ou de se aventurar pelo campo da noção de cultura, mas tão-somente a de rabiscar um pequeno recinto no território da AD para se pensar a possibilidade de como alguns aspectos culturais se materializam nos modos de dizer da(s) língua(s). Assim, conforme anunciado no início deste capítulo, não se busca encontrar o espaço teórico da noção de cultura dentro do amplo território da AD¹⁵⁰, mas o que se pretende é minimamente mobilizar esta noção para pensar como certos aspectos culturais se inscrevem na língua e afetam os modos de dizer, a corporeidade discursiva.

Por considerar extremamente ampla a noção de cultura, enfatiza-se que se trata de observar alguns aspectos culturais – não todos os observáveis, aqueles que são possíveis de serem percebidos através da materialidade linguística. Desta forma, como a cultura pode ser simbolizada de diversas maneiras, tais como uma manifestação artística, uma dança, o uso de um tipo específico de roupas ou trajes, comportamentos¹⁵¹, etc., buscaremos mobilizar como ocorre sua materialização na língua, considerando esta materialização como um efeito simbólico do sujeito ao dizer determinado social e culturalmente, mas também interpelado ideologicamente e em processo de identificação com uma ou mais línguas. Por isso a ideia de *aspectos culturais*, justamente porque não se está tomando a cultura em sua amplitude. Dito isto, cabe trazer o que afirma Dorneles (2015, p. 180) sobre a ambivalência desta noção. Para a autora,

tratar da ordem da cultura é reconhecer a ambivalência que lhe é inerente, que a mantém como materialidade que se efetiva tanto em práticas factuais, no sentido da existência física, situada no espaço e no tempo, quanto por práticas simbólicas. A cultura como efeito social já tem a presença da linguagem, da história, da ideologia e do sujeito (DORNELES, 2015, p. 180).

¹⁵⁰ Dentre os trabalhos que mobilizam a noção de cultura no âmbito da AD, destaco os de Ramos (2017), Ramos e Leandro Ferreira (2016), Leandro Ferreira (2015, 2011c), Esteves (2014, 2013) e De Nardi (2009b; 2007).

¹⁵¹ De acordo com Geertz (2003), seria possível entender o “comportamento de um homem” a partir do contexto da vida pública. Para o autor, “o estilo de linguagem, a postura, o modo de se vestir, de comer, o casamento e até a construção da casa, o lugar de sepultamento e o modo de cremação estão fixados segundo um preciso código de maneiras” (GEERTZ, 2003, p. 315).

Dorneles (2015) considera a cultura a partir de um efeito social e, com isso, a cultura, em sua constituição, abarca a linguagem, a história, a ideologia e o sujeito. Neste mesmo viés, Ramos (2017, p. 39) afirma que “a cultura trata de uma construção realizada por sujeitos que, por sua vez, são resultados de realizações anteriores. Essas realizações abarcam palavras, gestos, alimentos, assim como sistemas de governo, religiões, concepções de raça e de gênero entre outros”. Portanto, a partir disso, é possível perceber a amplitude da noção de cultura, mas nesta pesquisa se busca atender ao ponto no qual aspectos culturais se manifestam na língua, em especial nos modos de dizer, na corporeidade discursiva. Desta forma, alia-se à ideia de que a cultura é um lugar de produção de sentidos. Sobre isso, “entendemos que seja fundamental compreender a cultura não como um espaço de registros inertes, [...] mas como *um lugar de interpretação*” (DE NARDI, 2007, p. 54). Complementando, é possível mencionar as palavras de Leandro Ferreira (2011c, p. 59), pois a autora afirma que “a cultura, por esse viés discursivo, se torna um lugar de produção de sentidos, que muitas vezes são naturalizados e passam a reforçar o efeito de apagamento da historicidade de certos fatos sociais”. Portanto, a cultura também pode ser considerada como uma teoria da interpretação, sendo necessário ponderar a ideologia e a história em seu constructo teórico. Desta forma, afasta-se da ideia de cultura como lugar no qual os sentidos são naturalizados. Toma-se aqui a cultura como uma concepção que vem a contribuir para pensar no processo de constituição dos modos de dizer das línguas. Em suma, o que se busca é observar a presença da cultura na materialidade linguística e como esta afeta a corporeidade discursiva.

Antes, porém, de adentrar as análises de SDs relativas ao *corpus* discursivo desta pesquisa para relacioná-las aos aspectos culturais, é válido trazer um trabalho de Indursky (2013b), pois, em suas análises, a autora considerou um provérbio (e derivações deste em outras línguas) para trabalhar com a noção de repetibilidade, desvios, deriva e memória. De acordo com Indursky (2013b, p. 93), “o provérbio interessa na medida em que, ao circular e ser objeto de retomadas, ele permite observar como a repetibilidade mobiliza uma memória e de que forma essa memória é retomada e materializada”. Portanto, é concernente aqui observar a *forma* (o modo de dizer) pela qual este provérbio é retomado em diferentes línguas, associando-o a

aspectos culturais presentes na(s) língua(s). Refiro-me à forma pelo viés da organização da língua para pensar sua ordem, isto é, trata-se de observar o funcionamento e a (re)tomada das palavras nas diferentes línguas, a fim de mostrar como aspectos culturais de determinada sociedade se materializam na língua daquela sociedade. O provérbio em questão será exposto, em três línguas, no quadro abaixo.

QUADRO 1: Provérbio em língua portuguesa, espanhola e inglesa

<i>Língua portuguesa</i>	<i>Deus ajuda a quem cedo madruga.</i>
<i>Língua espanhola</i>	<i>A quien madruga, Dios lo ayuda.</i>
<i>Língua francesa</i>	<i>À qui se lève tôt, Dieu aide et prête la main.</i>

FONTE: Elaborado a partir de Indursky (2013b).

No trabalho de Indursky (2013b), a autora mostra que o provérbio¹⁵² pode ser considerado um saber universal, uma vez que é encontrado em várias línguas com algumas variações. Há algo que se mantém no provérbio, um saber que ressoa pelo caráter da repetibilidade do discurso. Portanto, acompanhando Indursky (2013b) em suas análises, este provérbio, ao ser dito nestas três línguas, instaura a inscrição do sujeito do discurso em uma FD religiosa, pois, “o sujeito do discurso, ao mobilizar um provérbio, identifica-se com seu saber, colocando-se na *posição de sujeito* que assume aquela verdade e a atualiza em seu discurso” (INDURSKY, 2013b, p. 94). Em Indursky (2013b), as análises circularam em torno do processo de inscrição do sujeito em determinada FD para dizer, ou seja, a maneira pela qual, mesmo com formulações diferentes, os efeitos de sentido de uma FD religiosa se mantêm nestas três línguas.

Nesta pesquisa, a tarefa à qual me proponho é a de observar como os modos de dizer das línguas afetam o sujeito em sua constituição subjetiva. Assim, seria já possível se ater, em especial, ao modo de dizer este provérbio em português e em francês. Contudo, entendo que discussão semelhante ocorreu no capítulo anterior

¹⁵² Tal como em Indursky (2013b), não será realizada uma diferenciação entre *provérbio* e *ditos populares* por entender se tratar de formulações de mesma ordem.

quando se tratou das expressões idiomáticas¹⁵³. Isto é, o sujeito ao dizer em outra língua passa a assumir os modos de dizer daquela língua para que suas palavras produzam sentido, mesmo que seja necessário um movimento na *postura subjetiva* em busca de outros elementos do interdiscurso que venham a dar um efeito de sentido semelhante em determinada materialidade linguística. Assim, como se pode notar, os modos de dizer deste provérbio são diferentes nas três línguas (portuguesa, francesa e espanhola), embora entre o espanhol e o português haja uma semelhança muito mais aparente do que a própria diferença. Sobre o modo de dizer deste provérbio em francês, Indursky (2013b) observou outras formulações possíveis, sendo uma ainda inscrita em uma FD religiosa e outras já como um processo de desidentificação desta FD para a filiação a uma FD laica¹⁵⁴. Com isso, estas outras formulações promovem um afastamento da possibilidade de produzir uma blasfêmia. Neste sentido, vale dizer que “na esfera civil, Nash mostra como as leis contra blasfêmia estabeleceram diferentes tipos de penas na sociedade francesa entre os séculos XIV e XVII, desde mutilações até mesmo a morte” (NASH, 2007 *apud* STUMPF, 2017, p. 78).

Dito isto, cabe mencionar que além destas três línguas, Indursky (2013b) trabalha com este provérbio em língua inglesa para mostrar que nesta língua não há uma inscrição em uma FD religiosa, mas sim em uma FD laica. Em inglês, este provérbio é dito da seguinte forma.

The early bird catches the worm.
(O pássaro madrugador pega a minhoca)

Diferentemente da língua francesa em que há a possibilidade de se inscrever no saber dominante do provérbio por outros modos de dizer, afastando-se ou inscrevendo-se em um FD religiosa, na língua inglesa não há a possibilidade de dizer tal provérbio atrelando-o a uma FD religiosa, uma vez que a língua inglesa, em sua

¹⁵³ Em especial quando foram mobilizadas as expressões *dar o braço a torcer* e *twist someone's arm*.

¹⁵⁴ Outras possibilidades dos modos de dizer em francês cuja inscrição se dá em uma FD Laica são: “*Heure du matin, heure du gain* (‘manhã, hora do ganho’) e, ainda, *L’avenir appartient à ceux qui se lèvent tôt* (‘o futuro pertence aos que se acordam cedo’)” (INDURSKY, 2013b, p. 95).

constituição sociocultural e histórica, movimentou palavras fora do campo semântico religioso para instaurar o saber dominante do provérbio¹⁵⁵. Sem deixar de assumir a análise do ponto de vista da interpelação ideológica como fundamental para o processo analítico, a proposta aqui é desviar o olhar para pensar o porquê de certos modos de dizer serem como são. Para tal, parte-se da hipótese de que são aspectos culturais que fazem com que determinada língua estabeleça relações com certos modos de dizer e não com outros. No caso em questão, trata-se de refletir sobre o porquê de tal provérbio, em língua inglesa, ser tão diferente nos modos de dizer em relação às demais línguas mencionadas (português, espanhol e francês). Com relação ao provérbio em língua inglesa relacionando-o a um princípio regulador, pode-se dizer que

aqui o pássaro é tomado como paradigma do ser madrugador e dos benefícios que obtém com esse hábito. Mas, consideradas essas diferenças, ainda assim, essa formulação apresenta traços discursivos que remetem para o mesmo espaço de memória (INDURSKY, 2013b, p. 95-6).

Desta forma, ao atentarmos para os modos de dizer tal provérbio em língua inglesa, percebe-se que, ainda que ele se inscreva a um mesmo espaço de memória da língua portuguesa por exemplo, é preciso um deslocamento na *postura subjetiva* para poder dizer no entremeio destas duas línguas. Neste viés, se tomarmos como base um sujeito que assume a língua portuguesa como sua língua materna, para que ele diga o provérbio na estrangeira língua inglesa, este sujeito terá de realizar movimentos nos quais é preciso mudar o jogo linguístico. Desta forma, ao dizer em língua inglesa (tomando-a como estrangeira), este sujeito não vai deixar de se inscrever ideologicamente no princípio regulador do provérbio, mas o dirá a partir de modos de dizer que não são os característicos de *sua* língua. E isso pode causar um efeito de não pertencimento àquela língua *estranha*, justamente porque o sujeito para se inscrever neste princípio regulador e dizer o provérbio, ele o faz instaurando novos modos de dizer, associado a um novo jogo linguístico de outro campo

¹⁵⁵ Cabe a ressalva que não se está dizendo que a formulação *God helps who wakes up early* (a tradução literal do português para o inglês, por exemplo) não é possível. De fato, ela é, mas não se inscreve no estatuto de um provérbio da língua inglesa, tanto que, em alguns manuais consultados na *rede*, a formulação aqui posta surge como se fosse um provérbio mexicano, ou seja, de uma outra língua, uma língua latina, cuja religião predominante não é a protestante, mas sim a católica.

semântico. Contudo, e ao mesmo tempo, este modo de dizer completamente diferente da língua materna pode dar a este sujeito justamente o lugar do conforto para se inscrever no princípio regulador do provérbio e o dizer sem a carga social que a materna língua portuguesa possui. Nesta segunda hipótese, seria então a língua estrangeira este lugar de aconchego.

Feitas estas ponderações, vale mencionar em conjunto com Zoppi-Fontana e Celada (2009, p. 163) que

identificar-se simbolicamente como sujeito de uma língua particular, com todas suas **determinações linguísticas e culturais**, é produzir sentido a partir de uma posição ideologicamente delimitada em relação com outras posições presentes no interdiscurso, configurado pelo espaço de enunciação definido em condições de produção concretas e historicamente determinadas para uma formação social [Grifo meu].

A partir das palavras das autoras, cabe refletir sobre o modo pelo qual as determinações culturais podem afetar as “determinações linguísticas”. Conjectura-se que é possível que certos *aspectos culturais* de uma determinada sociedade se manifestem na língua daquela sociedade através dos modos de dizer, constituindo a corporeidade discursiva daquela língua. Contudo, nossa proposta aqui não é a de identificar estes modos de dizer um a um ou uma gama deles, mas sim, a partir de algum exemplo, refletir teoricamente sem a pretensão de esgotar tal assunto. Assim, cabe pensar por que uma determinada língua abarca certos modos de dizer e outra língua não. Nossa hipótese é que isto ocorre devido às práticas sociais e culturais que se materializam nos modos de dizer da língua de dada sociedade, de tal modo que certas práticas culturais, mesmo intercambiáveis de uma sociedade para outra, não tomam a força de se incorporarem na língua de uma sociedade outra. Acrescenta-se ainda que, “a cultura não existe fora do social, este entendido como constituído pelas formações imaginárias que funcionam no discurso e que medeiam a relação do sujeito com suas condições de existência, e dissociada da história” (RAMOS; LEANDRO FERREIRA, 2016, p. 142). Portanto, se a identificação simbólica do sujeito com uma língua é perpassada pela produção de sentido, cabe lembrar que a cultura é também um lugar de interpretação.

Com efeito, voltando ao provérbio em análise (*the early bird catches the worm*), vale considerar que a religião protestante é predominante nos países cuja língua oficial é a inglesa. Com isso, pode-se afirmar que nesta religião há uma interdição no que tange a invocar o nome de *Deus* em vão, de tal modo que este aspecto cultural¹⁵⁶ se materializa nos modos de dizer. Acrescenta-se aqui as palavras de Stumpf (2017, p. 66), uma vez que “as interdições também podem ser consideradas como um vestígio, uma porta de acesso à cultura que temos por intermédio da língua”. Neste viés, entende-se que a religião é um dos aspectos culturais presentes nas práticas sociais e é através de determinadas práticas socioculturais que certos modos de dizer são configurados na língua daquela sociedade. No caso em questão, cabe dizer que no protestantismo, por tendência, há uma forte obediência aos ensinamentos cristãos. Portanto, *não tomar o nome do Senhor Santo Deus em vão*¹⁵⁷ é levado a cabo, surgindo como um interdito, para se evitar a blasfêmia. Isso faz com que certos aspectos culturais apresentem-se marcados nas línguas pelos modos de dizer, ou seja, pela corporeidade discursiva daquela língua. Tal constatação também se vale de observações que podem ser feitas a partir de modos de dizer característicos da língua inglesa. Algumas expressões nesta língua podem colaborar com nossa hipótese. Por exemplo, para se evitar pronunciar o nome de Deus, citamos o fato de se dizer *Oh my Gosh!*, ou *Oh my goodness*, para não produzir *Oh my God!*, evitando-se, assim, a invocação do nome de Deus (*God*). Em colaboração a isso, ao mencionar sobre a experiência de ter sido como professora de português como língua estrangeira nos EUA, Stumpf (2017, p. 12-3) conta que

não demorou para que alguns encontros com a língua inglesa, na qual eu me considerava fluente, virassem tropeços [...]. Assim foi com o uso constante de palavrões, hábito meu na língua portuguesa que não encontrou receptividade na cultura americana. A língua inglesa, entretanto, oferecia mecanismos interessantes para que eu pudesse mesmo assim me expressar: em vez de falar *shit* (“merda”), eu poderia falar *shoot*; para não falar *damn* (“maldição”), havia a opção *darn*; por fim, para não usar o nome de Deus dizendo *God*, eu poderia dizer *gosh*.

¹⁵⁶ Toma-se aqui a religião um dos aspectos culturais das sociedades, tal como em Geertz (2003).

¹⁵⁷ Considera-se esta passagem como um dos dez mandamentos bíblicos. Contudo, há de se mencionar outras formulações são possíveis.

Ainda com relação ao provérbio em língua inglesa, cabe mencionar que este caminha para um campo semântico¹⁵⁸ distinto do das outras três línguas latinas mobilizadas, justamente porque há a predominância da religião católica em sociedades cujas línguas de origem latina são faladas (português, espanhol, francês, italiano). Nesta religião, e conseqüentemente nestas sociedades, embora presente na conjuntura dos dez mandamentos bíblicos, a questão de invocar o nome de Deus em vão não aparece como um interdito¹⁵⁹, pois “o modo de produção da vida material condiciona o conjunto dos processos da vida social, política etc.” (ORLANDI, 2012a, p. 73). E acrescenta-se a isso aspectos culturais presentes nas sociedades, muitos dos quais se materializam na língua através de diferentes modos de dizer.

A partir disso, cabe lembrar o processo de identificação do sujeito à(s) língua(s) e atrelá-lo à cultura como lugar de interpretação, no qual os sentidos podem sempre derivar. Sobre esta questão, Payer (2014, p. 96) afirma que

a noção de identificação [...] não a toma como cultura, como naturalizada, nem como identidade enquanto produto, tampouco como instância que se possa supor como fonte dos sentidos, e muito menos como essência da subjetividade, mas, na perspectiva da análise de discurso, como resultantes dinâmicos e processuais de trajetos dos sujeitos, da história e das línguas que vão produzindo alguns efeitos e não outros, nas *identificações* sempre em movimento entre o sujeito, que é social, e as línguas ou formas materiais, também estas historicamente situadas, interpretadas e administradas (PAYER, 2014, p. 96).

Feita esta referência, busca-se fazer tal teorização a partir da análise de uma SD referente ao terceiro grupo mencionado na seção 4.1. Esta SD foi recortada da entrevista realizada com Betânia, uma brasileira, descendente de imigrantes alemães que assume a língua materna como sendo o dialeto alemão da região na qual reside. Vale o destaque ainda de que Betânia é auxiliar de serviços gerais, nunca morou fora do Brasil e, portanto, fala com fluência o português brasileiro. Eis a SD10 abaixo.

¹⁵⁸ No caso da língua inglesa, o saber predominante do provérbio em análise também aparece sob uma outra formulação, mas igualmente não traz aspectos relacionados à religiosidade, tal como se pode notar: *Early to bed and early to rise, makes a man healthy, wealthy and wise*. Traduzindo *ipsis litteris* seria: *Cedo ir para a cama e cedo levantar torna o homem saudável, rico e sábio*.

¹⁵⁹ Cabe lembrar aqui outras expressões em línguas latinas, tais como: *Deus me livre!*, *Pelo amor de Deus!* (em português); *Porco Dio!*, *Per l'amor di Dio!* (em italiano); *Por Dios!*, *A la buena de Dios!* (em espanhol); *Par le sang de Dieu!*, *Bon sang (de bon Dieu)!* (em francês).

SD10 - *É, lá em casa, na nossa família, eram muito, assim, de xingar em alemão. Às vezes até cobrava da mãe em alemão. Por que eu sempre tinha que ajudar a trabalhar, ajudar a fazer as coisas em casa e a minha irmã não precisava? Então, eu não achava isso justo, isso foi muito depois que a minha irmã faleceu. Porque, que nem eu estava dizendo, eu e a minha irmã mais velha fomos criadas ali, rígidas, já minha irmã já teve mais sorte... É, acho que ela teve mais sorte, porque como a minha mãe perdeu a minha irmã mais velha, eu era a do meio, eu sou uma pessoa que eu fiquei, a do meio fica geralmente um pouquinho esquecida ali. [...] Então a mãe perdeu a mais velha, nunca culpei ela porque imagina, não faço nem ideia, eu sou mãe também, não faço nem ideia como é perder um filho. Mas assim a gente sabe que, mas que só passando que sabe. Então, a minha mãe eu nunca culpei. Então, onde ela perdeu, na minha opinião, onde ela perdeu a mais velha, ela lutou na mais nova, sabe?! Sem ela perceber e eu acabava ficando... e eu era aquela, hoje em dia eu sempre tenho a mania de dizer, "die fünfte Rod in Wagen" [...] A quinta roda na carroça, porque a carroça só tem 4 né?! Daí a gente tem a mania de dizer: eu sou a quinta roda..., "die fünfte Rod in Wagen", a quinta roda na carroça. Então é uma coisa, assim, sabe, uma coisa que eu achava muito injusto, eu tinha que ajudar em casa, eu tinha que trabalhar, eu tinha que obedecer, eu tinha que fazer isso e a minha irmã ficava por aí...*

De início, cabe apenas mencionar que, assim como na SD4, a questão do xingar na língua materna também aparece na SD10. Contudo, não vamos aqui retomar tal análise, pois o que nos interessa, nesta SD, é observar que, a partir da construção de uma discursividade em língua portuguesa¹⁶⁰, o sujeito se inscreve na língua alemã para enunciar uma expressão idiomática. Nesta direção, será observada como se dá a construção desta expressão no dialeto alemão no fio do dizer deste sujeito para pensar como este modo de dizer se relaciona a aspectos culturais de determinada sociedade.

No caso da SD10, pode-se observar que Betânia conta as suas impressões da relação em família, segue dando sentido a certos espaços de constituição, tais como a rigidez da educação familiar, a morte da irmã mais velha, as cobranças da mãe e as

¹⁶⁰ Neste caso, associamo-nos a Payer (2006) para afirmar que a língua portuguesa aparece com um caráter de língua nacional, a língua da escola, institucional; enquanto que a língua alemã é a língua de casa, familiar, materna, língua estruturante.

injustiças que sofrera. Estes dizeres giram em torno de uma singularidade do sujeito enquanto sua constituição [*família, mãe, irmã mais velha, irmã mais nova*]. Trata-se do *primeiro outro* que a constitui, o olhar da mãe, depois das irmãs. Desta forma, pode-se afirmar que Betânia diz a partir de “uma lembrança de infância” que é sempre o “esquecimento de algo” (FROTA, 2000, p. 199). Assim, no fio do dizer, ao ir retomando a construção de sua identidade, Betânia conclui que ela é *die fünfte Rod in Wagen*, sendo que ela mesma traduz ao pé da letra e diz: *Daí a gente tem a mania de dizer: eu sou a quinta roda..., “die fünfte Rod in Wagen”, a quinta roda na carroça.*

Ao se inscrever no dialeto alemão para dizer aquilo que somente nesta língua faria a ela sentido, Betânia retoma o dizer, explica, traduz e volta a dizer no dialeto. Quando ela mesma traduz a expressão para a língua portuguesa, percebe-se que este modo de dizer não é característico e a tradução não traz o efeito de sentido esperado [*“die fünfte Rod in Wagen” [...] A quinta roda na carroça, porque a carroça só tem 4 né?! Daí a gente tem a mania de dizer: eu sou a quinta roda..., “die fünfte Rod in Wagen”, a quinta roda na carroça*]. Essa busca por sentido em língua portuguesa não ocorre e o dizer retorna para as palavras em alemão, tal como se nota através do seguinte esquema:

dito em alemão →	traduzido ao português →	explicação em português →	dito em português →	dito em alemão
<i>die fünfte Rod in Wagen</i>	<i>A quinta roda na carroça</i>	<i>porque a carroça só tem 4 né?!</i>	<i>Daí a gente tem a mania de dizer: eu sou a quinta roda...</i>	<i>die fünfte Rod in Wagen</i>

E depois disso volta o dizer ao português novamente, construindo uma espécie de cadeia discursiva na qual o dizer sempre retorna ao mesmo. Assim, por mais que o sujeito diga em português, pode-se inferir que a língua na qual há uma inscrição no simbólico foi o dialeto alemão. Neste viés, de acordo com Revuz (1998, p. 223), pode-se afirmar que

a língua estrangeira não recorta o real como faz a língua materna. Essa constatação que se impõe desde os primeiros momentos da aprendizagem provoca com frequência surpresa e escândalo. Que haja somente uma

palavra em russo para dizer braço e perna, que sol seja feminino em alemão, que os ingleses digam “eu sou frio” e os russos “a mim, 25 anos”, é desconcertante, e muitos são os que ficarão fiéis a suas faltas de gênero ou de sintaxe antes de adotar uma outra maneira de ver as coisas (REVUZ, 1998, p. 223).

Portanto, por mais que Betânia esteja também inscrita na discursividade da língua portuguesa do Brasil, alguns de *seus* modos de dizer se inscrevem no dialeto alemão, justamente porque esse recorte do real só ocorre por esta língua. Para Betânia, a tradução não surte efeito e o dizer retorna à língua alemã, justamente porque “nossa participação *numa* cultura é sempre parcial, porque há lugares que permanecem interditados para o sujeito, mesmo que ele se identifique com esse sistema, que em seu próprio interior cria funcionamentos de exclusão” (DE NARDI; BALZAN, 2010, p. 3).

Neste viés, poderíamos conjecturar aqui que esta expressão *die fünfte Rod in Wagen* poderia ser associada à seguinte formulação no português brasileiro: *pau para toda obra*. Contudo, nossa hipótese é que Betânia não o faz porque há traços culturais de sua comunidade inscritos na língua com a qual ela se identifica. Trata-se da constituição enquanto descendente de imigrantes alemães no sul do Brasil que fazem com que dizer ser a *quinta roda na carroça* estabeleça (mais) redes de significação do que afirmar ser o *pau para toda obra*. Esses traços culturais configuram-se como resíduos de uma época na qual o trabalho dos imigrantes ocorria quase que exclusivamente na lavoura/roça. E este dizer também não deixa de ser uma res(ins)tência da língua estruturante/materna. Neste viés, considerando a carroça como um “carro grosseiro, de tração animal, muito usado em pequenas propriedades para transportar insumos, pequenos animais e produtos agrícolas e muitas vezes também como meio de transporte de pessoas” (ORMOND, 2006, p. 66), pode-se inferir que são traços de uma prática cultural que se inscrevem na língua, tomam corpo e passam a funcionar como corporeidade discursiva do dialeto alemão e conseqüentemente do sujeito identificado com este dialeto. Considerando este modo de dizer uma materialização de certos aspectos culturais na língua, vale trazer o que nos diz Ramos e Leandro Ferreira (2016, p. 143), pois, segundo as autoras, “a cultura promove o laço social, bem como serve de suporte para a construção da

subjetividade". Portanto, considerando ainda que a constituição subjetiva se dá pela língua(gem), é justo afirmar que os modos de dizer das línguas tomam corpo no sujeito, constituindo, assim, sua corporeidade discursiva. E é esta corporeidade discursiva que irá abarcar um conjunto de modos de dizer atrelado a uma postura subjetiva. Para complementar, De Nardi e Balzan (2010, p. 2), afirmam que

cultura é lugar de sujeitos, que se movem nas redes sociais produzindo nós e fazendo furos, portanto, também não é a cultura aquisição ou transferência de algo que está fora do sujeito, que lhe é exterior, porque ela é o lugar em que se organiza a relação desse sujeito com o *Outro*.

Desta forma, pode-se concluir que o funcionamento da corporeidade discursiva não se dá exclusivamente no interior de uma língua, considerando apenas questões do âmbito de sua organização. Ao contrário, pois mesmo que a corporeidade discursiva seja tomada como um conjunto de modos de dizer característicos de uma língua, este conjunto não se reproduz tal e qual nas diferentes sociedades e nos diferentes sujeitos. Desta forma, procurou-se mostrar aqui que a corporeidade discursiva está atrelada também a alguns aspectos culturais que fazem com que um conjunto de modos de dizer de uma língua não se inscreva em outra não pela impossibilidade linguística, mas sim justamente por estes aspectos estarem presentes em uma determinada sociedade e não em outra. Em outras palavras, estes aspectos culturais se materializam na língua através do sujeito, por suas práticas que são determinadas social, cultural e historicamente. Isto é, considerando que o sentido e o sujeito se constituem mutuamente, seria possível assegurar que os modos de dizer das línguas só entram em funcionamento pelo sujeito, em um processo dialético. Daí a necessidade de o sujeito estar em processo de identificação com uma língua, mas também fazer com que os modos de dizer desta língua outra tomem corpo durante o processo de subjetivação. Isso faz com que haja movimentos da ordem da postura subjetiva, e estes movimentos, inevitavelmente, acabam por transformar a corporeidade discursiva no/do sujeito. Em suma, cabe ressaltar que há práticas sociais de dimensão cultural que se incorporam nas línguas pela corporeidade discursiva, e o sujeito no entremeio das línguas passa a imprimir a sua singularidade, mas não o faz sem estar determinado pelas forças sociais, culturais,

pela interpelação ideológica, pela determinação histórica, pela historicidade. Portanto, é nesta inscrição singular nos modos de dizer que entram em cena movimentos do sujeito através da postura subjetiva, fazendo com que haja uma corporeidade discursiva da língua e uma corporeidade discursiva no/do sujeito.

5 PALAVRAS FINAIS: UM EFEITO DE FECHAMENTO

Pensar a escrita como processo implica dizer que ela pode sempre ser retomada e receber continuidade. Trata-se de um processo que o ponto final não pode deter (INDURSKY, 2016, p. 32).

Neste capítulo derradeiro, pretendo apresentar sucintamente como se deu o constructo da *corporeidade discursiva*, com o intuito de possibilitar a realização de algumas outras amarras desta noção com os pressupostos teóricos da teoria pecheuxiana. Contudo, vale a ressalva de que, no âmbito da AD, nenhuma noção é tomada por acabada, justamente porque se trata de uma teoria que, no seu processo de constituição, não deixa jamais de revisitar seus pressupostos teóricos. A AD circula em outros terrenos, além disso ela se caracteriza por realizar um movimento pendular constante entre as análises e a teoria (cf. INDURSKY, 2008), de modo que toda noção pode sempre ser repensada e reformulada.

Assim, ao retornar às palavras iniciais desta tese, vale lembrar que a comecei mobilizando brevemente a minha trajetória como professor e mostrando como a teoria da AD afetou (com afeto¹⁶¹) minha prática docente. Menciono tal fato porque foi lecionando a estrangeira língua inglesa em escolas públicas e pensando sobre as noções da teoria do discurso que as minhas inquietações com relação ao sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira vieram a se fortalecer. Portanto, não tenho receio em afirmar que a relação estabelecida entre a teoria da AD e minha prática docente culminou na escrita desta tese. Ao levar em consideração a questão do sujeito no processo de aprendizagem de línguas, percebi que a língua estrangeira não poderia se resumir a um conjunto de novas palavras a serem aplicadas a partir de regras sintáticas, justamente porque na língua estão presentes aspectos socioculturais, além de haver determinações históricas que fazem parte do processo de construção dos sentidos. Além disso, em meu processo de constituição como teórico da AD, foi possível verificar que o sujeito em etapas iniciais de aprendizagem de uma língua estrangeira tende a reduplicar a estrutura da língua

¹⁶¹ Aqui relembro Leandro Ferreira (2007b, p. 13) quando a autora fala da experiência de lecionar a disciplina de Introdução à Análise do Discurso, na graduação em Letras da UFRGS. Segundo a autora, “dificilmente os alunos ficam indiferentes à disciplina, sem serem tocados por ela. *Com afeto ou sem afeto, o fato é que ela [a teoria da AD] afeta*” [grifos da autora].

materna no dizer daquela língua, realizando apenas um processo de substituição lexical, sobrepondo a historicidade da língua que o estrutura na língua estrangeira, como se a organização e a ordem das línguas fossem sempre idênticas (AIUB, 2011). Constatou-se ainda que quanto maior é o contato do sujeito com uma língua estrangeira, menor são as chances de ocorrer aquilo que chamei de “reverberação”¹⁶², isto é, pode-se dizer *grosso modo* que, conforme o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira se acentua, menor são as chances de haver um estranhamento por parte do sujeito com relação a esta língua.

É neste ponto que passei a perceber os diferentes modos de dizer das línguas, pois algo que supostamente é tão comum no dizer da língua materna pode passar a ser da ordem do estranho quando uma língua estrangeira passa a fazer parte do processo de subjetivação (*mas por que mesmo que eu digo deste jeito?*). E é aí que os modos de dizer do sujeito passam a se movimentar, possibilitando um rearranjo. Afinal, o estranho só o é até o ponto em que se torna familiar. A língua estrangeira só é estranha até o ponto em que nela o sujeito (se) encontra (n)os modos de dizer. E nestes modos de dizer estão, além da estrutura sintática e do léxico, a historicidade e aspectos socioculturais desta outra língua, sendo que é este conjunto de elementos que faz com que haja uma movimentação no sujeito, em especial quando a língua estrangeira passa a possibilitar ao sujeito outros modos de dizer também na língua primeira, isto é, em sua língua estruturante.

Portanto, foi teorizando sobre o efeito causado pelos diferentes modos de dizer das línguas no sujeito que se chegou à noção de *corporeidade discursiva*. Assim, para se trabalhar esta noção de dentro do território da AD, foi preciso mobilizar o sujeito no entremeio das línguas e refletir sobre o processo de sua dupla identificação. Uma identificação que é da ordem do ideológico e outra identificação que é da ordem da inscrição em uma materialidade linguística, sendo que ambas são necessárias à condição de existência do sujeito. Em outras palavras, no primeiro processo, há a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia e isso faz com que ele se identifique com uma ou mais FDs, assumindo então uma posição-sujeito que

¹⁶² “Reverberação existe quando os efeitos de sentido produzidos pelos aprendizes lhes escapam de maneira que a historicidade da língua materna não coincide com a historicidade da língua estrangeira” (AIUB, 2011, p. 151). Mais discussões sobre esta noção estão ainda em Aiub (2014, 2015a).

dá direcionamento aos sentidos. Já o segundo processo de identificação diz respeito à inscrição do sujeito em uma materialidade linguística, ou seja, um sujeito de linguagem que se inscreve em uma língua, submetendo-se a ela para poder dizer. Por conseguinte, se o sujeito diz/interpreta a partir de uma filiação a uma FD, ele também realiza tal processo sujeitando-se às condições que dada língua impõe, não escapando ainda das determinações sociais, históricas e culturais. Desta maneira, estamos afirmando que o processo de identificação pelo viés ideológico é de ordem distinta a do processo de identificação com uma materialidade linguística, muito embora ambos ocorram concomitantemente e sejam necessários à constituição do sujeito.

Esta distinção teórica no duplo processo de identificação subjetiva se faz necessária para se pensar esse sujeito no entremeio das línguas. Com isso, afastou-se a ideia de que o sujeito altera a posição sujeito (ou até mesmo a FD) quando passa a dizer em língua estrangeira. Em outras palavras, o caráter ideológico da interpelação não se transforma quando o sujeito passa a se inscrever em uma língua estrangeira para dizer/interpretar, justamente porque é a ideologia a responsável por este posicionamento do sujeito na esfera discursiva. Portanto, defende-se que não há uma ideologia *da* língua, mas sim uma ideologia *na* língua que acontece pela filiação do sujeito a uma determinada FD, sendo que o direcionamento dos sentidos ocorre na língua *em funcionamento*, isto é, na discursividade, e esta não existe sem a participação do sujeito. Assim, a ideologia aparece na língua, sobretudo, porque não há língua (em funcionamento) sem sujeito, e não há sujeito que não passe pelo processo de interpelação ideológica. Nesta perspectiva, cabe trazer as palavras de Orlandi (2005b, p. 22), quando a autora afirma que

é pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito de literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade.

Deste modo, a ideologia é a responsável por produzir um efeito de apagamento de outros sentidos possíveis no processo de interpretação. Dito de outra

forma, “a ideologia é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que signifique. O sujeito, por sua vez é lugar historicamente (interdiscurso) constituído de significação” (ORLANDI, 2004, p. 48). Assim, estes efeitos de apagamento da materialidade da linguagem e de apagamento da história dão ao sujeito a evidência *do* sentido sobre determinado objeto simbólico, e estes efeitos de apagamento se produzem na relação entre o próprio sujeito, a língua e a ideologia. Consequentemente, quando o sujeito passa a se identificar com uma língua estrangeira, é outra materialidade linguística que passa a fazer parte deste processo de constituição dos sentidos, mas não é esta outra materialidade que produz um diferente posicionamento do sujeito dentro da esfera discursiva. Portanto, enquanto que a interpelação ideológica é da ordem da falha¹⁶³, o processo de identificação com uma materialidade linguística é da ordem do equívoco. Daí a importância de olhar para o processo de identificação pelo viés da ideologia e pelo viés da materialidade linguística.

Assim sendo, procurou-se diferenciar estes dois aspectos do processo de identificação subjetiva para se pensar, em especial, na identificação do sujeito com uma língua estrangeira, de tal modo que essa identificação não pode ser pensada como algo que é da ordem do imediato, tampouco como um processo que pode ser concluído. A inscrição do sujeito em uma língua estrangeira (ou materna) é um processo sem fim, pois se refere a algo que nunca é completado. Se assim fosse, estaríamos lidando com o sujeito em sua plenitude, completo de si mesmo. O processo de identificação do sujeito com uma língua estrangeira se dá pela familiarização aos modos de dizer desta língua, além de considerar as determinantes socioculturais e históricas. Com isso, outras redes de significação são requeridas, outras filiações socioculturais e históricas entram em cena, provocando uma desestabilização subjetiva, que é necessária para que outros modos de dizer sejam capturados pelo sujeito, ou ainda para que o sujeito seja capturado por eles¹⁶⁴.

¹⁶³ É possível relacionar a falha no ritual à segunda modalidade de desdobramento da forma-sujeito, ou seja, a contra-identificação com um saber dominante de uma FD com a qual o sujeito se identifica, ou com a qual este sujeito está em processo de desidentificação (cf. PÊCHEUX, 2009).

¹⁶⁴ Pode-se dizer ainda que os modos de dizer precisam se instalar no sujeito, transformando a *sua* corporeidade discursiva.

Nesta direção, considerando estes pressupostos para se pensar os modos de dizer e atrelá-los ao sujeito no entremeio das línguas, foi construída a noção de *corporeidade discursiva*, justamente porque os diferentes modos de dizer das línguas materna e estrangeira são incorporados à subjetividade. Existe, portanto, uma necessidade de que o sujeito esteja familiarizado com os modos de dizer da língua na qual ele enuncia, sobretudo para que, em sua discursividade, haja um efeito de pertencimento àquela língua, um efeito de unidade. Em suma, quando uma língua estrangeira passa a fazer parte do processo de subjetivação, outros modos de dizer e outras redes de significação inevitavelmente passam a constituir o sujeito. Nas palavras de Payer (2013, p. 189),

os processos de identificação em relação à(s) língua(s) são constitutivos do sujeito de linguagem, participando da subjetivação no que diz respeito às línguas, bem como à relação que aí se estabelece dos sujeitos com a linguagem, configurada que é por interdições e injunções a uma língua e não outra, a um modo de dizer e não outro.

Portanto, considerando que a corporeidade discursiva é um conjunto de modos de dizer, é possível afirmar que há uma corporeidade discursiva da(s) língua(s) e uma corporeidade discursiva do sujeito. Há uma corporeidade discursiva da língua porque cada língua se apresenta ao sujeito com modos de dizer próprios. Contudo, vale um adendo, os modos de dizer de determinada língua não são dados *a priori*, uma vez que eles são constituídos a partir de um processo que envolve o sujeito inscrito em determinadas condições sociais, culturais e históricas. Isto é, os modos de dizer são constituídos a partir da língua em funcionamento (a ordem da língua). E existe também uma corporeidade discursiva do sujeito porque ele passa a singularizar os modos de dizer, mas o faz a partir de regularidades presentes na língua na qual ele se submete para dizer. Estas regularidades, por sua vez, se inscrevem no *corpo* do sujeito e organizam sua relação com as redes de significação. Desta forma, há uma inscrição na memória, “porque ela já está registrada nos corpos e organiza a relação destes com o real” (STÜBE, 2016, p. 30). O real, por sua vez, é de acordo com Khel (2001, p. 13),

aquilo que se inscreve no corpo, a partir da intervenção do Outro, e que permite que o sujeito “saiba” quem ele é, reconheça-se, identifique-se com o seu próprio e seja capaz de dizer: “eu sou eu”, sem precisar presentificar-se, certificando-se de si mesmo diante de sua imagem especular (KHEL, 2001, p. 13).

Desta maneira, sendo o sujeito constituído pela linguagem, e sendo a língua materna a primeira de sua estruturação psíquica, quando outros modos de dizer são mobilizados por este processo de inscrição em uma língua estrangeira, há um desassossego do sujeito. E isso acontece porque é necessária uma movimentação subjetiva que dê conta de mobilizar outros modos de dizer, sendo que estes modos de dizer acabam pondo em xeque um mundo logicamente estabilizado pela língua materna e pelos modos de dizer desta língua estruturante. Por isso, dizer que há um desassossego. Portanto, o encontro com outra língua coloca o sujeito em desencontro com as redes de significação primeiras, por isso a possibilidade de haver um rearranjo em *sua* corporeidade discursiva.

Até aqui, nestas palavras finais, buscou-se realizar uma retomada sucinta de como se pensou a noção de corporeidade discursiva relacionando-a com o sujeito no entremeio das línguas. Seguindo nesta mesma linha, será enfatizado o lugar da corporeidade discursiva dentro do território da AD, isto é, como se dá a relação desta noção com outras da teoria do discurso. Assim, cabe dizer que os conceitos de ordem e organização da língua, pensados por Orlandi (2004), são basilares, uma vez que é preciso demarcar que os diferentes modos de dizer das línguas não se trata apenas de inversões sintáticas. É preciso tomar a organização da língua como base para se pensar sua ordem, pois, “em nossos estudos, bem cedo nos ficou claro [...] que não era a organização da língua que nos interessava (pensada na linguística sob o modo da oposição ou da regra), mas a sua ordem: ordem simbólica, ordem do discurso” (ORLANDI, 2004, p. 45-6). Portanto, é o funcionamento da língua que é levado primordialmente em consideração. Admite-se a organização como um mecanismo para se mobilizar a materialidade da língua, ou seja, para se pensar como a(s) língua(s) (materna e estrangeira) funciona(m) em relação ao sujeito, à história, à ideologia e a aspectos socioculturais.

Neste sentido, considera-se a corporeidade discursiva como um conjunto de modos de dizer de uma determinada língua, sendo que estes modos de dizer, quando inscritos no processo de subjetivação, fazem com que haja a possibilidade de diferentes *posturas subjetivas*. Portanto, é pelo viés da postura subjetiva que o sujeito imprime a sua singularidade para dizer, mas o faz determinado pelas condições que a materialidade linguística lhe impõe. Por conseguinte, com o objetivo de encontrar um lugar teórico para a corporeidade discursiva, dizemos que esta noção está dentro da língua pelo viés dos modos de dizer (formulações). Contudo, estes modos de dizer são tomados como suporte para se mobilizar o funcionamento desta língua, sendo que é através desse funcionamento que se pode verificar como a corporeidade discursiva se relaciona com a constituição subjetiva. Nesta perspectiva, vale dizer que, filiado a uma ou mais FDs, o sujeito se ancora em modos de dizer característicos de uma materialidade linguística para poder dizer/interpretar. Com isso, se afirmamos que a corporeidade discursiva está dentro da língua, é porque ela não fica alheia às condições de produção do discurso. Em outras palavras, a corporeidade discursiva se liga à FD não por uma identificação *sua* com modos de dizer desta FD, mas porque os modos de dizer estão na língua e é na língua, pelo viés da formulação (intradiscurso), que a ideologia dominante de uma FD se textualiza. É a língua com a qual o sujeito se identifica que vai, pelo viés das condições socioculturais e históricas (historicidade), determinar *como* pode ser dito. Assim, se a FD se relaciona ao *que* pode e deve ser dito, a corporeidade discursiva se relaciona ao *como* pode e deve ser dito. Com efeito, não se está afirmando aqui que ao haver uma transformação no modo de dizer não há possibilidade de deriva de sentido; é o contrário, pois dizer em outra língua é sempre dizer diferentemente. Para Orlandi (2017, p. 204),

na formulação, textualização do discurso, há espaços de interpretação e de construção de sentidos que são descontínuos, impalpáveis, e que resultam quase invisíveis na formulação. Mas funcionam produzindo efeitos de sentidos.

Assim sendo, cabe afirmar que os modos de dizer afetam os processos de estabelecimento das redes de significação, pois dizer diferentemente é abrir a possibilidade para um deslizamento de sentidos. E isso não ocorre sem que o sujeito

faça parte deste processo, ou seja, há uma estruturação subjetiva primeira que se dá pela língua materna, já quando uma língua estrangeira (com outros modos de dizer) passa a fazer parte da constituição do sujeito, os equívocos podem surgir com mais intensidade. Diria que a deriva de sentido ocorre porque as línguas possuem historicidades que não são idênticas entre si, e também porque há aspectos socioculturais em jogo. Além disso, vale ressaltar que alguns aspectos culturais atuam com força nos modos de dizer das línguas.

Em síntese, há uma corporeidade discursiva da (e na) língua, noção que se alia ao sujeito pelo viés de sua inscrição nesta língua. Essa inscrição, por sua vez, faz com que o sujeito assuma uma postura subjetiva para poder dizer¹⁶⁵. Deste modo, propomos aqui que a corporeidade discursiva faz parte da língua e, quando em funcionamento (e a língua para a AD sempre está), também se instaura na subjetivação. Assim, pode-se afirmar que a corporeidade discursiva, por estar na língua, é atravessada por diferentes FDs e, por esse motivo, recorta o interdiscurso.

Ao retomar os pressupostos teóricos da AD para se verificar o funcionamento da corporeidade discursiva através de análises das sequências discursivas¹⁶⁶, observou-se como certos aspectos culturais aparecem com força nas línguas. Sem a pretensão de realizar um estudo amplo sobre esta questão, a noção de cultura foi mobilizada pelo viés de sua materialização na língua. Com isso, é notável que muitos modos de dizer (e de não dizer) das línguas se efetivam pelo viés das práticas sociais e culturais¹⁶⁷. Práticas essas que, mesmo quando há uma mesma língua em questão¹⁶⁸, nem sempre coincidem de uma sociedade para outra. Assim, pode-se dizer que certos aspectos culturais apresentam-se materialmente na língua de determinada sociedade e, quando o sujeito passa a ter contato com uma língua estrangeira, isso faz com que haja invariavelmente uma reconfiguração subjetiva. Essa reconfiguração, pode-se dizer, é da ordem da transformação da postura subjetiva. Entretanto, não se está afirmando aqui que se toma a cultura (aspectos

¹⁶⁵ Vale lembrar que a ideologia já é atuante pelo viés da interpelação, ou seja, só se é sujeito quando se está sujeito à língua e sujeito à ideologia.

¹⁶⁶ Estas SDs partiram de sujeitos inscritos em processos de identificação com mais de uma língua.

¹⁶⁷ A ampliação destes estudos seria certamente de grande valia para o enriquecimento dos pressupostos teóricos da AD pecheuxiana.

¹⁶⁸ Como foi mostrado em alguns casos na relação do português do Brasil com o português europeu.

culturais) como algo estável e previsível, já que este estudo se alia à ideia da cultura como uma *teoria de interpretação* (GEERTZ, 2003). Sobre este ponto, as palavras de De Nardi (2007, p. 59) são esclarecedoras, pois

não se pode falar em previsibilidade de situações e comportamentos, já que, parece-nos, assim como ocorre com a língua, há também nos sistemas culturais o lugar do equívoco, por isso algo sempre pode falhar. Ilusória é, portanto, a ideia de que a compreensão da cultura pode nos garantir a perfeita interação com sujeitos que a ela pertencem.

Por fim, chegando o momento de estabelecer um efeito de fechamento deste trabalho, retomo as palavras de Indursky (2016) para dizer que, sendo tratada como um processo de escrita, esta tese não termina em seu ponto final, por razões intrínsecas à inscrição deste texto na teoria da AD. Portanto, sinalizo que estas palavras finais são meramente ilusórias por dois motivos aparentes. O primeiro se refere justamente ao que Indursky (2016, p. 32) alerta, pois o processo de escrita sempre pode ser *retomado e receber continuidade*. “Trata-se de um processo que o ponto final não pode deter”. Já o segundo motivo remete às análises realizadas, pois é sabido que elas não se esgotam, uma vez que são produzidas a partir de uma interpretação, deixando de fora aquilo que não se pode ver. Com efeito, assim como acontece com todo processo interpretativo, há sempre algo que escapa, há sempre algo que silencia. Desta forma, concluo dizendo juntamente com Barthes (2004b, p. 93) que “a palavra falada é irreversível, tal é a sua fatalidade. Não se pode retomar o que foi dito, *a não ser que se aumente*: corrigir é, neste caso, estranhamente, acrescentar”.

Acrescentemo-nos, com outros modos de dizer.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. *et al.* *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. 2. ed. Campinas/SP: Pontes, 2007.

AIUB, G. F. Corporeidade Discursiva: os modos de dizer do sujeito entre línguas. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (orgs.). *A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas/SP: Pontes, 2016, p. 407-23.

_____. O sujeito entre línguas: historicidade e reverberação. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (orgs.). *Análise do Discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux)*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2015a, p. 169-82.

_____. Quando o sujeito fal(h)a: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva. *Domínios de Linguagem* (UFU), Uberlândia/MG, v. 9, n. 3, p. 104-119, Jul./Set., 2015b.

_____. *O sujeito entre línguas materna e estrangeira: lugar de interferências, historicidades, reverberações*. Curitiba: Appris, 2014.

_____. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista. *Leitura* (UFAL), Maceió, n. 50, p. 61-82, jul./dez. 2012.

_____. *Entre uma língua e outra, entre o materno e o estranho: lugar de interferências, historicidades e reverberações*. 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em Letras). Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2011a.

_____. “Mas *dry* não é seco em inglês?” O efeito de evidência de sentido para o sujeito entre línguas materna e estrangeira. *Cadernos do Aplicação* (UFRGS), Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 69-93, jan./jun., 2011b. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/21061>>. Acesso em: 30 jan. 2016

_____. A imagem sobre o ensino de língua inglesa na escola pública: um repetível genérico. *Cadernos do IL* (UFRGS), Porto Alegre, v. 1, n. 36, p. 111-25, jun./2008a. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/18918/11016>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. Onde o sujeito vai parar com essa língua? Uma discussão acerca das metodologias de ensino de línguas estrangeiras. *III Encontro Nacional de Língua e Literatura*. Novo Hamburgo/RS: FEEVALE, 2008b, p. 362-73. [anais]. Disponível em: <<http://www.feevale.br/files/documentos/pdf/24642.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Linguística Aplicada, aplicação de linguística e comunicação*. 3. ed. Campinas: Pontes/ArteLíngua, 2009.

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Aparelhos ideológicos de Estado: processo sem Sujeito nem fim(s)*. In: *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 66-71.

_____. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1974.

ANDRADE, E. R. *Memória: um arquivo em construção*. In: CORACINI, M. J.; GHIRALDELO, C. M. *Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade - formação de professores (línguas materna e estrangeira), leitura e escrita*. Campinas/SP: Pontes, 2011, p. 75-88.

BAKTHIN, M. [VOLOCHÍNOV] *Marxismos e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BALDINI, L. J. S.; SOUZA, L. L. *Os sentidos tomando corpo*. In: AZEVEDO, A. F. (org.). *Sujeito, corpo, sentidos*. Curitiba: Appris, 2012, p. 69-88.

BARROS, M. *Memórias Inventadas: as infâncias de Manoel de Barros*. São Paulo: Planta do Brasil, 2008.

_____. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.

BARTHES, R. *O grau zero da escrita: seguido de novos ensaios críticos*. Trad. Mario Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.

BENTES, A. C. *Linguística textual*. In: MUSSALIM, F.; _____; (orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 245-87.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2012.

CAVALLARI, J. S. *Emergências subjetivas no processo de ensino-aprendizagem de língua estrangeira*. In: PAYER, M. O.; CELADA, M. T. (orgs.). *Subjetivação e processos de identificação: sujeitos e línguas em práticas discursivas - inflexões no ensino*. Campinas/SP: Pontes, 2016, p. 147-167.

CAVALLARI, J. S. O lugar da língua materna na constituição identitária do sujeito bilíngue. In: UYENO, E. Y.; _____ (orgs.). *Bilinguismos: subjetivação e identificações nas/pelas -línguas maternas e estrangeiras*. Campinas/SP: Pontes, 2011, p. 127-147.

_____. O lugar da língua materna na constituição identitária do sujeito bilíngue. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas/SP, v. 43, p. 171-183, jan./jun., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v43n1/a14v43n1.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2017.

CELADA, M. T. Linguagem, sujeito. Forçando a *barra* em língua estrangeira. In: CARMAGNANI, A. M. G.; GRIGOLETTO, M. (orgs.). *Língua, discurso e processos de subjetivação na contemporaneidade*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 43-75.

_____. Em transferência - efeitos de uma reflexão no campo das línguas estrangeiras, com foco no espanhol. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; BRANCO, L. K. A. C. (orgs.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas/SP: RG, 2011, p. 441-465.

_____. O que quer o que pode uma língua? Língua estrangeira, memória discursiva, subjetividade. *Letras (UFSM)*, Santa Maria/RS, v. 18 n. 2, p. 145-65, Jul./Dez., 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11985/7399>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

_____. Língua Materna/Língua estrangeira: um equívoco que provoca interpretação. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos/SP: Claraluz, 2007, p. 357-372.

_____. *O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira*. 2002. 276f. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2002.

_____. Um equívoco histórico. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p.301-20.

_____.; PAYER, M. O. Sobre sujeitos, língua(s), ensino: notas para uma agenda. In: PAYER, M. O.; CELADA, M. T. (orgs.). *Subjetivação e processos de identificação: sujeitos e línguas em práticas discursivas - inflexões no ensino*. Campinas/SP: Pontes, 2016, p. 17-41.

CHNAIDERMAN, M. Língua(s)-linguagem(ns)-identidade(s)-movimento(s): uma abordagem psicanalítica. In: SIGNORINI, I. (org). *Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998, p. 47-67.

CORACINI, M. J. R. F. Discurso e escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar. In: ECKERT-HOFF, B. M.; _____. (orgs.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2010, p. 17-50.

_____. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), pluralismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

_____. A celebração do outro. In: _____. (org.). *Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Ed. da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003a, p. 197-221.

_____. Língua estrangeira e língua materna: uma questão de sujeito e identidade. In: _____. (org.). *Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Ed. da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003b, p. 139-159.

COURTINE, J.-J. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Patrícia C. R. Reuillard [et al.]. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2009.

_____; MARANDIN, J.-M. Que objeto para a Análise do Discurso? Trad. Maria Onice Payer. In: CONEIN, B. et al. (orgs.). *Materialidades Discursivas*. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2016, p. 33-54.

COUTO, M. *A confissão da leoa*. 10. ed. Alfragide/Portugal: Caminho, 2012.

DE NARDI, F. S. Entre a rejeição e o acolhimento na língua do outro. *Desenredo* (UPF), Passo Fundo/RS, v. 5, n. 2, p. 182-193, jul./dez., 2009a. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/1251/764>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Língua, cultura e competência: questões para o ensino e o discurso. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos/SP: Claraluz, 2009b, p. 125-132.

_____. A estranha relação do sujeito com a língua materna: algumas reflexões sobre língua e identidade. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008a, p. 124-36.

_____. Marcas de identidade. *Desenredo* (UPF), Passo Fundo/RS, v. 4, n. 1, p. 61-78, jan./jun., 2008b. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/545/349>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

DE NARDI, F. S. *Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira*. 2007. 202f. Tese (Doutorado em Letras). Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2007.

_____. Identidade, memória e os modos de subjetivação. In: INDURKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 157-66.

_____. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. *Organon*, v. 17, n. 35, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30018/18614>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. *Outros dizeres sobre o ensino de segunda língua: um lugar para a tomada da palavra no terreno da opacidade e do real*. 2002. 152f. Dissertação (Mestrado em Letras). Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2002.

_____.; BALZAN, F. P. Relações entre cultura e ensino: um olhar discursivo sobre as políticas públicas para a formação de professores. *Organon: A pesquisa em Análise do Discurso no PPG-Letras/UFRGS e sua expansão institucional*, v. 24, n. 48, 2010.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato J. Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. *Torres de Babel*. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

_____. *Monolingualism of the other or The prothesis of origin*. Tradução do francês de Patrick Mensah. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1996.

DORNELES, E. F. A ordem da cultura. In: LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). *Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento*. Campinas/SP: Pontes, 2015, p. 179-194.

DUARTE, M. S. A. *As expressões idiomáticas na língua e no discurso: um olhar sobre as crônicas de Miguel Esteves Cardoso*. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa). Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2009.

ECKERT-HOFF, B. M. (Dis)sabores da língua ma(e)terna: os conflitos de um entre-lugar. In: _____; CORACINI, M. J. F. (orgs.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, língua materna e estrangeira*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2010 p. 79-106.

_____. *Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

ESTEVEES, P. M. S. *O que se pode e deve comer: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863 – 1973)*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro: Instituto de Letras/ Universidade Federal Fluminense, 2014.

_____. *A viabilidade de um conceito de formação cultural*. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (orgs.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2013, p. 63-77.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. *Linguística Textual: introdução*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 4. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1997.

FROTA, M. P. *A singularidade na escrita tradutora e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise*. Campinas/SP: Pontes, 2000.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 6. ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elisabeth C. de Mello. Campinas/SP: Pontes, 2004.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GASPARINI, E. N. *A interpretação de textos em língua estrangeira: entre a ideologia, a estrutura da linguagem e o desejo*. In: CORACINI, M. J. R. F.; BERTOLDO, E. S. (orgs.). *O desejo da teoria e a contingência da prática: discurso sobre e na sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p.223-250.

GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. Trad. Alberto L. Bixio. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

GODOY, A. B. *A loucura como constructo discursivo e sintoma social: uma análise do funcionamento da ideologia e do inconsciente na constituição dos sujeitos*. 332f. Tese (Doutorado em Letras). Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2016.

GOLDENBERG, R. *Estrangeirice: modo de usar*. In: KOLTAL, C. (org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998, p. 77-82.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, F. ; LEANDRO FERREIRA, M. C. *Análise do discurso no Brasil: Mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos/SP: Clara Luz, 2007, p. 123-134.

GRIGOLETTO, M. Leituras sobre a identidade: contingência, negatividade e invenção. In: MAGALHÃES, I.; CORACINI, M. J.; _____. (orgs.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos/SP: Claraluz, 2006, p. 15-26.

_____. Leitura e funcionamento discursivo do livro didático. In: CORACINI, M. J. (org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. Campinas/SP: Pontes, 1999, p. 67-77.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2007, p. 13-31.

HASHIGUTI, S. *Corpo de Memória*. 2008. 117f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Campinas/SP: Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2008.

INDURSKY, F. As determinações da prática discursiva da escrita. *Desenredo* (UPF), v. 12, n. 1, p. 30-47, jan./jun., 2016. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/5954/3898>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. Políticas de esquecimento X Políticas de resgate da memória. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALO, S. M. L. (orgs.). *Análise de Discurso em rede: cultura mídia*. Campinas/SP: Pontes, 2015, p. 11-27.

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2. ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2013a.

_____. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. *Signo y Senã* (UBA), Buenos Aires, p. 91-104, dez., 2013b. Disponível em: <<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/118>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em *Análise do Discurso*. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

INDURSKY, F. Da interpretação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de Formação Discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2007a, p. 75-87.

_____. Formação discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela? In: _____; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos/SP: Claraluz, 2007b, p. 163-72.

_____. O texto nos estudos na linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006, p. 33-80.

_____. Os estudos da linguagem e suas diferentes concepções de língua. In: HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (orgs.). *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2005, p. 15-37.

_____; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

KHEL, M. R. Prefácio. In: COSTA, A. *Corpo e escrita: relação entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2011.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KRASHEN, S. *Principles and practice in second language acquisition*. Oxford: Pergamon Press, 1982.

_____. *Second language acquisition and second language learning*. Oxford: Pergamon Press, 1981.

KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACAN, J. *O seminário – livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)*. Trad. M. C. Penot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). *Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento*. Campinas/SP: Pontes, 2015.

LEANDRO FERREIRA, M. C. O corpo como materialidade discursiva. *REDISCO* (UESB), Vitória da Conquista/BA, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013. Disponível em: <<http://www.uesb.br/links/2013/11/REDISCO%203.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

_____. Análise de Discurso e seus objetos. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; BRANCO, L. K. A. C. (orgs.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas/SP: RG, 2011a, p. 343-57.

_____. O discurso do corpo. In: MITTMANN, S.; SANSEVERINO, A. (orgs.). *Trilhas de Investigação: a pesquisa no Instituto de Letras em sua diversidade constitutiva*. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2011b, p. 89-105.

_____. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In: INDRUSKY, F.; MITTMANN, S.; _____. (orgs.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011c, p. 55-64.

_____. A trama enfática do sujeito. In: INDRUSKY, F.; _____. (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos/SP: Claraluz, 2007a, p. 101-8.

_____. Análise do Discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos/SP: Claraluz, 2007b, p. 11-22.

_____. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. In: INDRUSKY, F.; _____. (orgs.). *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 13-22.

_____. O caráter singular da língua no discurso. *Organon: discurso, língua e memória*, (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, n. 35. p. 189-200, 2003.

_____. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

_____. O estatuto da equivocidade da língua. In: LIMA, M. S.; GUEDES, P. C. (orgs.). *Estudos de Linguagem. Coleção Ensaios*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996, p. 39-50.

LONGO, L. *Linguagem e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARIANI, B. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

MARTINEZ, P. *Didática de línguas estrangeiras*. Trad. Marco Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MAZIÈRE, F. *Análise do Discurso: história e práticas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MELMAN, C. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. Trad. Rosane Pereira. São Paulo: Escuta, 1992.

MILNER, J.-C. *O amor da língua*. Trad. Paulo Sérgio de Mendonça Júnior. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2012.

MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos/SP: Claraluz, 2007, p. 153-62.

_____. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MORAES, M. R. S. Materna/Estrangeira: o que Freud fez da língua. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas/SP, v. 38, n. 47, p. 47-58, Jul./Dez., 2001.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NASIO, J.-D. *Lições sobre os sete conceitos cruciais da psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NEVES, M. S. O processo identificatório na relação professor-aluno na aprendizagem de língua estrangeira. In: MAGALHÃES, I.; GRIGOLETTO, M.; CORACINI, M. J. (orgs.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos/SP: Claraluz, 2006, p. 45-56.

ORLANDI, E. P. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. Campinas/SP: Pontes, 2017.

_____. *Ciência da linguagem e política: anotações ao pé da letra*. Campinas/SP: Pontes, 2014.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas/SP: Pontes, 2012a.

_____. Processos de significação, corpo e sujeito. In: AZEVEDO, A. F. (org.). *Sujeito, corpo, sentidos*. Curitiba: Appris, 2012b, p. 13-30.

_____. *Terra à vista: discurso do confronto - velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2008.

_____. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. *ComCiência*, (UNICAMP), Campinas/SP, n. 89, online, jul./2007a. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007b.

_____. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____. (org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas/SP: Pontes, 2007c, p. 7-10.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas/SP: Pontes, 2006a.

_____. Análise de Discurso. In: _____.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006b, p. 13-31.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, I. (org). *Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998, p. 203-212.

_____. Texto e discurso. *Organon* (UFRGS), Porto Alegre, n. 23, v. 9, p. 111-118, 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, E. (org). *Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba/MG: Série Estudos - 10, FIUBE, 1984, p. 9-26.

ORMOND, J. G. P. *Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/glossrio_bndes_texto_do_c_46.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

PAYER M. O. Des-atando laços das identificações entre sujeito(s) e língua(s). In: ORLANDI, E. P. (org.). *Linguagem, sociedade, políticas*. Pouso Alegre/MG: UNIVÁS; Campinas/SP: RG Editores, 2014, p. 91-104.

PAYER M. O. Processos, modos e mecanismos de identificação entre o sujeito e a(s) língua(s). *Gragoatá* (UFF), Niterói/RJ, n. 34, p. 183-196, 1. sem., 2013. Disponível em: <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/58/14>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. O trabalho da memória no discurso. In: MALUF-SOUZA, O. *et al.* (orgs.). *Discurso, sujeito e memória*. Campinas/SP: Pontes, 2012, p. 91-107.

_____. Dimensões materna e nacional das línguas. In: *Anais do SILEL*, v. 1, Uberlândia/MG: EDUFU, 2009a. Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

_____. Processos de identificação sujeito/língua: ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas/SP: Pontes, 2007, p. 113-23.

_____. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

_____. Memória e esquecimento da língua materna e a relação com a escrita. In: SCHONS, C. R.; RÖSING, T. M. K. (orgs.). *Questões de escrita*. Passo Fundo/RS: Ed. da UPF, 2005, p. 55-65.

_____.; CELADA, M. T. (orgs.). *Subjetivação e processos de identificação: sujeitos e línguas em práticas discursivas – inflexões no ensino*. Campinas/SP: Pontes, 2016.

_____.; CELADA, M. T. Relação sujeito/língua(s) – materna, nacional, estrangeira. In: SILVEIRA, E. M. (org.). *As bordas da linguagem*. Uberlândia/MG: EDUFU, 2011, p. 67- 93.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2010, p. 49-59.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. 2. ed. Campinas/SP: Pontes, 2007, p. 49-57.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 4. Ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997a, p. 61-161.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997b, p. 311-8.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, (UNICAMP), Campinas/SP, n. 19, p. 7-24, jul./dez, 1990.

_____; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1997, p. 163-252.

PENNYCOOK, A. Linguística Aplicada pós-ocidental. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (orgs.). *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 21-59.

_____. A linguística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998, p. 21-46.

PEREIRA DE CASTRO, M. F. Língua materna: palavra e silêncio na aquisição da linguagem. In: Junqueira Filho, L. C. U. (org.). *Silêncios e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1998, p. 247-57.

PRASSE, J. O desejo das línguas estrangeiras. Trad. Dulce Duque Estrada. *Revista Internacional (A Clínica Lacaniana)*, Rio de Janeiro, Paris, Nova Iorque, Buenos Aires, ano 1, n. 1, p. 63-73, Jun./1997.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para discussão no campo aplicado*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998, p. 21-45.

RAMOS, T. V. *O sujeito entre culturas: o espaço da diferença no encontro com o outro/Outro*. 2017. 188f. Tese (Doutorado em Letras). Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2017.

_____; LEANDRO FERREIRA, M. C. Para além dos rituais e costumes: o que podemos dizer sobre a noção de cultura em Análise do Discurso? *Estudos da Língua(gem)*, v. 14, n. 2, p. 139-154, dez./2016.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. Trad. Silvana Serrani-Infante. In: SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998, p. 213-30.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SERRANI, S. *Discurso e cultura na aula de língua: currículo, leitura, escrita*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Memórias discursivas, línguas e identidades sócio-culturais. *Organon: discurso, língua e memória (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 283-298, 2003.

SERRANI-INFANTE, S. Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso. In: SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998, p. 231-64.

_____. Diversidade e alteridade na enunciação em línguas próximas. *Letras (UFSM)*, Santa Maria/RS, n. 14, p. 1-19, Jun., 1997a. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/issue/view/636/showToc>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. Formações discursivas e processos identificatórios na aquisição de línguas. *DELTA*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 63-81, fev. 1997b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000100004>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SHERER, A. A história e a memória na constituição do discurso da Linguística Aplicada no Brasil. In: CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (orgs.). *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 61-83.

SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.

SIMON, S. *Gender in translation: cultural identity and the politics of transmission*. London and New York: Routledge, 1996.

SOUZA, N. S. O estrangeiro: nossa condição. In: KOLTAL, C. (org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998, p. 155-163.

STÜBE, A. D. Exilados da própria língua: a (des)estabilização de fronteiras. In: TFOUNI, F. E.; _____; PAULON, C. P. *Silêncio e interdito: discursos em movimento*. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2016, p. 25-47.

STUMPF, E. M. *No limite do diálogo: eufemismo e enunciação em Émile Benveniste*. 2017. 118f. Tese (Doutorado em Letras). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

VINHAS, L. I. *Discurso, corpo e linguagem: processos de subjetivação no cárcere feminino*. 2014. 288f. Tese (Doutorado em Letras). Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2014.

ZOPPI-FONTANA, M.; CELADA, M. T. Sujetos desplazados, lenguas en movimiento: identificación y resistencia en procesos de integración regional. *Signo & Seña* (UBA), Buenos Aires, n. 20, p. 159-181, Jan./2009.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Eu, _____,
portador(a) do RG nº, _____, ciente de minha participação nesta pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, autorizo a gravação por áudio de minha conversa sobre língua materna e língua estrangeira e a posterior análise das informações coletadas, desde que minha identidade seja preservada.

Esta gravação, realizada sob a responsabilidade de Giovani Forgiarini Aiub, será uma ferramenta essencial para esta pesquisa que terá como base a Teoria da Análise do Discurso. Outrossim, o trabalho resultara em uma tese de doutoramento, cuja defesa será pública e ocorrerá no primeiro semestre de 2017, no Instituto de Letras/UFRGS, uma vez que se constituiu requisito para obtenção do título de doutor em Letras pelo pesquisador, ficando o mesmo encarregado de sua ampla divulgação. Esta pesquisa é orientada pela Prof^a. Dr^a. Freda Indursky, do mesma instituição.

_____, ____/____/____.

Local, data

Assinatura

Pesquisador: Giovani Forgiarini Aiub
Contato pelo e-mail: gioaiub@gmail.com